

20.2

Teoria & Sociedade

ISSN: 1518-4471

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

Teoria & Sociedade, Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, é uma publicação periódica semestral destinada a veicular trabalhos teóricos e empíricos sobre temas de interesse das áreas das ciências sociais

em suas múltiplas vertentes intelectuais. Tendo uma abrangência ampla e plural, Teoria & Sociedade publica artigos inéditos e ensaios bibliográficos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela Comissão Editorial, assim como resenhas e traduções inéditas no Brasil.

EDITORAS

Natália Guimarães Duarte Sátyro
Maria Jacqueline Rodet

COMISSÃO EDITORIAL

Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Carlos Ranulfo Félix de Melo
Daniel Schroeter Simão
Eduardo Viana Vargas
Renarde Ferreira Nobre
Vera Alice Cardoso Silva

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Pereira Prates- UFMG
Antonio Fernando Mitre- UFMG
Archibald Haller- UW–Madison
Benício Viero Schmidt- PUC-RS
Bernardo Sorj- UFRJ
Bila Sorj-UFRJ
Bill Smith- Stanford University e Miami University
Carlos Aurélio P. de Faria- PUC MINAS
Celina Souza- UFBA
Daniel Pecaut- EHESS, Paris
Elisa Reis- UFRJ
Fábio Wanderley Reis- UFMG
Fátima Anastasia- UFMG
Gustavo Lins Ribeiro- UnB
Jean-Michel Blanquer- DGESCO- Paris
José Eisenberg- UFRJ
Juarez Rocha Guimarães- UFMG
Leonardo Avritzer- UFMG
Leonardo Fígoli- UFMG
Maroli Pompermayer- UFMG

EQUIPE TÉCNICA

Secretários Editoriais:

Ana Paula Santos Rodrigues
Frederico Alves Lopes
Raquel Caldas Nolasco

Editoração Eletrônica:

Thomás Mota Coelho Nascimento

Marco Cepik- UFRGS
Maria D'Alva Gil Kinzo- USP
Maria das Mercês G. Somarriba- FJP
Maria Lígia Oliveira Barbosa- UFRJ
Marta Araújo- CES- Coimbra
Martin Bauer- LSE- Londres
Mirian Goldenberg- Museu Nacional/ UFRJ
Mônica Mata Machado de Castro- UFMG
Nelson do Valle Silva- IUPERJ
Neuma Aguiar- UFMG
Otávio Dulci- UFMG
Peter Fry- UFRJ
Pierre Sanchis- UFMG
Renan Springer de Freitas- UFMG
Renato Bosghi- IUPERJ
Roberto Grün- UFSCar
Rodrigo Duarte- UFMG
Sérgio Azevedo- UENF
Sílvia Maezo- CES- Coimbra
Tânia Quintaneiro- UFMG

Teoria & Sociedade

REDAÇÃO

Teoria & Sociedade

Departamento de Antropologia e Arqueologia

Departamento de Ciência Política

Departamento de Sociologia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

<http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/>

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

© 2014, DAA-DCP-DSO/UFMG

Número publicado com recursos do Departamento de Ciência Política e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

ATENDIMENTO

teoriaesociedade@gmail.com

Teoria & Sociedade

Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia - UFMG

Belo Horizonte, 20.2, Julho-Dezembro de 2012. Circulação dezembro de 2014. Semestral.

ISSN: 1518-4471

1) Teoria Social - Periódicos. 2) Política - Periódicos. 3) Sociologia - Periódicos.

4) Antropologia e Arqueologia - Periódicos. 4) Universidade Federal de Minas Gerais

20.2

Teoria  Sociedade

ISSN: 1518-4471

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

SUMÁRIO Summary

ARTIGOS Articles

- ACONTECIMENTO, MÍDIA E EXPERIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA PARA A ANÁLISE DAS CELEBRIDADES 10
Event, media and experience: an approach to the analysis of celebrities
PAULA GUIMARÃES SIMÕES
- AGRICULTURA FAMILIAR, ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA COMUNIDADE RURAL DE RODA D'ÁGUA 40
Family farming, productive strategies and development programs in the upper-middle São Francisco: the case of the rural community of Roda d'Água
LEANDRO LUCIANO DA SILVA
FLAVIA MARIA GALIZONI
AUREO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO
- CELEBRAÇÕES REBELDES: FESTA E RESISTÊNCIA EM CONTEXTO QUILOMBOLA 66
Rebel celebrations: feast and insubordination in the context of Brazilian black communities
CARLA LADEIRA PIMENTEL ÁGUAS
- ETNOGRAFIA COMO PESQUISA E ASSESSORIA: CONSTRUINDO POLÍTICAS DE ARTICULAÇÃO 96
Ethnography as research and advisory: building politics of articulation
RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA

FORMAS DE INTEGRAÇÃO E 'TRÍADE MERCANTIL': O CARÁCTER NÃO ONTOLÓGICO DO MERCADO NA ANÁLISE INSTITUCIONAL DE KARL POLANYI Forms of integration and 'catallactic triad': the non-ontological character of market in the institutional analysis of Karl Polanyi NUNO MIGUEL CARDOSO MACHADO	116
MEDO DE CRIME, INTEGRAÇÃO SOCIAL E DESORDEM: UMA ANÁLISE DA SENSÇÃO DE INSEGURANÇA E DO RISCO PERCEBIDO NA CAPITAL DE MINAS GERAIS Fear of crime, disorder and social integration: an analysis of the sense of insecurity and perceived risk in the capital of Minas Gerais CORINNE DAVIS RODRIGUES VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA	156
MIGRAÇÕES E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NA ERA GLOBALIZADA Migration and migration policies in the global era EDU MORAIS DE SOUZA HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA	185
O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO POLÍTICA DEMOCRÁTICA EM BELO HORIZONTE Participative budgeting as democratic policy in Belo Horizonte CRISTINA MARGARIDA MARTINS SERRA GRANADO	221
VARIANTES DA CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DA CLASSE MÉDIA Variants of Sociological Conceptions of Middle Class JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS	250



ARTIGOS
Articles

ACONTECIMENTO, MÍDIA E EXPERIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA PARA A ANÁLISE DAS CELEBRIDADES¹

PAULA GUIMARÃES SIMÕES

RESUMO

Este artigo discute o conceito de acontecimento, a fim de destacar algumas de suas contribuições para a análise das celebridades na cena pública contemporânea. O texto apresenta alguns estudos que abordam essa noção e propõe uma perspectiva do acontecimento a partir de sua articulação com a experiência. Em seguida, o artigo evidencia como ocorre a individuação dos acontecimentos, destacando o papel da mídia nesse processo e o modo como são evidenciados valores e normas do con-

texto social contemporâneo. Para finalizar, aborda-se como a análise do acontecimento permite apreender a biografia de uma figura pública, a partir das várias ocorrências que edificam cotidianamente sua trajetória de vida. Evidencia-se, assim, que a operacionalização do conceito de acontecimento, a partir de seu processo de individuação, possibilita compreender tanto a constituição de um rosto público específico como a sua inserção no contexto social mais amplo e seu quadro de valores.

PALAVRAS-CHAVE

Acontecimento, mídia, experiência, celebridades, análise do acontecimento.

¹ Agradeço à professora Vera França, orientadora da tese de doutorado (SIMÕES, 2012d) em que essas discussões foram realizadas. Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio concedido através de bolsa durante o curso, ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais) e à PRPq (Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG) pelo auxílio concedido para a continuidade dessas reflexões. Por fim, agradeço aos pareceristas da revista pelas contribuições à versão final do artigo.

INTRODUÇÃO

O conceito de acontecimento vem sendo acionado com sentidos diversos, por diferentes pesquisadores, a fim de responder a problemas de pesquisa variados. A noção tem uma grande centralidade nos estudos contemporâneos de jornalismo, ao mesmo tempo em que é mobilizada, por exemplo, para investigar narrativas produzidas por um dispositivo como o documentário. Na tentativa de operacionalizar o conceito, pesquisadores já buscaram construir tipologias para o mesmo ou desdobrar categorias analíticas de ricas discussões sociológicas e filosóficas.

O objetivo deste artigo é discutir esse estado da arte em relação ao conceito de acontecimento, a fim de elucidar o modo como ele pode ser enriquecedor para a análise da construção da narrativa biográfica das celebridades na cena pública contemporânea. Para tanto, apresentamos uma breve revisão de estudos que usam a noção a partir de abordagens distintas. Em seguida, evidenciamos o modo como o conceito é aqui entendido, a partir da articulação entre acontecimento e experiência. Discutimos o processo de individuação dos acontecimentos, destacando o papel da mídia em sua constituição, bem como o modo como esse processo revela valores e normas que orientam a conduta humana. Na última seção do artigo, discutimos como esse referencial teórico pode ser acionado para compreender a construção da trajetória de vida de um ídolo, a partir da análise dos acontecimentos que configuram sua biografia.

REFLEXÕES SOBRE ACONTECIMENTO: ALGUMAS ABORDAGENS

Um primeiro grupo de trabalhos a ser destacado se inscreve no campo do jornalismo. Muitos são os estudiosos que vêm se dedicando ao estudo do acontecimento nessa área, tanto para perceber o que configura um acontecimento jornalístico como para apontar suas relações com outros campos. Pontes e Silva (2010), por exemplo, investigam a relação entre acontecimento jornalístico e história, enquanto o trabalho de Vogel (2010) procura refletir sobre acontecimento na interface entre jornalismo e arte. Entretanto, grande parte dos estudos ligados ao jornalismo procura compreender e desvendar as especificidades do acontecimento jornalístico e a lógica de constituição da notícia.

Um marco inicial na apropriação do conceito pelo jornalismo pode ser situado na obra da socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1978). Como explica Eduardo Meditsch (2010), o livro *Making news: a study in the construction of reality* reflete o esforço da pesquisadora por apreender “as notícias ‘como a construção social da realidade’.” (Meditsch 2010: 21). Nesse sentido, o acontecimento é visto como aquilo que

se configura como notícia, ou seja, é acontecimento o que é narrado pelo jornalismo.

Seguindo essa mesma perspectiva, Éliséo Véron desenvolve um trabalho (publicado em 1981) sobre a cobertura jornalística do acidente na central nuclear de *Three Mile Island*, ocorrido nos Estados Unidos, em 1979. Segundo o autor,

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte da realidade e cujas propriedades e transformações nos são dados a conhecer de imediato pelos meios de comunicação com maior ou menor fidelidade. Eles só existem na medida em que esses meios os elaboram. [...] Os meios informativos são o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade (Verón 1995: II apud Meditsch 2010: 21-22, grifos nossos).

Nessa abordagem, os acontecimentos são elaborações feitas pelos meios de comunicação. Em outro trabalho, Véron (1997) se volta justamente para as operações discursivas que permitem ao dispositivo de enunciação do telejornal construir e elaborar os acontecimentos. Assim, há quase uma coincidência entre acontecimento e notícia, como sugere também a perspectiva de Alsina: “Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através de sua realidade discursiva” (Alsina 2009: 46 apud Meditsch 2010: 22). O foco desses pesquisadores é na notícia como construtora da realidade social, a partir de determinadas lógicas de produção e organização que regem o jornalismo.

A reflexão de Maurice Mouillaud (2002) também se insere nessa perspectiva que procura desvendar o acontecimento no campo do jornalismo. Para o autor, no momento da ocorrência do acontecimento, existe “uma explosão do sentido pulverizado em um pó de detalhes” (Mouillaud 2002: 49), cabendo ao campo da informação construir a moldura que enquadra o sentido na construção da notícia. Segundo Mouillaud, assim, acontecimento é “a modalidade transparente da informação; aquilo que, então, aparece como figura é seu objeto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real” (Mouillaud 2002: 56).

Esse conjunto de pesquisadores procura investigar o acontecimento no interior do campo do jornalismo, desvendando as lógicas de construção da enunciação próprias a esse campo. Essa perspectiva é nomeada por Louis Quéré (1997) de *construtivismo* e

está fundada sobre a ideia de que os acontecimentos que a mídia nos apresenta não são as imagens puras e simples do que ocorre no mundo, mas os resultados de um processo socialmente organizado, e socialmente regulado, de dar forma a, de encenar e de dar sentidos às informações, isto é, de descrições de ocorrências ou de situações (Quéré 1997: 416).

Conforme Quéré, o construtivismo pode assumir duas formas: uma radical e

uma moderada. A abordagem mais radical entende o acontecimento como “um puro artefato mediático” (1997: 417); ele é visto menos como uma ocorrência no mundo e mais como um esquema de percepção e de representação da realidade construído pela mídia. A perspectiva moderada, por sua vez, situa a constituição dos acontecimentos nos processos de construção das notícias, levando em conta o papel das empresas e da própria linguagem jornalística nesse processo. Esse tipo de abordagem tem o mérito de evidenciar que os acontecimentos são sempre construções, não existem como dados *a priori*. Entretanto, ela toma o acontecimento como sendo *apenas* o relato disponibilizado através das notícias, negligenciando uma dimensão central que é a ocorrência dele na *experiência* dos sujeitos.

A crítica à perspectiva que restringe o acontecimento à notícia também é feita por Leal, Vaz e Antunes (2010). Ao discutir a homofobia como um campo problemático capaz de gerar acontecimentos, os pesquisadores ressaltam que estes nunca se esgotam na sua conversão em notícia, pois se vinculam a um amplo conjunto de relações sociais e exigem operações interpretativas diferentes (Leal; Vaz; Antunes 2010: 238).

Outra maneira de refletir sobre acontecimentos no campo do jornalismo é a partir da noção de *agendamento*. Bregman (1997) procura perceber a dinâmica de construção de um acontecimento político no interior da agenda midiática. O pesquisador atenta para os temas que disputam tal agenda em determinado contexto, bem como o modo como interpretações divergentes acerca de um mesmo assunto ocupam a cena de visibilidade pública. Leal *et al.* (2010) também recorrem à noção de agendamento para refletir sobre o acontecimento jornalístico. De acordo com os autores, “a mídia promove uma hierarquização de temas e o estabelecimento de graus de relevância para os diferentes assuntos” (Leal *et al.* 2010: 195).

Na perspectiva do agendamento, é preciso ter cuidado para não reduzir o acontecimento à dimensão de constituição de sua relevância e saliência no cenário midiático (Quéré 1997). Essa abordagem privilegia a dimensão de configuração da visibilidade das ocorrências na mídia, bem como de sua hierarquização. Mais uma vez, existe o risco de encerrar o acontecimento nos limites da esfera midiática, negligenciando sua emergência na experiência dos sujeitos. Afinal, ainda que o dispositivo midiático seja também construtor do acontecimento, “a mídia não é o único agente nesse processo de constituição” (Leal *et al.* 2010: 209).

Outra perspectiva entende o acontecimento em termos de um *ritual*. Daniel Dayan e Elihu Katz (1994) se voltam para o modo como determinadas cerimônias e rituais (como uma coroação ou um casamento reais) são tratados pela mídia, particularmente, pela televisão, configurando-se como *acontecimentos midiáticos*. Na visão dos pesquisadores, tais acontecimentos constroem uma visão idealizada de sociedade, enfatizando certos valores e aspectos importantes da memória coletiva (1994: ix). O foco de Dayan e Katz é nesses espetáculos e manifestações extraordinárias, que marcam uma interrupção da

rotina, são planejados e programados com antecedência para serem exibidos ao vivo pela TV. Os autores se preocupam em distinguir esse tipo de acontecimento (que se configura como um gênero televisivo) dos acontecimentos noticiosos que povoam a cena midiática cotidianamente, como um acidente nuclear ou uma tentativa de assassinato de um presidente.

De acordo com Quéré (1997), o risco nesse tipo de abordagem é desconsiderar a dimensão temporal dos acontecimentos. Isso porque, o ritual é entendido, nesse viés, como uma entidade *atemporal*, como um dispositivo repetitivo e cerimonial que pode orientar a apreensão dos acontecimentos pela mídia. Quéré destaca que não se pode buscar apreender tais ocorrências apenas em uma dimensão ritualística e atemporal, negligenciando o aspecto temporal dos acontecimentos, que irrompem no cotidiano e se inscrevem em um espaço-tempo.

Essa dimensão temporal dos acontecimentos é enfatizada também por Antunes (2008). O pesquisador explora a temporalidade como uma dimensão de análise importante da construção do acontecimento jornalístico, entendido como “um dos insumos da experiência, ao mesmo tempo em que pode ser pensado também como uma forma de experiência” (2008: 12). Dessa forma, Antunes ressalta o caráter temporal do acontecimento, bem como sua inscrição no terreno da experiência – afastando-se, portanto, da abordagem em termos de um ritual.

A noção de acontecimento também já foi recuperada para discutir o conceito de dispositivo como estratégia narrativa (Migliorin 2006). Partindo da discussão filosófica de Gilles Deleuze (1975)², o pesquisador entende que os acontecimentos “constituem um campo de imanência com uma pluralidade de possibilidades de sentido” (Migliorin 2006: 88). Dessa forma, as narrativas construídas através de um dispositivo como o documentário também possibilitam a irrupção de acontecimentos, a partir da “criação de efeitos imponderáveis” que permitem “a invenção de mundos possíveis” (2006: 93).

Outras reflexões sobre o acontecimento se voltam para a construção de tipologias. Partindo do pressuposto de que todos têm necessidade de informação, Molotch e Lester (1997) apresentam uma classificação dos acontecimentos públicos em quatro tipos: 1) acontecimentos de rotina (ocorrências que são intencionalmente planejadas e promovidas à categoria de acontecimento pelos agentes das notícias, como uma conferência de imprensa); 2) acidentes (ocorrências decorrentes de erros de cálculo, que não são intencionalmente convertidas em acontecimento e marcam uma ruptura na ordem habitual das coisas); 3) escândalos (partilham com os acidentes a ruptura na

² Em *Lógica do Sentido*, Deleuze desenvolve uma densa discussão acerca da noção de acontecimento. É importante destacar aqui a associação que o pensador faz com o simbólico: “É neste sentido que é um ‘acontecimento’: com a condição de não confundir o acontecimento com sua efetuação espaço-temporal em um estado de coisas. Não perguntaremos, pois, qual é o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido” (1975: 23, grifo do autor).

ordem, mas eles são promovidos intencionalmente pelos agentes da notícia à esfera dos acontecimentos); 4) acasos felizes (ocorrências imprevistas e não intencionais, alçadas ao lugar de acontecimento pelos agentes das notícias). O objetivo dos autores é apreender algumas estratégias de construção da realidade pelos meios que detêm o poder de orientar a experiência do público a quem se dirige, a partir desses diferentes acontecimentos que ocupam o cenário de visibilidade da mídia.

Patrick Charaudeau (2006: 138) destaca três tipos de acontecimento, conforme o seu modo de aparição: 1) acontecimento-acidente (que tem um caráter inesperado); 2) acontecimento programado (que é planejado segundo um calendário que organiza a vida social); 3) acontecimento suscitado (que é provocado por determinado setor institucional, que pressiona as mídias para conquistar visibilidade). Para Charaudeau, esses tipos de acontecimento irrompem no mundo e são nomeados e tratados pelo discurso midiático (a partir de diferentes critérios) para que sejam levados ao conhecimento de alguém.

Isabel Babo-Lança (2008b) perpassa várias tipologias de acontecimento de diferentes autores e propõe o conceito de *acontecimentos réplica*: estes são deslocados de seu contexto de irrupção e passam a ser reproduzidos pela mídia. Na visão da pesquisadora, “nas réplicas do acontecimento, a textura causal, temporal e de sentido deste é desmantelada pela repetição constante e segmentação em fragmentos-réplicas do ocorrido” (Babo-Lança 2008b: 13). Com esse tipo de acontecimento, ocorre, na visão de Babo-Lança, a “falência do sentido e da experiência” (2008b: 14).

O trabalho de Berger e Tavares (2010) realiza um grande esforço de revisão desses e de outros autores que classificam os acontecimentos em determinados tipos. Micro, macro e megaacontecimentos (Santos 2005); grandes e pequenos acontecimentos (Miranda 2005); pseudo-acontecimentos (Boorstin 1992); acontecimentos noticiosos (Dayan; Katz 1994) ou acontecimentos jornalísticos (Antunes 2007). Inúmeras são as nomeações retomadas por Berger e Tavares, que constroem um quadro-síntese que distingue: 1) acontecimento em geral; 2) acontecimentos na/da mídia; 3) acontecimentos imprevistos; 4) acontecimentos previstos (2010: 140).

Essas tipologias podem trazer contribuições no modo de identificação inicial do acontecimento, mas a análise não deve ser submetida à simples identificação do acontecimento em um quadro tipológico. Além disso, algumas características vinculadas ao acontecimento nessas tipologias não correspondem ao modo como compreendemos o conceito neste trabalho: 1) os acontecimentos são, em geral, marcados pela imprevisibilidade, têm algo de inesperado, mesmo que sejam programados, na medida em que instauram uma descontinuidade na *experiência* daqueles sujeitos que são por eles afetados (Quéré 2005). 2) mesmo que sejam deslocados de seu contexto original, os acontecimentos não perdem sua dimensão de sentido e de experiência, já que ela é fundadora da própria noção de acontecimento.

Assim, reconhecemos a centralidade do conceito de acontecimento nos estudos de

jornalismo, bem como sua importância ao desvendar as lógicas que regem o sistema de produção das notícias. Além disso, reconhecemos a validade das reflexões que procuram tipificar os acontecimentos. Entretanto, nossa perspectiva aqui se afasta de tais objetivos e procura rearticular a noção de acontecimento à experiência dos sujeitos na vida social, a fim de construir um modo de análise das celebridades. Essa abordagem será apresentada na próxima seção.

ACONTECIMENTO E EXPERIÊNCIA: DA VIVÊNCIA DE UMA OCORRÊNCIA À SUA INDIVIDUAÇÃO PELA MÍDIA

A relação com a experiência é central na compreensão da noção de acontecimento que orienta este trabalho. Assim, antes de discutir esta última, evidenciaremos o modo como o conceito de experiência é aqui entendido. Em seguida, passamos à discussão do acontecimento, de sua *passibilidade*, de sua inscrição no tempo (em relação ao passado e ao futuro), de seu poder hermenêutico, de seu processo de individuação, bem como do papel da mídia nesse processo.

A NOÇÃO DE EXPERIÊNCIA

A experiência se refere ao nosso estar no mundo, ao modo como o apreendemos, como nos relacionamos com ele e com os outros indivíduos na vida cotidiana. Essa dimensão interacional e prática da experiência é enfatizada pelos pragmatistas³ George Herbert Mead e John Dewey. Em *The Philosophy of the Act* (1938), Mead refere-se à experiência como uma parte do processo vital dos seres vivos, que inclui as ações destes em relação ao meio ambiente. Como explica Ignacio Sánchez de la Yncera (1994: 62-63), a concepção de experiência proposta por Mead enfatiza a dimensão interativa que constrói a relação entre organismo e ambiente.

Essa perspectiva interacional da experiência é compartilhada por John Dewey. Segundo o pragmatista, toda experiência é o resultado de interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo no qual ela vive.

³ O pragmatismo é uma perspectiva filosófica que tenta compreender as condições em que se cria o pensamento, sendo que as ideias são vistas como surgindo da ação. Essa filosofia da ação é iniciada por Charles Peirce, nos EUA, no fim do século XIX, e seguida por outros pensadores, como William James, John Dewey e George Herbert Mead. Esses dois últimos são responsáveis por incorporar as reflexões do pragmatismo no campo da sociologia e das ciências humanas (JOAS 1999). Para uma retomada do histórico e das características dessa perspectiva, ver Pogrebinski 2005; Muphy 1993; Sánchez de la Yncera 1994.

Um homem faz algo; levanta uma pedra, por exemplo. Em consequência padece, sofre alguma coisa: o peso, a resistência, a textura da superfície da coisa levantada. As propriedades assim sofridas determinam o agir subsequente. A pedra é excessivamente pesada ou muito angulosa, ou não é suficientemente sólida; ou, ainda, as propriedades sofridas mostram que ela é adequada para o uso para o qual foi pretendida. O processo continua até que emergja uma adaptação mútua do eu e do objeto, e então tal experiência específica alcança um término (Dewey 1980: 95-96).

Dewey enfatiza, assim, a experiência como uma *travessia*, marcada por uma dupla dimensão: a experiência se constitui a partir da ação de um indivíduo, que inicia o percurso e, ao mesmo tempo, sofre algo em consequência daquela primeira ação. Na perspectiva dele, “a experiência é *behavioral*: ela é uma questão de ação, comportando elementos motores, nas interações de um organismo com o ambiente que o circunda” (Quéré 2010: 31, grifo do autor). Ela se constitui na transação entre o agir e o reagir, entre o produzir e o sofrer, os quais, por sua vez, orientam as ações futuras. Nesse processo, tanto a criatura viva como o aspecto do mundo com o qual ela interage se adaptam à situação vivida e se transformam mutuamente. Evidencia-se, assim, o papel transformador do sujeito e do mundo através da vivência de uma experiência.

Para Dewey, a experiência acontece continuamente, pois a interação entre o ser vivo e as condições que o cercam “está implicada no próprio processo da vida” (Dewey 1980: 89). Como analisam Guimarães e Leal, “sendo ‘interação’, a experiência para Dewey está implicada nas condições e nas dimensões concretas da relação do indivíduo com o ambiente e, conseqüentemente, não pode ser caracterizada por outro aspecto exclusivamente” (Guimarães; Leal 2008: 5-6).

A experiência deve, assim, ser pensada a partir do contexto concreto dos indivíduos e envolve as ações racionais e emocionais que eles realizam no mundo. Ela se desenvolve como um processo de percepção e interpretação das coisas, que se efetiva a partir de um repertório existente, o qual é atualizado, configurando um processo interativo entre os indivíduos, as coisas do mundo e as temporalidades que marcam um contexto.

Além de destacar a interação como elemento central na configuração das experiências, Dewey salienta as diferenças de completude e de intensidade que as caracterizam. Conforme o filósofo, algumas experiências são marcadas por dispersão, fragmentação e monotonia; são incompletas e, por isso, não podem ser pensadas como *uma* experiência (Dewey 1980: 89). Aqui, a interação configuradora da experiência é vista como “rotineira, mera repetição, submissa a convenções práticas e procedimentos intelectuais” (Guimarães; Leal 2008: 6). Em um segundo sentido, a experiência é vista como *uma* experiência, marcada por completude e intensidade; a interação “pode integrar as várias capacidades humanas, pode mobilizá-las livremente de modo que seu resultado seja uma experiência integral, forte, de rara intensidade” (Guimarães; Leal 2008: 6). De qualquer forma, em ambos os sentidos, a experiência é entendida como constituída por

um duplo movimento: o agir e o sofrer.

É importante destacar, ainda, a associação que Dewey realiza entre experiência e contexto. Se a “experiência é o nome do mais abrangente dos contextos” (Dewey 1998: 215 *apud* Pogrebinski 2005: 60), é fundamental ressaltar que estes se efetivam a partir da relação entre indivíduo e sociedade. Em sua discussão sobre as mudanças no modo de abordar as representações que marcaram o desenvolvimento das ciências humanas, Foucault evidencia justamente essa relação entre as experiências individual e coletiva na construção dos sentidos. Segundo o autor,

[...] a cadeia significativa por meio da qual se constitui a experiência única do indivíduo é perpendicular ao sistema formal a partir do qual se constituem as significações de uma cultura: a cada instante a estrutura própria da experiência individual encontra nos sistemas da sociedade um certo número de opções possíveis (e de possibilidades escolhidas); inversamente, as estruturas sociais encontram em cada um dos seus pontos de escolha um certo número de indivíduos possíveis (e outros que não o são), da mesma maneira que na linguagem a estrutura linear torna sempre possível num dado momento a escolha entre várias palavras ou vários fonemas (mas exclui todos os outros) (Foucault 1966: 494).

Foucault enfatiza, assim, o papel da linguagem, o qual é central na efetivação da experiência. É a linguagem que marca o ser do indivíduo em sociedade. Como também destaca Rodrigues, “é na e pela linguagem que a experiência se constitui, se revela ou se desvenda o sentido que a enforma” (Rodrigues 1991: 32). A linguagem tem, portanto, um papel constituidor da experiência humana.

Adriano Rodrigues (1991) destaca três funções da linguagem na constituição da experiência: a) a inspeção, que se refere ao processo em que o sujeito acessa o mundo; b) a decifragem diz respeito ao processo de interpretação que caracteriza a leitura que o sujeito faz do mundo; c) e a elaboração mítico-poética que se realiza através da criação de sentidos novos sobre o mundo. Nesse processo, segundo o autor, o sujeito converte sua relação com o meio ambiente em um mundo próprio (1991: 27). Para Rodrigues,

A experiência da vida insere-se na relação do homem com o mundo, consigo próprio e com os outros. É nas manifestações simbólicas da cultura que o homem preenche o abismo que o separa das coisas, de si próprio e dos outros, acedendo assim à consciência reflexiva e à experiência da vida em comum. Pela linguagem, experiência simbólica por excelência, o homem prossegue o ilimitado trabalho de preenchimento deste abismo e a elaboração de um sentido para o enigma da vida (Rodrigues 1991: 27).

O pesquisador destaca, assim, o papel do sujeito ao utilizar a linguagem para preencher de sentidos esse abismo que o separa do mundo. Esse lugar do sujeito

na construção e na vivência de experiências deve ser enfatizado aqui: nosso olhar incide sobre a experiência humana, sobre o agir e o sofrer dos indivíduos em relação ao universo simbólico que eles constroem, atualizam e movimentam. Esse é um dos aspectos evidenciados por Vera França, ao comentar o texto de Quéré (2010) sobre o *caráter impessoal da experiência*: “apenas o sujeito vive uma experiência, é afetado e age em consequência; o ambiente, ou meio exterior, entra como ‘fator na experiência’ como aquilo ‘que coloca objeção e resiste, que freia e entrava, que bloqueia e se opõe, que suscita tensões e conflitos (p. 33)” (França 2010: 44).

É importante destacar também que essa atuação dos sujeitos acontece sempre em relação ao universo cultural em que se insere. Adriano Rodrigues (1991) aponta para essa sujeição do indivíduo ao estoque de significados compartilhados presente no mundo intersubjetivo, a partir do qual ele constitui as experiências. Estas se configuram, assim, a partir do quadro cultural de uma sociedade – o que também é destacado por Valverde: “atribuímos sentido ao mundo no caldo da cultura, no fluxo das significações, a partir das quais a nossa experiência é sempre retomada. O conceito mesmo de experiência nos remete a essa dinâmica de retomada do passado e projeção para o futuro, que caracteriza a existência” (Valverde 2007: 256).

Além de evidenciar a natureza simbólica da experiência, Valverde destaca a dimensão temporal que a constitui: uma experiência se efetiva retomando significados instituídos, ao mesmo tempo em que projeta desdobramentos no fluxo que articula essas diferentes temporalidades. A experiência não apresenta, assim, um caráter inaugural em cada contexto, mas ela se insere em um fluxo que a antecede e, a partir dela, novos elementos simbólicos poderão se instituir.

A partir dos autores aqui retomados, pode-se considerar a experiência como resultado da interação entre os sujeitos e o mundo, em um processo marcado por ação, padecimento e transformação. Existem diferentes graus de experiência, que dependem do modo como os sujeitos são afetados por ela. Nesse processo, o papel da linguagem é central, já que é ela que institui o fluxo de significações que constrói a experiência em um contexto. Esta se efetiva, assim, na prática e na ação dos sujeitos, que articulam sentidos e temporalidades na conformação de sua vivência no mundo. É essa visão acerca da experiência que orienta nossa compreensão sobre os acontecimentos.

ACONTECIMENTO E SEU PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO

Inscrever o acontecimento no terreno da experiência significa que ele deve ser apreendido a partir do contexto ou situação em que ocorre. Podemos falar de uma “elaboração recíproca” entre contexto e acontecimento (Babo-Lança 2006: 83), na

medida em que, ao mesmo tempo em que o acontecimento se inscreve naquele, ele também o institui. Significa, ainda, que devemos pensar na transação entre o agir e o sofrer que relaciona sujeitos e acontecimentos em determinado contexto.

Essa relação (entre sujeitos e acontecimentos) é evidenciada pela *passibilidade* que caracteriza todo e qualquer acontecimento. De acordo com Quéré,

O verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reacções e respostas mais ou menos apropriadas (Quéré 2005: 61).

Assim, os sentidos desencadeados pelo acontecimento afetam os sujeitos e, ao mesmo tempo, são afetados por estes⁴. A duração temporal dessa afetação é proporcional à duração do próprio acontecimento. Esta pode ultrapassar os limites estritos da ocorrência espaço-temporal, não coincidindo com a sua ocorrência empírica (Quéré 2000: 11). Conforme Quéré, o acontecimento “dura o tempo que dura a atualização de seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de afetação [...] daqueles a quem ele acontece” (Quéré 2000: 11).

Nesse processo de mútua afetação, o acontecimento instaura uma descontinuidade na experiência dos sujeitos, já que ele “é a novidade por relação à ordem instituída” (Ricoeur 1991: 43). A novidade assim instaurada movimenta o estado de coisas vigente, bem como os posicionamentos dos sujeitos afetados, e abre um *novo campo de possíveis* (Arendt 1993). É nesse sentido que Hannah Arendt fala do acontecimento como um começo capaz de revelar “uma paisagem inusitada de feitos, sofrimentos e novas possibilidades” (1993: 50). Ao mesmo tempo, o acontecimento marca o fim de um processo, o resultado de um encadeamento que ilumina o passado (reconstruindo-o) e projeta novos futuros, conferindo sentido a essas diferentes temporalidades.

Essa articulação entre as temporalidades na emergência de um acontecimento é discutida por George H. Mead em sua *filosofia do presente*. Para o autor, “o mundo é um mundo de acontecimentos” (1932: 1). Estes emergem como algo novo na realidade, inscrevem-se em um processo temporal em curso na experiência e sob determinadas condições, as quais influenciam sua emergência, ainda que não a condicionem completamente. É a situação em que o acontecimento emerge que “cria com sua unicidade um passado e um futuro”, tornando-se “uma história e uma profecia” (Mead 1932: 23).

⁴ Essa dinâmica de afetação dos sujeitos como marca do acontecimento é também sugerida pelo filósofo Jacques Rancière, ao afirmar que “não há acontecimento sem sentido de acontecimento, sem subjetivação de acontecimento. [...] não há acontecimento [...] sem um alguém por quem e para quem ele tem sentido de acontecimento” (Rancière 1995: 239).

Assim, o acontecimento tanto aponta para o passado como para o futuro que ele mesmo inaugura.

O acontecimento, portanto, não deve ser tomado como algo isolado do curso social da ação, mas deve ser apreendido a partir de seu aspecto processual, ou seja, *acontecimental*. Como apontam Barthélémy e Quéré,

um acontecimento não é nem um instantâneo, nem uma ocorrência isolada submetida à observação; como elemento de uma intriga, ele está ligado a uma história em curso; suscita juízos e desencadeia ações. É por isso que se pode falar de um percurso acontecimental (Barthélémy; Quéré 1991: 24).

Nesse percurso acontecimental, que articula passado, presente e futuro, um universo de sentidos é desencadeado e é a partir dele que se apreender o *poder hermenêutico do acontecimento* (Quéré 2005). De acordo com Quéré, todo acontecimento traz em si os elementos para sua própria compreensão. Ele pode revelar uma situação imprevista ou desvelar o caráter problemático de um determinado tema ou questão em jogo:

os acontecimentos se tornam, eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam. Nessa perspectiva, em que o acontecimento vem antes dos sujeitos e das situações, é o que ele se torna através de seu percurso, e os efeitos de sentido que produz, que contribuem para individualizá-lo. É nesse sentido que se pode falar de um poder hermenêutico do acontecimento (Quéré 2010: 35).

Dessa forma, o acontecimento não pode ser simplesmente explicado por causas e consequências no mundo ou por fatores externos a ele. “Dotado de certa autonomia, o acontecimento cria as condições para sua compreensão e contém um caráter revelador ao alterar tanto as possibilidades de leitura do passado (daquilo que o causou) como do futuro (à medida que ele inaugura campos de possíveis concebíveis)” (Mendonça 2007: 119-120). É por isso que o acontecimento pode ser visto como “uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Benjamin 1994: 37). Ao ser lembrado e tematizado, o acontecimento revela sua dimensão temporal.

Essa inserção do acontecimento em um quadro temporal, que ele mesmo constrói e ilumina, ocorre a partir dos sentidos que são instaurados nesse processo. Isso é destacado por França e Almeida, ao retomar a discussão realizada por Quéré sobre a relação entre acontecimento e fato:

Sem deixar de ser fato, isto é, sem abandonar sua factualidade, sua existência sensível no mundo, o acontecimento é também da ordem dos sentidos. No entanto – e é aí que Quéré promove uma inversão – não são os sentidos que advêm para iluminar o fato e convertê-lo em acontecimento: o acontecimento o é porque

capaz de desencadear sentidos (França; Almeida 2006: 4).

O acontecimento não se reduz, assim, à ideia de fato, já que não pode ser datado, reduzido à sua efetuação espaço-temporal e submetido à lógica da causalidade (Quéré 2005). Os sentidos transbordam da ocorrência empírica pontual, revelando novos elementos do passado, do presente e do futuro.

É importante destacar, ainda, que o acontecimento não é dotado de uma individualidade intrínseca, mas se constitui a partir de um processo de *individuação* (Quéré 2000: 11). Segundo Quéré (1995: 100), esta diz respeito a diferentes tipos de entidades: a coisas, pessoas, ações, relações e acontecimentos. Conforme o autor, um acontecimento é individuado a partir de um processo de determinação, em que se especifica o que o configura como um acontecimento particular, diferenciando-o de outros. Esse processo se realiza a partir de um percurso interpretativo, em que se podem identificar vários eixos em articulação⁵.

Em primeiro lugar, o acontecimento passa por um processo de *descrição*. Esta se refere à identificação da ocorrência, distinguindo um acontecimento de outros. Nesse primeiro eixo, é importante atentar para o conceito de *quadro*: na perspectiva de Erving Goffman (1974), este deve ser visto como um conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles (Goffman 1974: 10-11)⁶. São esses princípios conformadores dos quadros que permitem a *definição da situação*⁷ pelos sujeitos, assim como o posicionamento deles nas diferentes interações. Ou seja, os quadros permitem responder à pergunta “O que está acontecendo aqui?”. Assim, na descrição do acontecimento, o que buscamos é justamente responder a essa questão, ou seja, identificar os quadros que organizam o acontecimento, bem como os posicionamentos adotados pelos atores sociais⁸.

5 Em diferentes textos, Quéré (1995, 2000, 2005) destaca vários eixos do processo de individuação. A fim de esclarecer o modo como esse processo pode ser apreendido, optamos por reorganizar tais eixos, evidenciando a nossa compreensão da individuação do acontecimento.

6 O conceito de quadro foi introduzido por Gregory Bateson (2000, 2002), na década de 1950, nos EUA, para indicar os elementos que possibilitam identificar o que se passa em determinada situação interativa. Partindo da observação de animais como lontras e macacos, o pesquisador define o quadro como o conjunto de indícios que permitem perceber uma interação como uma briga ou uma brincadeira. O próprio Goffman reconhece essa “paternidade” do conceito na introdução de Frame Analysis.

7 Esse conceito é discutido por Goffman a partir do trabalho de William Thomas (1966), para quem “a interação e seu desenvolvimento dependem [...] de um compartilhamento e/ou cumplicidade” (Velho 2008: 146), ou seja, de uma boa definição da situação pelos atores sociais engajados nela.

8 O posicionamento dos sujeitos é discutido por Goffman a partir do conceito de footing. Este diz respeito ao alinhamento, ao porte, ao posicionamento, à postura ou à projeção pessoal do participante de uma interação (Goffman 2002: 113). Está vinculado à linguagem, na medida em que é construído e transformado a partir dos discursos dos participantes de uma interação, e está diretamente ligado aos enquadramentos dos acontecimentos.

Nesse primeiro eixo, é importante destacar que pode haver uma disputa entre quadros divergentes na categorização do acontecimento⁹. Isso depende do modo como os atores sociais se posicionam em relação ao acontecimento e aos sentidos que eles acionam para produzir a inteligibilidade do mesmo. É a partir dessa identificação e disputa de quadros que se pode chegar à redução da indeterminação do acontecimento, manifestando seu caráter típico.

Em segundo lugar, o acontecimento passa por um processo de *narração*. Este diz respeito à organização narrativa da ocorrência, o que implica: 1) a inscrição do acontecimento em uma linha temporal, articulando-o com o passado e o futuro na construção da intriga; 2) a identificação e a compreensão das ações e dos agentes que configuram o acontecimento. Esse eixo resgata o acontecimento como uma entidade temporal, que promove aberturas em relação ao passado e ao futuro, e a sua passibilidade, na medida em que aponta para os sujeitos que movem a intriga e, ao mesmo tempo, são afetados pelo acontecimento.

O terceiro eixo do processo de individuação do acontecimento é a configuração de um *pano de fundo pragmático*. Este atenta para o fato de que o acontecimento não é uma entidade abstrata, mas articula e move práticas instituídas e hábitos de ação. Esse contexto de fundo é animado por crenças e desejos presentes nas estruturas normativas da cultura e é ele que orienta e articula as ações dos indivíduos em relação ao acontecimento. Nesse sentido, a identificação desse pano de fundo pragmático sugere a percepção dos *públicos* que se constroem em relação ao acontecimento, já que revela o modo como os sujeitos são acionados para agir e se posicionar em relação ao acontecimento¹⁰.

É importante destacar, nesse último eixo, a concepção de *públicos* adotada aqui. De acordo com Dewey (1954), públicos emergem contextualmente na medida em que várias pessoas são afetadas indiretamente por certas transações sociais e respondem, coletivamente, a essa *afetação*. É nesse misto entre o sofrer e o agir, entre a passibilidade e a agência, que públicos se configuram.

A perspectiva do pragmatista é apropriada por Louis Quéré (2003) em sua reflexão sobre os públicos. Segundo Quéré, estes se configuram efemeramente a partir da vivência

9 Michel de Fornel (1997) realiza uma interessante análise das disputas simbólicas envolvidas na configuração de um acontecimento trágico: a violência ocorrida no estádio de Heysel, na Bélgica, em 1985, quando 38 pessoas morreram e 450 ficaram feridas antes de um jogo de futebol entre Liverpool e Juventus, pela final da Taça dos Clubes Campeões Europeus. A análise mostra como o enquadramento da situação oscilou da festa ao drama, a partir da ruptura do quadro do encontro esportivo, o que implicou a modificação do engajamento dos atores sociais.

10 Além dos eixos agrupados e apresentados aqui, Quéré (2000) também chama atenção para a constituição de um problema público como um dos eixos da individuação do acontecimento em determinados casos. Entretanto, esse eixo não se aplica à análise do acontecimento proposta neste trabalho, já que, de modo geral, as ocorrências ligadas à vida das celebridades não constroem um problema público. Para interessantes análises que abordam essa questão do problema público, ver: França 2009; Lana 2010; Babo-Lança 2007; 2008a.

de certa situação. Para o autor, o público deve ser pensado como *forma*, a qual não existe previamente como realidade existente: “um público não se reduz jamais à ordem dos fatos positivos” (Quéré 2003: 120). Ele se constitui a partir da afetação que indivíduos sofrem frente a uma obra ou acontecimento. É importante ressaltar, contudo, que não se trata “de atribuir uma dimensão inaugural a cada situação vivida, mas compreendê-la como atualização; viver uma experiência é reagir àquilo que vem à luz, a partir dos atributos da situação vivida e com os instrumentos de experiências passadas” (França 2006: 82).

Para Quéré, o público deve ser pensado como uma *realidade intencional*: não como fruto de intenções individuais, mas constituído por uma intenção ligada a um “contexto institucional que faz sentido”. Segundo o sociólogo francês, há uma relação oblíqua que caracteriza a constituição do público em relação a uma obra ou um acontecimento, sendo atravessada por um conjunto de normas e princípios que orienta as atitudes e os comportamentos. Nesse sentido, o autor destaca o papel do social e do quadro de experiências e significados compartilhados na configuração dos públicos.

Além disso, Quéré salienta o *caráter adverbial do público*: o que é coletivo é a ação e não o sujeito; o sujeito é um dos complementos do verbo (2003: 126). É a ação que convoca as pessoas a ocuparem papéis e lugares sociais em determinado contexto institucional. “Se é a ação que é coletiva, e não o sujeito, pode-se inferir que o que define o público é um modo de associação na experiência de uma situação; uma maneira determinada de agir e de aguentar junto” (Quéré 2003: 128).

Partindo dessa visão de público, é preciso perceber a forma como ele é afetado e construído pelos acontecimentos. É necessário atentar para o modo como ele é convocado a agir e se posicionar no contexto de fundo construído a partir da irrupção de um acontecimento.

Nessa perspectiva, configurada a partir dos três eixos do processo de individuação, os acontecimentos irrompem na experiência dos sujeitos e são descritos e narrados a partir de outras narrativas que os re-configuram – incluindo aqui as narrativas midiáticas. Na contemporaneidade, a mídia foi elevada ao “estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social” (Ribeiro 2003: 100). Ao criticar pesquisadores que restringem o acontecimento à esfera da mídia, procuramos apontar o papel da experiência nesse processo. Entretanto, é inegável a importância e a força da mídia na individuação dos acontecimentos e na constituição de novas formas de experiência para os sujeitos. Ela nomeia, descreve e narra os acontecimentos, inserindo-os em um contexto de experiências e ações. Assim, salientamos o lugar da mídia nesse processo, ao mesmo tempo em que destacamos a necessidade de olhar para aquilo que escapa e transborda do dispositivo midiático: em que contexto o acontecimento descrito e narrado na mídia se insere e ajuda a construir, que públicos são convocados a se posicionar e como se posicionam frente à afetação desencadeada pelo acontecimento.

Esse papel da mídia na constituição dos acontecimentos foi reconhecido em um texto precursor publicado por Pierre Nora, originalmente, na década de 1970. Segundo o historiador, “nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles [*dos mass media*] e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar” (Nora 1988: 181). Para Nora, os media são responsáveis por constituir acontecimentos monstruosos, isto é, ocorrências que ganham uma dimensão inimaginável pela ação dos meios de comunicação – ainda que os acontecimentos não possam se reduzir à visibilidade concedida por aqueles.

Assim, é preciso reconhecer o espaço da mídia na individuação dos acontecimentos no cenário contemporâneo. Como destaca Quéré, “o papel dos *media* é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas” (Quéré 2005: 72-73). É preciso entender, assim, a esfera da mídia como um lugar privilegiado em que os acontecimentos “repercutem, são narrados, se dão a ver no seu desdobramento e em suas conseqüências” (França; Almeida 2006: 6).

Em texto recente, Quéré (2011) traz contribuições enriquecedoras para compreender esse papel da mídia na constituição dos acontecimentos. Ele propõe pensar duas formas de acontecimento: 1) o acontecimento-existencial; 2) o acontecimento-objeto. O primeiro se refere ao acontecimento tal como ele emerge e ganha concretude na nossa experiência do mundo. Esse tipo de acontecimento desencadeia “reações espontâneas, fundadas sobre a percepção imediata e a emoção” (Quéré 2011: 4). A segunda forma de acontecimento passa por um processo de *simbolização*, “que introduz na experiência uma dimensão diferente daquela da simples existência” (Quéré 2011: 4). Essa simbolização é realizada através da comunicação, que confere uma qualidade nova e própria ao acontecimento-objeto, que, no entanto, traz ecos do acontecimento-existencial. Passando pelo processo de simbolização, essa forma de acontecimento ganha uma dimensão discursiva e passa a fazer parte da organização de nossa conduta. É importante destacar, contudo, que essas duas formas de acontecimento não são dicotômicas, ainda que apresentem dimensões distintas.

Partindo dessa reflexão de Quéré, podemos pensar que a mídia (como uma das instituições realizadoras da comunicação) atua nesse processo de simbolização dos acontecimentos-existenciais. Nesse processo, os dispositivos midiáticos conferem uma nova dimensão às ocorrências, que adquirem uma qualidade própria em sua constituição como acontecimentos-objeto. Apesar dessa distinção, entendemos que o acontecimento-objeto traz marcas do acontecimento-existencial, que só pode ser apreendido a partir de sua simbolização. Dessa forma, a análise dos acontecimentos tal como construídos e individuados pela mídia nos permite apreender (ao menos em parte) os significados que ecoam a partir da emergência concreta das ocorrências e como esse acontecimento

simbolizado participa da organização de nossa experiência no mundo – e de novas experiências nele. Esse tipo de análise nos permite, ainda, apreender a imbricada relação entre mídia e sociedade, não como esferas separadas: os acontecimentos na mídia são também acontecimentos na sociedade, e a leitura daqueles nos permite perceber como as ocorrências emergem na vida social e ordenam nossa experiência.

Vários estudos vêm sendo realizados a partir dessa compreensão do acontecimento e procuram perceber o papel da mídia em seu processo de constituição. Vera França (2009) investigou o sequestro da jovem Eloá pelo ex-namorado Lindenberg, que teve grande destaque e repercussão na mídia brasileira em outubro de 2008. A pesquisadora investigou o processo de *individualização* desse acontecimento e evidenciou que o sequestro foi, a princípio, inscrito em um quadro mais amplo de violência urbana no Brasil, ao lado de outros casos de crueldade que envolvem dramas individuais, e não como um caso de violência de gênero. De acordo com França, “a escolha de um enquadramento no campo das relações e papéis de gênero viria problematizar este caso para além da esfera pessoal dos envolvidos, e particularizá-lo dentro do quadro geral da violência urbana no Brasil” (2009: 16). Essa escolha realizada pelos dispositivos midiáticos acaba por manter o acontecimento “no limite entre problema público e domínios particulares”.

O mesmo acontecimento é analisado de modo comparativo a um outro assassinato (de Ângela Diniz, ocorrido em 1977) por Cecília Lana (2010). A pesquisadora procura investigar esses dois acontecimentos a partir de seu processo de individualização pela mídia, tendo em vista as relações de gênero que configuram a sociedade brasileira contemporânea, ainda muito marcada por machismo e padrões patriarcais. Lana (2010) observa os sentidos desencadeados pelos dois acontecimentos, bem como o caráter problemático que revelam, no intuito de perceber valores e normas relativos à questão de gênero.

Marco Antônio de Almeida (2006) parte da noção de acontecimento para investigar a crise política desencadeada pelo *mensalão*¹¹. O foco da pesquisa foi em uma personagem específica daquela cena política: Fernanda Karina, ex-secretária de Marcos Valério, um dos protagonistas da crise. O objetivo foi perceber a atuação dessa personagem, bem como o acontecimento que se desenha em torno dela.

Em diálogo com esse trabalho, a pesquisa de Roberto Almeida (2006) se volta para o terceiro eixo da individualização do acontecimento aqui evidenciado: a configuração de públicos em relação ao acontecimento Fernanda Karina. O pesquisador procura perceber como a experiência desse acontecimento “toca os sujeitos e afeta suas perspectivas e visões de mundo, seus modos de perceber a si mesmo e a realidade circundante” (Almeida 2006: 3).

11 Nome como ficou conhecido o esquema de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores e alguns parlamentares, que receberiam uma mesada para votar favoráveis às pautas defendidas pelo governo em 2005.

Esses trabalhos mostram a riqueza do conceito de acontecimento para análise de diferentes objetos – como uma crise política ou uma violência de gênero. Demonstram, ainda, o papel e a força da mídia como uma voz central na construção e na individuação dos acontecimentos na contemporaneidade. Nesse processo (de descrição, narração e construção de um pano de fundo pragmático), os meios acionam enquadramentos, nomeiam e identificam acontecimentos, convocam os sujeitos afetados a agir orientados pelos quadros normativos da cultura. Nesse sentido, a análise da individuação dos acontecimentos permite perceber valores e normas que constroem o contexto social em que vivemos¹². Isso porque, na emergência de um acontecimento, que irrompe, afeta a vida dos sujeitos e provoca mudanças, valores e normas são evidenciados.

Dessa forma, valores e normas podem ser vistos como filtros que nos permitem avaliar um acontecimento e o modo como ele afirma ou questiona os elementos configuradores do quadro cultural. Quadro esse que é acionado, atualizado e também transformado a partir do modo como a mídia atua na individuação dos acontecimentos que constroem a trajetória das celebridades. Nesse processo de individuação (e simbolização) dos acontecimentos, a mídia constrói, cotidianamente, narrativas de caráter biográfico acerca das figuras públicas – questão que discutiremos na próxima seção deste artigo.

ACONTECIMENTO E BIOGRAFIA DAS CELEBRIDADES

Os acontecimentos-objeto construídos pela mídia acerca das celebridades revelam traços de uma trajetória de vida. A noção de *trajetória* privilegia o caminho traçado, o

12 Valores e normas são entendidos aqui a partir da perspectiva de Habermas (1997), que apresenta quatro diferenças inter-relacionadas para caracterizar as duas noções. A primeira se refere ao sentido desses conceitos. Enquanto normas são deontológicas e se referem a obrigações, valores apresentam um sentido teleológico, englobando concepções de bem. Um segundo elemento a distinguir tais noções diz respeito à forma como os sujeitos se relacionam com eles. Normas podem ser válidas ou inválidas, enquanto valores aceitam hierarquias, sendo que alguns são mais atrativos do que outros. Se as normas demandam um posicionamento de adoção ou rejeição (um posicionamento de “sim” ou “não”), os valores admitem gradações em diferentes situações (Livet 2006; 2009). A terceira distinção discutida por Habermas refere-se à questão da obrigatoriedade absoluta ou relativa de normas e valores: “A validade deontológica de normas tem o sentido absoluto de uma obrigação incondicional e universal: o que deve ser pretende ser igualmente bom para todos. Ao passo que a atratividade de valores tem o sentido relativo de uma apreciação de bens, adotada ou exercitada no âmbito de formas de vida ou de uma cultura: decisões valorativas mais graves ou preferências de ordem superior exprimem aquilo que, visto no todo, é bom para nós (ou para mim)” (Habermas 1997: 316-317). Por fim, o pensador discute uma distinção em relação aos critérios aos quais os sistemas de normas ou de valores devem satisfazer. Segundo Habermas, as normas não podem apresentar contradições entre si, se pretendem ser válidas para um mesmo grupo (1997: 317). Os valores, por sua vez, “concorrem para obter a primazia; na medida em que encontram reconhecimento intersubjetivo no âmbito de uma cultura ou forma de vida, eles formam configurações flexíveis e repletas de tensões” (1997: 317). Em virtude dessas características, as normas tendem a ser mais permanentes, ainda que não sejam imutáveis, enquanto os valores são mais flexíveis e passíveis de mais mudanças e de modo mais rápido quando comparadas às transformações normativas de uma cultura. De qualquer forma, valores e normas regem permanentemente nossa conduta, ainda que não pensemos sobre isso em cada ação cotidiana.

percurso atravessado e pode ser entendida como um “processo de configuração de uma experiência social singular” (Kofes 2001: 27). Nesse percurso, inúmeros acontecimentos deixam sua marca, entendida como aquilo que “fica impresso, gravado, porventura indelevelmente, sem poder ser apagado, como algo que se imprime no corpo, na carne” (Cardoso E Cunha 2005: 105). São as marcas que se tornam referências, experiências memoráveis na configuração de uma trajetória, cuja apreensão pode revelar não apenas traços do protagonista que a constrói, mas também dos valores, da política e da história local (Kofes 2001: 23)¹³. Assim, ao olhar para as trajetórias de vida das celebridades, construídas cotidianamente pela mídia, é importante olhar para esses dois eixos: a biografia do protagonista de uma trajetória e o contexto em que esta se insere.

Uma biografia é escrita de forma narrativa e, com isso, constrói uma ordenação temporal da trajetória do personagem biografado. Ou seja, uma *narrativa biográfica* oferece “um enquadramento retrospectivo e prospectivo”, ao ordenar a vida, “articulando memória e aspirações (‘projetos’) dos indivíduos, suas motivações e os significados de suas ações numa conjuntura própria de vida, conferindo uma seqüência às etapas de uma trajetória pessoal” (Rondelli; Herschmann 2000: 203).

Para Pierre Bourdieu (2002), a possibilidade de apreender essa conjuntura própria de vida através da escrita biográfica é uma *ilusão*. O autor reconhece que “uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (Bourdieu 2002: 183). Entretanto, ele questiona a “criação artificial de sentido” que é marca da escrita biográfica, assim como a linearidade que a constitui:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu 2002: 189-190).

A denúncia da *ilusão biográfica* realizada por Bourdieu tem o mérito de questionar a ideia de uma possível “transparência entre o biógrafo e o biografado” (Dosse 2009: 210). Partindo dessa proposição, enfatiza-se o caráter processual da escrita biográfica, que não deve ser tomada como mero reflexo ou espelho da vida que procura narrar. Ou seja, as biografias não são entendidas como homogêneas, afinal, “o significado de uma vida nunca é unívoco” (Dosse 2009: 375). Apesar disso, elas não devem ser tomadas como uma

13 A antropóloga Suely Kofes (2001) busca reconstruir, etnograficamente, a trajetória de Consuelo Caiado, uma farmacêutica da cidade de Goiás, em sua forma narrativa. Perseguindo os rastros da personagem estudada, Kofes procurou conversar com pessoas que a ajudassem a reconstruir o caminho de Consuelo.

criação artificial de sentido. Se é certo que a riqueza e a complexidade de uma trajetória de vida não podem ser reduzidas a uma narrativa homogênea e definitiva, também é inegável que traços e acontecimentos marcantes de uma vida podem ser revelados a partir de relatos diversos. Assim, uma biografia é “uma estrutura inelutavelmente compósita, uma convergência de relatos diversos enredados uns nos outros” (Dosse 2009: 67).

Roland Barthes (2005) traz a noção de *biografemas* para designar “esses pequenos detalhes, que [...] podem dizer tudo a respeito de um indivíduo” (Dosse 2009: 306), remetendo à singularidade do mesmo. Décio Pignatari (1996) retoma o conceito para falar das unidades distintivas que ajudam a compor o *puzzle biodiagramático* que constrói uma biografia: esta não é algo dado, mas é construída e organizada como um diagrama.

Esse *puzzle biodiagramático* é construído tendo em vista os dois acontecimentos que delimitam o espaço de uma trajetória de vida: o nascimento e a morte. Nesse sentido, uma biografia é vista como interpretação dessa trajetória, apresentando-se para nós como *evenemencial* (Cardoso e Cunha 2005: 106-107). Ou seja, ela é construída entre esses dois acontecimentos únicos e radicais, esses dois pólos – inaugural e final – em que uma vida se desenvolve. É entre esses dois acontecimentos que se constrói o sentido de uma trajetória para o protagonista de tal biografia e para aqueles que por ela se veem afetados. Entre eles, outros acontecimentos ocorrem e deixam suas marcas impressas na vida que se constrói nesse percurso.

Em geral, as biografias partem desse último acontecimento – a morte – que impulsiona discursos que procuram (re)escrever a vida do sujeito: “a morte gera escrita, como já havia observado Michel de Certeau” (Dosse 2009: 274). Para Pasolini, “a morte realiza uma montagem fulminante da nossa vida: ou seja escolhe os seus momentos verdadeiramente significativos” (1982: 196, grifos do autor). A morte suscita, assim, relatos de natureza biográfica, que elegem eventos, detalhes, valores, enfim, a serem evidenciados na construção das trajetórias.

É preciso destacar, contudo, que não é apenas a morte de um sujeito que gera a escrita biográfica. Como destaca Dosse, atualmente, “mesmo os limites que pareciam mais intangíveis, como os que definem o desenrolar biográfico entre o nascimento e a morte, são hoje questionados tanto a montante quanto a jusante” (Dosse 2009: 405). O historiador destaca que, depois de um longo eclipse da biografia, assistimos, a partir dos anos 1980, “a uma verdadeira explosão biográfica que se apossa dos autores e do público num acesso de febre coletiva que dura até hoje” (Dosse 2009: 16). Essa febre coletiva impulsiona relatos não apenas pós-morte de um sujeito, ainda que a narração do percurso do nascimento até a morte continue sendo um traço marcante desse tipo de narrativa.

Herschmann e Pereira (2003) destacam o papel que essa explosão biográfica desempenha na ordenação da vida dos sujeitos na contemporaneidade e também na

revelação de valores e visões de mundo. Segundo os autores, as narrativas biográficas vêm se tornando referências fundamentais para os indivíduos nesse contexto, já que é a partir delas que “os agentes sociais, ao mesmo tempo, atribuem sentidos e significados para a realidade e constroem, provisoriamente, um lugar para si no mundo” (Herschmann; Pereira 2003: 8). Nesse sentido, elas são centrais para o modo como os atores sociais ordenam suas vidas na contemporaneidade.

Essa importância da biografia na vida social hodierna é associada por Gilberto Velho ao individualismo que caracteriza nosso tempo. Segundo o antropólogo,

nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade. É a progressiva ascensão do indivíduo psicológico, que passa a ser medida de todas as coisas. [...] Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna (Velho 2003: 100).

Nesse contexto, marcado também por dispersão, fluidez e efemeridade, as narrativas biográficas “produzem a sensação de ordenamento, de coerência e da possibilidade de apreensão da totalidade de uma trajetória de vida” (Rondelli; Herschmann 2000: 203). É por esse papel na produção de uma sensação de ordem em um mundo desordenado que Rondelli e Herschmann (2000) apontam para a centralidade da construção biográfica na contemporaneidade, principalmente por sua articulação com as diferentes mídias. Em dispositivos midiáticos diversos, esses textos de natureza biográfica nos rondam, revelando episódios que constroem a trajetória de um sujeito (Rondelli; Herschmann 2000: 215). Como destaca Pena, “se, no passado, era preciso ler a biografia de uma estrela para conhecer passagens de sua intimidade que ela julgasse conveniente divulgar, hoje a biografia é escrita diariamente na mídia” (Pena 2002: 155). É dessa forma que trajetórias de vida das celebridades se tornam públicas, as quais são alimentadas pelo próprio desejo da sociedade de acompanhar as narrativas biográficas de certos sujeitos.

É fundamental atentar para o fato de que nem sempre são os acontecimentos de interesse público que chamam a atenção da sociedade nas trajetórias de vida dos famosos. Aliás, é justamente a sustentação do interesse por sua *vida privada* que ajuda a caracterizar uma celebridade. Segundo Graeme Turner (2004), esta precisa de mais do que um catálogo de atividades profissionais de sucesso para alimentar o desejo da mídia por acompanhar sua trajetória. Conforme o pesquisador,

nós podemos mapear o preciso momento em que uma figura pública se torna uma celebridade. Isso ocorre no momento em que o interesse midiático em suas atividades é transferido dos relatos em torno de seu papel público (como suas reali-

zações específicas na política ou no esporte) para a investigação dos detalhes de suas vidas privadas (Turner 2004: 8).

Assim, acontecimentos de natureza tanto pública como privada deixam suas marcas na trajetória de vida das celebridades e suscitam a atenção da mídia. Eles irrompem na experiência cotidiana das estrelas e são descritos, enquadrados e narrados pelos diferentes dispositivos midiáticos. Os sentidos instaurados pela mídia, mesmo que não tragam toda a complexidade dos acontecimentos (e da trajetória dos ídolos), permitem construir uma compreensão acerca destes. Afinal, os acontecimentos-objeto trazem ecos dos acontecimentos-existenciais. A análise dos acontecimentos-objeto construídos pela mídia nos permite, assim, perceber não apenas o que é enquadrado pelo dispositivo midiático, mas também o que transborda e aponta para o contexto social, seu quadro de valores e o lugar da experiência (das celebridades e dos públicos que com elas dialogam).

Ao descrever e narrar as ocorrências que edificam a vida das celebridades, assim como ao interpelar o público a se posicionar em relação a elas, a mídia atua nesse processo de individuação (e simbolização) dos acontecimentos que ordenam a vida das celebridades. Nesse sentido, a mídia participa, cotidianamente, da construção de *biografias* das figuras públicas, ou seja, produz relatos de vida em relação aos acontecimentos que constroem a trajetória de tais personalidades. Trajetória essa que é delineada a partir de pequenos detalhes, *biografemas* que nos dizem quem são essas celebridades.

A ideia de *biografemas* nos permite, assim, pensar em uma multiplicidade de detalhes, de ocorrências, tratados em inúmeros relatos, os quais edificam uma biografia heterogênea, construída em suportes e discursos diferenciados. É dessa maneira que se pode refletir sobre as biografias das celebridades escritas pela mídia: como narrativas heterogêneas, múltiplas, construídas a partir de fragmentos de discursos instaurados em dispositivos diversos.

PARA CONCLUIR

O objetivo deste artigo foi discutir a noção de acontecimento, no intuito de apreender algumas de suas contribuições para análise da trajetória e da narrativa biográfica das celebridades. Os acontecimentos (de natureza profissional e pessoal) irrompem na vida dos famosos e chamam a atenção da mídia, que, através de inúmeros relatos de caráter biográfico, atua na individuação e na simbolização dos acontecimentos que constituem o percurso de vida das celebridades. Os discursos midiáticos assim construídos interpelam os sujeitos a não apenas acompanhar, mas criticar, elogiar, posicionar-se, enfim, em relação a

tais acontecimentos. Nesses processos, normas e valores sociais são acionados, tematizados e atualizados. Todos esses relatos, enredados uns nos outros, configuram um diagrama da vida de uma celebridade, ou um *puzzle biodiagramático*; ou seja, fazem emergir uma possível narrativa biográfica dessa figura pública, marcada por detalhes de sua vida pública e de sua vida privada. A apreensão dessa narrativa pode nos revelar uma imagem pública da celebridade analisada, bem como evidenciar os valores que a edificam.

Dessa forma, acreditamos que a operacionalização do conceito de acontecimento (a partir dos vários eixos que constituem seu processo de individuação) pode ajudar a compreender a construção das celebridades na cena pública contemporânea¹⁴. Entendemos que a mídia participa desse processo na medida em que descreve, identifica, narra e constitui públicos em relação às ocorrências que marcam a vida das figuras públicas. Com isso, a análise de alguns discursos midiáticos que abordam acontecimentos ligados à trajetória de uma celebridade possibilita (re)construir uma narrativa biográfica da mesma, evidenciando os *biografemas* constitutivos do *puzzle biodiagramático* que edifica tal biografia. Nesse sentido, a análise do acontecimento (a partir de diferentes fragmentos midiáticos) nos permite apreender não apenas a configuração desse rosto público, mas também a sua inserção no contexto social contemporâneo e seu quadro de valores.

¹⁴ Essa operacionalização do conceito para análise empírica de uma celebridade foi desenvolvida em outros trabalhos. Cf. Simões, 2011, 2012a, 2012b, 2012c.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marco Antônio Pessoa V. 2006. A Secretária da Crise: A construção do acontecimento Fernanda Karina Somaggio. Belo Horizonte: Monografia de Graduação em Comunicação Social, FAFICH-UFMG.
- ALMEIDA, Roberto Edson de. 2006. O acontecimento e seus públicos: o caso Fernanda Karina Somaggio. Belo Horizonte: Monografia de Graduação em Comunicação Social, FAFICH-UFMG.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. 2009. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes apud MEDITSCH, Eduardo. 2010. “Jornalismo e construção social do acontecimento”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular: 19-42.
- ANTUNES, Elton. 2008. “Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade do discurso jornalístico”. *Revista Contemporânea*, v. 6, n. 1: 1-21.
- ANTUNES, Elton. 2007. “Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico”. *Revista Em Questão*, v. 13, n.1: 25-40.
- ARENDT, Hannah. 1993. “Compreensão e Política”. In: _____. *A dignidade da política. Ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 39-53.
- BABO-LANÇA, Isabel. 2006. “O acontecimento social”. In: _____. *A configuração dos acontecimentos públicos: o “Caso República” e as manifestações nos Açores em 1975*. Coimbra: MinervaCoimbra: 63-88.
- BABO-LANÇA, Isabel. 2007. “Problema Público Processos de Enquadramento: o caso Madeleine McCann”. *Revista Trajectos*, n. 11: 47-66.
- BABO-LANÇA, Isabel. 2008a. “A Corrupção como Problema Público e a Nova Ética da Confiança”. *Revista Trajectos*, n. 12: 7-20.
- BABO-LANÇA, Isabel. 2008b. “Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional”. In: *I Colóquio em Comunicação e Sociabilidade – Comunicação Midiática: instituições, valores e cultura*. Belo Horizonte: p. 1-20.
- BARTHÉLÉMY, Michel; QUÉRÉ, Louis. 1991. *La mesure des événements publics: Structure des événements et formation de la conscience publique. Rapport de recherche pour le CNRS*. Paris: Centre d’Etudes des Movements Sociaux: p. 1-85.
- BARTHES, Roland. 2005. Sade, Fourier, Loyola. São Paulo: Martins Fontes.
- BATESON, Gregory. 2000. “A theory of play and fantasy”. In: _____. *Steps to an Ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press: 177-193.
- BATESON, Gregory. 2002. “Uma teoria sobre brincadeira e fantasia”. In: B.T. Ribeiro; P.M. Garcez. (org.) *Sociolingüística Interacional*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola: 85-105.
- BENJAMIN, Walter. 1994. “A imagem de Proust”. In: _____. *Magia e técnica, arte e*

- política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v.1. 7. ed. São Paulo: Brasiliense: 36-49.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico de M. B. 2010. “Tipologias do acontecimento jornalístico”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular: 121-142.
- BOORSTIN, Daniel. 1992. “From hero to celebrity: the human pseudo-event”. In: _____. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage: p. 45-76.
- BOURDIEU, P. 2002. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV: p. 183-191.
- BREGMAN, Dorine. 1997. “Le cadrage du débat public. Le projet de CSG”. In: P. Beaud et al. (org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux / CNET : 473-495.
- CARDOSO E CUNHA, Tito. 2005. “Acontecimento e biografia”. *Revista Trajectos*, n. 6: 105-108.
- CHARAUDEAU, Patrick. 2006. “A construção da notícia: um mundo filtrado”. In: _____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto: 131-142.
- DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. 1994. *Media events: the live broadcasting of history*. Cambridge / London: Harvard University Press.
- DELEUZE, Gilles. 1975. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- DEWEY, John. 1998. “Context and Thought”. In: _____. *The essential Dewey*. v. 1. Pragmatism, education, democracy. Bloomington: Indiana University Press apud POGREBINSCHI, T. 2005. *Pragmatismo: teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- DEWEY, John. 1954. “Search for the public”. In: _____. *The public and its problems*. Chicago: Swallow Press: 2-86.
- DEWEY, John. 1980. “Tendo uma experiência”. In: M. Leme (org.). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural: 89-105.
- DOSSE, François. 2009. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. São Paulo: EDUSP.
- FORNEL, Michel de. 1997. “Violence, sport et discours médiatique. L'exemple de la tragédie du Heysel”. In: P. Beaud et al. (Orgs.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux / CNET: 453-471.
- FOUCAULT, Michel. 1966. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugalia.
- FRANÇA, Vera R. V. 2009. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. In: VI SOPCOM, Lisboa: 1-19.
- FRANÇA, Vera R. V. 2006. “Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação”. In: C. Guimarães; V..R.V. FRANÇA.(org.) *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica: 60-88.
- FRANÇA, Vera R. V.; ALMEIDA, Marco Antônio P. V. 2006. “O caso Fernanda Karina:

- as potencialidades do acontecimento”. In: VIII Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação e da Informação, Université Stendhal-Grenoble III, Echirolles, França.
- FRANÇA, Vera R. V. 2010. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: B.S. Leal; C.G. Guimarães; C.M.Mendonça (org.) Entre o sensível e o comunicacional. Belo Horizonte: Autêntica: 39-54.
- GOFFMAN, Erving. 2002. “Footing”. In: B.T. Ribeiro; P.M. Garcez. Sociolinguística Interacional. (Org.) 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola: 107-148.
- GOFFMAN, Erving. 1974. Frame Analysis: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press.
- GUIMARÃES, César G.; LEAL, Bruno Souza. 2008. “Experiência estética e experiência mediada”. Revista Intexto, v. 2, n. 9: 1-14.
- HABERMAS, Jürgen. 1997. “Normas versus valores: crítica a uma autocompreensão metodológica falsa do controle da constitucionalidade”. In: _____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 314-330.
- HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). 2003. Mídia, Memória e Celebidades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade. Rio de Janeiro: E-Papers.
- JOAS, Hans. 1999. “Interacionismo Simbólico”. In: A. Giddens; J. Turner. (orgs.). Teoria Social Hoje. São Paulo: Ed. UNESP: 127-174.
- KOFES, Suely. 2001. Uma trajetória, em narrativas. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- LANA, Cecília. 2010. Acontecimento midiático e ressonâncias pragmáticas: a produção de sentido em torno de crimes passionais. Belo Horizonte: Monografia de Graduação em Comunicação Social, FAFICH-UFMG.
- LEAL, Bruno Souza et al. 2010. “Agendamento, enquadramento e noticiabilidade”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular: 187-219.
- LEAL, Bruno Souza ; VAZ, Paulo Bernardo F.; ANTUNES, Elton. 2010. “De quem é a agenda”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular: 221-239.
- LIVET, Pierre. 2009. As normas. Análise da noção, estudos de textos. Wittgenstein, Leibniz, Kelsen, Aristóteles. Petrópolis: Vozes.
- LIVET, Pierre. 2006. “Les normes et les valeurs”. In : _____. Les normes. Paris: Armand Colin: 7-42.
- MEAD, George Herbert. 1932. “The Present as the Locus of Reality”. In: _____. The Philosophy of the Present. LaSalle, Illinois: Open Court: 1-31. Disponível em: http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/philpres/Mead_1932_01.html. Acesso em 22 de fevereiro de 2011.
- MEAD, George Herbert. 1938. “The Philosophy of the Act”. (Edited by Charles W. Mor-

- ris with John M. Brewster, Albert M. Dunham and David Miller). Chicago: University of Chicago. Disponível em: http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/philact/Mead_1938_toc.html. Acesso em 24 de fevereiro de 2011.
- MEDITSCH, Eduardo. 2010. “Jornalismo e construção social do acontecimento”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular: 19-42.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. 2007. “Movimentos Sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público”. *Revista Lua Nova*, n. 72: 115-142.
- MIGLIORIN, Cezar. 2006. “O dispositivo como estratégia narrativa”. In: A. Lemos; C. Berger; M. Barbosa (Org.) *Narrativas midiáticas contemporâneas*. Livro da XIV Compós/2005. Porto Alegre: Sulina: 82-94.
- MIRANDA, José A. Bragança de. 2005. “O acontecimento como invenção necessária da história”. *Revista Trajectos*, n. 6: 113-121.
- MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. 1997. “Informer: une conduite délibérée. De l’usage stratégique des événements”. In: P. Beaud et al. (Org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux / CNET : 433-451.
- MOUILLAUD, Maurice. 2002. “A crítica do acontecimento ou o fato em questão”. In: M. Mouillaud; S.D. Porto (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora UnB: 49-83.
- MUPHY, John. 1993. *Pragmatismo: de Peirce a Davidson*. Portugal: Asa.
- NORA, Pierre. 1988. “O retorno do fato”. In: J. Le Goff; P. Nora. *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 179-193.
- PASOLINI, P. P. 1982. “Observações sobre o plano-sequência”. In: _____. *Empirismo hereje*. Lisboa: Assírio e Alvim: 193- 196.
- PENA, Felipe. 2002. “Celebidades e heróis no espetáculo da mídia”. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XXV, n. 1: 146-157.
- PIGNATARI, D. 1996. “Para uma semiótica da biografia”. In: F. Hisgail. (Org.) *Biografia: sintoma de cultura*. São Paulo: Hacker editores, Cespuc: 13-19.
- POGREBINSCHI, Thamy. 2005. *Pragmatismo: teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. *Acontecimento jornalístico e história*. 2010. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular: 43-61.
- QUÉRÉ, Louis. 1995. “L’espace public comme forme et comme événement”. In: I. Joseph (org.). *Prendre place. Espace public et culture dramatique*. Colloque de Cérizy. Paris: Ed. Recherches : 93-110.
- QUÉRÉ, Louis. 1997. “L’événement. Introduction”. In: P. Beaud et al. (org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux / CNET.
- QUÉRÉ, Louis. 2000. “L’individualisation des événements dans le cadre de l’expérience

- publique”. In: P. Bourdon et al (org.). *Processus du sens*. Paris, L’Harmattan : 1-23.
- QUÉRÉ, Louis. 2003. “Le public comme forme et comme modalité d’expérience”. In: D. Cefaï; D. Pasquier. (org.). *Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques*. Paris: Presses universitaires de France : 113-134.
- QUÉRÉ, Louis. 2005. “Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento”. *Revista Trajectos*, n. 6: 59-75.
- QUÉRÉ, Louis. 2010. “O caráter impessoal da experiência”. In: B.S. Leal; C.G. Guimarães; C.M.Mendonça (org.) *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica: 19-38.
- QUÉRÉ, Louis. 2011. “Les formes de l’événement. Pour un réalisme pragmatiste”. In: *II CIS: Acontecimento: Reverberações*, Belo Horizonte, MG: 1-24.
- RANCIÈRE, Jacques. 1995. “Os enunciados do fim e do nada”. In: _____. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34: 227-252.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. 2003. “A mídia e o lugar da história”. In: M. Herschmann; C.A.M.Pereira (org.). *Mídia, Memória e Celebidades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-Papers : 105-130.
- RICOEUR, Paul. 1991. “Événement et sens”. *Raisons pratiques* 2, Paris: 41-56.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. 1991. “Arte e experiência”. *Revista de Comunicação e Linguagem: a experiência estética*, n. 12/13: 25-33.
- RONDELLI, Elisabeth; HERSCHMANN, Micael. 2000. “A mídia e a construção do biográfico”. *Revista Tempo Social*, v. 12, n. 1: 279-309.
- SÁNCHEZ DE LA YNCERA, Ignácio. 1994. *La mirada reflexiva de G. H. Mead: sobre la socializad y la comunicación*. 2. ed. Madrid: Centro de investigaciones sociológicas / Siglo XXI de España editores.
- SANTOS, José Manuel. 2005. “Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos”. *Revista Trajectos*, n. 6: 77-83.
- SIMÕES, Paula Guimarães. 2011. “A potencialidade do conceito de acontecimento para a análise da imagem pública das celebridades”. *Revista Líbero*, v. 14: 129-140.
- SIMÕES, Paula Guimarães. 2012a. “O privado em público: reflexões sobre a construção das celebridades na contemporaneidade”. *Revista Interin*, v. 13: 1-16.
- SIMÕES, Paula Guimarães. 2012b. “Acontecimento e trajetória de vida: a construção de uma celebridade carismática”. *Revista Contemporânea*, v. 10: 410-428.
- SIMÕES, Paula Guimarães. 2012c. “RONALDO E A COPA DE 2002: dons e valores na construção de uma celebridade carismática”. *Revista Dispositiva*, v. 1: 107-121.
- SIMÕES, Paula Guimarães. 2012d. *O acontecimento Ronaldo: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado em Comunicação Social, FAFICH-UFMG.
- THOMAS, William. 1966. *On social organization and social personality. Selected papers*. Chicago: The University of Chicago Press apud VELHO, Gilberto. 2008. “Gof-

- fman, mal-entendidos e riscos interacionais”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68: 145-148.
- TUCHMAN, Gaye. 1978. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press apud MEDITSCH, Eduardo. 2010. “Jornalismo e construção social do acontecimento”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular: 19-42.
- TURNER, Graeme. 2004. *Understanding Celebrity*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE.
- VELHO, Gilberto. 2008. “Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68: 145-148.
- VELHO, Gilberto. 2003. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- VERÓN, Éliséo. 1995. *Construir el acontecimiento: los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island*. Barcelona: Gedisa apud MEDITSCH, Eduardo. 2010. “Jornalismo e construção social do acontecimento”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular:19-42.
- VÉRON, Éliséo. 1997. “Il est là, je le vois, il me parle”. In: P. Beaud et al. (Org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux / CNET : 521-539.
- VALVERDE, M. 2007. *Estética da Comunicação: sentido, forma e valor nas cenas da cultura*. Salvador: Quarteto.
- VOGEL, Daisi I. “Acontecimento no jornalismo e na arte”. In: M. Benetti; V. Fonseca. (org.). 2010. *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular: 63-76.

ABSTRACT

This paper discusses the concept of event, in order to highlight some contributions to the analysis of celebrities in the contemporary public scene. It presents some studies that use this notion and it proposes a perspective to event from the articulation with experience. It thus shows how the individuation of events occurs, demonstrating the role of the media in this process and how the events reveal values and norms which marked the social

context. To conclude, it approaches how the analysis of event allows apprehending the biography of a public figure, from different occurrences that daily build this trajectory of life. It evinces then that the operationalization of the concept of event, with the dimensions of the process of individuation, enables to comprehend the constitution of a specific public face and its insertion in the broader social context and its universe of values.

KEYWORDS

Event, media, experience, celebrities, event analysis.

SUBMETIDO EM

Março de 2012

APROVADO EM

Novembro de 2012

PAULA GUIMARÃES SIMÕES

Professora Adjunta no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora e Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS) e do Grupo de Pesquisa sobre Interações Midiáticas e Práticas Culturais Contemporâneas (GRISPOP). Publicações recentes apareceram em: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Contemporânea, Líbero, e E-Compós. Contato: paulaguimaraessimoes@yahoo.com.br.

AGRICULTURA FAMILIAR, ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA COMUNIDADE RURAL DE RODA D'ÁGUA

LEANDRO LUCIANO DA SILVA

FLAVIA MARIA GALIZONI

AUREO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO

RESUMO

Agricultura familiar, recursos naturais e programas públicos são temas controversos e têm despertado o interesse de pesquisadores de vários ramos da ciência. A relação entre esses temas apresenta maior complexidade quando o ambiente de convergência é o semiárido. O presente trabalho tem por objetivo apresentar as principais estratégias produtivas de agricultores familiares identificadas na comunidade rural de Roda D'água, município de Januária (MG). Observou-se que os agricultores familiares dessa localidade desenvolvem estraté-

gias específicas de utilização de recursos naturais, principalmente terra e água. As atividades produtivas da comunidade combinam produção agrícola e pecuária leiteira que, juntamente com as políticas públicas de transferência de recursos como Bolsa Família, são responsáveis por integrar a renda monetária dos agricultores. Articulam, assim, os programas públicos na dinâmica de suas estratégias produtivas objetivando sempre a permanência e reprodução do grupo social em seu território.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura familiar, programas públicos, recursos naturais, semiárido.

INTRODUÇÃO

A partir do grande impulso desenvolvimentista em meados do século XX acreditou-se que o setor agrário caminharia no mesmo ritmo do desenvolvimento experimentado pelo setor urbano/industrial. Diante dessa premissa, condenou-se a agricultura camponesa, tradicional ou agricultura familiar a um espaço muito marginal.

Entretanto, esses modelos tradicionais de agricultura sobreviveram e se reestruturaram a expensas das falhas apresentadas pelo modelo capitalista de produção, e, por todo mundo, a agricultura camponesa ou familiar se mostrou capaz de conviver com os novos padrões de desenvolvimento experimentados pela sociedade urbana-industrial.

Se por todo o mundo os modelos camponeses de fazer agricultura permaneciam e se reformulavam, no Brasil não foi diferente. Apesar de estarem às margens do modelo de desenvolvimento idealizado para o rural brasileiro – que privilegiou desde o Brasil Colônia, a monocultura e os grandes empresários do café, da cana e do algodão – os moradores de condição, foreiros, posseiros e outras formas que compõem a agricultura familiar brasileira permaneceram, foram ganhando espaço e revelando sua importância para a economia do país.

Nesse sentido destaca-se que, no Brasil contemporâneo, a agricultura familiar ocupa 24,3% das terras no rural brasileiro e contribui com aproximadamente 40% da produção nacional de alimentos, garante 74,4% de ocupação de mão de obra no campo e retira aproximadamente R\$ 677,00 por hectare/ano, enquanto a agricultura patronal extrai apenas R\$ 358,00 por hectares/ano (MDA 2006).

Para construir essa representatividade no cenário nacional a agricultura familiar lança mão de várias estratégias que estão relacionadas à geração de renda e ocupação, formação de patrimônio, gestão do trabalho familiar, migração, uso de recursos naturais e “captura” de políticas e programas públicos.

As estratégias produtivas estão associadas, principalmente, a formas de relacionamento com a natureza: a disponibilidade e gestão dos recursos naturais é ao mesmo tempo ponto de estrangulamento e potencialidade para a garantia da continuidade de agricultores familiares.

No território nacional há estabelecimentos de agricultores familiares com perfis diferenciados: há famílias de agricultores que desenvolvem suas atividades em ambientes naturais com abundância de recursos e existem aquelas que são obrigadas a se desenvolverem em ambientes com escassez de recursos naturais. Este é o caso dos agricultores familiares no semiárido mineiro.

Esta região é comumente caracterizada como seca e de extrema pobreza, e, recorrentemente é alvo de programas e políticas voltadas ao “socorro” da população

em épocas de estiagem acentuadas. Contudo, é possível identificar que essa região possui características que se sobrepõem à “seca”, à “pobreza” e favores políticos. Por meio de observação detalhada da agricultura familiar e de seus modos de lidar com as características do ambiente onde se localiza, percebeu-se a trajetória de uma população que mantém identidade e cultura material que embasam laços de convivência, tanto entre os indivíduos quanto com o ambiente em que vivem.

O objetivo deste trabalho é apresentar as estratégias produtivas de agricultores familiares da Comunidade Rural de Roda D’água, localizada no Alto-Médio São Francisco, ao norte de Minas Gerais, identificando suas relações com programas de desenvolvimento e com a gestão e uso de recursos naturais no semiárido.

Trata-se de um estudo de caso. Os dados aqui apresentados foram obtidos por meio da aplicação de questionários semiestruturados e observações *in loco*. As entrevistas foram realizadas no ano de 2009 e foram pesquisadas 30% (trinta por cento) das 45 famílias de agricultores da comunidade Roda D’água, selecionadas a partir de critérios relacionados ao número de membros da família, acesso à terra e diversidade de produção agrícola.

O presente trabalho além da introdução está disposto da seguinte forma: no referencial teórico são analisadas a relevância da agricultura familiar e suas estratégias produtivas no semiárido mineiro. Na seção seguinte são apresentados os resultados do estudo na comunidade de Roda D’água, em especial as estratégias relacionadas à geração de renda, às iniciativas comunitárias, à captação de programas públicos relacionados ao manejo de recursos naturais.

DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

A relação entre agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento rural tem sido tema controverso na literatura. Diversos autores têm destacado a importância da unidade familiar no ambiente rural, a relevância da sua produção, seu papel geração de ocupação e a conservação do ambiente. Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado em várias regiões do país, como na área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tem colidido com as perspectivas das comunidades rurais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009), a agricultura familiar representa 84,4% do total de estabelecimentos rurais brasileiros. E é a principal geradora de ocupações no meio rural. Das 16,5 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira 12,3 milhões estão na agricultura familiar: ela ocupa 15,3 pessoas a cada 100 há, enquanto a agricultura não familiar ocupa apenas 1,7 pessoas a cada 100 há. Quando

se considera o valor da renda total agropecuária de todo o país os estabelecimentos familiares respondem por 40%; este montante é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar.

Ocorre que, parte das vezes, esse conjunto expressivo de dados não é levado em consideração pelas organizações públicas e privadas ao estruturarem políticas e programas de desenvolvimento para o rural.

Ribeiro *et al.* (2007) ao analisarem programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha esclarecem que novos programas devem considerar a possibilidade de inovar a partir das tradições, considerando que sistemas locais detêm as suas particularidades às vezes ignoradas.

Esses sistemas locais podem ser compreendidos como uma base territorial onde se revela o desenvolvimento rural. Nesse ambiente convergem setores produtivos compostos por um conjunto de elementos como: a integração mercantil com cidades da própria região; a combinação entre uma agricultura familiar consolidada com processo de urbanização e industrialização; pluratividade das famílias rurais que permite a retenção de população rural e redução do êxodo, a criação de programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos. Todos esses elementos devem ser levados em consideração para a análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial (Kageyama 2004).

Para Ortega (2008) território é um conceito polissêmico, complexo, mas o seu uso molda uma “concepção espacial de desenvolvimento delimitada pela articulação e pela organização de interesses territorialmente circunscrito” (Ortega 2008: 54). Para este autor o relevo nas “capacidades e recursos” territoriais reanimou um debate sobre desenvolvimento rural, pois destacou a importância da população rural principalmente no que diz respeito ao “(...) seu aspecto de flexibilidade e sustentabilidade, expresso na sua capacidade de organizar estratégias de sobrevivência não só na inserção nos mercados de produtos agrícolas (...), mas também em outros mercados de produtos e serviços (...)” (Ortega 2008: 74). Dentro desta perspectiva do desenvolvimento territorial a agricultura familiar por suas características sociais, produtivas e ambientais ganhou novo destaque.

AGRICULTURA FAMILIAR

Para conceituar agricultura familiar não há um termo pronto e acabado, mesmo porque, a própria categoria social se transforma e se adapta às condições que lhe são impostas pela história e pelo meio. Atribuir à agricultura familiar um conceito estático é afirmar a sua estagnação e ignorar sua notória capacidade de produção e reprodução em

condições sociais e ambientais diferenciadas.

Partindo dessa premissa o conceito de agricultura familiar transita pela órbita das variáveis que compõem o universo agrário, não se originando de fatores isolados, mas de características que, inter-relacionadas, possibilitam o conhecimento da condição camponesa, condição que reflete os processos de desenvolvimento vividos pela sociedade ao longo do tempo, aproximando e às vezes, confundindo os modelos de fazer agricultura (Van Der Ploeg 2008).

A dinâmica e a maleabilidade agrícola são fundamentais para a produção e a reprodução social da agricultura familiar e permitem verificar que ela está longe de ser cristalizada e atrasada. Pelo contrário, a sua localização em ambiente constantemente ameaçador impõe a criação e a recriação de estratégias que viabilizem a sua continuidade, e é o manejo integrado dessas estratégias que permite identificá-la.

São várias as estratégias que compõem a dinâmica da reprodução da agricultura familiar, porém, a literatura identifica com mais propriedade aquelas ligadas à organização do trabalho em família, ligadas à terra e as relacionadas à manutenção e formação do patrimônio. O estudo dessas variantes é fundamental para a compreensão da dinâmica de reprodução dessa categoria social.

Na unidade camponesa, a organização da força de trabalho tem o objetivo de atender às demandas do grupo familiar. É coordenada pelo “pai de família”, que, no uso de sua autoridade e do saber fazer, distribui as atividades e determina quem deve trabalhar, fato que depende da situação do grupo doméstico (Garcia Júnior 1983).

O trabalho em família passa por divisões que se vinculam especificamente ao ambiente de trabalho, a saber: a casa e a roça¹. A roça é de onde vem o alimento para o sustento da casa e, por sua vez, assume uma importância maior dentro da unidade produtiva, sendo dirigida pelo homem, enquanto a casa é reconhecidamente de domínio feminino. Nesses ambientes, os conceitos de trabalho são diferenciados, mas, tanto o homem quanto a mulher atuam na esfera de domínio um do outro. A mulher ajuda nas atividades coordenadas pelo homem em seu ambiente e o homem, em determinadas ocasiões e mesmo reconhecendo a sua “falta de habilidade”, realiza atividades no ambiente de domínio feminino.

Considerando que a agricultura familiar é uma categoria em que a sua base está fundada no trabalho de seus membros, a terra é um aspecto importante e, apesar de parecer secundário a olhos externos, na dinâmica do agricultor, é o primeiro ponto a ser considerado na coordenação dos recursos da unidade produtiva.

A terra é o ambiente de convergência e determina o futuro da família, impondo ao agricultor decisões a serem tomadas diante das peculiaridades da unidade produtiva

1 O termo “roça” é usado para designar o local onde a família realiza o plantio dos alimentos para o abastecimento da unidade produtiva.

e da quantidade e qualidade do terreno, sendo a escassez da terra um dos problemas fundamentais enfrentados pelos agricultores. (Heredia 1979).

A falta de terra ou a falta de acesso a ela é elemento significativo para as estratégias produtivas, pois estas dependem do terreno e de suas características: o futuro da família e de seus membros na unidade produtiva, o matrimônio, a partilha da gleba, a escolha de quem migra e de quem fica, o destino do produto excedente e as manobras de venda de produtos. Esses fatores são equilibrados pela disponibilidade de terra e seu uso dentro da unidade produtiva familiar.

As estratégias relacionadas à manutenção e formação de patrimônio se apresentam em três dimensões. A primeira trata-se da herança e sucessão, que são instrumentos que compõem a forma de aquisição e aumento de terras. Esses dois processos não se iniciam com a abertura da sucessão propriamente dita, com a morte do patriarca ou matriarca, mas com o casamento dos membros das famílias. Casar tem como objetivo, não só a satisfação afetiva ou o interesse individual dos envolvidos no contrato, mas, em primeiro lugar, os interesses da família ou do grupo social e a manutenção da terra na família. Isso conduz a trajetória dos destinos dos membros da família: quem casar, com quem casar, e quem deve migrar.

Além das articulações sucessórias e matrimoniais, a formação do patrimônio do agricultor familiar pode ser considerada como um processo que inclui várias estratégias, sendo sempre possível verificar a presença do trabalho, dos repasses e dos negócios, que, organizados e articulados, contribuem na formação desse patrimônio, em especial a manutenção da unidade familiar na terra (Ribeiro; Galizoni 1998).

Em adição aos “negócios” a agricultura familiar possui, historicamente, a capacidade de combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas. Os agricultores fazem isso quando precisam de receita fora do estabelecimento produtivo. Essa maleabilidade é decorrente da característica da atividade agropecuária, onde o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outra função além da atividade agrícola. Autores como Kageyama (1998) e Graziano da Silva (1999) designam esse processo como pluriatividade.

Segundo Van der Ploeg (2008), o que se verifica é que a pluriatividade além possibilitar a reprodução social da categoria com o abastecimento da unidade produtiva, evita a dependência de círculos bancários e prestamistas, sendo uma forma de suplemento da renda da unidade produtiva.

O patrimônio dos agricultores familiares pode ser identificado como o resultado da própria agricultura, da realização de negócios, da criação de animais, do trabalho fora da unidade produtiva e da migração. Esses elementos juntos somam-se – às vezes com maior participação de um ou de outro fator –, e famílias agricultoras administram as suas disponibilidades e as suas limitações, o que permite ao longo prazo a continuidade da unidade produtiva.

O semiárido brasileiro, representa uma extensão territorial que vai do norte de Minas ao norte do Ceará e do leste do Piauí ao oeste do Pernambuco, apresenta uma riqueza ímpar, que só pode ser compreendida a partir da análise de sua população, de sua cultura, de sua política e de sua vida.

Nesta região o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e preocupa as populações é o clima (Andrade 1964). A má distribuição de chuvas e a baixa capacidade de retenção hídrica do solo tornam a convivência com a estiagem um desafio a ser lidado constantemente.

O ambiente é composto por uma grande diversidade de ecossistemas, como a caatinga, as chapadas, os cerrados, os campos rupestres, os brejos de altitude e diversos tipos de floresta. O conhecimento da diversidade da natureza garante a sobrevivência das comunidades rurais que habitam esta região, além de comportar muitas espécies de plantas, como as oleaginosas, as frutíferas, as gramíneas e forrageiras nativas, que são conhecidas e usadas por essas comunidades (Diegues 2007).

É possível verificar nesse vasto território a presença de populações que extraem da natureza o sustento por meio de práticas tradicionalmente conhecidas e transmitidas por gerações.

Os agricultores familiares do semiárido do norte de Minas desenvolveram uma convivência com o ambiente conservando os seus ecossistemas (Dayrell 2000). Há, por parte deles, uma racionalidade produtiva, que está associada à natureza, conciliando produção com conservação, aproveitam as potencialidades dos ecossistemas e utilizam os seus próprios conhecimentos transmitidos socialmente e experimentados de geração a geração. A produção agrícola dessas populações se baseia na produção para o consumo, no intercâmbio ecológico com a natureza e no mundo social unido ao mundo natural.

O estudo sobre a agricultura familiar nesta região conduziu a verificação da existência de formas diferentes de gestão e uso dos recursos disponibilizados pela natureza: ora o recurso é gerido dentro da unidade familiar – e nela se verifica uma divisão não só de tarefas, mas de ambientes propriamente ditos – ora esta gestão se dá de forma coletiva ou comum, entre os membros de uma mesma localidade.

Roda D'água é uma comunidade rural do semiárido mineiro, situada no município de Januária, Alto Médio São Francisco, mais precisamente na sub-bacia do rio dos Cochós. As famílias de agricultores de Roda D'água são, em sua maioria, originárias da própria comunidade.

Às famílias de Roda D'água pode ser atribuído o conceito de família nuclear, considerando que são compostas por pai, mãe e filhos (Wolf 1976). Nas relações entre

os membros das famílias encontra-se a divisão das atividades e jornadas no trabalho produtivo na roça – dirigido pelo pai – e no trabalho desenvolvido no âmbito da casa, este último geralmente desenvolvido por mulheres e crianças menores. Ao se estudar as estratégias de produção e reprodução em Roda D’água, foi possível perceber formas assemelhadas às verificadas em estudos clássicos e recentes sobre agricultura familiar no tocante às dinâmicas de ajustes a condições naturais, sociais e políticas (Gracia Júnior 1983; Wootmann 1997; Ploeg 2008).

Em Roda D’água, as estratégias produtivas, didaticamente, se apresentam em três dimensões: as relacionadas à geração de renda, as relacionadas às iniciativas comunitárias e a captação de programas públicos e ao manejo dos recursos naturais.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS À GERAÇÃO DE RENDA

No que diz respeito à geração de renda, na comunidade, destacam-se, a produção leiteira, as transferências públicas e a lavoura.

A produção de leite em Roda D’água sempre desempenhou um importante papel na manutenção das famílias, seja para a venda de leite na cidade de Januária ou na venda de produtos dele derivados como o queijo e o requeijão. Tanto o leite quanto o queijo tinham destino certo, o que garantia alguma renda aos agricultores da comunidade.

Com a implantação e funcionamento de um laticínio comunitário em 2005, a importância do leite para composição da renda dos agricultores da comunidade aumentou expressivamente, sendo que, em 2009, 80% dos agricultores informaram a produção leiteira como principal fonte de renda. O leite era entregue ao laticínio que pagava um preço fixo por litro, o que possibilitava às famílias de agricultores, em certa medida, o planejamento das prioridades na unidade produtiva.

A produção leiteira na comunidade podia ser estratificada a partir de 4 grupos: 26% dos agricultores produziam em média de 0 a 20 litros/dia, 34% produziam de 21 a 30 litros/dias, 34% dos produtores declararam produzir entre 31 a 40 litros/dia e apenas 6% produzia de 41 a 50 litros/dia. Na declaração do quanto era produzido por dia, encontrou-se sempre uma variante temporária significativa que eram as “águas” – período chuvoso em que a produção alcançava seu máximo, mas, de acordo com os agricultores, o leite era mais ralo e menos gordo. A justificativa era que quando ofertada no cocho a alimentação (ração) era mais seca enquanto nas “águas” o gado se alimenta de pasto verde que tendia a “ralear²” o leite.

No que diz respeito às transferências de renda, estas foram encontradas na

² Expressão utilizada pelos agricultores entrevistados para explicar o leite menos denso.

comunidade basicamente em duas modalidades: aposentadoria³ e Bolsa Família⁴, ocorrendo tanto juntas quanto isoladamente, dependendo da composição etária dos membros da unidade. A Bolsa Família foi indicada por 60% das famílias, apenas 7% das famílias declararam receber a aposentadoria isoladamente, enquanto 13% declararam receber a aposentadoria e a Bolsa Família de forma cumulativa e 20% informaram não receber nenhum tipo de transferência.

A identificação das transferências como uma das principais fontes de renda das famílias da comunidade rural de Roda D'água, sugere que os programas sociais que tinham como objeto a transferência de recursos diretos a agricultores eram facilmente aceitos. De acordo com os agricultores entrevistados, a aposentadoria ou a Bolsa Família garantiam a manutenção da casa enquanto o pagamento pela entrega do leite não chegava ou enquanto não se vendia algum animal que gerasse o dinheiro necessário. Assim, as transferências eram incorporadas à composição do orçamento familiar e viabilizavam a realização de estratégias reprodutivas.

As transferências representavam certa “folga” para planejar e segurança para correr determinados riscos na produção⁵. Considerando que a produção familiar no semiárido é sujeita a grandes variações, devido às suas próprias características, ter uma renda monetária constante, caso da aposentadoria e da Bolsa Família, era um fator de estabilidade importante para as famílias, que permitia às mesmas, planejamento e investimentos a curto, médio e longo prazo.

Como se observa, as transferências diretas e as aposentadorias eram de grande importância para composição das rendas monetárias destas famílias rurais. Porém, constatou-se que os estudos sobre seus resultados em comunidades rurais eram ainda incipientes e o seu aprofundamento podia corroborar para uma melhor compreensão das estratégias produtivas da agricultura familiar.

Apesar da lavoura (ou roça) isoladamente não ser citada pelos agricultores de Roda D'água como fonte de renda, exercia um papel diferenciado e fundamental na dinâmica da comunidade: compunha a dieta das famílias e se destinava também à alimentação de animais. A lavoura para fins de comercialização era impraticável do ponto de vista dos agricultores, considerando que o rio dos Cochós, que possibilitava a prática de agricultura

³ É um direito previdenciário garantido ao trabalhador rural a partir dos 60 anos se homem, e a partir dos 55 anos se mulher, desde que comprove pelo menos 180 meses de atividade rural (Sette 2005).

⁴ Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70) (MDS disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

⁵ É útil ressaltar que o peso das aposentadorias e pensões, como forma de reduzir a vulnerabilidade, tem sido amiúde discutido no contexto da ampliação das aposentadorias para trabalhadores rurais após a promulgação do texto constitucional de 1988. O impacto da aposentadoria rural é visto como extremamente favorável em termos de redução da pobreza e da indigência nessas áreas, contribuindo para a valorização dos idosos no ambiente familiar e dinamizando economicamente regiões que estavam à margem do processo de desenvolvimento. (Delgado; Cardoso 1999 citados por Pires 2008).

irrigada não dispunha mais de água para esse fim. Contudo observou-se que a lavoura para o que era destinada, viabiliza aos agricultores a aplicação de recursos em outros investimentos dentro da unidade produtiva.

Além das fontes de renda relacionadas ao leite, transferências e lavoura, o agricultor familiar de Roda D'água desenvolvia outras atividades econômicas. Foi possível verificar ocorrência da pluriatividade⁶ como estratégia familiar.

A execução de atividades fora da compreensão do que seria tipicamente rural como manejo do gado ou rotinas relacionadas à lavoura foi informada por 40% dos entrevistados. Dentre as condutas apontadas 50% dos agricultores declararam exercer funções relacionadas ao beneficiamento no laticínio enquanto os demais agricultores informaram como ocupação o serviço público municipal em escola de comunidade rural, o trabalho em casa de família e o ofício de tratorista, que apesar de realizados na própria comunidade foram indicados como atividades profissionais não relacionadas à própria unidade produtiva.

Em Roda D'água as famílias de agricultores não se entregam unicamente às atividades agrícolas dependentes de recursos da natureza. A composição da renda, responsável pela manutenção do grupo familiar advinha de várias fontes e da participação de todos os membros da família.

No aspecto da geração de renda percebeu-se que as famílias de Roda D'água cercavam-se de todas as possibilidades possíveis, sendo que programas de transferência de recursos e aposentadorias foram incorporados tanto como alternativas de melhoria de renda quanto de dinamização da produção das famílias.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS ÀS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS E PROGRAMAS PÚBLICOS

São várias as formas de organização social que as comunidades podem lançar mão para alcançar objetivos comuns e obter recursos financeiros. Em Roda D'água uma das formas de organização social se materializou na Associação Comunitária.

6 Estes agricultores, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas, são identificados como agricultores em tempo parcial, apresentam como característica fundamental o exercício de atividades agropecuárias e não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços (Graziano da Silva 1996).

A associação teve início em 1985 para atender ao Projeto Sertanejo⁷ e para receber benefícios na implantação da Horta Comunitária – programas do Governo Federal e CODEVASF. Seus objetivos, de acordo com os agricultores, eram: ajudar, capacitar os associados e criar um sistema de cooperativismo para buscar sustentação para as famílias. A associação procurou promover cursos principalmente através do SENAR e EMATER.

Dentre as ações da associação destacam-se a perfuração de um poço tubular, a implantação do Laticínio Roda D'água, a aquisição de trator e implementos, a construção do galpão comunitário onde era guardado o trator e os implementos e a obtenção da sede da associação através de doação da Prefeitura Municipal de Januária. O local era um imóvel destinado ao funcionamento de uma escola rural que atendia às crianças da comunidade e de outras localidades próximas, mas foi desativada, tornou-se então o centro de convergência da comunidade, onde eram discutidos os problemas comuns e realizadas atividades coletivas de fortalecimento dos laços de solidariedade.

A utilização das vantagens alcançadas pela associação comunitária era regulada por normas tácitas que visavam garantir a todos os membros um uso igualitário dos recursos. Isso pode ser observado na gestão dos bens comuns, como no caso da água do poço tubular que abastecia a toda comunidade e da utilização do trator comunitário.

Na comunidade havia várias outras atividades sociais que eram desenvolvidas buscando maior integração entre as famílias. Eram promovidas atividades recreativas como torneios de truco, jogos de futebol no campo da comunidade, bingos beneficentes. Também eram realizadas atividades religiosas como as festas de Reis, de São Gonçalo e festa Junina com realização de quadrilha⁸.

A organização das famílias de Roda D'água em associação possibilitou à comunidade o aproveitamento de forma mais efetiva dos programas e ações disponibilizadas por instituições públicas e não governamentais, selecionando as que seriam mais bem adaptadas ao seu perfil. Alguns benefícios alcançados como o poço tubular, a instalação do laticínio, a participação da comunidade em programas de convivência com o semiárido foram conquistas obtidas através de atuação da associação de Roda D'água.

7 Programa criado pelo Governo Federal em 1976, para organizar e fortalecer as unidades produtivas do Semiárido, tornando-as menos vulneráveis às secas, através da capacitação dos agricultores na utilização mais racional dos recursos naturais disponíveis em suas propriedades agrícolas.

8 As festas religiosas têm um significado especial para comunidades rurais brasileiras, pois são canais de integração entre os membros da comunidade e entre ela e outras localidades. Tais festas realizam-se formalmente no seio das comunidades rurais em louvor a algum santo católico e são importantes palcos de trocas e de manutenção de relações sociais, seja entre os membros das próprias comunidades rurais (e mesmo seus egressos) como entre estas e as comunidades vizinhas (Ortega & Silva Só 2006:14).

Os programas públicos na comunidade nem sempre seguiram uma delimitação precisa, vez que os agricultores não designavam com segurança em qual programa determinada atividade se inseria. Isso aconteceu, por exemplo, nos casos das barraginhas, do cercamento de nascentes, da capacitação em criação de abelhas sem ferrão e nas atividades relacionadas à Misereor. Com exceção desta última que é uma Organização Internacional de Cooperação, as outras atividades indicadas eram na verdade práticas dentro de ações mais amplas de revitalização do rio dos Cochos e não projetos isolados.

Na comunidade de Roda D'água as famílias participavam de vários programas com objetivos diferentes, mas sempre integrados com as estratégias produtivas da comunidade ou com as estratégias familiares de gestão dos recursos naturais.

Quando questionados sobre programas e políticas existentes na comunidade os agricultores destacam aqueles que na ótica deles apresentaram mudanças significativas para as famílias. Um exemplo disso é o caso do Laticínio Roda D'água.

A ideia do Laticínio nasceu em uma reunião da associação, os agricultores buscavam alternativas para melhorar a comunidade, gerar renda e postos de emprego. Surgiu então a proposta de criação um laticínio, uma vez que os agricultores de Roda D'água sempre trabalharam com gado de leite.

Diante da proposta, formou-se um grupo de 28 agricultores que iniciaram a implantação do empreendimento, o terreno para a construção foi doado por um dos moradores da comunidade. Foi contratado um projetista particular para elaborar o projeto e, em 1999, foi assinado o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para construção das instalações. O laticínio contou com fornecimento de alguns equipamentos pela prefeitura municipal de Januária e com o apoio técnico da Emater, além de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), arrecadados individualmente pelos agricultores da comunidade.

Apesar da assinatura do contrato de financiamento datar de 1999 o Laticínio Roda D'água só veio a funcionar efetivamente em 2005. O funcionamento iniciou-se a partir da vigência de contrato com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) para entrega de leite ao programa "Leite pela Vida", vinculado ao programa FOME ZERO do Governo Federal. No período anterior, devido a problemas de ordem operacional como questões relacionadas à documentação, o laticínio ainda não estava apto a funcionar.

Os entrevistados apontaram como objetivos centrais do laticínio a geração de renda e agregação de valor aos produtos da comunidade. Antes da sua implantação, já havia a produção de leite em conjunto com a comunidade de São Bento, que juntas somavam 800 litros/dia de leite. O leite era vendido para clientes de Januária que pagavam R\$

0,50 pelo litro de leite; os agricultores pagavam o frete que chegava a proporção de 50% do valor do leite que era vendido. Além da venda do leite, eram fabricados requeijão e queijo que também eram comercializados em Januária. Em 2009 as duas comunidades produziam aproximadamente 1.200 litros de leite por dia.

Após a implantação do laticínio, o leite em sua maioria era destinado ao programa “Leite pela Vida”. O programa pagava R\$1,10⁹ (um real e dez centavos) por litro de leite. Deste valor o agricultor recebia do laticínio R\$0,75¹⁰ (setenta e cinco centavos). Para o agricultor que precisava do frete para a entrega do leite, o laticínio pagava o valor de R\$0,80¹¹ (oitenta centavos) pelo litro para compensar a despesa com o transporte. As diferenças dos valores entre o que o laticínio recebia pelo leite e o que pagava ao agricultor eram destinadas à manutenção do laticínio.

A importância do laticínio para a comunidade era uma afirmativa de todos os agricultores entrevistados, pois além de garantir uma renda certa melhorou a qualidade de vida das famílias de Roda D’água. Em síntese, os agricultores avaliavam que a implantação do laticínio proporcionou: a) a geração de renda e emprego na comunidade; b) o dinheiro ficava na comunidade e no município; c) entregar o leite para o laticínio era mais vantajoso do que diretamente em Januária; d) segurança na produção e entrega do leite, uma vez que o laticínio garantia o preço do produto.

Um ponto de grande relevância que merece ser ressaltado é que, ao optarem pela implantação do laticínio, os agricultores familiares de Roda D’água associaram dinheiro público ao atendimento das estratégias produtivas das famílias. O histórico da comunidade com relação ao escoamento e venda da produção de leite era marcado pela presença de atravessadores e obstáculos que reduziam os retornos que poderiam advir desta atividade produtiva. A estratégia de instalação do laticínio na comunidade eliminou o “prejuízo” arcado com o escoamento da produção e da venda indireta do leite, possibilitou a celebração de contratos de fornecimento em longo prazo, gerou ocupação local, além da possibilidade da produção de derivados do leite agregando mais valor ao elemento produzido na comunidade.

A implantação do laticínio em Roda D’água mobilizou ações sociais e recursos públicos em prol da efetivação do empreendimento, considerado coletivo. Dentre os recursos públicos aqueles advindos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tiveram um papel significativo na implantação do laticínio e na manutenção das atividades agrícolas na comunidade.

As políticas de crédito historicamente são partes integrantes de programas

9 Valores em outubro de 2009.

10 Idem.

11 Idem.

de desenvolvimento para o rural, porém, a dinâmica das políticas de crédito para a agricultura acabou por desvendar um caráter discriminatório institucionalizado, ou seja, traziam consigo tantas exigências que acabavam por contemplar apenas os grandes proprietários, ficando o produtor familiar às margens dessas políticas. Contudo a partir da década de noventa, vê-se o surgimento de uma política de crédito que viesse, de fato, atender às categorias menos favorecidas do rural brasileiro em especial a agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surgiu com este nome em 1996, tendo como objetivo geral propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares (Mattei 2007).

Em Roda D'água a linha de crédito de preferência apontada pelos agricultores entrevistados era o Pronaf Investimento. Com os recursos deste programa os agricultores renovaram o rebanho e realizaram outras atividades com objetivo de melhorar as condições da unidade familiar de produção.

A grande preocupação das famílias de Roda D'água era com o pagamento do valor adquirido com o financiamento, o que os levavam à procura do programa somente quando o rebanho necessitava de ser renovado ou quando lhes era apresentada oportunidade de um bom negócio. Para os agricultores de Roda D'água, chegar a data do pagamento sem o devido valor era inaceitável, o que os fazia reservar um ou mais animais para a garantia da dívida e a manutenção do ciclo com a possibilidade de contratação de novo empréstimo para o próximo ano.

Para os agricultores familiares de Roda D'água o Pronaf tinha um significado que ia além do simples empréstimo, isso porque no âmbito de suas estratégias produtivas a renovação do rebanho e a melhoria da infraestrutura da unidade de tempos em tempos eram pontos preponderantes para a permanência na atividade leiteira. Esses eram os principais motivadores para a contratação do programa, o que justificava a periodicidade com a qual os agricultores lançavam mão do programa.

Outro programa que teve grande adesão dos agricultores da comunidade foi o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas). O P1MC está vinculado ao Programa de Mobilização e Formação Social para a Convivência com o Semiárido desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro (Asa Brasil) e apoiado pelo governo federal. Tem por objeto a construção de cisternas de placas de concreto que captam a água da chuva e suportam 16mil litros de água, sendo que, utilizada adequadamente, a água armazenada na cisterna dura aproximadamente 8 meses (Asa 2010).

Na comunidade esse programa era operacionalizado pela Cáritas Brasileira da Arquidiocese de Januária. A Cáritas brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social, que realiza projetos na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas

(Cáritas 2009).

Por intermédio da Cáritas o P1MC foi implantado abrangendo 89% das unidades familiares da comunidade. O objetivo era atender a 100% das famílias da comunidade. Entretanto, devido às exigências de participação em cursos de capacitação em gerenciamento de recursos hídricos e cuidados na manutenção da cisterna de placa, os agricultores que não puderam cumprir estas exigências não foram incluídos. A construção da cisterna de placas era realizada por pedreiros da própria comunidade capacitados para este fim e remunerados com recursos do programa.

As famílias beneficiados pelo P1MC, além da participação nos cursos de capacitação, em contrapartida, prepararam a terra para o recebimento da base da cisterna de placas, auxiliaram na construção da cisterna e forneceram a alimentação e, às vezes, hospedagem para os pedreiros e para os serventes. O programa ganhou credibilidade entre as famílias a partir da compreensão de que o recurso “água” se tornou cada vez mais indispensável e escasso para comunidades rurais do semiárido. Nesse contexto a água tem um significado diferenciado do verificado nos centros urbanos e áreas rurais mais abastadas.

O P1MC se mostrou uma das melhores alternativas para a convivência com o semiárido. Desde sua implantação, tem beneficiado milhares de famílias que, assim, como em Roda D’água, em determinadas épocas do ano encontram-se desprovidas do recurso natural mais importante para o ser humano: a água.

A água do rio dos Cochos marcou a história da comunidade Roda D’água. Em outros tempos, viabilizou inclusive a prática da agricultura irrigada, contudo, as disseminações de programas públicos de apoio às monoculturas e à criação extensiva de gado causaram um impacto significativo sobre as águas do rio dos Cochos. A percepção de que as águas estavam diminuindo levou os agricultores das comunidades a se organizarem para dar início à tentativa de recuperar o rio dos Cochos.

De acordo com Santos et. al. (2010), a organização da população do rio iniciou-se em 1997. A preocupação da população da sub-bacia com a situação do rio dos Cochos levou os agricultores, em parceria com a Emater de Januária, a elaborarem um projeto de recuperação da sub-bacia conseguindo apoio financeiro pela Misereor¹².

Ocorre que o projeto de recuperação da sub-bacia do rio dos Cochos não poderia ser desenvolvido pela Emater, parceira inicial das comunidades da sub-bacia, uma vez que em projetos apoiados pela Misereor não poderia figurar como gestores instituições públicas. A execução do projeto foi então assumida pela CÁRITAS Diocesana de Januária. (O Candeeiro 2009).

Os agricultores sentiram a necessidade de formalizar a organização das

¹² MISEREOR foi fundada em 1958, como organização contra “a fome e a doença no mundo”. É uma agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha. Fonte: <http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>

comunidades visando à captação de mais recursos e a concretização de outras parcerias que viessem a contribuir para a causa das comunidades rio dos Cochos. Foi por isso que em 2003 criaram a Associação dos Usuários da Sub-bacia do rio dos Cochos - ASSUSBAC (Santos *et al.* 2010). A partir de então a ASSUSBAC desempenha um papel significativo para o desenvolvimento de ações execução de projetos e captação de recursos.

O “Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos” é o resultado da organização social de todas as famílias moradoras das seis comunidades banhadas por este rio. Nesse sentido a participação de Roda D’água não acontece individualmente, isso porque a trajetória do projeto é associada à trajetória conjunta de todas as comunidades e da própria a ASSUSBAC.

Roda D’água é integrante da ASSUSBAC o que torna possível a participação da comunidade em várias iniciativas que têm por objetivos, principalmente, a convivência mais harmônica com o ambiente, a conservação de mata ciliar, de nascentes, a capacitações de agricultores em técnicas sustentáveis de aproveitamento das disponibilidades naturais da região semiárida, como por exemplo, o manejo de abelhas sem ferrão.

Através da ASSUSBAC, a comunidade construiu e consolidou projetos em parcerias com uma rede de instituições de ensino - Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e o Instituto Federal do Sul de Minas. Estas instituições realizaram diagnósticos para levantamento de demandas e apoiaram atividades de capacitação de famílias de agricultores no manejo das águas, no agroextrativismo e em intercâmbio com outras experiências. Este foi um dos projetos mais significativos indicado pelos agricultores. As famílias valorizaram as possibilidades de aprendizado que o projeto proporcionou como, por exemplo, as capacitações em eventos nas comunidades. Os agricultores consideraram que as parcerias com as instituições de ensino agregaram valor às práticas comunitárias numa troca de conhecimentos e aprendizagem.

Outro aspecto que merece destaque é o fato que as conquistas obtidas pela comunidade de Roda D’água junto à ASSUSBAC e às instituições públicas e Instituições não governamentais deveu-se à organização da própria comunidade através da associação comunitária. Nesse horizonte é possível observar que a representação exercida pelo membro da associação comunitária junto às instituições mencionadas possibilitou a criação de redes e fortalecimento de alianças e articulações que proporcionou à Roda D’água a convivência com um maior número de oportunidade no que se refere à programas e projetos de variadas naturezas.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS AO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

Na comunidade Roda D'água, as estratégias relacionadas ao manejo dos recursos naturais seguem a lógica dos agricultores, que se volta à manutenção da família e da unidade produtiva. A água e a terra têm especial atenção tendo em vista que sempre são manejados de forma conjunta, tendente a viabilizar a principal atividade da comunidade: a agropecuária leiteira.

Uma das grandes questões enfrentadas por agricultores na região semiárida é a oferta de água. A água é um elemento da natureza que tem inúmeras funções na dinâmica de uma família: é água de beber, de cozinhar, de lavar, de “banhar”, de irrigar, além de outras dentro de unidade.

A água é um recurso natural que tem grande influência junto ao modo de vida dos agricultores de Roda D'água. A diminuição da água do rio dos Cochos trouxe impactos significativos para os agricultores. Com o quase desaparecimento do rio, os agricultores familiares foram “forçados” a buscar outras formas de acesso à água, as famílias de agricultores precisaram descobrir novas estratégias de acesso a esse recurso da natureza.

O mapeamento das principais fontes de água na comunidade indicou: a) o poço tubular comunitário¹³, b) a distribuição de água da COPASA por meio de caminhão pipa¹⁴, c) o rio dos Cochos, d) as barraginhas¹⁵ e, e) cisternas de placa do P1MC – Programa um Milhão de Cisternas Rurais¹⁶. Pode-se observar que foi necessário combinar um conjunto de fontes para assegurar o abastecimento familiar. Identificando que as famílias procuram se garantir com mais de um tipo fonte de água, em menor ou maior proporção, sempre buscando manter a perenidade do recurso na unidade. Indica também que as famílias tiveram que se articular politicamente, pois com exceção do rio dos Cochos, todas as outras fontes estão relacionadas a programas públicos governamentais ou não

13 O poço tubular foi uma construção advinda da parceria com o Poder Executivo do município de Januária/MG com a Comunidade de Roda D'água. O poço abastece todas as famílias da comunidade que pagam um valor simbólico pela manutenção do abastecimento.

14 A distribuição da água da COPASA chega à comunidade por meio de um “Caminhão Pipa”. Sua distribuição começou a ser realizada em outubro de 2009, sendo que sua distribuição não mantém uma regularidade, segundo os agricultores entrevistados.

15 As barraginhas são pequenas barragens de terra em formato semicircular que funcionam como se fossem caixas – d'água naturais, abertas nos declives dos morros. Ao cair a chuva, essas caixas se enchem com enxurradas, evitando que a água escorra rapidamente e provoque erosões. Ao cessar a chuva, essa água que ficou retida penetra no solo, abastece o lençol freático e as nascentes e proporciona um solo úmido, por um período maior de tempo” (Araújo 2007).

16 O P1MC é um dos programas da ASA Brasil que, através da construção de cisternas de placa, pretende disponibilizar água para as famílias rurais, durante o período de estiagem. As cisternas são construídas em tamanho padrão para todo o semiárido (Araújo 2007).

(Araújo 2007; Galizoni 2005).

Em Roda D'água, a água tem três usos bem distintos, que variam de acordo com as fontes das quais advêm. São eles: o uso doméstico, a irrigação e a dessedentação de animais. Ao uso doméstico, devido à qualidade¹⁷ e a disponibilidade, é destinada a água do poço tubular, da cisterna de placas, a água da COPASA e a água do rio dos Cochós.

A irrigação é uma prática pouco comum entre os agricultores da comunidade, devido justamente à pouca disponibilidade de água. Porém, foi possível identificar agricultores que ainda cultivam suas hortas no quintal da unidade. Em relação a estes, observou-se que a água do poço tubular é a mais utilizada para esse fim.

Para a dessedentação de animais os agricultores disponibilizam as águas do rio dos Cochós, das barraginhas e ainda do poço tubular. Interessa ressaltar que a utilização da água do poço tubular para esse fim ocorre somente depois de exauridas as outras fontes, o que acontece na época da seca, quando as águas do rio dos Cochós diminuem muito.

Além da água, a “terra”, em conjunto com os fatores climáticos também é um dos pontos de estrangulamento na estratégia reprodutiva dos agricultores familiares do semiárido. A escassez de terra representa um dos problemas fundamentais enfrentados pelos agricultores (Heredia 1979). O recurso natural “terra” determina não só a moradia, mas também o que plantar, o que criar e onde criar. Com os agricultores de Roda D'água a história não é diferente, a produção da unidade produtiva se baseia, principalmente, na disponibilidade de terras.

O tamanho e a qualidade da terra ditam as regras de seu uso em Roda D'água. Na comunidade a terra apresenta quatro principais finalidades produtivas: lavoura, pasto ou “manga¹⁸” - como noticiam os agricultores – capineira ou canavial e reserva que em alguns casos se confunde com a “solta”.

Com relação à qualidade da terra, foi possível identificar uma classificação singular, baseada na identificação da terra para lavoura. A terra boa é designada de “terra de barro”, também chamada por alguns de “mata”; já a terra ruim para o plantio de lavoura é arenosa, identificada como chapada ou cerrado. Os adjetivos atribuídos à terra pelos agricultores são variados, mas se destinam sempre a identificar suas propriedades associadas aos fins a que possivelmente se destinam e a sua fertilidade.

Essa classificação não é orientada por composições físico-químicas do solo, mas pelo saber dos agricultores que, a partir desta classificação, destinam o uso da terra de acordo com suas necessidades. A “terra boa” é usada para o cultivo das lavouras e coleta

¹⁷ Para melhor esclarecimento sobre a seletividade da água por agricultores familiares, consultar Galizoni (2005) e Chiodi (2009).

¹⁸ “Manga” é o termo utilizado pelos agricultores da comunidade de Roda D'água para conceitua a área destinada a pastagem do gado que permanece nas terras próximas à casa.

de frutos como o umbu, enquanto na “terra ruim” são coletados alguns frutos típicos da região como cajuí e pequi dentre outros.

O saber ambiental e produtivo acumulado pelas famílias de agricultores de Roda D’água na lida com as características do semiárido permitiu a adequação do suprimento de suas necessidades produtivas às intempéries da natureza. A lavoura segue a lógica do “tempo”: o período de trabalho familiar com o plantio se inicia em novembro se estendendo em alguns casos, até junho.

Mas o marco divisório dessa percepção é a chegada das “águas” - estação anual das chuvas. Esse fenômeno, “as águas”, é tão significativo para o agricultor, que chega a ser tão importante quanto a terra em si. É com base nas “águas” e em sua quantidade e intensidade que os agricultores se programam ou, pelo menos, tentam programar melhor as estratégias produtivas a serem adotadas para o ano agrícola que se iniciará.

Na comunidade de Roda D’água o preparo da terra para o recebimento das sementes seguia duas práticas. A primeira era a utilização do trator e grade para misturar a terra. A lógica de utilização do trator tinha a ver com a disponibilidade deste instrumento na comunidade. Como só existia um trator comunitário e a época de preparo da terra dos agricultores seguia a mesma dinâmica da natureza, ou seja “as águas”, os agricultores procuravam não se vincular ao trator comunitário, preferindo, portanto iniciar os cuidados na terra com as forças do trabalho familiar disponíveis. O uso do trator e da grade não era assim a única forma de preparo da terra, os agricultores usavam a força de trabalho dos membros da família e instrumentos mais tradicionais como enxadão e a enxada.

As famílias de agricultores combinavam técnicas convencionais de agricultura – como utilização de maquinários – com formas tradicionais de lavoura e o preparo do terreno com instrumentos manuais.

A escassez de terras em decorrência das sucessivas partilhas e, principalmente, a falta de terras de qualidade para o cultivo da lavoura intensificou a produção naquelas de melhor qualidade. Na opinião dos agricultores, essa era uma das causas do enfraquecimento dos terrenos, o que levou a diminuição da produção a cada ano.

Apesar de 93% dos agricultores entrevistados fazerem “roça” todo ano, a lavoura era encarada produtivamente de forma “secundária”, pois a principal atividade da comunidade, como já afirmado, era a criação de gado para a produção de leite. Os produtos da lavoura eram para o consumo das famílias e o remanescente para a alimentação dos animais.

A terra destinada ao plantio da lavoura era de preferência a “terra de barro” ou “terra boa”. Nesta terra mais argilosa era feita a roça de milho, feijão, mandioca, fava, abóbora, feijão de corda e melancia; também nela é cultivado o sorgo para a alimentação bovina. Mas nem sempre os agricultores dispunham desse tipo de terra para o cultivo. Nesses casos, eles se viam obrigados a cultivarem suas lavouras em terras consideradas

por eles como piores.

Na lavoura o plantio do milho foi preferência para 100% dos agricultores. O milho se mostrou como um produto de grande importância para a dinâmica produtiva das famílias, porque ele apresentava um aspecto de alternatividade¹⁹, ou seja, tinha multiuso: alimentava a família, servia à criação de animais e encontrava facilidade de disposição para a venda. Seu cultivo podia ser isolado ou em consórcio com o feijão, mandioca, fava, abóbora, feijão de corda e a melancia.

Essa característica da lavoura consorciada também foi observada em estudos de Herédia, (1979) e Gárcia Jr. (1983) no semiárido nordestino. Esses autores indicaram que, além das peculiaridades do acesso a terra e de seu uso, o agricultor se especializava em utilizar melhor as propriedades da terra, isso porque quando ela é pouca o seu manejo se opera por meio da associação e da sucessão de cultivos.

Além do cultivo da roça, a terra na comunidade Roda D'água tinha outros usos: a criação do gado e o extrativismo. Uma característica bem marcante na comunidade era o modo como os agricultores articulavam a agricultura, pecuária e extrativismo. A gestão e o uso da terra não ocorriam de forma isolada da criação dos animais ou da coleta de frutos da natureza. Essa singularidade era mais evidente quando os agricultores mais idosos ou os mais novos revelam repetir as práticas de seus pais e avós e relatavam o sistema como criam o gado.

Na comunidade, a criação do gado se dava em três paisagens durante o ano, “solta” (terreno usado em comum há várias gerações por várias comunidades da região, através de acordos tácitos e morais de utilização da terra), “manga” (espécie de piquete formado de pasto) e curral. A utilização de cada modalidade dependia, mais uma vez, do tempo das “águas”. No início das “águas”, o gado era levado para “a solta”, no final desta estação o gado retornava às unidades sendo que em alguns casos retornava sozinho, fato favorecido pelo costume sistemático do uso da mesma terra de “solta”. Ao retornar, o gado era levado para a área que foi destinada à lavoura naquele ano, denominada pelos agricultores como “palhada”²⁰.

Esse processo pendular se iniciava em outubro e terminava em maio. É em maio também que as colheitas das roças estavam sendo concluídas e o gado que retornou da “solta” juntamente com os que estavam nas mangas vão para “palhada” e ali permanecem por período de mais ou menos quatro meses.

O que se observou é que a possibilidade de utilização da área de “solta” é uma

19 Para melhor compreensão da alternatividade, ver Garcia Júnior (1983).

20 Esta transição do gado de uma área para outra condicionada à disponibilidade de terras e a periodicidade das chuvas também foi identificada em estudos realizados no estado de Sergipe por Ellen e Klaas Woortmann, onde “após a colheita, transferia-se o gado para o espaço da roça, onde se alimentava da palha (restolho)” (Woortmann 1997:30). Também, sobre a utilização da “palhada” para a alimentação do gado ver Andrade (1974).

estratégia que possibilita ao agricultor diversificar a utilização das terras, seja recuperando a “manga”, seja alternando as culturas da lavoura. É importante levar em conta que a disponibilidade de terra para alguns agricultores era reduzida e a ausência desta área de “solta” impossibilitaria a criação do gado e de outros animais.

A “solta” representava a possibilidade de uso de um conjunto de recursos da natureza. O uso “em comum” de recursos naturais era fundamental para que as famílias pudessem ampliar suas estratégias reprodutivas e partilhar possibilidades produtivas.

O uso da terra no semiárido envolvia um conjunto de estratégias que possibilitavam ao agricultor uma melhor convivência com o ambiente. Isso se manifestava na proposta coletiva de gerir recursos naturais, como nos casos da utilização das “soltas” em comunidades e na sua regulamentação, como enfatizou Sabourin (2008) para os casos específicos de formalização e regulamentação dos usos coletivos. Ou ainda, no melhor aproveitamento do solo e de suas propriedades, como destacaram Heredia (1979) e Garcia Júnior (1983).

Em conjunto com o gado os agricultores de Roda D’água criavam outros animais, considerados animais do terreiro. Assim como acontecia com o gado, os animais do terreiro eram mantidos de acordo com a disponibilidade de terra, o que, em alguns casos, impossibilitava as famílias de terem animais além do que suportava sua terra.

O modo de criação desses outros animais variava de acordo com a necessidade da espécie e possibilidade do agricultor. Esses animais eram criados principalmente na área denominada de “terreiro” que se localizava nas proximidades da casa de morada e variava de acordo com o tamanho da unidade produtiva. As famílias se dedicavam à criação principalmente de animais de manejo menos complexo como era o caso das galinhas: eram criadas em galinheiros com áreas que variavam de 4 a 10m² ou soltas no terreiro da unidade produtiva. Carneiros e cavalos eram criados juntamente com o gado e ficavam na “manga” próximo à morada, enquanto os porcos eram criados em chiqueiros que mediam entre 3m² a 30m².

Os agricultores esclareceram que galinhas, cavalos, porcos e carneiros são animais criados todos os anos e o ano inteiro, sendo que sempre era possível encontrar um frango ou porco pronto para o abate. Todos das famílias afirmaram que os animais não eram criados para comercialização. Porém, declinaram que havendo oferta, algumas dessas crias podiam ser comercializadas, como era o caso do frango ou dos porcos, mas o objetivo maior das criações do terreiro era o abastecimento da unidade familiar.

No que se refere às estratégias relacionadas ao manejo de recursos naturais é importante destacar que indiferente do período do ano agrícola, seja na “seca” seja nas “águas” os agricultores distribuíam seu tempo no campo lavrando a terra, alimentando o gado, colhendo os produtos da lavoura, dedicando-se a atividades não tipicamente rurais e também se revestiam em extrativistas.

O semiárido norte mineiro oferece uma variedade de produtos que possibilitam a

atividade extrativista durante quase todo o ano. Em diferentes épocas e terras os produtos da natureza são coletados e são responsáveis por integrar a pauta alimentar das famílias.

Das famílias entrevistadas apenas 20% declararam não coletar nenhum tipo de produto da natureza. Os agricultores que coletavam (cerca de 80% das famílias) informaram que essa atividade era realizada por todos os membros da família, em algumas circunstâncias pelo pai e filhos em conjunto e em poucas vezes apenas o pai era responsável pela coleta de produtos.

O extrativismo tinha grande importância para a composição da dieta das famílias porque tanto integrava a alimentação principal como é o caso do pequi, quanto compunha os ingredientes para a elaboração de sucos e sobremesas, caso do umbu e da “cabeça de nego”. Foi possível observar que as famílias combinavam dois aspectos no seu planejamento de coleta e extrativismo: preferência por produto e sazonalidade na disponibilidade do produto pela natureza.

Apesar da oferta estacional dos frutos pela natureza, a preferência familiar por determinados frutos, como o pequi, o cajuí, o umbu e a “cabeça de nego”, era determinante no papel do extrativismo nas estratégias alimentares. O que já não podia ser afirmado em relação ao maracujá do mato, do coquinho azedo e da cagaita que eram coletados em menor proporção e integravam de forma marginal a dieta local.

Ao buscar compreender a lógica de coleta praticada pelo agricultor, foi possível estabelecer uma ordem de frutos coletados segundo sua oferta pela natureza durante o ano e a sua disponibilidade de acordo com o tipo de terra em que é encontrado.

Com exceção dos meses de junho, julho e agosto, as famílias de Roda D’água tinham a possibilidade de exercer a coleta de frutos durante nove meses. Esses meses podiam ser divididos em dois períodos: um compreendido de janeiro a maio e outro de setembro a dezembro; sempre considerando que alguns frutos estavam disponíveis por um período de quatro meses como é o caso do pequi que pode ser coletado de dezembro a fevereiro ou “cabeça-de-nego” que pode ser encontrado de janeiro a maio.

Na ótica dos agricultores os frutos coletados na comunidade podiam ser encontrados basicamente em dois tipos de terra: na chapada ou terra de areia coletava-se a “cabeça-de-nego”, a cagaita, o cajuí, o coquinho azedo, o maracujá do mato e o pequi; já na terra de barro ou mata era encontrado o umbu.

O frutos coletados eram destinados ao consumo da família, não havendo na comunidade a prática de comercialização destes produtos. Questionados sobre o que dificultava a comercialização destes produtos, os agricultores apontaram o transporte como um grande obstáculo, pois o acesso à comunidade é via estrada de terra e irregular. Foi mencionado ainda que o tempo dispensado ao trato dos animais dificultaria a coleta de frutos em escala que compensasse a venda.

As estratégias produtivas dos agricultores de Roda D’água combinavam lavoura, criação de gado, de pequenos animais, extrativismo e tinham como ponto de convergência

os diversos tipos de acesso de terreno.

A terra assumia finalidades distintas de acordo com as qualidades que possuía: a terra boa ou de barro, a terra de areia ou chapada. Cada um desses tipos de terra representava uso diferente, mas importante na composição final. A terra de barro era utilizada para quase todas as atividades, excluídas apenas o uso como “solta”, atividade típica de terra mais fraca identificada como “cerrado”, “terra de areia” ou “chapada”.

A criação de gado e a de outros animais, como visto eram atividades praticadas em dois tipos de terreno: o gado era criado uma parte do ano na “solta” da “chapada” e outra na “manga” que era considerada terra de barro ou terra de mata, terra boa. Outros animais como carneiros e cavalos eram criados ora com o gado na “manga”, ora em terra mais fracas próximas as residências dos agricultores.

Como foi possível perceber, o extrativismo seguia a lógica de disponibilidade da natureza e era praticado onde o elemento coletado é encontrado e esse, em sua maioria, era coletado na chapada.

Independente do tipo de terra foi possível perceber que os agricultores buscam aproveitar ao máximo suas possibilidades produtivas de forma a adequar o tipo de atividade ao potencial que a terra tinha a oferecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da comunidade de Roda D’água é um exemplo de como comunidades se articulam e se apropriam de variadas formas de programas e políticas ofertadas por instituições governamentais e não governamentais para construir, dentro do possível, sua própria perspectiva de desenvolvimento.

A busca por autonomia leva famílias e comunidades a tomarem atitudes e assumirem posições com objetivo de alcançar melhores condições para seus membros. Assim, estratégias produtivas são articuladas às potencialidades comunitárias, ambientais e a projetos públicos.

Organização social, recursos naturais e programas de desenvolvimento estão interligados e a articulação desses elementos, no caso estudado, era realizada na perspectiva de atender às necessidades e anseios da comunidade: a permanência e reprodução do grupo social em seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASA. Articulação com o Semi-Árido Brasileiro. Programa Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em 04 de janeiro de 2010.
- ANDRADE, M. C. 1964. A Terra e o Homem no Nordeste . 2ª ed. Brasiliense. 267p.
- ARAÚJO, V. M. 2007. Programas, projetos, ações públicas e gestão das águas no Semi-Árido: uma avaliação em Januária. Lavras: Dissertação de mestrado em Administração, UFLA.
- CÁRITAS – Cáritas Diocesana de Januária/MG. Arquivo digital fornecido pelo escritório regional da Cáritas, em novembro de 2009.
- DAYRELL, C. A. 2000. “Os Geraizeiros Descem a Serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness” In: Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. CAA- N.M e Rede Cerrado. Max Gráfica. Montes Claros.
- DIEGUES, A. C. 2007. “Água e cultura nas populações tradicionais Brasileiras”. In: I Encontro Internacional: Governança da Água. São Paulo, NUPAUB/USP.
- GALIZONI, F. M. 2005. Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas. Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP.
- GARCIA JUNIOR, A. R. 1983. Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRAZIANO DA SILVA.1996. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. 2 ed. rev. Campinas, Unicamp.IE.
- GRAZIANO DA SILVA.1999. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP. IE.
- HEREDIA, B. M. A.1979. A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil. Paz e terra, Rio de Janeiro.
- KAGEYAMA, A. 1998. “Pluratividade na Agricultura: alguns aspectos conceituais”. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, p.555-566.
- KAGEYAMA, Ângela. 2004 Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, vol. 21, n. 3, p. 379-408, Brasília, set./dez. 2004..
- MATTEI, L. 2007. Políticas de Apóio à Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf. Revista Econômica do Nordeste. vol. 38, n. 1, jan/mar, 2007, Fortaleza/CE. 2007
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22464>. Acesso em 15 de maio de 2009
- ORTEGA, A. C. Territórios deprimidos – desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

- RIBEIRO, E. M. GALIZONI, F. M. 1988. “Catira de gado e ocupações não-rurais: duas alternativas de reprodução de produtores de leite do Oeste de Minas Gerais”. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, p.953-964.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E.B. 2007. “Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no alto Jequitinhonha”. Revista de Economia Rural, vol. 45, n.04, p. 1075-1102, out/dez 2007.
- SABOURIN, E. 2008. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro, Revista Tempo da Ciência, Vol. 15, n° 29: 57-72, 2008. ISSN: 14143089.
- SANTOS, A. J.; VIANA. A. L.; MATOS, J. G. R.; SOUZA, J. B.; PACHECO, J. M. S. 2010. O rio, o lugar e a história. In: História dos Gerais. (Org.) RIBEIRO E. M. Editora UFMG. Belo Horizonte/MG. 2010.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. 2008. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- WOLF, E. R. 1976. Sociedades Camponesas. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 150p.
- WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. 1997. O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Edunb. Brasília.

ABSTRACT

Family farming, natural resources and public programs are controversial topics and have attracted the interest of researchers from various fields of science. The relationship established between these issues is more complex when the convergence environment is the semiarid. This work aims to present the family farmers' main productive strategies identified in the rural community of Roda D'Água, Januária (Minas Gerais). We could observe that these family farmers develop their own speci-

fic strategies for the use of natural resources, particularly land and water. The productive activities of the community under study combine agriculture production and dairy farming which together with the public policy of fund transfer such as Bolsa Família (child benefit) are responsible for integrating the farmers' income. They still articulate public programs in the dynamics of their productive strategies always aiming the permanence and the reproduction of the social group in their territory.

KEYWORDS

Family farming, public programs, natural resources, semiarid region.

SUBMETIDO EM

Março de 2012

APROVADO EM

Novembro de 2012

LEANDRO LUCIANO DA SILVA

Doutorando FAE/UFMG – Procuradoria/UNIMONTES – Docente/Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc.

FLAVIA MARIA GALIZONI

Professora Adjunto II da UFMG - Instituto de Ciências Agrárias – Campus Regional de Montes Claros, MG - Doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

AUREO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO

Professor Associado II da UFMG - Instituto de Ciências Agrárias – Campus Regional de Montes Claros, MG - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

CELEBRAÇÕES REBELDES: FESTA E RESISTÊNCIA EM CONTEXTO QUILOMBOLA

CARLA LADEIRA PIMENTEL ÁGUAS

RESUMO

Este artigo reflete sobre os vínculos existentes entre festa e resistência no contexto da cultura negra brasileira. Começa por explorar a história das festas no Brasil, de forma a selecionar alguns exemplos de tal vinculação. A seguir, concentra-se no exemplo empírico do quilombo de Mata Cavalu, situado no Estado de Mato Grosso, analisando dois aspectos vivenciados pela comunidade: em primeiro lugar, o papel da dança do Congo para o processo de reterritorialização dos quilombolas, décadas depois da expulsão ocorrida nos anos 1940, a partir da qual a população permaneceu em diáspora. Em segundo lugar, a resistência festiva protagoni-

zada pelas famílias durante um novo processo de expulsão, ocorrido em 2003, e a cristalização ritualística de um costume experienciado naqueles tempos difíceis – o uso do chá de plantas nativas – que foi perpetuado nas festas do quilombo. Partindo de uma perspectiva qualitativa e utilizando entrevistas e observações como instrumentos metodológicos, a presente proposta lança mão da história e da antropologia da festa para buscar demonstrar que esta, ao dramatizar as identidades, pode adensar o sentido de coletividade, imprescindível nos momentos de crise.

PALAVRAS - CHAVE

Festa, resistência, quilombos, identidade, catolicismo popular.

INTRODUÇÃO

As contas do meu rosário
São balas de artilharia,
dá combate no inferno
enquanto rezo Ave-maria
(Passos 2011: 6).

Este canto popular, ouvido no interior de Pernambuco e herdado, segundo Passos (2011), da cultura popular portuguesa, anuncia a associação entre a luta, o lúdico e a religiosidade. Cabe perguntar: quem é o demônio a ser combatido? E por quais caminhos, sutis ou evidentes, se dá o embate?

Como defende Stuart Hall (1996), não há respostas unívocas, tudo dependendo do múltiplo jogo das contingências e articulações. Mas, dentro desta teia, é possível puxar alguns fios que sinalizam para a capacidade da festa de conciliar utopia e ação transformadora, como afirma Rita Amaral (2001).

Muitos autores, como Durkheim e Turner – passando pelo antropólogo brasileiro Roberto da Matta, por exemplo – debruçaram-se sobre o estudo dos rituais e das celebrações coletivas, atentando, a partir de diferentes abordagens, para os fenômenos relacionados ao espaço-tempo festivo¹.

No caso do presente artigo, seu objetivo é analisar os fios que podem ligar a festa à insubmissão, pensados, em primeiro lugar, a partir da história rebelde da festa negra brasileira e, em segundo, a partir de dois exemplos atuais – inseridos nas celebrações do quilombo de Mata Cavallo, comunidade situada no município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso.

Para isso, é interessante não perder de vista a ideia de festividade enquanto um espaço-tempo intrinsecamente relacionado à rotina diária e enquanto um lugar de produção identitária. Como afirma Maria Laura Cavalcanti (1998), na festa a plasticidade e a multiplicidade de meios de expressão tornam-na particularmente adequada à expressão da história, dos valores, conflitos e da dinâmica social daqueles que a promovem. Desta maneira, as festividades abarcam uma dimensão profunda: “Elas integram a história concreta dos grupos humanos e participam ativamente da construção de identidades sociais, sempre díspares, inacabadas e em alguma medida problemáticas” (Cavalcanti 1998: 297).

Para criar um conceito abrangente de “festa”, Guarinello (2001) a considerou

1 Cf., por exemplo: Turner, Victor. 1987. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications; Eliade, Mircea. 1992. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes; Durkheim, Émile. 2000. *Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes; Duvignaud, Jean. 1991. *Fêtes et civilisations: suivi la fête aujourd'hui*. Paris: Actes SUD; DaMatta, Roberto. 1997. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco.

uma produção social do cotidiano que, por sua vez, pode gerar vários produtos – materiais, comunicativos ou significativos. Nesse sentido, o mais crucial e geral desses produtos é a criação de uma determinada identidade entre os participantes. Para o autor, a concretização efetivamente sensorial de uma identidade é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado.

Vale também observar que, quando se fala em festa – e em especial nos aspectos usualmente utilizados na descrição das manifestações da chamada *cultura popular* – o “cultural” não deve ser pensado de maneira petrificada e estanque. Enquanto produção social do cotidiano, a festa está em constante movimento. Nesse sentido, Pereira e Gomes consideram que a organização social das comunidades é ancorada pelo binômio preservação/mudança, de tal forma que a *cultura popular* vê-se apoiada

Num princípio em que interagem os anseios de preservação e de transformação. O segundo, relacionado à insurgência, é vivenciado pelas comunidades a partir de um solo cultural conhecido de onde se aponta para outros solos que podem vir a ser estabelecidos. O aparente paradoxo é, na verdade, uma maneira dinâmica de afirmar que, para preservar, às vezes, é necessário mudar (Pereira e Gomes 2002: 15).

Tendo em conta tais aspectos dinâmicos da festa, para desenvolver a discussão aqui proposta, começo por refletir sobre os enlaces entre festividade e resistência. O objetivo é encadear alguns exemplos capazes de situar historicamente os laços entre comemoração, identidade e insurreição – sejam tais laços explícitos ou sutis. Em seguida, depois de uma breve contextualização da trajetória do quilombo de Mata Cavalo, concentro-me em dois aspectos vivenciados pela comunidade: em primeiro lugar, exploro o papel da dança do Congo para o processo de reterritorialização da população quilombola, décadas depois da expulsão a partir da qual a comunidade permaneceu em diáspora. Em segundo lugar, analiso a resistência festiva protagonizada pelas famílias quilombolas durante uma nova tentativa de expulsão ocorrida em 2003, já depois do retorno ao território original, e a cristalização ritualística de um costume experienciado naqueles tempos difíceis – o uso do chá – que foi perpetuado nas atuais festas de santo do quilombo.

Vale adiantar que comunidade de Mata Cavalo foi formada por descendentes de escravos que, em 1883, receberam a doação de mais de 14 mil hectares de terra. Porém, nos anos 40 do século passado, seus moradores foram expulsos, permanecendo desterritorializados por mais de duas décadas – quando iniciam um paulatino movimento de retorno. Depois de muitos conflitos, a comunidade é hoje reconhecida como um quilombo e aguarda a regularização fundiária definitiva da área original.

Dentro da comunidade, mesmo nos tempos de diáspora, uma das características de Mata Cavalo é a sua grande disposição para celebrar. O quilombo é palco de muitas

festividades, geralmente de caráter híbrido e vinculadas ao chamado catolicismo popular. As festas de santo são extraordinariamente frequentes na comunidade e região, sendo promovidas pelas famílias em torno de um ou mais santos de devoção. A fatura da festa é viabilizada pelas relações de entreajuda, mobilizando recursos e esforços em torno de cada evento. Além disso, na região, as festas de santo são conduzidas pelos chamados cururueiros – tocadores de viola-de-cocho e ganzá², que cantam e dançam diante do altar e têm a responsabilidade de guiar as diferentes etapas da cerimônia, como o levantamento e a descida do mastro.

É interessante constatar que, além das festas de santo, os momentos mais críticos da comunidade também podem ser acompanhados por uma disposição festiva. Quebrando a dicotomia que separa os momentos de júbilo dos de tensão, Mata Cavalo é capaz de transformar vigílias em alegres encontros, com música e dança. As várias expulsões de famílias quilombolas, ocorridas durante boa parte da história da comunidade, oferecem exemplos disso.

Partindo de uma perspectiva qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas e observações direta e participante como instrumentos metodológicos, a presente proposta explora a história e a antropologia da festa como pontos de partida para as reflexões acerca dos exemplos privilegiados em campo.

Para tanto, a festa é aqui entendida como uma “sombra do cotidiano”: em seu perpétuo movimento – próprio da cultura – a festa pode incorporar, suprimir ou alterar os rituais, de forma a adequá-los à inconstância da realidade. Nos casos do processo de reterritorialização da comunidade através da dança dramática do Congo e do costume do chá da festa de santo de Mata Cavalo, como veremos, evidenciam-se aspectos identitários ritualmente cristalizados durante momentos de tensão, que parecem reproduzir, no campo simbólico, um enredo de crise e superação.

FESTA E RESISTÊNCIA

Os sinais de insubmissão contidos na festa podem estar na insistente conservação de memórias, nos processos de descanonização, na quebra de dicotomias ou mesmo na ligação explícita entre festividades e revoltas políticas.

Começemos pela memória. Para tal, vale voltarmos ao exemplo das contas do rosário e à sua rebeldia. Leda Martins explica que um dos modos de escrita do corpo, existentes em determinadas culturas de origem africana, é a utilização de conchas e ou-

² A viola-de-cocho leva este nome por ser feita da mesma matéria-prima e a partir das mesmas técnicas com que os pantaneiros fabricam os cochos para alimentação do gado. Já o ganzá é um instrumento de percussão, feito a partir de uma haste de taquara, talhada transversalmente.

tros objetos côncavos para a confecção de adornos que “escrevem o sujeito”:

Alinhadas numa certa posição e ordem contíguas, sementes e conchas funcionam como morfemas formando palavras, palavras formando frases e frases compondo textos, o que faz da superfície corporal, literalmente, texto, e do sujeito, signo, intérprete e interpretante, simultaneamente (Martins 2000: 75).

Assim, “a pessoa emerge dessas escrituras, tecida de memória e fazendo memória” (Roberts *apud* Martins 2000: 75). Sob esse ângulo, Martins considera que as “pedras do rosário” bem podem significar processos de ressemantização, que prefiguram estratégias de resistência.

Se a viabilização de memórias outras, que se distinguem das narrativas hegemônicas sobre o passado, podem ser formas de resistência, a festa revela-se como um foco privilegiado de subversão dos discursos oficiais. Afinal, trata-se de um espaço onde os grupos sociais podem “co-memorar” (Simson 2008) – ou seja, rememorar conjuntamente; selecionar e compartilhar lembranças coletivas.

O depoimento de dona Afonsina, *juíza* da festa de Nossa Senhora do Rosário de Silvianópolis, Minas Gerais, analisado por Domingues, é um bom exemplo disso. Sua fala evidencia as redes tecidas entre fé/festa/memória/rebelião: “Treze de junho é igual a 13 de maio, libertação dos escravos, de São Benedito” (Domingues 2007: 1).

A primeira data, 13 de junho, refere-se ao dia do levantamento do mastro da festa. A segunda, 13 de maio, corresponde à abolição da escravatura. Por fim, surge ainda São Benedito, santo negro. Este conjunto de referências, que emerge encadeadamente no seu discurso, revela a relação estreita entre diferentes campos: dona Afonsina, ao participar orgulhosamente do levantamento do mastro do Rosário, co-memora com seus pares a sua fé, mas também o marco histórico e político de ruptura do sistema escravista.

Para citar mais um exemplo, a história abafada de Palmares, depois de dissolvido o quilombo e morto o herói Zumbi, foi mantida acesa através da festa: sua saga tornou-se um drama popular, mescla de cantos e danças, que subsistiu em Alagoas até o começo do século XIX. O folguedo viabilizou a persistência de tal narrativa (Bastide 1985) – que mais tarde, nos anos 1970/80, seria reivindicada como exemplo de resistência pelos movimentos sociais.

Neste, como em tantos outros casos, emergem lugares de “memória subterrânea”. Como afirma Leão (2009), inspirado em Pollak, nesses espaços subversivos, a dimensão simbólica se faz reconstruir a partir de outras perspectivas e outros saberes.

Se a festa transgride ao abrir espaços de memória, ela também subverte quando ri de si mesma. O riso e a carnavalização das práticas podem conter uma preciosa tendência à autorreflexividade. Como afirma Perez (2002), na festa, a realidade pode ser transfigurada por um realismo cômico que, mesmo que a reafirme, dela ri.

Bakhtin, ao tratar do grotesco popular, afirma que “a loucura é uma alegre paródia do espírito oficial, da gravidade unilateral, da ‘verdade’ oficial”. Referindo-se ao potencial simbólico dos usos das máscaras nas festividades, por exemplo, o autor as caracteriza como “a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estúpida consigo mesmo” (Bakhtin 1987: 35).

Além disso, é possível observar uma conexão bem mais explícita entre festa e transgressão. Para Figueiredo, as ocasiões de júbilo coletivo e os momentos de protesto são fenômenos vizinhos. Referindo-se ao Brasil colonial, o autor observa a costumeira passagem da festa à revolta – e da revolta à festa – nos momentos de adensamento da noção de coletividade. Não é raro encontrar na história casos de eclosão rebelde justamente nos dias santos e outras datas do calendário festivo. Portanto,

Pode-se compreender que festas religiosas se tenham transformado em momentos de conflagração política, e os rituais elaborados por multidões encolerizadas nas vilas, cidades e arraiais da América portuguesa repitam as mesmas passagens e gestos da festa: a imposição de um novo tempo coletivo, a abundância e a redistribuição de gêneros, manifestações gestuais, hierarquização e calendário (Figueiredo 2001: 276).

A relação entre festa e rebeldia revelou-se desde os primeiros tempos de colonização. Vainfas investigou, por exemplo, a Santidade baiana, movimento religioso que foi, a seu ver, o principal desafio posto pelos indígenas à colonização portuguesa no século XVI:

Expressão da religiosidade tupinambá, cerimônia de contato com os mortos, ritualização da mitologia heróica, prelúdio de movimentos de migração e guerra, a festa da ‘santidade’ foi se modificando em algum momento dos anos 1560-1570. Foi assumindo um caráter novo, a história penetrando no mito – que me desculpem alguns etnólogos – e dirigindo sua fúria beligerante contra os portugueses (Vainfas 2001: 218).

O autor identifica, portanto, uma mudança radical de mensagem, que misturava os ingredientes da mitologia heroica com as evidências da história e “transformava a festa indígena em prelúdio de fugas e rebeliões” (Vainfas 2001: 219).

Essa irrequieta insubmissão também se flagrava nas festas autorizadas. Vejamos, por exemplo, as descrições de Olga Simson (2008) das procissões da cidade de São Paulo colonial. A autora relata que, abrindo o cortejo, saía um grupo de negros vestidos de índios, que executavam uma *performance* dramática, a dança dos Caiapós. A apresentação carregava um enredo de crise e superação: era dramatizada a morte de um curumim, o pequeno filho do cacique, atingido pelo branco invasor. Porém, o pajé – mágico e sábio

– para a alegria de todos, ressuscitava o menino.

Segundo a autora, o folguedo era permitido porque o som dos seus grandes tambores servia também para atrair o povo da cidade para a procissão – à semelhança, inclusive, do que ocorria em Portugal. Para Simson, os negros falavam dos índios porque, se narrassem os próprios sofrimentos, seriam repreendidos. Com um detalhe:

Ao fazer isso escolhiam, não gratuitamente, a tribo dos Caiapós, que, habitando os limites da província com o território de Goiás, foi a única tribo que os bandeirantes nunca conseguiram dominar. Os Caiapós eram vistos como bárbaros e rebeldes, como impossíveis de serem dominados e representavam então toda resistência que o grupo negro queria mostrar (Simson 2008: 42).

A “rebeldia autorizada” também se revela na proliferação de reis e rainhas do Congo pela colônia. Tais sinais de insubmissão, mesmo que combinados com estratégias de controle dos grupos dominantes, são visíveis a partir da própria narrativa mítica que explica a origem dos Congados.

Nas várias versões do mito fundador, ele gira em torno da aparição de Nossa Senhora do Rosário. A santa geralmente surgia dentro das águas – do rio ou mar, conforme o contexto – e, organizados em grupos separados, senhores e escravos tentavam atraí-la para que fosse resgatada. Porém, a façanha só era conseguida através dos cantos e danças protagonizados pelos negros (Silva 2007).

Para Leda Martins, ao ser agente de ações afirmativas que transgridem a ordem do sistema opressor, o negro esvazia, de modo indireto, o atributo passivo da divindade – reinvestindo-a de um sentido de luta e combate. Esta tendência à insubordinação também se vê refletida em canções do folguedo, como mostra o seguinte trecho de canto da guarda do Congo:

Lá na rua de baixo
Lá no fundo da horta
A polícia me prende
Sá rainha me solta!
(Martins 2000: 76)

A canção insinua uma sobreposição de hierarquias – polícia *versus* Sá Rainha – que destrona a dominação absoluta das forças oficiais. No campo simbólico, surge uma “perigosa” incidência sobre a ordem, sugerindo a abertura de espaços de desestabilização.

Cunha descreve que, nas festas coloniais, a reverência ao soberano buscava reduzir a todos à condição de súditos. Porém, nas “festas de todos” que veneravam a Coroa, “seguramente havia diferenças de intenção e gesto” (Cunha 2001: 69).

Referindo-se a uma Folia do Divino realizada em Salvador em 1765, João José Reis descreve que os participantes faziam a fantasia parecer tão real que a estrutura colonial – cuja estabilidade dependia, em grande parte, de uma potente relação simbólica entre os súditos e os longínquos soberanos europeus – sentia-se ameaçada. “Os governadores temiam que a imaginação fértil dos elementos da ‘ínfima plebe’ negro-mestiça pudesse tirar lições políticas inconvenientes desses rituais de inversão [...], pondo o mundo colonial concretamente de cabeça para baixo” (Reis 1991: 68).

Vale lembrar que as irmandades, às quais muitas dessas festividades estavam vinculadas, eram muitas vezes financiadoras de alforrias. Também é interessante observar que os títulos de reis, como no Congo, eram também atribuídos aos cabeças de levantes de escravos ou às lideranças das comunidades rebeldes quilombolas, como afirma Marina de Mello e Souza (2001).

O caminho do simbólico é sinuoso. Pode confundir as forças repressoras, como analisa Reis, ao descrever a Cemiterada – nome dado à revolta que eclodiu em Salvador, em 1836, em protesto contra a proibição do enterro tradicional dentro das igrejas³. Durante o episódio, os mesmos sinos usados na convocação para missas e festas foram dobrados para chamar o protesto coletivo, que reuniu o povo em geral e os representantes das irmandades, que foram às ruas paramentados com suas capas, cruzeiros e bandeiras: “‘Difícil cousa seria empregar a força contra homens vestidos de opas e munidos de cruzeiros alçadas’, justificou-se posteriormente o chefe de polícia, Francisco de Sousa Martins, defendendo-se da acusação de inércia” (Reis 1991: 14). Como analisa o autor, os manifestantes deram um caráter ritualístico à revolta.

O mesmo período foi marcado por outros levantes em Salvador, sendo o mais espetacular deles a revolta dos Malês de 1835, protagonizada principalmente por escravos muçulmanos. Como revela Reis, ela aconteceu num final de semana do ciclo de festa do Bonfim – data que coincidia com a celebração islâmica que encerrava o Ramadã: “Festa e revolta deram as mãos. Logo após o levante, num momento de grande tensão na província, as festas públicas, que facilitavam a reunião de negros, tornaram-se motivo de alarme” (Reis 2001: 348).

Para citar mais um exemplo, a Revolta da Cabanagem, instaurada em Belém do Pará em 1835, aconteceu em pleno dia de Folia de Reis. Mal terminada a festa, cerca de 200 rebeldes, liderados por Negro Patriota e Antônio Vinagre, invadiram o palácio do governo e a casa da presidência da província e tomaram o poder (Chiavenato 1984).

De maneira geral, a historiografia revela um contexto de forças em tensão, num jogo que abrange o aparato repressor, a resistência e a falta de um veredicto final a respeito dos reais efeitos e intenções da festa. Segundo Muniz Sodré, os folguedos, as dan-

3 A alteração do ritual vinculava-se à ascensão das políticas higienistas de inspiração europeia.

ças, os batuques – a “brincadeira negra” – eram permitidos (e até aconselhados por jesuítas), por serem interpretados como válvulas de escape que acentuavam as diferenças entre as diversas etnias. Entretanto, nesse espaço às vezes permitido, os negros reviviam clandestinamente os ritos, cultuavam deuses e retomavam a linha do relacionamento comunitário: “Já se evidencia aí a estratégia africana de jogar com as ambigüidades do sistema, de agir nos interstícios da coerência ideológica” (Sodré 2005: 93).

A cronologia histórica também evidencia, entre fases de maior ou menor repressão, a construção paulatina de uma política de controle sobre as festas religiosas e divertimentos populares. Martha Abreu (1999) demonstra o esforço do poder público por direcionar a população para determinado padrão de divertimento. No século XIX, quando a iminência de rebeliões escravas aterrorizava as elites, surgiram sucessivas proibições, entrecortadas por momentos de relativa tolerância. A partir de 1814, textos legais começaram a proibir expressamente os batuques. “Brincadeira de negro’ torna-se fato social perigoso”, resume Sodré (2005: 95).

Martha Abreu exemplifica que, no início do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro abrigava grandes encontros festivos das populações negras. A partir da década de 1820, porém, tais manifestações tornaram-se matéria de regulamentação das autoridades municipais, iniciando um processo de criminalização. Nesse sentido, Paulo Dias descreve que nas fazendas de Vassouras, também no Rio de Janeiro, as danças do Caxambu preocupavam os patrões. Os regulamentos municipais de 1831 e 1838, sob pressão dos fazendeiros, procuravam coibir os encontros, “temendo que os negros ‘organizassem sociedades ocultas, aparentemente religiosas, mas sempre perigosas” (Dias 2001: 863).

O Código de Posturas da cidade do Rio de Janeiro de 1838 proibia a existência das casas conhecidas por zungu e batuques e multava em trinta réis os donos das tavernas ou outro estabelecimento em que se achassem ajuntamentos de mais de quatro escravos. Também regulava, dentro das casas e chácaras, os batuques, cantorias e “danças de pretos”, além de condenar ao calabouço os escravos que fossem encontrados “fazendo desordem”.

Na esteira de Chalhoub, Abreu (1999) observa ainda que as classes pobres eram tidas como perigosas no século XIX – especialmente a partir de 1850 – não apenas no que se refere à organização do trabalho e à manutenção da ordem, mas também pelo perigo de contágio da sociedade, segundo a interpretação das políticas higienistas. Ela acrescenta que, apesar das posturas relacionadas às festas, o pleno controle de sua aplicação sempre foi bastante difícil.

A abolição da escravatura não dissolveu tais tendências. Pelo contrário: Wlamyra Albuquerque informa que nas décadas que se seguem a 1888, a “festa dos negros” tornou-se mais suspeita do que antes, até adquirir o estatuto de tema estratégico, “que ocupou ao longo do tempo muitas páginas impressas, muito esforço de policiais e autoridades, mas também muita invenção e trabalho de festeiros e carnavalescos” (Albuquerque

2009: 26). As próprias festividades da abolição foram, aliás, apropriadas de diferentes maneiras e motivo de preocupações.

Alegrias à parte, o que se encontrou logo depois das euforias festivas do 13 de maio foi um discurso que tratou rapidamente de conectar desordem, vadiagem e população negra. Albuquerque descreve que um leitor desavisado, ao folhear os jornais de Salvador nos dias que se seguiram à abolição, poderia julgar que os sambas e candomblés eram uma novidade no universo cultural da época, diante do número de queixas e pedidos de repressão. Era como se emergisse um súbito temor a respeito do que “diziam” os tambores.

A liberdade dos negros era vista com cautela e, não raro, como sinônimo de vício e vadiagem, que poderia estragar o caminho da “civildade” brasileira. O medo “científico” da perversão dos costumes substituiu o medo da revolta que tirara o sono dos antigos senhores, “fazendo com que todos os olhares se voltassem para essas ocasiões coletivas e desregradas”. Olhares esses que viam e classificavam a partir do signo da cor (Albuquerque 2009: 27).

Aliás, não foi por coincidência que, a partir da segunda metade do século XIX, o termo vadiagem tenha ampliado o seu significado, passando a englobar comportamentos populares. Segundo Wlamyra Albuquerque, nas comemorações da abolição, a categoria *vadio* parecia cunhada para designar o negro: “As celebrações não oficiais do evento se revertiam numa exaltação à lógica do não-trabalho, evidenciando a sobreposição entre liberto/negro/vadio” (Albuquerque 2009: 131-132).

A “desutilidade” da festa é, inclusive, uma das faces mais interessantes da sua capacidade de subversão. Ela opõe-se à tendência capitalista de laboração do mundo e à moral burguesa do homem produtivo. Por isso, o estereótipo do negro/vadio entrou no jogo de forças do período pós-abolição.

O carnaval, por sua vez, não tardou a espelhar as buscas da população afrodescendente naqueles tempos duvidosos. Ao analisar o papel dos clubes carnavalescos negros da época, Albuquerque identifica a exaltação da África e a construção alegórica de uma colônia africana na Bahia. Ao invés de criticar o enquadramento de tais clubes ao modelo de inspiração europeia, a autora prefere enfatizar as mensagens cifradas que, oportunamente, eram traduzidas no interior da comunidade herdeira dos estigmas e desafios escravistas na condição de liberdade.

A repressão, é claro, não estava desatenta. Soihet (1998) descreve que quando, em 1907, os sambas foram permitidos no Rio de Janeiro, as autoridades vetaram, no entanto, o uso de instrumentos. Durante uma festa na Penha, os policiais fizeram vigilância, para impedir o acesso das pessoas que os portassem. O resultado foi que os populares acompanharam o samba com as mãos e, no ano seguinte, com garrafas e pedaços de pau. Inclusive, o nome do delegado Mello, responsável pela proibição, foi eternizado através das letras das canções.

Simson (2008) aponta também o exemplo, nas primeiras décadas do século XX, do grupo carnavalesco das Amadoras. Uma vez que o carnaval negro paulista não era legalizado – isto só se deu em 1968 – a cada ano os carnavalescos tinham que enfrentar o desafio de convencer a polícia a desfilar no centro da cidade. Com este fim, entravam em cena as Amadoras: elas executavam coreografias bem em frente à Delegacia Central, enquanto os policiais assistiam de um terraço. As mulheres chegavam a escrever com os seus próprios corpos o nome do delegado, para cair nas suas graças e afastar, durante os desfiles, a perseguição policial.

Aliás, não só o reinado de Momo estava na mira das forças repressoras. Maria Lúcia Montes menciona a preocupação da Igreja católica, perante o catolicismo devocional popular ao longo das décadas de 30 e 40 do século passado. A autora cita a carta pastoral do bispo de Ponta Grossa, escrita em 1931:

É necessário que se compreenda que a religião não consiste em passeatas, que chamam de procissões, acompanhadas de ruidoso foguetório e de luzes artificiais. É preciso que se saiba que é uma acerba ironia e uma sacrílega irrisão querer coroar uma festa religiosa com baile e outros divertimentos profanos e perigosos, onde o homenageado é sempre e somente o demônio (Montes 1998: 112-113).

Em 1949, a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro até tolerava as bandas de música nas procissões, mas desde que obedecessem à regulamentação da Comissão de Música Sacra. A moderação e o recato burgueses também condenavam a proliferação de altares, imagens e associações religiosas. Como se pode imaginar, o principal inimigo da ortodoxia católica era a folia dos santos, que saía em cantoria de porta em porta. Assim, na década de 20, em conferência realizada em Montes Claros, o arcebispo de Diamantina determinaria: “Continuem os sacerdotes no trabalho de supressão do maldito passatempo de folias” (Montes 1998: 114). Os banquetes e bebidas foram igualmente reprimidos. A autora conclui:

Nessa religiosidade popular, as formas simbólicas que laboriosamente haviam sido introjetadas por culturas africanas e indígenas, permitindo que por meio delas se integrassem segmentos étnicos distintos à sociedade e à cultura brasileira em processo de formação, eram já – ou pareceriam ser – ininteligíveis a uma elite branca que não se reconhecia ou não queria reconhecer-se nessa imagem de si projetada pela devoção marcada pela inconfundível presença do negro. Com sua força integrativa, a festa traía uma perigosa zona de liminaridade (Montes 1998: 116).

Santos Silva (1994), referindo-se à cultura popular portuguesa, observa que tornou-se necessário controlar os desvios, disciplinar os corpos e atos das camadas populares – um processo que, por sua vez, desencadeou a necessidade de conservação museo-

lógica das “artes do povo” pelas elites, com o interesse de fruição estética.

No contexto brasileiro, para Albuquerque (2009), a festa popular foi tema de uma discussão jamais concluída entre os intelectuais – sendo que, a partir de 1930, os carnavais e outras manifestações foram rapidamente relidos como expressões simbólicas da nacionalidade e de uma amálgama cultural supostamente unívoco. A racialização da cultura serviu, segundo a autora, para ocultar os conflitos. O desejo de controlar a cultura popular também inspirou a ideologia do Brasil-potência dos anos 1970, através de processos de apropriação que buscavam dar-lhe um cunho nacionalista para a glorificação do Estado (Chauí 1994).

Mas a própria natureza fugidia da festa frustra as tentativas de plena domesticação. Paulo Dias trata, por exemplo, das estratégias de comunicação em contextos de extremo silenciamento, como foi o caso da escravidão, em que se revelam processos de metaforização que passavam despercebidos aos ouvidos dos atentos intendentes. Ele cita o depoimento de Dona Zé, de Guaratinguetá, que explica as mensagens sutis embutidas na cantoria do Jongo:

Os escravo num podia comunicá com ninguém, eles num tinha liberdade, né? Então, quando eles entrava na senzala é que eles ia participá um co outro. Então, no meio eles faziam a roda de Jongo e, ali, cada um cantava o Jongo falando o que queria falá, mas sobre... pela canção. Daí, um entendia o que tinha que sê feito (Dias 2001: 875).

O autor acrescenta que enquanto algumas danças de escravos, como os Lundus, ganhavam os salões da casa-grande, do lado de fora continuou a desenvolver-se uma poética de compreensão interna do grupo, que se mantém presente nos pontos do Jongo e do Candombe. Como explica o autor, a metaforização também acontece no plano do discurso corporal, nos movimentos das danças.

Na esteira de Gomes e Pereira, Dias observa ainda que, ante a aproximação dos senhores, a festa negra poderia mudar da água para o vinho, com a mais perfeita naturalidade: na poética das senzalas, o termo “camaleão” designava justamente aquele que aprendeu a alterar rapidamente de atitude, “colorindo-se” conforme o contexto. É o que atesta o Caxambu de Mãe Nininha de Santa Isabel do Rio Preto:

Na ponte funda
cambaleão
jacaré qué me cumê
mas não come não.
(Dias 2001: 876)

Desta maneira, sob o manto da festa, emergiram inúmeras possibilidades de re-

sistência. Através de caminhos abertos ou dissimulados, espaços de insubmissão – como os quilombos e terreiros – e atitudes transgressoras – como as rebeliões e a vadiagem – foram disputando espaço com outras forças, na arena das relações sociais. Neste sentido, os “demônios” a serem combatidos pelas contas do rosário da antiga canção popular são enfrentados em muitos espaços, inclusive no campo simbólico. E a festa é uma expressão pujante disso.

A SAGA DO QUILOMBO DE MATA CAVALO

Os quilombos foram formados a partir de diferentes formas de acesso à terra, sendo que a fuga de escravos é a mais conhecida. Porém, muitos outros motivos poderiam originar uma comunidade: as doações feitas pelos senhores ou pela Igreja; terras recebidas por serviços prestados em períodos de guerra; fazendas abandonadas em função do declínio dos ciclos econômicos e assim por diante.

Como esta história é contada pelos vencedores, muito se perdeu sobre a trajetória dos quilombos. Eles nunca tiveram um padrão coerente e diferiam muito entre si, mas o que ficou registrado destes 500 anos foram apenas as grandes manifestações de rebelião, dentre tantas insurreições já apagadas da memória. O quilombo dos Palmares⁴ foi o exemplo mais visível, mas o fato é que, enquanto houve escravidão, existiram também tais comunidades, que frequentemente geravam medo na classe senhorial e enfrentavam duras repressões militares.

Apesar da grande diversidade de quilombos, com formas de organização e culturas variadas, de maneira bastante abrangente é possível dizer que muitas das comunidades foram – e continuam a ser – caracterizadas por alguns elementos: destacam-se, por exemplo, as lógicas de reciprocidade entre os seus membros, o uso de áreas comuns e os estreitos vínculos entre terra e identidade.

Apenas com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, foram atribuídos direitos territoriais às comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, ao passo que os artigos 214, 215 e 216 acenaram para a necessidade de proteção do patrimônio cultural de tais grupos.

A aprovação do artigo 68 foi, em parte, garantida pelo imaginário, prevalecente no senso comum, de que os quilombos eram raríssimas exceções no país. Porém, a base de dados do Governo Federal aponta para a existência de 3.554 quilombos, presentes

4 Palmares situava-se ao sul da então capitania de Pernambuco, região Nordeste do Brasil. Os relatos oficiais sobre este quilombo foram, sem exceção, feitos pelos seus inimigos, e não faltam informações desencontradas. Ainda assim, é possível dizer que o quilombo foi fundado nos últimos anos do século XVI, a partir do triunfo de uma revolta num grande engenho de açúcar (Benassar e Marin 2000).

em todas as regiões, com maior concentração nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Minas Gerais.

Como observam Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), os meios acadêmicos e, de maneira mais abrangente, a sociedade brasileira, caminham para a ruptura com a visão cristalizada pela historiografia clássica, baseada no isolamento dos quilombos e na sua origem vinculada exclusivamente à fuga de escravos. Está emergindo um conceito que “alça o território e a identidade – especialmente ligados à resistência – à condição de elementos fundamentais na determinação destes agrupamentos sociais” (2002: 129).

Para se pensar o quilombo a partir do vínculo com a terra, o território deve ser analisado como um fenômeno imaterial e simbólico. “Ele é constituído pelas *relações* entre os agentes, agências, expectativas, memórias e natureza”, observa Arruti (2006: 323). Todo elemento físico ou histórico que entra na sua composição passa pelo crivo de um processo de simbolização que *desmaterializa* e, ao mesmo tempo, provoca rearranjos em todo o conjunto. Por isso, para o autor, a busca de direitos territoriais – necessariamente coletivos – passa pela instituição de uma memória igualmente coletiva e pelo estabelecimento de uma identidade étnica diferenciada⁵.

Vale observar que os novos direitos, que foram avanços indiscutíveis, colidem com a estrutura conservadora do poder. A lentidão dos processos de titulação, os entraves da cultura cartorial, a criminalização das lutas camponesas, as prisões injustificadas, as provas forjadas, a falta de acesso ao ensino formal – estes e outros aspectos formatam um “estado de justiça” que, mais uma vez, busca fechar as portas para esta “humanidade banida, empurrada para fora da ordem e tornada fora da lei” (Leite 2007: 17)⁶.

A partir desta contextualização preliminar, é possível entender a trajetória histórica mais abrangente que ajudou a formatar as especificidades da saga de Mata Cavalo, que dá nomes e rostos a um longo processo de resistência. Na comunidade, a maior parte das famílias organiza-se em torno da agricultura de subsistência e muitas das atividades produtivas são feitas coletivamente. É muito comum o mutirão – chamado localmente de *muxirum*. O excedente é vendido, suprindo as necessidades de produtos externos. Parte das famílias trabalha nas cidades, para viabilizar o sustento dos seus.

⁵ A ideia de territorialidade negra confronta-se com o mito da igualdade de oportunidades, que aposta no modelo exclusivo da propriedade individual e privada, de terra-mercadoria e sua vinculação à produção mecanizada em larga escala, que visa atender os amplos mercados externos (Leite 2004). Portanto, a relação com o território contraria a ideia de propriedade privada conforme é dada pelo parâmetro capitalista de apropriação do espaço.

⁶ As modificações do significado da palavra quilombo e da própria interpretação do termo resistência são tratadas por Leite (2007) através dos conceitos de quilombo trans-histórico, jurídico-formal e pós-utópico. Quanto ao primeiro, refere-se a deslocamentos semânticos – o processo de metaforização – do quilombo, vinculando, através dos tempos, a diáspora africana à conquista do território. Em 1988, houve a passagem do quilombo trans-histórico para o quilombo jurídico-formal, ou seja: ele deixou de ser oposição para tornar-se política de Estado. Por fim, surgem no Brasil novas formas de dominação que, por sua vez, implicam na emergência de novas formas de resistência – a que a autora denomina quilombo pós-utópico.

Para plantar e colher, a relação com o sagrado é crucial: o arroz é plantado na véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Luzia. O milho é plantado na véspera do dia de Santa Catarina, depois da primeira chuva. Para garantirem uma boa colheita, os quilombolas recorrem aos santos de devoção, para quem fazem promessas e oferecem festas (Simione 2008).

A história oficial⁷ de Mata Cavalo tem início em 1751, quando a sesmaria foi concedida por D. Antonio Rolim de Moura – primeiro capitão-general de Mato Grosso – ao bandeirante paulista José Paes Falcão. Mas foi a 15 de setembro de 1883 que dona Anna Tavares, perante o Tabelião de Notas de Nossa Senhora do Livramento, oficializou a doação das terras para os escravos. Tal doação chegou a ser questionada judicialmente por seus parentes, ainda no final do século XIX, mas o processo não foi concluído. Depois disso, Mata Cavalo experimentou uma relativa tranquilidade, que não durou muito.

O Brasil do final do século XIX e começo do XX assistiu ao rápido crescimento das cidades. Segundo Bandeira e Sodré, a crise de 1929 colocou em relevo a dependência econômica da nação e gerou a necessidade de estratégias para manter artificialmente os preços do café e a estabilidade do mercado. A chamada “Marcha para o Oeste” foi anunciada pelo Estado Novo de Vargas no final de 1937 e início de 1938, “como forma triunfante de consolidar a construção do Brasil Moderno, levando a cabo um projeto político de inspiração bandeirista, de ocupar os ‘espaços vazios’ do território nacional” (Bandeira e Sodré 1993: 87).

A consequência desta política, para Mato Grosso, foi a modernização da sua capital, Cuiabá, e a expansão das fronteiras agrícolas. As oligarquias ganharam com esse processo: os patrimônios urbano e rural sofreram extraordinária valorização. A partir do final dos anos 30, resgatou-se o valor de troca da terra, que se transformou em mercado-ria com preços em ascensão.

O quilombo de Mata Cavalo foi alcançado pela valorização das terras. A “Marcha para o Oeste” atingiu duramente a comunidade, que sofreu uma ofensiva de grilagem: segundo Bandeira e Sodré, o processo de expulsão foi deflagrado quando o novo proprietário local, que adquiriu uma área na mesma sesmaria onde se situava o quilombo, começou a ampliar os limites da área adquirida.

O processo de expulsão foi violento. Houve incêndios de roçados e de casas. A violência permaneceu até 1943-44, quando a comunidade foi completamente aniquilada. As famílias expulsas passaram a trabalhar nas grandes fazendas ou deslocaram-se para as periferias urbanas.

Ao contrário do que se poderia esperar, os laços entre os quilombolas e a terra

⁷ A palavra “oficial” é empregada, na medida em que a região, assim como todo o atual Estado de Mato Grosso, eram povoados por inúmeros grupos indígenas que construíam as próprias histórias antes da chegada dos colonizadores portugueses.

perdida não se pulverizaram. Ao desenvolver uma identidade diaspórica, Mata Cavalo criou caminhos estéticos que, como ensina Gilroy (1993), conseguem separar a genealogia da geografia.

Cerca de duas décadas depois da expulsão, ainda interligada, a comunidade dispersa geograficamente iniciou um paulatino movimento de retorno à área original. A partir dos anos 50-60 do século passado, começam as tentativas intermitentes de retomada das terras, que não encontraram, de início, expressiva resistência. O retorno deu-se através de dois caminhos: compra ou posse.

A partir dos anos 1980, emerge uma nova onda de conflitos. Em seguida, inicia-se também o movimento social pelo reconhecimento oficial da área quilombola, com amparo da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de Mato Grosso de 1989. No início dos anos 1990, sob intensas perseguições, a população de Mata Cavalo começa a ter visibilidade na mídia, através do apoio da Pastoral da Terra. Em 1996, ano em que é criada a associação que passaria a representar juridicamente o quilombo, houve uma intensa ocupação da área pelos quilombolas, com apoio dos movimentos sociais e com ampla cobertura jornalística.

No ano 2000, a Fundação Cultural Palmares emitiu o título de reconhecimento do Complexo Mata Cavalo. Porém, a emissão do documento, sem a regularização fundiária, tornou-o apenas um, entre outros títulos – válidos ou não – incidentes sobre as mesmas terras.

Segundo Leroy (2005), até 2002, os quilombolas ocupavam apenas cerca de 10% da área reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, sendo que a maior parte das famílias residia precariamente. Em 2003, elas ocuparam outras áreas do quilombo, enfrentando grande resistência. O autor acrescenta que a indefinição fundiária de Mata Cavalo deu margem à concessão de liminares aos fazendeiros, o que levou a novas expulsões localizadas.

O processo de demarcação e titulação do quilombo foi assumido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em agosto de 2004, envolvendo uma área de 14.700 hectares. Em 2009, o presidente Lula da Silva assinou 30 decretos de desapropriação de áreas quilombolas, dentre elas a de Mata Cavalo. Porém, como a regularização ainda não foi plenamente cumprida, esta continua a ser uma comunidade à espera.

O PAPEL DA DANÇA DO CONGO PARA A RETERRITORIZAÇÃO

Sob o olhar atento de São Benedito – que reinava sobre um altar cuidadosamente enfeitado com flores e estampas – eu conversava, naquela manhã quente, com a saudosa

presidente da Associação Quilombola de Mata Cavalo, dona Teresa de Conceição Arruda, sentada à minha esquerda, e com o seu pai, senhor Antônio Mulato, à minha frente. O entrevistado – que na época completara 101 anos – e sua filha falavam sobre um tema que sempre me intrigara acerca da trajetória da comunidade – que, como vimos, fora expulsa a partir dos anos 40, quando poucas famílias permaneceram no território original:

Vocês ficaram em Mata Cavalo. [...] E como é que fizeram? Vocês mantinham sempre contato, estavam sempre conversando com o pessoal que saiu? Durante todos aqueles anos?

D. Teresa: Tinha uns que vinham, tinha festa aqui...

Apesar de não ter sido o principal foco das minhas atenções naquele momento⁸, este aspecto jamais saiu do meu pensamento: quando questionados sobre a surpreendente capacidade de manutenção dos elos identitários daquela comunidade, que permaneceu desterritorializada durante décadas antes de começar a retornar à área original, a primeira explicação encontrada pelos entrevistados fora a continuidade das festas.

A festa transforma-se num território flutuante de encontro entre sujeitos dispersos no espaço, mas cuja noção de pertencimento não se esvaiu com o tempo. A louvação ao santo de Mata Cavalo realimenta os laços de amizade e parentesco, convergindo os sujeitos de forma a garantir, no campo simbólico, a existência de uma comunidade muito mais abrangente do que a que existe concretamente na área.

A festa exerceu um papel fundamental na manutenção do sentido identitário das famílias expulsas e pulverizadas. Por um lado, as poucas pessoas que se mantiveram no território realizavam eventos que voltavam a reunir, periodicamente, amigos e parentes dispersos. Por outro lado, a população diaspORIZADA logo tratou de organizar festas em seus novos espaços, especialmente nos bairros negros formados nas periferias de Cuiabá, capital de Mato Grosso, e Várzea Grande, cidade industrial. Como veremos mais adiante, tais festas ajudaram a manter uma identidade sem um território, e tiveram um papel fundamental no processo de retorno ao quilombo.

O conceito de *comunidade afetiva* é útil para a discussão deste fenômeno, na medida em que exige um processo de negociação entre as memórias coletivas e individuais:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (Halbwachs 1990: 34).

⁸ Tal entrevista deu-se no ano de 2006, período durante o qual eu desenvolvía a minha dissertação de mestrado, intitulada “Mata Cavalo: a saga dos quilombolas”.

É interessante ter em conta que as festas viabilizavam o retorno simbólico a uma terra perdida, independentemente do cenário em que eram situadas. Neste sentido, congregavam diferenças: sob certo aspecto, aqueles sujeitos pertenciam, simbolicamente, a uma mesma comunidade desterritorializada; porém, simultaneamente, os mesmos sujeitos integravam diferentes *mundos*, por viverem em diversas cidades, com distintas realidades e atividades econômicas – alguns deles, inclusive, não chegaram a nascer em Mata Cavalo, pertencendo à segunda ou terceira geração pós-diáspora⁹.

Portanto, em Mata Cavalo, a relação entre nome, história e território (Gatti 2010) atravessa caminhos complexos. No decorrer do período de diáspora, a festa acabou por assumir um papel catalisador, voltando a aglutinar os quilombolas em torno do espaço flutuante da festa – substituindo, de certa maneira, a partilha do território concreto. Com o processo de expulsão iniciado nos anos 1940, pulverizaram-se festeiros, reis, rainhas e assim por diante. Porém, ao invés de dispersar-se definitivamente e esquecer-se enquanto comunidade, a população desterritorializada manteve os seus laços.

Num primeiro momento, as celebrações quase se extinguíram. Como explica dona Odália Sarat, festeira perpétua de São Benedito, “na época que o pessoal foi expulso, foi saindo, a festa acabou. Desanimou, ninguém queria mais fazer festa”. As louvações ao santo reduziram-se às rezas realizadas pelas famílias negras de Livramento. Mas, aos poucos, a população começou a contrariar esta tendência, buscando novos palcos para os seus rituais. “Reorganizavam-se a solidariedade grupal, as relações de parentesco, as práticas culturais, sustentadas pela lembrança coletiva. Era Mata Cavalos ressurgindo, fênix negra, etnicamente reinventada”, descrevem Bandeira, Dantas e Mendes (1990: 39).

A persistência simbólica da ideia de comunidade, mesmo perante o fim da sua existência concreta, exigiu sacrifícios do grupo disperso. Para participarem das festas de São Benedito do Quebra Pote e Ribeirão do Lipa, bairros dos subúrbios da capital onde muitos quilombolas se concentraram depois de expulsos, as famílias instaladas no município vizinho de Várzea Grande costumavam deslocar-se a pé, atravessando o rio Cuiabá – que divide as duas cidades – em rústicas canoas entalhadas. “[A população] saía lá pelas cinco horas, quatro horas da manhã, pra chegar às seis da tarde aqui [em Cuiabá]”, explica Antônio Arruda, rei do Congo de Livramento.

No caminho inverso, a festa de santo e o Congo voltaram a emergir em Capão do Negro, em Várzea Grande, para onde se deslocavam os quilombolas concentrados em Cuiabá. “Portanto, a etnicidade constituída em Mata Cavalos espreadava-se em lugares

⁹ A dispersão da população de Mata Cavalo existe até hoje – já que nem todos voltaram a lá viver depois do processo de reterritorialização e porque, além disso, houve também quem emigrasse por vontade própria no decorrer dos anos. Portanto, ainda na atualidade a festa cumpre, de alguma forma, o mesmo papel de cimento capaz de congregar simbolicamente uma comunidade mais alargada.

políticos de entendimento de ser-negro-no-mundo – com os outros”, resumem Bandeira, Dantas e Mendes (1990: 42). Desta maneira, os santos continuaram sendo motivo de reencontro da população; mas, ao invés de cruzarem o próprio território, as famílias cruzavam bairros e municípios alheios para viabilizarem as celebrações.

O papel da festa na manutenção das identidades destaca-se a partir de duas vias: por um lado, levou a comunidade (imaginada) até a população, na medida em que as festas de santo realimentaram os laços estabelecidos entre as famílias diaspóricas. Por outro, levou a população até a comunidade (simbólica e concreta), na medida em que a retomada do grupo de Congo e da festa de São Benedito de Nossa Senhora do Livramento foram importantes para o retorno físico dos quilombolas à área original.

Por todo Brasil, existem manifestações do Congo, Congada, Congado, Reinado, dentre outros folguedos que, guardando as grandes diferenças de forma e enredo, celebram o sagrado. Em Nossa Senhora do Livramento, esta dança dramática, nascida dentro do quilombo, consiste em um teatro a céu aberto, que representa uma guerra feroz entre o rei Monarca e o rei do Congo – sendo que o último perde a batalha. Soldados, fidalgos e outros personagens compõem a trama, que mescla cantos, danças e declamações.

Conforme descreve Antônio Arruda, atual rei do Congo de Livramento, no final dos anos 50, a dança estava praticamente extinta. Foi quando entrou em cena Cesário Sarat, uma importante liderança do quilombo, que tomou a iniciativa de reorganizar o grupo em Várzea Grande, onde então vivia. Segundo Arruda, “meu padrinho [Cesário] chamou João Algápito e Manuel Lino; pediu pra eles virem pra ver se eles aguentavam trazer o Congo lá pro [bairro] Cristo Rei”. A liderança de Sarat estendia-se por diferentes dimensões: ele era também pai-de-santo e benzedor, famoso pelo poder de cura das suas rezas e *garrafadas*.

Muitos homens aderiram à ideia de Sarat e, apesar das distâncias – uma vez que moravam em diferentes municípios – passaram a reunir-se periodicamente na sua casa para ensaiar e apresentar o Congo. Organizado o grupo, Cesário Sarat deu um passo adiante: reacendeu a festa de São Benedito de Livramento, que incluía a apresentação da dança, e, nos anos 80, mudou-se para a sede do município.

Segundo a filha de Cesário, Odália Domingas Sarat da Silva, o retorno do pai a Livramento vinculou-se aos conflitos da época: sua intenção inicial foi de ajudar um primo, que retornara a Mata Cavalo e vinha sendo pressionado por fazendeiros da região a deixar a área. “Quem não queria sair, [o fazendeiro] mandava o jagunço tirar. Aí saía, tacava fogo no barraco, pegava criação, tudo”, descreve.

Conflito, resistência e festa misturam-se no relato do retorno do Congo. Disposto a ajudar os parentes, Sarat instalou-se na sede do município, onde ergueu a rústica Casa de São Benedito. O espaço cumpria múltiplas funções: além de servir de moradia para a liderança, era também um lugar sagrado, destinado à louvação do santo. Lá foi montado um altar, sempre iluminado por uma vela, e foram guardados os ornamentos e equipa-

mentos necessários para os ensaios e as festividades. Ali também dormiam muitos dos componentes do Congo nos dias de apresentação. Mas acredito que, nas entrelinhas, a Casa de São Benedito acabou por dar certa sustentabilidade ao processo de reaproximação das terras perdidas – afinal, era um espaço dos quilombolas, instalado em pleno centro do pequeno núcleo urbano de Livramento.

A realização anual da festa de São Benedito, proposta por Sarat e aceita pelos poderes locais, exigia uma constante mobilização dos dançantes. Segundo Antônio Arruda, os ensaios intensificavam-se em abril, quando todas as semanas o grupo do Congo ia até Livramento, transportado nas carrocerias de caminhões.

A reativação do Congo parece-me conciliar o sagrado, a louvação do santo, a uma enredada estratégia de retomada do território. Além dos próprios membros do grupo, a festa de São Benedito voltou a reunir as famílias dispersas bem no coração do município do qual tinham saído, recolocando os quilombolas numa *perigosa proximidade* com a área que fora sua. “A festa e o Congo transformam-se em ponto de retorno simbólico às terras de Mata Cavalos”, explicam Bandeira, Dantas e Mendes (1990: 44). Assim, tanto as antigas quanto as novas gerações, ao invés de largarem o passado e enveredarem pelos novos espaços dentro dos quais viviam, mantiveram o vínculo com Mata Cavalo – um elo que era periodicamente alimentado pelas festas locais, a começar pela celebração de São Benedito, na sede de Livramento.

Apesar de ter liderado ativamente o processo de retorno da população a Mata Cavalo, Cesário Sarat jamais voltou a viver no quilombo. Manteve-se na Casa de São Benedito – que, em função da sua natureza ambígua, jamais foi encerrada pelos fazendeiros ou pela Igreja, cuja matriz local situa-se na mesma rua, a poucos metros.

Sarat faleceu no dia 19 de novembro de 2004 – coincidentemente, véspera do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro – deixando o Congo como herança. A Casa de São Benedito permanece de pé, cumprindo as mesmas funções; a festa de abril continua a reunir muitos espectadores em Livramento. Hoje, cerca de 40 homens fazem parte do *exército de dançantes*, oriundos de diferentes espaços. Dentre os atuais moradores de Mata Cavalo, hoje há apenas os *dançantes promesseiros* – aqueles que, mesmo sem pertencer ao corpo fixo do grupo, participam do Congo durante a festa de São Benedito, para pagarem as suas promessas ao santo¹⁰.

A cristalização ritualizada do território perdido, viabilizada através da retomada da dança do Congo, pode ser interpretada como um elemento catalisador, que teve um papel decisivo para a manutenção dos elos identitários durante a diáspora e durante o período de retorno da comunidade ao território original. Como vimos com Stuart Hall

10 Vale observar que a existência destes promesseiros – membros flutuantes do Congo – faz do grupo um território movediço, poroso, em que participantes entram e saem, conforme as necessidades pautadas pelos seus compromissos religiosos.

(1996), no campo das identidades não há respostas unívocas – tudo depende do múltiplo jogo das articulações estabelecidas em determinado espaço-tempo. Nesse sentido, como ensina Quijano,

O que se pode chamar ‘sujeito’, não só o colectivo, mas até mesmo o individual, é sempre constituído por elementos heterogêneos e descontínuos, e que se transforma numa unidade só quando esses elementos se articulam em torno de um eixo específico, sob condições concretas, em relação a necessidades concretas, e de modo transitório (Quijano 2009: 103).

A meu ver, sujeitos desterritorializados, apartados pela diáspora e dispersos sobre um amplo território encontraram na festa – e especialmente na retomada da dança do Congo – um espaço de articulação e de reinvenção identitária, que contribuiu, no campo simbólico, para o processo de retomada da área perdida. Desta maneira, a dicotomia entre a festa, enquanto fenômeno cultural, e a luta pela reterritorialização, enquanto fenômeno político, tem as suas fronteiras desestabilizadas.

MARIA DO CHÁ E A GÊNESE DA TRADIÇÃO

Durante outro momento crítico de sua trajetória, segundo creio, Mata Cavalo testemunhou uma espécie de “gênese da tradição” – o ponto zero a partir do qual determinada ação ou contexto da realidade é ritualizado. Trata-se do costume do chá, em moldes que se dão no quilombo¹¹, que se faz presente tanto durante as festas de santo, quanto durante as reuniões da comunidade.

Quando chega – seja na casa de um festeiro, seja na sede da associação quilombola – Maria Pinto de Moraes, a Maria do Chá, é festejada. De pouca estatura, sorriso fácil e longas tranças *rastafári*, ela carrega sempre a sua grande garrafa térmica vermelha, com capacidade para cinco litros.

Em algumas festas, o chá é levado pronto. Em outras, Maria do Chá chega mais cedo e prepara a bebida, feita com raízes e ervas do cerrado, que os festeiros geralmente já separam para a ocasião. Caso a matéria-prima não esteja à sua espera, ela mesma embrenha-se na mata e rapidamente escolhe as plantas adequadas.

A roda de Cururu, que tem caráter sagrado – e é um espaço masculino – abre-se para a sua entrada durante os rituais de louvação ao santo. Dos eventos que testemu-

¹¹ Mato Grosso possui a tradição do chá com bolo – ou “tchá-co-bolo” – que é geralmente servido pela manhã, inclusive durante as festas de santo. Também podem ser servidos preparados que contêm plantas medicinais, geralmente misturados à aguardente, para estimular as cantorias dos cururueiros. Mas tais costumes diferem das especificidades do chá de Maria Moraes, aqui descritas.

nehi, Maria do Chá foi a mulher que ocupou aquele espaço com maior liberdade. É tarefa de alguns dos festeiros – sejam homens ou mulheres – proverem os cururueiros de bebidas durante toda a noite, mas o fazem discretamente, para não atrapalhar a louvação. Maria do Chá, por sua vez, chega a dançar no meio da roda.

O hábito de beber chá de Maria durante as “funções” do Cururu em Mata Cavallo, e a própria transformação de Maria Morais em Maria do Chá, surgiram em 2003, quando, como já vimos, parte da população do quilombo fora despejada, por força de liminares judiciais – permanecendo acampada em uma grande barraca, montada na beira da rodovia. Segundo Maria do Chá, cerca de cem quilombolas ficaram quase três meses nesse espaço provisório, enquanto esperavam pelas decisões da justiça. “Pessoas de idade, criança, aquele tumulto de gente debaixo de uma lona”, descreve.

Havia pouca comida. Os parentes das famílias despejadas doavam os alimentos, que nem sempre eram suficientes: a última refeição do dia, geralmente uma sopa, era servida por volta das 17 horas. Foi quando Maria Morais teve a ideia de usar aquilo que estava disponível no momento: água e plantas dos arredores. Ela providenciou o açúcar, um produto barato, e passou a servir o chá para cada um dos dois grupos que se revezavam à noite para fazer a vigília.

Além de amenizar a fome, o chá era propositadamente feito com ervas estimulantes, que ajudavam as sentinelas a se manterem acordadas. Logo os quilombolas acostumaram-se com o momento do chá durante as vigílias, que são descritas como se de festas se tratassem. Segundo a entrevistada,

A noite toda nós brincava como se não estivesse acontecendo nada. Ele com a arma na nossa cabeça e nós dançando. [...] Nós dançava Siriri¹², tocava violão, até pra distrair aquelas pessoas bem mais idosa. Nós fazia tudo pra ver se ninguém não tinha um ataque, não morresse, com tanto medo e susto. E nós passava a noite toda acordado.

Quando o chá não era feito, todos cobravam. Ela quase não dormia, para servir os dois turnos. Nascia a Maria do Chá.

Finda a ameaça, os quilombolas saíram da beira da estrada. Muitos voltaram para as suas áreas. O tempo e o espaço que geraram o hábito do chá de madrugada eram parte do passado. Porém, creio que houve a transformação da realidade cotidiana em tradição, na medida em que o chá, originado da expulsão e da experiência coletiva dentro do acampamento improvisado, foi transposto para as festas de santo e para as reuniões da comunidade. A euforia que o momento do chá gerava entre os que zelavam pelo grupo expulso foi reproduzida em outros momentos de encontro – momentos em que a ameaça

12 Siriri é uma dança típica, feita em roda ou fileiras, que anima as festas da região.

externa, apesar de sempre latente, já não é imediata como em 2003. Isso leva-me a crer que, com o chá, os quilombolas de Mata Cavalo revivem ritualmente um momento de crise e brindam a sua capacidade de resistência. Voltam a experienciar, portanto, tanto o sofrimento quanto a sua sublimação a cada festa.

Maria do Chá, a meu ver, encarna o mecanismo que transforma a realidade no estético, no ritual, no sagrado. É o processo de acomodação da dramatização da identidade ao *continuum* da vida e seus desafios. A expulsão dos quilombolas e o seu retorno – acontecimentos importantes da história recente da comunidade – ganharam um lugar na dimensão ritualística daquele grupo social, reafirmando simbolicamente um sentido de coletividade que foi intensamente vivido naqueles tempos de crise e tensão. Trata-se, aqui, de um caso de representação como “(re)apresentação” da realidade (Dawsey 2006): ao invés de limitar-se a reafirmar as tradições já cristalizadas, aquele grupo social em crise/em festa abriu-se ao chá – que agora se cristaliza como um novo costume local.

Nesta incorporação do chá às celebrações de Mata Cavalo, vejo sublinhadas algumas características fundamentais da festa, como a capacidade de se reinventar conforme as necessidades contingenciais, devido à sua intrínseca ligação com o cotidiano. Como afirma Maria Laura Cavalcanti,

Sempre, ao voltarem, as festas trazem consigo alguma novidade, e assim, de modo lento, muitas vezes imperceptível, vão se modificando, se recompondo, às vezes mesmo se reinventando. Tomam elementos emprestados daqui e dali (pois reparem bem: as diferentes festas conversam entre si!), conferem sentido novo a velhos aspectos. Às vezes, algum elemento integrante de uma totalidade festiva destaca-se de modo tão acentuado que parece alçar vôo próprio (Cavalcanti 1998: 294).

Vimos que em um cenário de forças em tensão, Edimilson Pereira e Núbia Gomes (2002) usam a palavra *insurgência* para caracterizar determinadas rebeldias da chamada *cultura popular* frente aos poderes dominantes. Segundo os autores, consiste na reelaboração dos valores contactados, de modo a gerar novos sentidos.

Portanto, ao invés de apenas sofrerem a “sanção do silêncio, a censura estrutural do texto” (Sodré 2005: 58), os sujeitos que protagonizam e dão forma à *cultura popular* podem vir a encontrar nela caminhos em que interagem os anseios de preservação e de mudança. A última é vivenciada pelas comunidades “a partir de um solo cultural conhecido, de onde se aponta para outros solos que podem vir a ser estabelecidos” (Pereira e Gomes 2002: 15).

No exemplo de ascensão e cristalização da Maria do Chá, bem como no exemplo da retomada da dança do Congo, é possível perceber a mobilidade das tradições, que apresentam plasticidade suficiente para se adequarem às necessidades coletivas, dentro da dinâmica arena das relações sociais. Tais exemplos também sinalizam para a preservação e narração de memórias outras que, como descreve Martins (2000), revelam mo-

vimentos de ressemantização, que prefiguram estratégias de resistência. Desta maneira, o processo de sacralização do chá, incorporado ao ritual da roda de cururu, exhibe um momento de dramatização das identidades que, como no exemplo anterior, exerce um papel catalisador. Como afirma Roberto da Matta,

É pela dramatização que um grupo individualiza algum fenômeno, podendo, assim, transformá-lo em instrumento capaz de individualizar a coletividade como um todo, dando-lhe identidade e singularidade. [...] Tudo o que é ‘elevado’ e colocado em foco pela dramatização é deslocado, e assim pode adquirir um significado surpreendente (DaMatta 1997: 36).

No caso de Mata Cavalo, a emergência de novos significados e de novos espaços para a formatação do ritual parecem acenar para caminhos sutis e intersticiais de resistência, que reinventam o sentido de identidade e trazem novas respostas aos desafios impostos à comunidade. Portanto, quando os quilombolas ritualizam o chá ou revivem a narrativa do Congo, co-memoram (Simson 2008) com seus pares as lembranças coletivas, ritualizando momentos de crise e superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estético é o território do prazer, das afetividades, dimensões que foram ignoradas – ou mesmo asfixiadas – pela racionalidade hegemônica ocidental. Pensar o ritual – a exemplo das festas de santo, dos Congados, do Jongo e assim por diante – como um espaço de produção e reprodução de identidades intrinsecamente vinculado ao cotidiano (como uma “sombra”) pode revelar dinâmicas internas dos grupos sociais, tantas vezes invisibilizadas. Um dos aspectos especialmente visíveis destas “lógicas outras”, que insistem em não seguir as regras dominantes, é justamente a poetização ou estetização da experiência humana em sociedade (Perez 2002). As relações intrínsecas entre a experiência estética e a experiência diária dão forma a uma representação que não pretende significar a reprodução ou o retrato da realidade – ela mescla-se com a vida, sobre a qual gera impactos.

Dentro da chamada “cultura popular negra” abundam exemplos disso. A festa é uma afirmação que, ao mesmo tempo em que espelha a capacidade de resistência das comunidades, pode atuar ativamente para esta mesma resistência. E isto se dá na medida em que gera o adensamento da noção de coletividade. Uma vez que promove a dramatização das identidades, torna-se especialmente relevante para grupos sociais cuja rotina está em permanente ameaça, como é o caso dos quilombos.

A própria trajetória histórica dos quilombos explica a sua ligação incontorná-

vel com processos de resistência. Mas isso não significa que essas comunidades sejam unidimensionais; elas não formam coletividades ideais e tampouco são pura resistência porque, no jogo social, não há purismos – tudo se formata numa dinâmica imagem tridimensional, pautada nas relações. Além da imensa diversidade reunida sob o conceito de quilombo, dentro de uma só comunidade variados cenários compõem as possibilidades de resistência e subversão, bem como os conflitos, as necessidades de conciliação, negociação e recuo. Quilombo não é só uma coisa ou só outra; estamos falando de articulações – articulações essas que se apresentam de maneira especialmente interessante nos momentos festivos.

Como afirma Maria Laura Cavalcanti (1998), a festa não é apenas um evento, mas sim a culminância de processos culturais que, não raramente, se estendem ao longo do ano. Portanto, deitam raízes profundas na vida dos grupos que as promovem. Vimos que, por um lado, a festa precisa ser preparada, custeada, planejada. A sua viabilização exige estratégias – o que faz dela um produto ou expressão ativa e ritualizada deste mesmo cotidiano. Por outro lado, ela também produz. Também foi discutido que, segundo Norberto Guarinello, o mais crucial desses produtos é justamente uma determinada identidade entre os participantes, dada pelo compartilhamento do símbolo comemorado. Nesse processo, alguns aspectos da realidade são sublinhados e transmutados: “A festa, portanto, é um trabalho social específico, coletivo, da sociedade sobre si mesma” (Guarinello, 2001: 974).

Tudo isso me leva a crer que a festa pode ser entendida, em determinados contextos, como uma forma intersticial de resistência. Por um lado, a história assim o atesta: lembremo-nos dos vínculos festa/rebelião – protestos que viravam festa, festas que se transformavam em protesto ou as rebeliões que eclodiam durante os ciclos festivos. Como já vimos, a dimensão rebelde da festa confundia as autoridades e era difícil se chegar a um consenso a respeito da sua opressão ou permissão.

Enquanto “sombra do cotidiano”, conforme sugiro, a celebração pode vir a ultrapassar os aspectos imediatamente visíveis, para mergulhar na profundidade dos elos que transformam um grupo humano em comunidade. Portanto, as manifestações presentes nos espaços de celebração revelam uma multiplicidade de sentidos, que se entrelaçam com a realidade e com as memórias. No caso dos quilombos, que são cotidianamente atravessados pelas tensões do entorno, isto se vê refletido na sua festa.

Nos dois exemplos explorados neste artigo, busquei demonstrar a existência de processos de reapropriação e de criativa reelaboração identitária que sublinham a incompletude das culturas e a capacidade dos grupos sociais de se reinventarem. Creio que tanto o exemplo da relação entre a retomada da dança do Congo e o processo de reterritorialização, quanto o exemplo do costume do chá e seu vínculo com a expulsão das famílias quilombolas em 2003, sinalizam para os estreitos elos que aliam festa e resistência no contexto de Mata Cavallo. Este e tantos outros episódios, presentes na história da resis-

tência negra brasileira, revelam que a insubmissão e a rebeldia podem estar presentes no esplendor de um carnaval, na sutileza de uma mensagem codificada ou mesmo na aparência inanimada de uma dose de chá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha. 1999. Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro e São Paulo: Nova Fronteira/Fapesp.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. 2009. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- AMARAL, Rita. 2001. Festa à brasileira: sentidos do festejar no país “que não é sério”. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/35896659/Rita-Amaral-Festa-a-brasileira-Sentidos-do-festejar-no-pais-que-%E2%80%99Cnao-e-serio%E2%80%9D>>. Acesso em: 24 jul. 2011.
- ARRUTI, José M. 2006. Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc.
- BAKHTIN, Mikhail. 1987. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- BANDEIRA, Maria L.; SODRÉ, Triana V. 1993. “O Estado Novo, a reorganização espacial de Mato Grosso e a expropriação de terras de negros. O caso Mata Cavalão”. Cadernos do Neru, n. 2: 83-103.
- BANDEIRA, Maria L.; DANTAS, Triana V.; MENDES, Elieth B. 1990. Projeto de mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de Quilombo: Mata Cavalão (MT): Relatório Histórico-Antropológico. Cuiabá: Universidade de Cuiabá.
- BASTIDE, Roger. 1985. As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Pioneira.
- BENNASSAR, Bartolomé; MARIN, Richard. 2000. História do Brasil. Lisboa: Teorema.
- CAVALCANTI, Maria L. V. C. 1998. “As grandes festas”. In: M. Souza e F. Weffort (org.). Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Funarte/Ministério da Cultura: 293-311.
- CHAUÍ, Marilena. 1994. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- CHIAVENATO, Júlio José. 1984. Cabanagem: o povo no poder. São Paulo: Brasiliense.
- CUNHA, Maria C. P. 2001. “Veneza, África, Babel: leituras republicanas, tradições coloniais e imagens do carnaval carioca”. In: I. Jancsó; I. Kantor (orgs.). Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa, v. I. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp: 55-72.
- DAMATTA, Roberto. 1997. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAWSEY, John. 2006. “Turner, Benjamin e Antropologia da Performance: o lugar olhado (e ouvido) das coisas”. Campos, v.7, n. 2: 17-25.
- DIAS, Paulo. 2001. “A outra festa negra”. In: I. Jancsó; I. Kantor (orgs.). Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa, v. II. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp: 859-888.

- DOMINGUES, Andrea S. 2007. “13 de junho é igual a 13 de maio. Libertação dos escravos, cultura, memória e resistência”. In: VII Encontro Regional Sudeste de História Oral e Memória Política. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABHO, 2007: 1-17.
- DURKHEIM, Émile. 2000. Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes.
- DUVIGNAUD, Jean. 1991. Fêtes et civilisations: suivi la fête aujourd’hui. Paris: Actes SUD.
- ELIADE, Mircea. 1992. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes.
- FIGUEIREDO, Luciano. 2001. “A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América portuguesa”. In: I. Jancsó; I. Kantor, Iris (orgs.). Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa, v. II. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp: 264-276.
- GATTI, Gabriel. 2010. “Algunas anécdotas y un par de ideas para escapar a las ficciones modernas acerca de la identidad colectiva”. e-Cadernos CES, n. 7. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/01%20-20Gabriel%20Gatti%2023_06.pdf>. Acesso em: 20 jul 2011.
- GILROY, Paul. 1993. The Black Atlantic: modernity and double consciousness. London/New York: Verso.
- GUARINELLO, Norberto. 2001. “Festa, trabalho e cotidiano”. In: I. Jancsó; I. Kantor, Iris (orgs.). Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa, v. II. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp: 969-975.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. A memória coletiva. São Paulo: Vértice.
- HALL, Stuart. 1996. “Who needs ‘Identity?’”. In: S. Hall; P. Du Gay (orgs.). Questions of Cultural Identity. New Delhi: Sage Publications: 1-17.
- LEÃO, José Antônio. 2009. “Cultura, religiosidade e carnavalização: narrativa da ancestralidade do corpo brincante na educação do sensível”. In: V encontro de Estudos Multidisciplinares EM Cultura, 2009, Salvador. Anais... Salvador: UFBA: 41-41.
- LEITE, Ilka B. 2004. O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER-UFSC.
- _____ 2007. “O quilombo trans-histórico, jurídico-formal e pós-utópico.” Disponível em <<http://www.socialsciences.manchester.ac.uk/disciplines/socialanthropology/postgraduate/clacs/documents/IBoaventurav2.pdf>>. Acesso em: 19 mar 2009.
- LEROY, Jean-Pierre. 2005. Relatório da Missão ao Estado do Mato Grosso (relatório de trabalho de campo). Rio de Janeiro: Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente.
- MARTINS, Leda Maria. 2000. “A oralitura da memória”. In: M. Fonseca (org.). Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica: 61-86.
- MONTES, Maria Lúcia. 1998. “As figuras do sagrado: entre o público e o privado”. In: F. Novais; L. Schwarcz. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade

- contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras: 63-171.
- PASSOS, Mauro. 2011. "Religião, festa e sociedade". *Horizonte*, v.9, n. 20: 6-8.
- PEREIRA, Edimilson; GOMES, Núbia 2002. *A flor do não esquecimento: cultura popular e processos de transformação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- PEREZ, Léa Freitas. 2002. "Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo. Por uma antropologia das efervescências coletivas". In: M. Passos (org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis: Vozes: 15-58.
- QUIJANO, Aníbal. 2009. "Colonialidade do poder e classificação social". In: B. Santos e M. P. Meneses (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina: 73-117.
- REIS, João José. "Batuque negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista". 2001. In: I. Jancsó; I. Kantor, Iris (orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, v. II. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp: 339-358.
- _____ 1991. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria C. M.; CARVALHO, Maria C. P. 2002. "A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas". *Ambiente e Sociedade*, n. 10: 129-136.
- SILVA, Augusto S. 1994. *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Renata N. 2007. *Festa do Rosário: encruzilhada de significados*. Goiânia: Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS-UFG.
- SIMIONE, Roberta M. 2008. *Território de Mata Cavalos: identidades em movimento na Educação Ambiental*. Cuiabá: Dissertação de Mestrado em Educação, PPGE-UFMT.
- SIMSON, Olga. 2008. "Carnaval em preto e branco: comemoração e resistência étnico-cultural na São Paulo do século passado". In: 34º Encontro Nacional do CERU, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Humanitas/CERU: 39-53.
- SODRÉ, Muniz. 2005. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.
- SOIHET, Rachel. 1998. *A subversão pelo riso*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- SOUZA, Marina de Mello. 2001. "História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil: séculos XVIII e XIX". In: I. Jancsó; I. Kantor, Iris (orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, v. II. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp: 249-260.
- TURNER, Victor. 1987. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications.
- VAINFAS, Ronaldo. 2001. "Da festa tupinambá ao sabá tropical: a catequese pelo avesó". In: I. Jancsó; I. Kantor, Iris (orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, v. II. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp: 216-223.

ABSTRACT

This article analyzes the links between feast and resistance in the context of Brazilian black culture. It begins by exploring the history of Brazilian's feasts, selecting examples of such linking. Then, focuses on the empirical example of Mata Cavalo, a black community located in the State of Mato Grosso, analyzing two aspects experienced by these people: first, the role of the dance of the Congo to the process of repossession of the territory, after their expulsion, occurred in the 1940s. Secondly, the resistance in a new expulsion process, which occur-

red in 2003, and the crystallization of a ritualistic custom experienced in those difficult times - the use of tea - that was perpetuated in the festivities of these maroons. From a qualitative perspective, using interviews and observations as methodological tools, this proposal uses the feast's history and anthropology to demonstrate that the identities dramatization is essential in difficult times, which destabilizes the dichotomy between the feast, as a cultural phenomenon, and the struggle for repossession, as a political phenomenon.

KEYWORDS

Feast, resistance, black communities, identity, popular catholicism.

SUBMETIDO EM

Março de 2012

APROVADO EM

Outubro de 2012

CARLA LADEIRA PIMENTEL ÁGUAS

Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra. Bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal. Mestre em Educação (UFMT) e em Estudos Coloniais e Pós-Coloniais (Universidade Independente - Lisboa). Bacharel em Comunicação Social (UFJF).

Contato: carlaaguas@gmail.com.

ETNOGRAFIA COMO PESQUISA E ASSESSORIA: CONSTRUINDO POLÍTICAS DE ARTICULAÇÃO¹

RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA

RESUMO

No Brasil é central a relação entre a prática etnográfica e os direitos dos grupos afetados por projetos de desenvolvimento. Nesses processos conflituosos, a etnografia pode se realizar a partir da dupla inserção como pesquisa e assessoria. O objetivo deste artigo é refletir sobre essa inserção, a partir da experiência como pesquisadora e assessora junto às comunidades rurais do Médio Jequitinhonha ameaçadas pela instalação da barragem de Murta. Serão examinados os processos político-culturais envolvidos na trajetória do confronto, destacando como a atuação dos agentes num campo estruturado de lutas modula a própria experiência etno-

gráfica e, conseqüentemente, os discursos, estratégias e narrativas produzidas tanto pelos agentes locais quanto pela própria pesquisadora. Quando a memória coletiva assume relevância e os direitos territoriais se tornam um topos argumentativo fundamental, as posições enunciativas de pesquisa e assessoria se conjugam e se precipitam na textualização da experiência etnográfica, desse modo, a conjuntura do conflito se desdobra nas práticas do grupo e do(a) antropólogo(a), modificando os termos da interlocução entre os sujeitos da pesquisa e colocando novos papéis, expectativas e performances em jogo.

PALAVRAS - CHAVE

Conflito, assessoria, etnografia.

¹ Uma versão preliminar desse texto foi apresentada na 27^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 a 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

O CENÁRIO DO CONFLITO: LICENCIAMENTO E AS TENTATIVAS DE PAGAMENTO DOS SUJEITOS LOCAIS

A diversificação gradativa da prática profissional antropológica no contexto brasileiro revela suas múltiplas interfaces com os processos político-culturais envolvendo conflitos relativos aos direitos de povos indígenas, tradicionais e/ou grupos afetados por projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, importa discutir a responsabilidade social dos antropólogos que participam de tais processos, enredando a prática etnográfica no tecido das relações que se travam em campos políticos e econômicos colocados sob disputa. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação entre pesquisa e assessoria a partir do engajamento no conflito e da pesquisa sobre este entre as populações locais e o Setor Elétrico no âmbito do licenciamento da usina hidrelétrica de Murta (Vale do Jequitinhonha-MG).

Os conflitos envolvendo a construção do referido empreendimento revelam um cenário em que os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas que lhes definem o poder de ação e enunciação (Zhou et al, 2005).² É a distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico que localiza os agentes no campo, oferecendo-lhes poderes distintos para enunciar e fazer valer seus respectivos *projetos políticos*³. Os discursos produzidos nessa conjuntura se associam, pois, ao tecido sócio-histórico, o qual detém uma proximidade intrínseca com as relações de poder. Considerada a etnografia um discurso forjado no interior desse quadro, torna-se necessária a reflexão acerca das *condições de produção* específicas que envolveram a pesquisa e a assessoria, contemplando, sobretudo, os *efeitos* decorrentes *das relações de lugar* (Pêcheux, 1997; Orlandi, 1989). Tal exercício reflexivo implica examinar a localização diferencial dos agentes nesse campo e os constrangimentos e as forças dela decorrentes e que conformam a produção do conhecimento antropológico em tais condições.⁴ Para desenvolver essa discussão, apresentaremos um breve histórico do conflito ocasionado em função do

2 Tal abordagem do licenciamento acentua a representação de um espaço social duplamente estruturado, pois a distribuição dos capitais localiza e dispõe os agentes no campo, ao passo que o licenciamento, enquanto instrumento ordenador dessas relações de disputa, com suas limitações de caráter estrutural e procedimental, sobre põe a essa disposição um conjunto de normas que terminam por sedimentar a legitimidade social e política de determinadas formas de significação e de apropriação dos territórios (Zhou et al 2005).

3 A noção de “projetos políticos” é aqui colocada nos termos em que a definiu Dagnino (2004). “... os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientem a ação política dos diferentes sujeitos”.

4 De acordo com essa abordagem, a presente análise concebe o discurso como prática social que ultrapassa o texto, remetendo-nos tanto ao contexto mais imediato da enunciação, quanto ao espaço social que estrutura as relações interdiscursivas. Conforme destacou Foucault (2001), o método consiste em partir da aparição e da regularidade do próprio discurso para encontrar suas condições externas de possibilidade (2001: 53). É nesse sentido que o conceito bourdiano de campo torna-se pertinente, pois permite destacar que as posições no espaço social configuram lugares enunciativos a partir dos quais as determinações ideológicas se inscrevem nos discursos (Bourdieu, 1990; Fiorin, 2006).

licenciamento da hidrelétrica, pontuando o contexto e a natureza do duplo engajamento de assessoria e pesquisa.

O licenciamento da usina de Murta teve início em 1998, quando foi registrada sua formalização junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Desde então, o projeto aguarda o exame da concessão de Licença Prévia. Em 1999, o consórcio empreendedor Murta Energética S.A deu início às “campanhas de negociação”, reconhecendo como interlocutores legítimos somente as Comissões Municipais⁵, que haviam sido constituídas por meio de decretos pelos prefeitos locais. Com essa política, o consórcio ignorava, deliberadamente, o contato direto com os moradores das áreas rurais diretamente afetadas pelo empreendimento. Frente a esse processo, os atingidos se organizaram em uma comissão autônoma, que passou a ser chamada de “Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta”⁶, em franca oposição às “Comissões Municipais”. Dessa forma, a partir da organização de uma comissão própria, as famílias iniciavam esforços para se fazerem reconhecidas enquanto agentes políticos, com o status de mobilização coletiva, em contraste com as estratégias do Setor Elétrico que procurava caracterizar a resistência como uma reação isolada e fragmentada. Destacam-se, assim, tentativas de desqualificação e invisibilização da resistência local, explicitadas tanto nos Estudos de Impacto Ambiental elaborados pelos consultores do consórcio, quanto no discurso proferido pelo empreendedor durante a Audiência Pública sobre o empreendimento, tal como exemplifica o fragmento seguinte⁷:

No início da reunião em 22/11/2001 em Barra do Salinas houve uma intervenção forte de quatro representantes dos movimentos contrários à construção de barragens, entretanto as próprias lideranças locais posicionaram-se contra a mensagem radical e agressiva pregada e reconduziram a reunião à sua pauta original [...] No mais, as reuniões transcorreram todas em ambiente de muita cordialidade... (D’Alessandro & Associados, 2001).

No trecho destacado, é possível observar sentidos que desqualificam as mobilizações de resistência e buscam caracterizá-las como episódios isolados. Nessa perspectiva, tratar-se-iam de vozes individuais, portanto, não-representativas de uma resistência coletiva. Numa direção semelhante, o representante do consórcio energético,

5 As Comissões Municipais foram criadas por iniciativa das prefeituras, através de decretos municipais, sendo composta por atores do poder público e pessoas influentes residentes nas sedes urbanas dos municípios atingidos. Inicialmente, em Coronel Murta, tal comissão era designada “Comissão Municipal de Acompanhamento e Controle das Obras de Construção da Murta Energética S. A.”.

6 Em 28/11/01, a FEAM é comunicada da constituição formal da Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta, organização sem vínculos governamentais criada pelos moradores das comunidades atingidas. Ver parecer DIENI 006/2004.

7 Para uma análise do discurso do Setor Elétrico no âmbito do licenciamento da hidrelétrica de Murta, ver Oliveira (2010).

durante a Audiência Pública para o empreendimento, havia destacado a estrita associação entre conhecimento e participação:

Essas populações poderão participar desse passo importante para o desenvolvimento, na medida em que elas tenham conhecimento do que vai acontecer com elas.⁸

O enunciado faz emergir perniciosos efeitos de sentido. Ora, um pressuposto relevante nele contido é o de que as comunidades não têm conhecimento do que acontecerá com elas. Nesse sentido, o fragmento permite observar a presença de um *topos argumentativo* (Ducrot, 1989), qual seja a noção de que conhecimento e participação estão articulados nas seguintes formas tópicas: quanto mais as comunidades tiverem conhecimento sobre o que irá acontecer com elas, mais poderão participar e, quanto menos conhecimento as comunidades tiverem sobre o que irá acontecer com elas, menos poderão participar. Na qualidade de subentendido, resta a sugestão de que a responsabilidade em trazer o conhecimento para as comunidades é um atributo do consórcio e seus consultores, excluindo e deslegitimando, portanto, toda espécie de conhecimento que não provém dessa fonte. O resultado é o *silenciamento* da voz das próprias comunidades e de seus assessores, efeito que é salientado também no pronunciamento dos consultores durante a mesma audiência, conforme expõe o enunciado seguinte:

Ocorreram, durante o ano de 2001, cerca de quarenta reuniões públicas de entendimento e negociação, para a discussão do EIA/RIMA e das informações complementares pedidas pela FEAM. E o pedido da FEAM determinava que essas informações fossem preparadas em contato com as comunidades. As reuniões foram feitas com a participação ativa e interessada das prefeituras, câmaras municipais e lideranças locais; da Associação Comunitária do Povoado de Barra do Salinas, que é a mais antiga de todas e que sempre esteve presente; e das cinco comissões municipais, formadas respectivamente em Berilo, Coronel Murta, Grão Mogol, Josenópolis e Virgem da Lapa, exatamente para acompanhar o desenvolvimento dos estudos sobre a usina.⁹

Na qualidade de pressupostos, devem ser ressaltados: a existência de outras organizações locais para além das comissões municipais e da associação comunitária, além da idéia de que tais organizações não são tão antigas e tampouco estiveram tão presentes durante as reuniões de negociação. Adicionalmente há a concepção de que o acompanhamento dos estudos ambientais é de competência exclusiva das Comissões Municipais. Cabe observar que o locutor expõe, nesse trecho, os agentes autorizados à participação,

8 Diretor do consórcio Murta Energética S.A em 22/10/2002 durante a realização da Audiência Pública para o empreendimento.

9 Consultor do consórcio Murta Energética S.A em 22/10/2002 durante a realização da Audiência Pública para o empreendimento.

os quais são denominados em sequência: as prefeituras, as câmaras municipais, as lideranças locais, a associação comunitária de Barra do Salinas e as comissões municipais. Destaca-se aqui o *silenciamento* acerca das dissidências existentes no interior da associação local¹⁰ apresentada como uma organização homogênea e disposta à negociação e ao entendimento. Nota-se também a tentativa de tornar monofônico o discurso local, produzindo o apagamento das formas de resistência e oposição, especialmente da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Murta, claramente contrária ao projeto. Essa estratégia pode ser traduzida como um *procedimento de interdição ao discurso* realizado por meio de um processo de separação e rejeição (Foucault, 2001), na medida em que o enunciado estabelece uma dicotomia entre *antigo / novo, participantes legítimos/ agentes desautorizados*.

Dessa forma, mesmo que o empreendedor insista retoricamente em campanhas de negociação “participativas”, impõe-se a *política do silêncio* aos atingidos. Tal exclusão opera não por meio da censura explícita, mas por formas insidiosas pelas quais, no discurso do empreendedor, o atingido não fala a partir do lugar que ele reivindica, ou seja, o lugar do dissenso. Ao contrário, ele é falado pelos consultores e funcionários do consórcio, logo o atingido deve falar através do lugar de que se espera que ele fale, o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso. Como acentua Haraway (1999: 138), opera-se por essa via uma espécie de ventriloquismo: “A efetividade dessa representação se baseia em operações de distanciamento. O representado deve retirar-se dos nexos discursivos e não-discursivos que o rodeiam e o constituem e ressituar-se no domínio autoritário do representante”. O efeito está na desautorização daqueles se veem passivamente representados, uma tutela que autoriza de forma permanente o ventríloquo.

É, pois, nessa conjuntura de embate que a construção do significado de “atingido” se tornou importante enquanto elemento de identificação. A população afetada é composta por vinte e duas comunidades, algumas relativamente distantes umas das outras e que não guardam, por vezes, completa similitude quanto às suas condições materiais de existência. Contudo, a despeito das diferenças, tais sujeitos são aproximados, ao constituírem uma pauta comum. Nesse sentido, a constituição da “Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta” aponta para a composição de uma nova *unidade de mobilização* (Almeida, 1989) apoiada sobre uma categoria de identificação que passa a ser articulada nos discursos dos moradores.

Quando empregado nos estudos e relatórios de impacto ambiental para designar o conjunto da população que será afetada pelo empreendimento, o termo “atingido” assinala

10 Estas dissidências quanto ao posicionamento que população deveria estabelecer em relação ao empreendimento deram origem à Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta, ficando os outros membros da Associação integrados à Comissão Municipal.

um estado passivo: as populações são parte do cenário de inserção do empreendimento e, nessa condição, também se enquadram como objetos da ação modificadora do projeto (Vainer, 1993). Proferido pelo Setor Elétrico ou presente nos documentos elaborados pelos empreendedores, o termo “atingido” tem como objetivo a definição de um “público-alvo”. Nessa condição passiva, a palavra expressa o objeto de um controle, de uma manipulação, levando à subordinação dos grupos locais.

Entretanto, as tentativas de escamoteamento das dissidências e de apagamento da resistência local não logram obstar a emergência de vozes dissonantes. Quando proferido pelos moradores que se organizam, o termo “atingido” reflete um deslocamento semântico: já não se trata de um público-alvo ou do objeto da ação de um sujeito externo. Ao contrário, evidencia-se a existência local de sujeitos políticos, portadores de direitos e enunciadores de seus próprios projetos. No lugar da homogeneização que reduz toda a diversidade local à condição passiva e indistinta de “objeto” do projeto interventor, opera-se a construção de uma identidade coletiva de caráter político. É através dessa improvisação semântica, a qual subverte o sentido do termo “atingido”, que se compõem e se atualizam modos de significação do território. Observa-se aqui o fato de que a política do silêncio não impõe a completude, ao contrário, conforme destaca Orlandi, “a intervenção do silêncio faz aparecer a falta de simetria entre os interlocutores”, deslocando, assim, a pertinência das noções de partilha e dialogia, especialmente em processos conflitivos (2007 : 49).

Nesse cenário, a assessoria surge como possibilidade de subverter a correlação de forças presente no campo, acrescentando às mobilizações locais capitais técnico e político. Impõe-se aí o desafio da promoção de *políticas de articulação* (Haraway, 1999), pois a legitimidade e a autoridade do trabalho do assessor dependem de sua posição coadjuvante e não protagonista, o que será discutido a seguir.

PESQUISA E ACESSORIA NUMA ARENA DE CONFLITOS: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

As experiências de extensão junto às comunidades atingidas tiveram início em 2002 a partir de uma demanda colocada pela própria Comissão de Atingidos.¹¹ O trabalho de campo, então principiado, tinha como objetivo promover a assessoria às famílias ameaçadas, auxiliando as lideranças locais na compreensão e na leitura crítica dos estudos de impacto ambiental e difundindo informações sobre as instâncias e os procedimentos

11 Tais atividades integravam o projeto “Cidadania e Justiça Ambiental: participação popular em processos de licenciamento ambiental”, conduzido pela equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG (GESTA/UFMG) e coordenado pela Prof^a Andréa Zhouri. O projeto extensionista se articulava à pesquisa “O Licenciamento Ambiental na perspectiva das Ciências Sociais” apoiada pela FAPEMIG e pelo CNPq.

constitutivos do licenciamento, enfatizando as perspectivas de participação.

Durante a permanência em campo, eram realizadas reuniões junto às famílias e às lideranças, e procedia-se, por meio de entrevistas e observações do cotidiano local, sobretudo da relação com a terra, o rio e os demais “recursos naturais”, o levantamento de informações sobre o modo de vida dessas comunidades, visando à construção de dados que possibilitassem uma revisão crítica dos diagnósticos apresentados pelo empreendedor. Nessa medida, desde o princípio, a construção de uma etnografia junto às comunidades atingidas se revestia de um evidente caráter político, dado que a inserção em campo era marcada pelo objetivo de assessoria.

Dessa forma, as informações e os dados produzidos circulavam constantemente nos âmbitos da pesquisa e da assessoria. A primeira subsidiava a segunda e lhe conferia a legitimidade derivada do “estar lá”, enquanto a segunda se beneficiava da autoridade da primeira. Os dados construídos se transformavam rapidamente em capital técnico e político empregado nos termos da disputa pela significação e pela apropriação do território. A ameaça do deslocamento compulsório, por vezes, pautava nas entrevistas o tema da herança que reivindicava presença e se constituía em canal para a expressão da legitimidade dos *direitos* historicamente construídos.¹² A diversidade dos arranjos locais expresso em termos como “o trabalho arrolado”, “a terra imbolada”, as formas de “dividir em comum”, a terra que não é “partida”, mas “traçada” ou os “direitos respeitados” terminaram por fomentar o interesse de pesquisa por outras vias que levaram à composição da dissertação de mestrado dedicada ao exame das formas locais de transmissão do patrimônio familiar (Oliveira, 2008).

Contudo, pesquisa e assessoria mais uma vez se mantinham inevitavelmente articuladas, pois, quando se dispunham a tecer seus depoimentos para a pesquisa sobre herança, os moradores replicavam à situação de conflito vivenciado de modo que a enunciação das trajetórias das famílias e das histórias do local dialogava com as visões concorrentes desenhadas pelo projeto hidrelétrico. A expressão marcante da *memória coletiva* acionada nos relatos não parecia, assim, fortuita.¹³ O contexto de disputa territorial demonstra que o exercício de reconstrução e atualização dessa memória está ligado à tessitura das relações presentes e às forças políticas que as conformam. Ativar a memória genealógica do grupo, nesse caso, é proceder também o esforço de afirmação de seus direitos frente à ameaça de usurpação de suas terras.

12 Ver Oliveira, R. “Dividir em Comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha”, Dissertação Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2008.

13 A memória é entendida aqui como construção coletiva que remete mais às representações e às projeções que os sujeitos constroem sobre a realidade do que à factualidade dos acontecimentos de um tempo pretérito. A seletividade se apresenta então como elemento característico do processo mneumônico, pois as preocupações do presente atuam na estruturação das narrativas. A relação que a memória mantém com os fenômenos identitários tornam ainda mais expressivo seu aspecto seletivo e político (Pollak, 1989; 1992).

Nesse quadro, a relação com os interlocutores locais era permeada por trocas constantes e pela diversidade de expectativas mútuas tanto convergentes quanto divergentes, as quais resultavam em inúmeras hesitações quando da textualização da experiência etnográfica. Um exemplo se refere à decisão acerca da manutenção do anonimato ou da dissimulação dos nomes dos entrevistados para a dissertação de mestrado, tendo em vista a preservação da privacidade dos sujeitos participantes. Regina Weber (1996) havia se dedicado brevemente a essa problemática, apresentando a identificação dos sujeitos da pesquisa e, alternativamente, seu ocultamento, como procedimentos distintivos entre as disciplinas da história e da antropologia no trabalho com fontes orais. Para Weber (1996), o interesse pelos agentes particulares, marcante nas pesquisas em História, contrastava com a abordagem antropológica que tomava seus “informantes” como representantes anônimos de uma determinada cultura.

Contudo, se considerarmos as reflexões contemporâneas sobre a relação etnógrafo-informante (Scheper-Hughes 1992), bem como as críticas ao conceito de cultura enquanto uma totalidade coerente, homogênea e hermética (Gupta & Ferguson 2000), o anonimato pode aparecer não apenas como um procedimento convencional do campo antropológico, mas como uma escolha passível de problematização. Nas condições da pesquisa/assessoria, o anonimato contrasta com a opção pelo destaque à identificação das localidades onde os moradores se dedicam à (re)construção e à exposição da trajetória de seus direitos, expressa como fonte irrevogável da legitimidade da ocupação e do uso estabelecido sobre a terra. Se, na conjuntura histórica atravessada pelas comunidades, a enunciação de seus direitos assumia contornos contrastivos e replicativos em relação à ameaça de relocação compulsória, os atos de nomear e designar no espaço o domínio de seus direitos apareciam, também, como atos políticos cujo papel não poderia ser ignorado.

Nesse caso, apresentavam-se simultaneamente razões para a exclusão bem como para a manutenção do anonimato. A hesitação se agravava pelo fato de que retirar e modificar os nomes das famílias correspondia a obliterar, no texto, o processo de construção discursiva no qual a territorialidade operava como fator de identificação e luta pela defesa de seus direitos. No Médio Jequitinhonha, o nome da família designa também a terra onde habitam seus membros, o espaço de sua moradia e de seu trabalho, de modo que as toponímias coincidem, em muitos casos, com o nome dos pioneiros. Esse nome assinala pertencimentos e circunscreve no espaço regional a origem e o reconhecimento dos direitos, bem como os limites de seu território continuamente protegido.

Ademais, a cessão das entrevistas sem dúvida se fazia acompanhada de expectativas em relação ao papel e aos resultados do trabalho, de forma que diferentes reações foram encontradas em campo. Exemplo significativo foi a recusa em ceder nova entrevista por parte de um morador considerado até então como interlocutor-chave. Após a frustração, Oliveira havia registrado em notas:

Dia cansativo, devem ser por volta das 17:30 e acabo de me banhar. Estou na casa de Dn^a R. na Lavrinha. Foi um dia frustrante. No fim da tarde, na última entrevista com Sr. C., sobre a qual eu depositava as maiores expectativas, me deparei com uma situação absolutamente constrangedora e decepcionante: Sr. C. não quis ceder uma nova entrevista. Ele se recusou a fazê-lo, pois, segundo ele: ‘o nosso caso aqui ainda está em processo’, disse se referindo à barragem. Diferentemente do encontro anterior em fevereiro, ele me tratou com bastante aspereza, disse até mesmo que não se lembrava das reuniões nem tampouco da última entrevista, o que me obrigou a fazer uma nova apresentação sobre a minha pessoa e sobre o meu trabalho, o que, de fato, ele já conhecia [...] Depois de muita conversa e relutância ele havia repetido todas as suas considerações e posicionamentos acerca da barragem [...] ele disse que não poderia ceder uma nova entrevista, nem sequer esclarecer minhas dúvidas, pois eu havia ‘listado’ o nome de todos os moradores e de todos os ‘velhos’ e que eu poderia usar isso a favor da barragem. Ele reafirmou suas preocupações e disse que ‘era culpado’, que todos eles ‘eram culpados’ pois estavam ‘entregando seu lugar’ a mim (Notas efetuadas por Raquel Oliveira durante o campo, em Julho de 2007).

Por outro lado, na mesma comunidade, a pesquisadora havia experimentado uma reação completamente distinta. Em relação a uma entrevista anterior com outro morador, ela registrou:

Sr. V. parecia estar bem à vontade [...] Fui bem recebida em sua casa, ele disse que meu estudo era importante porque era a ‘prova’ de que o povo estava ali na região há muitos anos e que depois que tudo isso fosse ‘anotado’ era uma ‘prova’ de tudo o que se passou, e que isso poderia ser usado contra a barragem (Notas efetuadas por Raquel Oliveira durante o campo, em Julho de 2007).

Destacam-se duas reações divergentes em relação à presença da pesquisadora e às expectativas atribuídas ao trabalho. A primeira acentua a desconfiança e a postura defensiva que ressalta a importância de preservar as informações, histórias e nomes sob o restrito controle do grupo. A segunda define o papel e o lugar adequado ao registro etnográfico, qual seja operar como “prova” a favor dos moradores diante do atual conflito vivenciado. Através desse posicionamento, o morador atribui à etnografia a tarefa de transformar conteúdos orais em registros escritos, conferindo-lhes, por sua vinculação ao campo disciplinar e acadêmico, o caráter de “prova”.

Nesse quadro, operar como um “observador” onisciente, distante, inacessível e ao mesmo tempo ubíquo não era uma opção plausível. Os interlocutores da pesquisa eram também parceiros na extensão que atribuíam ao trabalho etnográfico e dele esperavam funções diferenciadas. A noção de “prova” evidencia um duplo movimento operado sobre o discurso etnográfico. Em primeiro lugar, a etnografia é convidada a deixar o campo acadêmico *strictu sensu*, pois ela deve cumprir um papel político, ressaltando a legitimidade dos direitos locais no contexto da disputa. Por outro lado, a etnografia

não pode fazê-lo prescindindo do lugar social ocupado pelos conhecimentos acadêmicos, ou seja, sua especificidade e a origem da sua autoridade resultam da sua vinculação à técnica, à ciência e aos seus domínios institucionalizados da academia.

DUPLO ENGAJAMENTO: SOBRE A POSSIBILIDADE DE MODELOS MORAIS EM ANTROPOLOGIA

Conforme exposto, a etnografia se apresenta em contextos conflitivos inevitavelmente atada aos processos políticos atravessados pela população local. Com efeito, a prática do antropólogo não pode se furtar, nessas condições, a operar como registro textualizado do próprio conflito, da perspectiva do grupo bem como de seus anseios e reivindicações em termos de seus direitos territoriais. Pelo menos, tal é a abordagem apresentada por alguns autores como Scheper-Hughes (1992) e Thomas (1993). A primeira destaca o ofício testemunhal da etnografia, enquanto o segundo ressalta sua função crítica:

O termo crítico descreve tanto a ação quanto a ideologia. Como atividade social o pensamento crítico implica um chamado para a ação que pode passar de uma revisão modesta do pensamento confortável a um engajamento mais direto que inclui o ativismo político. Como ideologia, o pensamento crítico fornece um corpo compartilhado de princípios sobre a relação entre o conhecimento e suas consequências e obrigações para com a sociedade (Thomas 1993 : 17). – Tradução livre.

Clifford (1989) também havia acentuado o caráter potencialmente contra-hegemônico do trabalho etnográfico, destacando sua imersão num mundo de relações de poder assimétricas. Implicada nessas relações, a etnografia as representa e pode legitimá-las, o que torna seu desenvolvimento complexo, ambivalente e potencialmente contra-hegemônico (Clifford, 1989: 9). Contudo, no âmbito dessa discussão, Clifford (1989) atenta especificamente para as questões textuais referentes à autoria, não obstante, em cenários conflitivos importa problematizar que as hesitações enfrentadas durante o “estar aqui” (Geertz 1997) refletem as tensões anteriores concernentes à própria inserção do antropólogo em campo, especialmente, no tocante às relações travadas com a população local. Segundo havia assinalado Punch (1986), os dilemas morais e éticos que atravessam a pesquisa social dizem respeito às formas de inserção ou aceitação negociada da presença do pesquisador em campo. Nesse caso, a reflexividade se aplica tanto em termos da saída (texto) quanto da entrada (o campo e seus constrangimentos políticos). Sobre esse aspecto, a posição de assessora marcava a escolha por uma postura política que não poderia deixar de levar em conta as reivindicações locais para sua contribuição

como “prova”.

Destacam-se, nesse sentido, as apropriações políticas do discurso antropológico, o qual passa a compor e a integrar contra-relatórios e laudos que constituem peças importantes em contextos de disputa territorial e de reconhecimento étnico (Leite 2004; O’Dwyer 2002). Nesse ponto, a convergência em relação à postura de Scheper-Hughes (1992) assinala a importância de manter o compromisso do conhecimento produzido pela etnografia em sua *accountability* e responsividade (*answerability*) em relação ao “Outro” que é sujeito da pesquisa (Scheper-Hughes 1992 : 24). Em relação à elaboração de laudos componentes dos processos de reconhecimento étnico no Brasil, O’Dwyer (2002) destaca que a participação dos antropólogos ocorre, nesses casos, num campo particular em que a produção acadêmica se articula à atuação política dos movimentos sociais, o que implica uma nova postura por parte dos profissionais que se vêem envolvidos nesses processos, qual seja “[...] assumir sua responsabilidade social como pesquisadores que detêm um ‘saber local’ sobre os povos e grupos que estudam” (O’Dwyer 2002 : 21).

No caso de murta, durante a oitiva de suas histórias, os papéis de assessora e pesquisadora convergiam. As informações disponibilizadas eram registradas e transformadas em textos que *testemunham* a disputa política e simbólica travada em torno do território (Zhourri & Oliveira, 2005).¹⁴ Seguíamos, então, as observações de Scheper-Hughes (1995) para quem os atos de ver, ouvir e gravar podem se constituir em ações solidárias e de reconhecimento do outro e não sua instrumentalização. Em tais contextos de atuação, a indiferença pode ser mais ofensiva do que a presença intrusiva do etnógrafo forasteiro.

Ademais, enquanto momentos especiais de interlocução, as entrevistas exigiam o pleno engajamento no processo de audição-produção das narrativas. Conforme argumentam Le Ven, Faria e Motta (1997), o *instante da entrevista* subverte a posição de espectador, pois o pesquisador se torna uma presença necessariamente comprometida e engajada no encontro, encontro este marcado por mútuas expectativas, visões recíprocas, e papéis negociados.

A primeira característica da entrevista consiste em que ela põe em presença um indivíduo que aceita falar de sua vida para outros, que são ao mesmo tempo estranhos e cúmplices em um projeto comum, o que cria um laço de presença [...] cria-se um grupo que é movido por interesses, desejos e posições sociais (Le Ven et al 1997 : 216-217, grifos acrescidos).

14 A etnografia era comparada, desse modo, pelos próprios sujeitos, a um texto equivalente aos demais contra-relatórios produzidos no âmbito do trabalho de assessoria. A equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, GESTA, produziu dois pareceres sobre os estudos de impacto ambiental apresentados pelo Consórcio Murta Energética. Tais pareceres operaram como contra-relatórios na medida em que apontavam as irregularidades, as omissões e as falhas constantes dos estudos de viabilidade entregues pelo empreendedor.

É nesse sentido que os próprios sujeitos da pesquisa interrogavam as condições de produção do relato etnográfico, sinalizando os destinos necessariamente políticos que deveriam lhes ser atribuídos. Fazendo-o, endossavam a legitimidade de um discurso pautado por uma “*autoridade etnográfica*”¹⁵ porquanto instrumento para o embate político. Nessa medida, a “*autoridade experiencial*” do pesquisador não se furta a assumir seu papel social representado como “*instrumento de reconhecimento público de direitos constitucionais*” (O’Dwyer 2002 : 21). O caráter testemunhal da etnografia se evidencia, nesses casos, quando a autoridade forjada pelo “*estar-lá*” (Geertz 1997) tem sua presença reivindicada pelos próprios sujeitos segundo os objetivos de sua política. Ademais, conforme apontam Gupta e Ferguson (1997), o próprio trabalho de campo opera na micropolítica das práticas acadêmicas como elemento distintivo para a disciplina antropológica, donde advém a “*autoridade experiencial*” sublinhada por O’Dwyer (2002).

Nesse cenário, as estratégias argumentativas e de autoria são autorizadas pelos interlocutores enquanto forma de produção de conhecimento. Com efeito, a etnografia produzida tem sua construção e seu uso político dirigidos pelo contexto de conflito e de ameaça vivenciado pelo grupo. A “*autoridade etnográfica*” é, em certo sentido, *autorizada* pelos sujeitos da pesquisa que depositam sobre o conhecimento produzido expectativas quanto às possibilidades de afirmação de seus direitos sobre o território. O sentido de “*autorizada*” se refere aqui à definição proposta por Maingueneau, qual seja: “*as condições em que um discurso é autorizado, quer dizer, em que contexto ele é tido como legítimo e, portanto, eficaz: o status dos parceiros, a natureza do quadro espaço-temporal desempenham aqui um papel essencial*” (2006 : 18). Ressignificada como contra-relatório aos diagnósticos apresentados nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), a etnografia pode operar como um canal de expressão e como um instrumento disponível no campo da luta política e simbólica estabelecida. Poder-se-ia dizer que, nesses casos, a alteridade se quer representada para se contrapor aos sentidos depreciativos que lhes são atribuídos por parte do Setor Elétrico. Com efeito, a interpretação produzida é, se não *autorizada*, pelo menos *negociada* com os sujeitos da pesquisa, os quais exercem formas de controle sobre o conhecimento construído em campo.

Durante o processo de licenciamento da barragem de Murta, a contribuição da etnografia se revela quando seu discurso se torna canal de expressão e, portanto, *testemunho* que se contrapõe à visão dos estudos de impacto ambiental e à simplicidade dos seus programas de mitigação e de compensação que ressaltam a viabilidade dos

15 Nos termos propostos por Clifford (2002), a “*autoridade etnográfica*” é entendida como conjunto de práticas textuais que permitem a apresentação do relato etnográfico como provedor de verdade, como espécie de produto cientificamente validado.

reassentamentos.¹⁶ Nessa medida, em contraponto às imagens de pobreza e estagnação econômica atribuídas ao Vale do Jequitinhonha pelos estudos de impacto ambiental, a etnografia ressalta aquilo que vimos e ouvimos: a riqueza laboriosa das hortas e *mangas*, a fartura de suas hortas, a presença dos parentes e amigos, a trajetória de seus antepassados e a valoração do território como elemento edificante da história dessas famílias e dos projetos de vida de seus membros. Para Scheper-Hughes (1992), a etnografia apresenta esse caráter testemunhal:

Observar, o antropólogo como ‘destemido espectador’, é um ato passivo que coloca o antropólogo acima e fora dos eventos humanos como um sujeito que vê/ como um olho ‘neutro’ e ‘objetivo’ (isto é, não comprometido). Testemunhar, a antropóloga como companheira, está na voz ativa, e ele coloca o antropólogo dentro dos eventos humanos como uma presença responsiva, reflexiva e moralmente engajada, alguém que toma partido e faz julgamentos, embora isto atinja o não-envolvimento antropológico tanto com a ética, quanto com a política. Sem dúvida, o não-envolvimento já é em si mesmo uma postura ética e moral (Scheper-Hughes 1995 : 419) Tradução livre.

Pontuamos, contudo, algumas ressalvas em relação à proposta de Scheper-Hughes (1992 : 28), sobretudo na acentuação, pela autora, do papel do antropólogo em “dar a voz” àqueles grupos sociais que têm sido hostilizados e silenciados. No horizonte de um trabalho de pesquisa e de assessoria, admitir um ato de “*giving the voice*” implica associar tais sujeitos a um estado de passividade no qual suas perspectivas de ação se encontram anuladas por força das assimetrias de poder. Assumida essa perspectiva, a etnografia apareceria como uma prática cuja autoridade automática lhe permite falar ‘pelos outros’, posto que a origem da agência repousa somente sobre o antropólogo, ao qual cabe deliberar sobre a concessão ou obliteração da voz de outrem. Os sujeitos locais permaneceriam aí definidos como incapazes de tomar e proferir sua voz por iniciativa própria.

Em contraste a tal perspectiva, esta reflexão apresenta o esforço de mobilização política da população local e revela que a voz desses “nativos” não é uma concessão do autor, mas o resultado das ações desses protagonistas que levam o discurso antropológico à esfera pública para reivindicar seu caráter testemunhal acerca da legitimidade dos seus direitos territoriais.

Se não se trata, portanto, de uma concessão do pesquisador aos ‘nativos’, é possível refletir que em conjunturas de conflito a etnografia é atravessada por reivindicações que lhes fazem seus próprios interlocutores em seus esforços para subverter a produção de um

16 O fato de se considerar o potencial de testemunho da etnografia não implica ignorar sua especificidade enquanto texto produzido e orquestrado pelo etnógrafo que o compõe ordenando os discursos presentes de um modo hierárquico (Clifford 1989).

conhecimento que lhes seja distante ou prejudicial. Os atos de *ouvir* e *escrever*, inerentes à produção etnográfica (Cardoso De Oliveira 1996) aparecem, então, não só como procedimentos para a construção de fontes, produção e registro dos dados, mas enleados nas demandas do grupo. A posição do etnógrafo *espectador* é especialmente interrogada nesses casos quando o *ouvir* representa não a invasão e a instrumentalização do outro, mas uma reivindicação de outrem, tornando-se, pois, um exercício de cumplicidade e adquirindo seu aspecto *testemunhal* (Le Ven et al 1997; Scheper-Hughes 1995).

Segundo Le Ven, Faria e Motta (1997), a disposição para ouvir implica a possibilidade de recriação dos sujeitos envolvidos. Os entrevistados se apropriam do produto-entrevista para fazer dele um instrumento político de exposição, de publicização de suas versões e interpretações sobre o passado e sobre o presente. Como cúmplice e agente engajado nesse exercício de interpretação e aproximação, o pesquisador é confrontado não só com seu plano de investigação, mas também com os supostos éticos de seu projeto de vida.

Nesse processo, a opção por modelos morais não implica o completo abandono do relativismo cultural e moral. Segundo Scheper-Hughes (1995), os antropólogos teriam, por sua posição privilegiada em presenciar e testemunhar eventos humanos, a obrigação ética de identificar os males correntes e atuar politicamente em sua recusa. O ponto crítico dessa proposta, contudo, reside na definição dos princípios éticos como “transcendentes, transparentes essenciais, senão pré-culturais” (1995 : 419). Em oposição, acreditamos na perspectiva de que os princípios éticos devem ser parte de uma arena de lutas e de negociação, em que as diferenças culturais possam prover um momento reflexivo, sendo o relativismo uma postura temporária, não significando necessariamente uma recusa em tomar posições, tal como discutiui Crapanzano (1995).

A PESQUISA-ASSESSORIA COMO PRÁTICA E POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO

Historicamente, a antropologia se constituiu enquanto disciplina cujas práticas representacionais são altamente dependentes de formatos visuais (Herzfeld 2006). Desde a crítica pós-moderna, há análises que problematizam o modo correlato como a visão e a escrita se associam ao poder (Clifford 1989), especialmente no chamado *gênero naturalista* de etnografia que busca tentativas de recriar o estado natural e prístino dos seus nativos textualmente (Gupta & Ferguson 1997). Cenários pós-coloniais, no entanto, não apenas ensejaram reflexões críticas que permitiram abordar a etnografia como *gênero de escrita*, mas, adicionalmente, operaram profundas transformações nas condições de produção do trabalho de campo (Gupta & Ferguson 1997), resultando em novas formas de inserção e produção do conhecimento antropológico. Nesse horizonte, o

presente ensaio argumenta que a associação entre pesquisa e assessoria permite a revisão das práticas representacionais da etnografia, deslocando os termos do tradicional método da observação participante.

Tais deslocamentos necessitam de novas metáforas ou formatos visuais que possibilitem superar a *política de representação* que se manifesta na forma de práticas paternalistas ou tuteladoras, as quais implicam sujeição e dependência. Conforme exposto, é possível discutir que a pesquisa-assessoria se afilia a instrumentos óticos distintos daqueles produzidos pela concepção de “observação participante” e de seu “espectador destemido”, na expressão de Scheper-Hughes (1992). Como vimos, a inserção da prática etnográfica em contextos de conflito coloca sérias dificuldades ao distanciamento promovido por tal postura epistemológica. Nesse sentido, a pesquisa-assessoria coaduna com os propósitos da teoria redutora de Donna Haraway cujo propósito é produzir “não tanto efeitos de distanciamento, mas de conexão, de encarnação e de responsabilidade” (1999 : 122). Tal conexão se faz possível a partir do ingresso do pesquisador-assessor e dos seus interlocutores locais em um mesmo *topos* discursivo, um lugar retórico comum, relativo à defesa dos direitos territoriais dos chamados grupos étnicos e povos tradicionais. Nesse ponto, a pesquisa-assessoria se distingue da tutela na medida em que não pode prescindir do seu papel coadjuvante e do seu singular lugar enunciativo que não se confunde e não pode pretender representar o outro sob pena de ter seu sentido e eficácia esvaziados.

Nessa medida, a etnografia deve preservar a autonomia e o lugar distinto de seu discurso cuja eficácia depende e deriva dessa localização diferencial. Tal autonomia preserva também o lugar dos interlocutores e se distingue do distanciamento porque produz conexão, mantendo aí o espaço e a política das diferenças. Nesses processos, a relação entre ético e êmico já não é de *reflexão*, a etnografia não reflete com transparência o discurso nativo, pois a relação que se coloca é de *difração* (Haraway 1999).

A etnografia não reflete o discurso nativo porque este não existe como *corpus* pronto e acabado à espera da sua textualização pela mão autorizada. As experiências de pesquisa e extensão aqui examinadas permitem refletir que a produção desses discursos se faz em redes de relação nas quais se cruzam ciência, técnica, ética e política. Segundo destaca Haraway (1999 : 126), “a difração é uma cartografia da interferência não da réplica, do reflexo ou da reprodução. Um modelo difratário não indica onde aparecem as diferenças, mas onde aparecem os efeitos da diferença”. Tais efeitos são políticos. No exemplo ora examinado, as tentativas de ventriloquismo operadas pelo Setor Elétrico redundam tanto na subtração da complexidade dos sistemas locais, quanto no *silenciamento* dos sujeitos, reduzidos a objetos de manipulação e controle no âmbito do projeto interventor. Consequentemente, invisibiliza-se e produz-se como inexistentes os projetos locais e seus sujeitos de direitos.

Nesse cenário, a pesquisa-assessoria pode cumprir um papel eficaz, pois a conexão

que essa prática opera não se faz pelo exercício unilateral da autoridade etnográfica, ao contrário, a “autoridade experiencial” é pelo outro demandada, o que não significa, no entanto, que o pesquisador-assessor esteja autorizado a falar em nome dos nativos, conforme destaca Haraway (1999 : 135): “não se trata de representar o outro, refleti-lo, dar-lhe a voz ou atuar como seu ventríloquo”. As estratégias argumentativas e textuais da etnografia não assumem aqui a função de silenciamento ou instrumentalização do outro. Os *processos de articulação* se diferenciam da *dinâmica da representação* porque, no primeiro, o discurso perito não tem a função despotilizadora. Quaisquer possibilidades de êxito político do discurso etnográfico em tais contextos não dependem da produção de relatórios técnicos altamente confiáveis por sua natureza objetiva, imparcial ou neutra. Os relatórios produzidos pela assessoria são inócuos se não forem sustentados e apropriados pelos grupos locais que fazem dele um instrumento ingresso na disputa simbólica e política de modo que não há aí uma solução tecnicista.

Em contraste, de acordo com o que argumenta Haraway, a *política de representação* se apóia e depende do distanciamento em que se coloca o representante, distanciamento este que desautoriza o representado, pois, o ventríloquo só pode atuar nessa posição como observador destemido e “epistemologicamente desinteressado” (Haraway 1999: 138). No entanto, o duplo engajamento, conforme discutimos, não implica distanciamento, mas cumplicidade, aqui “o compromisso e a entrega e não sua invalidação com o coletivo emergente são as condições de confluência entre as práticas de produção do conhecimento e as de construção do mundo” (Haraway 1999 : 141).

A etnografia como pesquisa e assessoria recusa, pois, a perspectiva da tutela, visto que os atingidos não são “recipientes da ação” de outrem, são “co-atores” articulados a outros sujeitos e discursos diferenciados. Nessas condições, a etnografia não pode atuar por meio de *instrumentos de inscrição* (Latour 2000) que divorciam os sujeitos das suas contextualizações por meio de dispositivos (cobaias, refletores, aparelhos eletrônicos) que buscam o convencimento através da exposição visual (Latour 2000 : 112)¹⁷. A distinção entre *difração* e *reflexão*¹⁸ faz-se decisiva posto que o outro não é essa imagem

17 Segundo define Latour: “chamarei de instrumento ou dispositivo de inscrição qualquer estrutura (sejam quais forem seu tamanho, sua natureza e seu custo) que possibilite uma exposição visual de qualquer tipo num texto científico” (2000 : 112) e acrescenta: “o instrumento, seja qual for sua natureza, é o que nos leva do artigo àquilo que dá sustentação ao artigo, dos muitos recursos mobilizados no texto aos muito mais recursos mobilizados para criar as exposições visuais dos textos” (2000 : 115).

18 A diferença essencial concerne ao fato de que enquanto a refração é causada pela passagem da luz em meios com diferentes índices de refração, a difração está relacionada à interferência das ondas resultantes, em processos nos quais há interação de uma onda com um obstáculo, ou quando a mesma encontra um orifício através do qual possa atravessar um obstáculo. Nesse caso, a onda contorna ou atravessa um obstáculo, resultando em ondas diversas oriundas da original que acabam por se recombinar ao passar por um dado ponto do espaço. Este desvio na trajetória causa interferência ou superposição entre as ondas, conforme destaca Roditi que apresenta a seguinte definição de difração: “passagem de uma onda pela borda de uma barreira ou através de uma abertura, provocando, em geral, um alargamento do comprimento de onda e interferência das frentes de onda que criam regiões de maior ou menos intensidade” (2005 : 64).

imediatamente apreensível e decodificável pelo uso do instrumental metodológico. Nosso campo de atuação é discursivo e, se ele é estruturado, é também estruturante o que nos fazer pensar que a etnografia pode integrar as políticas de articulação em favor de outros “inapropriados/áveis”, ou seja, aqueles que, segundo Haraway, “excedem e difratam as relações de dominação” (Haraway 1999 : 126).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. 1989. “Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia” *Reforma Agrária*, abril/julho: 4-7.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. “Espaço Social e Poder Simbólico”. In. BOUDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense: 149-168.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. “O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. *Revista de Antropologia*, vol.39, nº 1: 13-37.
- CLIFFORD, James. 1989. “Introduction: partial truths”. In. CLIFFORD, J. & MARCUS, G. *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Lon Angeles, London: University of California Press: 1-26.
- CLIFFORD, James. 2002. “Sobre a Autoridade Etnográfica”. In. *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: 17-62.
- CRAPANZANO, Vincent. 1995. “Commet to SCHEPER-HUGHES, N. The Primacy of the Ethical: propositions for a militant anthropology”. *Current Anthropology*, vol. 36, nº 3: 420-421.
- DAGNINO, Evelina. 2004. “Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando?” In. MATO, D. (Org.) *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil em Tiempos de Globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110.
- DUCROT, Oswald. 1989. “Argumentação e Topoi Argumentativos”. In. GUIMARÃES (Org.) *História e Sentido na Linguagem*. São Paulo: Pontes: 13- 38.
- FIORIN, José. L. 2006. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática.
- FOUCAULT, Michel. 2001. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- GEERTZ, Clifford. 1997. “Os Dilemas do Antropólogo: entre ‘estar lá’ e ‘estar aqui’”. *Cadernos de Campo*, nº 7: 205-235.
- GUPTA, Akhil. & FERGUSON, James. 1997. “Discipline and Practice: the field as site, method and location in anthropology”. In. *Anthropological Locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press: 1-46.
- GUPTA, Akhil. & FERGUSON, James. 2000. “Mais Além da Cultura: espaço, identidade e política da diferença”. In: ARANTES, A. (Org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papiрус: 30-49.
- HARAWAY, Donna. 1999. “Las Promesas de los monstruos: uma política regeneradora para otros inapropiados/bles”. *Política y Sociedad*, vol. 30: 121-163.
- HERZFELD, Michael. 2006. “Senses”. In. *Anthropology: theoretical practice in culture and society*. Oxford: Blackwell Publishing: 240-253.
- LATOUR, Bruno. 2000. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp.
- LE VEN, Michel, FARIA, Erika. & MOTTA, Miriam. H. 1997. “História oral de vida: o instante da entrevista”. In. VON SIMSON, Olga. R. *Os Desafios Contemporâneos da História Oral (Org.)*, Campinas: Unicamp – Centro de Memória ABHO: 213-222.

- LEITE, Ilka. B. 2004. “Questões Éticas da Pesquisa Antropológica na interlocução com o campo jurídico”. In. VÍCTORA, C., OLIVEN, R. G., MACIEL, M. E. & ORO, A. P. *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF: 65-72.
- MAINGUENEAU, Dominique. 2006. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- O'DWYER, Eliane. C. 2002. “Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos”. In. O'DWYER, E. C. (Org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV: 13-42.
- OLIVEIRA, Raquel. 2008. *Dividir em Comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em Sociologia, FAFICH-UFMG.
- ORLANDI, Eni. P. 1989. “Silêncio e Implícito (Produzindo a Monofonia)”. In. GUIMARÃES (Org.) *História e Sentido na Linguagem*. São Paulo: Pontes: 39 – 46.
- ORLANDI, Eni P. 2007. “Os Limites do Método e da Observação”. In. ORLANDI, E. *As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp: 39-59.
- PÊCHEUX, Michel. 1997. “Análise Automática do Discurso”. In. GADET, F. & HAK, T. (Org.) *Por Uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp: 61-161.
- POLLAK, Michael. 1989. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº3: 3-15.
- POLLAK, Michael. 1992. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, nº10: 200-212.
- PUNCH, Maurice. 1986. “The Politics and Ethics of Fieldwork”. *Qualitative Research Methods*, vol.3, Newbury Park, London, New Delhi: Sage Publications.
- RODITI, Itzhak. 2005. *Dicionário Houaiss de Física*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. 1992. *Death Without Weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. 1995. “The Primacy of the Ethical: propositions for a militant anthropology”. *Current Anthropology*, vol.36, nº 3: 409-420.
- THOMAS, Jim. 1993. “Doing Critical Ethnography”. *Qualitative Research Methods*, vol. 26. Newbury Park, London, New Delhi: Sage Publications.
- VAINER, Carlos B. 1993. “População, Meio Ambiente e Conflito Social na Construção de Hidrelétrica”. In. MARTINE, George (Org.) *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da Unicamp: 183-201.
- ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. & PAIVA, Angela. 2005. “Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”. In, ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. B. (Orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica: 89-116.
- WEBER, Regina. 1996. “Relatos de Quem Colhe Relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais”. *Revista Dados*, vol. 39, nº 1: 163-183.

ABSTRACT

The practice of anthropology in the Brazilian context reveals the centrality of the relationship between the ethnographic practice and the rights of indigenous peoples, traditional communities and groups affected by developmental projects. In this field where conflictive processes emerges, the ethnographic research often engages itself in double roles such as research and advisory. Based on the engagement in and the research about the conflict between local communities and the Electricity Sector in the licensing of Murta's hydroelectric plant (Jequitinhonha Valley, Minas Gerais), this paper reflects on the relationship between research and advisory. The aim is to discuss how this field mo-

dulates the ethnographic experience and consequently the discourses, strategies and narratives produced by both local actors and researchers. When the collective memory assumes relevance and the territorial rights become an essential argumentative topos, there is a combination between the enunciative positions of research and advisory, which precipitates in the textualization of the ethnographic experience. Finally this paper examine how the situation of conflict modifies the dialogue between the research subjects and the anthropologist who are confronted by new roles, expectations and challenges.

KEYWORDS

Conflict, advisory, ethnography.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2012

APROVADO EM

Novembro de 2012

RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA

Mestre em sociologia, pesquisadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG e doutoranda do Programa de Pós-graduação em sociologia da mesma instituição, pesquisa conflitos ambientais e já publicou artigos nas revistas *Vibrant*, *Anuário Antropológico*, *Ambiente & Sociedade* e *Ecologie et Politique*.

Contato: raqueloliveira2002@gmail.com.

FORMAS DE INTEGRAÇÃO E ‘TRÍADE MERCANTIL’: O CARÁCTER NÃO ONTOLÓGICO DO MERCADO NA ANÁLISE INSTITUCIONAL DE KARL POLANYI

NUNO MIGUEL CARDOSO MACHADO

RESUMO

A análise da economia enquanto processo instituído, proposta por Polanyi, concretiza-se no estudo dos padrões institucionais que esta pode assumir empiricamente: reciprocidade, redistribuição e troca mercantil. Esta última – corporizada num sistema de mercados autorregulados – apenas se assume como forma de integração dominante nas sociedades capitalistas modernas. O estudo das formas de integração

– assim como a sua extensão lógica à análise dos conceitos de comércio, dinheiro e mercado – permitirá que as ciências sociais evitem uma visão marcada pela ‘mentalidade de mercado’, ou ‘falácia economicista’. Se o comércio e o dinheiro têm acompanhado a humanidade desde os seus primórdios, os mercados são um desenvolvimento institucional bem mais recente.

PALAVRAS-CHAVE

Polanyi, reciprocidade, redistribuição, troca, mercado.

INTRODUÇÃO

Na base do pensamento Polanyiano encontra-se a convicção de que a economia capitalista de mercado – um “sistema interconectado de mercados formadores de preços” – reveste um carácter de absoluta excecionalidade na história das sociedades humanas. Nas sociedades do passado, a economia estava incrustada (*embedded*) na sociedade, ou seja, inserida nas relações sociais entre os seus membros. Pelo contrário, no capitalismo moderno, a economia desincrustou-se da sociedade, autonomizando-se e fugindo a qualquer controlo social consciente¹. Polanyi defendia, portanto, o estabelecimento de um novo edifício conceptual e metodológico capaz de salientar enfaticamente as semelhanças e, talvez ainda mais importante, as diferenças entre os vários sistemas sociais e económicos. Polanyi pretendia, acima de tudo, escapar à influência nefasta da “falácia economicista” (cf. Polanyi 1968a) – que consiste na identificação automática e acrítica da economia com a sua forma de mercado – produzida pela corrente formalista no campo da antropologia económica².

Assim, partindo da definição substantiva de economia, Polanyi preconiza uma análise da economia enquanto processo instituído de interação entre o homem e o ambiente natural e social que o rodeia, o qual resulta numa contínua oferta de meios materiais para satisfazer as necessidades humanas. Esta concretiza-se no estudo dos padrões institucionais mediante a combinação dos quais a economia adquire unidade e estabilidade, i.e., a interdependência e a recorrência das suas partes. Polanyi identifica três padrões fundamentais que designa de formas de integração: reciprocidade, redistribuição e troca mercantil (cf. Polanyi 1968a; Polanyi 1977a; Polanyi 2000).

De um modo sucinto, a reciprocidade consiste em “movimentos entre pontos correlativos de grupos simétricos”; a redistribuição designa “movimentos apropriativos em direção a um centro e, também, no sentido inverso” (do centro para “fora”); a troca refere-se “aos movimentos ‘vice-versa’ que ocorrem entre ‘mãos’ sob um sistema de mercado” (cf. Polanyi 1968a: 148-149). Assim, a reciprocidade tem como princípio institucional subjacente a simetria, a redistribuição requer algum grau de centralidade e a troca pressupõe a existência de um sistema de mercados formadores de preços.

De acordo com a classificação de Polanyi, podemos afirmar que, em geral, as sociedades arcaicas são predominantemente redistributivas, embora possa haver espaço para alguma troca. Nas sociedades primitivas ou tribais opera a reciprocidade e, também, em parte, a redistribuição. Apenas nas sociedades modernas é que o sistema de mercados

1 Cf. Machado (2010) para uma análise detalhada do conceito de incrustação (*embeddedness*) e das suas implicações para a disciplina da (Nova) Sociologia Económica.

2 Cf. Machado (2012) para uma análise do ‘Grande Debate’ entre substantivistas e formalistas.

autorregulados – um padrão institucional relativamente recente – se assume como forma de integração dominante.

Polanyi considerava também que um inquérito crítico das definições de comércio, dinheiro e mercados deveria possibilitar um conjunto de conceitos capazes de formar o material em bruto de que as ciências sociais necessitam para tratar os aspetos económicos. Estes três elementos formam a denominada “tríade catalática”³ – ou mercantil, se preferirmos – e constituíram, no seguimento da análise das formas de integração, outro aspeto importante no seio do pensamento Polanyiano. O autor critica a influência restritiva de uma abordagem mercantil – ou formalista – que considera estes três elementos inseparáveis: onde houver evidência de comércio e/ou dinheiro, a existência de mercados deve ser automaticamente assumida. Pelo contrário, o comércio e o dinheiro têm acompanhado a humanidade desde os seus primórdios, mas os mercados são um desenvolvimento institucional bem mais recente. E, mesmo que se verifique a existência de mercados, estes não têm de assumir necessariamente a forma de um sistema de mercados formadores de preços, que são a exceção, e não a regra, no âmbito da forma assumida pelos mercados.

Como refere Dalton,

Nas economias primitivas e arcaicas, o comércio externo, o dinheiro e os mercados estão organizados de maneiras diferentes daquelas tão familiares no seio do capitalismo [moderno]. (...) Deve-se notar que essas diferenças são expressões de diferenças mais fundamentais na estrutura económica. (...) O esquema de Polanyi procura alcançar um sentido analítico para isso mesmo ao sugerir que o comércio externo, o dinheiro e os mercados assumiram apenas um conjunto reduzido de características organizacionais nas [diferentes] economias [ao longo da história], dependendo do modo transacional (ou ‘padrão de integração’) dominante. (1968: xxxvi)

Em síntese,

As categorias de reciprocidade, redistribuição e troca mercantil de Polanyi e as suas distinções analíticas entre os tipos de dinheiro, mercados e comércio externo permitem-nos descrever a nossa própria economia de modo a tornar os seus aspetos mais importantes comparáveis com as [diversas] economias estudadas pelos antropólogos e pelos historiadores, permitindo assim uma comparação sistemática das semelhanças e das diferenças usando a nossa economia como base. Para além disso, elas permitem-nos analisar as características estruturais das economias primitivas

3 Polanyi designa por “catalática” (catalactic) uma instituição (supostamente) inerente à troca mercantil enquanto forma de integração (cf. Polanyi 1968: 158). Para o leitor perceber melhor, uma denominação alternativa poderia ser “tríade mercantil”.

sem as apreender através dos quadros teóricos desenhados para a nossa economia. O valor desta abordagem é demonstrado (...) pelo que é possível dizer acerca das formas do dinheiro, comércio externo e mercados nas economias primitivas e arcaicas; e pelo que se pode descobrir acerca das relações estruturadas entre a economia e a organização política, religiosa e consanguínea em todas as sociedades. (Dalton 1968: xxxv-xxxvi)

Então,

O grande objetivo de Polanyi a nível teórico era criar uma ciência económica (economics) substantiva não-mercantil que poderia, assim, providenciar um quadro conceptual geral para todo o espectro de economias antigas nas quais os outros padrões de integração, que não a troca, prevaleciam. (Pearson 1977: xxxv)

Neste artigo, começaremos por apresentar as noções e definições das três formas de integração – reciprocidade, redistribuição e troca mercantil (ponto 2). Depois, analisaremos as perspetivas de Polanyi acerca da “tríade catalática”: comércio, dinheiro e mercados (ponto 3). Em seguida, realçaremos a análise empírica das formas de integração efetuada pelo autor na obra *Dahomey and the Slave Trade*, assim como a influência produzida por Polanyi sobre George Dalton (ponto 4). Finalmente, abordaremos alguns conceitos-chave utilizados por Polanyi na sua análise da moderna economia capitalista de mercado: mercadorias fictícias, movimento duplo (ponto 5) e incrustação (ponto 6).

AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO

ANÁLISE INSTITUCIONAL

O objetivo de Polanyi era tornar a história económica universal no ponto de partida para uma reconsideração compreensiva do problema da subsistência humana. Ora, o método preconizado para concretizar essa tarefa é a análise institucional e as bases conceptuais resultantes da mesma são constituídas pelas formas de integração (Stanfield 1986: 54).

A tarefa essencial da análise institucional é conceptual ou teórica, não obstante o seu compromisso metodológico com estudos comparativos e descritivos dos arranjos sociais concretos. No entanto, “a capacidade para generalizar e prever depende, com este método, da emergência de padrões comuns de operações institucionalizadas” (Pearson 1957: 309). Neste sentido, uma das maiores conclusões reportadas na obra *Trade and Market in the Early Empires* foi que o registo etnográfico revela apenas um conjunto

reduzido de padrões mediante os quais a economia tem sido organizada nas sociedades humanas. Como se lê na introdução:

a principal tarefa desta livro é conceptual: argumenta que apenas existe um pequeno número de padrões alternativos para organizar a subsistência (livelihood) e providencia as ferramentas para a análise das economias não-mercantis (...) [Com efeito,] é esta limitação dos possíveis padrões de organização económica e das suas combinações efetivas que dá aos pensamentos e dados recolhidos algum sentido e relevância (topicality). [Polanyi et al 1957: xvii-xviii]

Tomados em conjunto, estes padrões conferem uma forma bem definida e delineada ao programa de investigação de Karl Polanyi. Deste modo, ao conceptualizar e reportar a operação dos mesmos em diferentes quadros históricos, Polanyi e os seus colegas abriram caminho para uma teoria mais geral da economia e da sociedade do que aquela que é possível sob a alçada da mentalidade de mercado (Stanfield 1986: 56).

O conceito substantivo de economia é o ponto de partida da análise institucional. Segundo esta visão, a economia pode ser definida como “um processo instituído de interação entre o homem e o seu ambiente, o qual resulta numa oferta contínua de meios materiais para satisfazer as suas necessidades” (Polanyi 1968a: 145). Assim, “o estudo do lugar ocupado pela economia na sociedade é nada mais do que o estudo da maneira como o processo económico está instituído em diferentes épocas e locais. Isto requer a utilização de instrumentos [conceptuais] especiais” (Polanyi 1968a: 148). Polanyi desenvolve essas ferramentas analisando “a maneira como a economia adquire unidade e estabilidade, i.e., a interdependência e a recorrência das suas partes, [algo] alcançado através da combinação de alguns padrões, que podem ser designados por formas de integração” (Polanyi 1968a: 148-149).

Como nota Stanfield,

A análise institucional está portanto preocupada com a integração mútua das atividades económicas e com as outras atividades sociais, e também com a classificação das economias de acordo com a maneira como a integração é sustentada. (1986: 57)

Com efeito,

De entre as várias maneiras como as economias podem ser classificadas empiricamente, deve ser dada preferência a uma que evite prejudicar as questões significativas derivadas do problema do lugar ocupado pela economia na sociedade como um todo. As questões que se destacam são aquelas envolvendo as relações do processo económico com as esferas política e cultural da sociedade. Para evitar

prejudicar essas questões, é sugerido que as economias sejam agrupadas de acordo com a forma de integração dominante em cada uma delas. A integração está presente no processo económico no grau em que aqueles movimentos de bens e pessoas que ultrapassam o efeito do espaço, do tempo e dos diferenciais ocupacionais estão institucionalizados de modo a criar uma interdependência entre esses mesmos movimentos (...) [Assim,] as formas de integração designam os movimentos institucionalizados mediante os quais os elementos do processo económico – dos recursos materiais ao transporte, armazenamento e distribuição dos bens – são ligados. (Polanyi 1977a:35)

Uma determinada forma integradora apenas pode operar no contexto de uma estrutura institucional bem definida. As estruturas de apoio, a sua organização básica e a sua validação derivam da esfera social. Por outras palavras, a análise institucional é mais sociológica do que psicológica: “se a perspectiva histórica significa algo é que os motivos e as personalidades individuais são pouco importantes quando comparadas com as mudanças institucionais” (Polanyi 1977e: 240) A análise comparativa da mudança e da evolução sociais centra-se na estrutura social porque esta seleciona ou restringe atitudes e motivações particulares. Esta é a raiz da insistência de Polanyi em que a denominada natureza humana muda bastante pouco no processo de evolução social. Se os homens parecem ser generosos num lugar e egoístas noutra, não é a sua natureza básica que é diferente, mas antes a sua organização social (Stanfield 1986: 58-59; Stanfield 1981: 7-8). Se não,

Tomemos o caso de uma sociedade tribal. O interesse económico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum dos seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe (...) Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor os interesses individuais de dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o autointeresse económico (...) Essa atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, tais como partilhar o alimento na caça comum (...) O prémio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. O carácter pessoal nada tem a ver com o assunto (...) As paixões humanas, boas ou más, são apenas dirigidas para finalidades não-económicas. (Polanyi 2000: 65-66)

Em suma, a presença deste ou daquele motivo não é o fator fulcral da análise institucional. Ao invés, interessa-lhe a estrutura institucional na qual os motivos operam. Neste sentido, “a ‘economia’ é concebida como uma componente da cultura e não como um tipo de ação humana, como o processo de vida material da sociedade e não como um

processo de comportamento individual de satisfação das necessidades” (Sahlins 2004: 186), i.e., enquanto expressão de valores ou significados derivados de determinados padrões de interação social. Apenas desta maneira poderemos legitimamente especificar as dinâmicas culturais e reconstruir a verdadeira história das instituições económicas (Stanfield 1986: 62-63).

Podemos concluir que

Para que a análise institucional substantiva seja tão clara quanto possível, o problema económico tem de ser menos um de eficiência e otimização do que um de suficiência. [Deste modo,] a economia é vista como um aspeto da atividade humana que funciona para reproduzir materialmente a sociedade. (Stanfield 1986:65)

A INFLUÊNCIA DE MALINOWSKI E THURNWALD

No que respeita à tipologia das formas de integração, Polanyi foi influenciado e recebeu inspiração do trabalho efetuado por dois antropólogos: Malinowski e Thurnwald (cf. Polanyi 1968a: 151; Polanyi 2000: 67, 309-313; Humphreys 1969: 173). Malinowski demonstra que, entre os Trobrianders,

a maioria, senão todos os atos económicos pertencem a alguma cadeia de presentes e contrapresentes recíprocos que, a longo prazo, chegam a um equilíbrio e beneficiam igualmente ambos os lados (...) O homem que desobedecesse persistentemente às regras da lei nas suas transações económicas logo se veria à margem da ordem social e económica – e ele está perfeitamente consciente disso. (cit. in Polanyi 2000: 310)

Em suma, segundo Malinowski, “toda a vida tribal é permeada por um constante dar e tomar” e, a fim de tornar possível tal reciprocidade, em todas as sociedades selvagens será encontrada uma certa ‘dualidade’ de instituições ou ‘simetria de estrutura’ como base indispensável de obrigações recíprocas. Thurnwald possui uma visão semelhante, afirmando que “a dádiva de hoje será recompensada pela retoma de amanhã. *Esta é a consequência do princípio da reciprocidade, que permeia todas as relações da vida primitiva*” (itálico nosso), e acrescenta: “entre os Banaros, a partilha simétrica (...) baseia-se na estrutura da sua sociedade, que é igualmente simétrica” (cit. in Polanyi 2000: 312).

Como refere Polanyi,

Thurnwald descobriu ainda que, para além deste comportamento recíproco, e por vezes combinado com ele, a prática da acumulação e da redistribuição era a aplicação mais generalizada, desde a tribo caçadora primitiva até aos maiores impérios. Os bens eram coletados de forma centralizada e depois distribuídos entre os membros da comunidade, numa grande variedade de formas. (...) Esta função distributiva é a fonte primordial do poder político dos órgãos centrais. (2000: 312)

Nas palavras do próprio Thurnwald,

todos os estados arcaicos – a China antiga, o Império dos Incas, os Reinos Indianos, Egipto, Babilónia – fizeram uso de moeda metálica para impostos e salários, mas dependiam principalmente dos pagamentos em espécie acumulados em celeiros e depósitos (...) e distribuídos entre autoridades, guerreiros e classes ociosas, isto é, a parte não-produtiva da população. Neste caso, a distribuição exerce uma função essencialmente económica. (cit. in Polanyi 2000: 313, itálico nosso)

RECIPROCIDADE, REDISTRIBUIÇÃO E TROCA (MERCANTIL)

Empiricamente, as principais formas de integração da economia humana são a reciprocidade, a redistribuição e a troca (*exchange*). A reciprocidade denota movimentos entre pontos correlativos de grupos simétricos; a redistribuição designa movimentos apropriativos em direção a um centro e também no sentido inverso (do centro para “fora”); a troca refere-se aos movimentos “vice-versa” que ocorrem entre “mãos” sob um sistema de mercado. A reciprocidade, por conseguinte, pressupõe como pano de fundo grupos organizados simetricamente; a redistribuição está dependente da presença de algum grau de centralidade no grupo; a troca, de modo a produzir integração, requer um sistema de mercados formadores de preços. Assim, os diferentes padrões de integração requerem determinados apoios institucionais⁴ (Polanyi 1968a: 148-149; Polanyi 1977a: 35-36).

É por isso importante distinguir entre formas de integração, estruturas de apoio e atitudes pessoais. Polanyi defende que o efeito integrador é condicionado pela presença de determinados arranjos institucionais. O facto a reter é que os meros agregados dos

⁴ Schaniel e Neale (cf. 2000) propõem que as formas de integração sejam vistas como maneiras de “mapear” o fluxo de meios materiais dentro de uma sociedade. No nosso entender esta é uma visão bastante redutora dos conceitos propostos por Polanyi. Como explica o próprio Polanyi: “pode-se pensar nas formas de integração como diagramas representando os padrões constituídos pelos movimentos de bens e pessoas na economia (...) [mas,] claramente, tais diagramas podem apenas servir pouco mais do que um objetivo formal. Eles não explicam como é que o movimento que representam pode ocorrer na sociedade em questão nem como é que esse movimento, uma vez ocorrido, pode produzir um efeito integrador. Para possuir tal efeito, e para existir como forma de integração, esse movimento requer a presença de determinadas estruturas na sociedade” (Polanyi 1977a: 36).

comportamentos individuais em questão não produzem, por si só, tais estruturas. Assim, o comportamento de reciprocidade entre os indivíduos integra a economia apenas se existirem estruturas simetricamente organizadas, tais como um sistema simétrico de grupos de parentesco⁵ (*kinship*). Todavia, um sistema de parentesco nunca deve a sua origem ao mero comportamento “reciprocativo” ao nível individual. O mesmo se passa com a redistribuição: esta pressupõe a presença de um centro afetador (*allocative*) de recursos na comunidade, mas, em contrapartida, a organização e a validação de tal centro não surge apenas como a mera consequência de atos frequentes de partilha entre os indivíduos. Finalmente, o mesmo é válido para o sistema de mercado: atos de troca (*exchange*) ao nível pessoal apenas produzem preços se ocorrerem no âmbito de um sistema de mercados formadores de preços, um quadro institucional que não pode nunca ser criado por meros atos aleatórios de troca. Em suma, as estruturas de apoio, a sua organização básica e a sua validação derivam da esfera social, i.e., da ação coletiva das pessoas em situações estruturadas. (Polanyi 1968a:150; Polanyi 1977a: 37).

Isto deve ajudar a explicar porque é que na esfera económica o comportamento interpessoal muitas vezes falha em conseguir alcançar os efeitos sociais esperados, na ausência de determinadas pré-condições institucionais. Apenas num ambiente simetricamente organizado irá o comportamento “reciprocativo” resultar em instituições económicas relevantes; apenas onde existirem centros afetadores (*allocative*) poderão os atos individuais de partilha produzir uma economia redistributiva; e apenas na presença de um sistema de mercados formadores de preços irão os atos individuais de troca (*exchange*) resultar em preços flutuantes que integram a economia pois, de outro modo, tais atos de troca (direta) [barter] permanecerão ineficazes e, portanto, tenderão a não ocorrer. (Polanyi 1968a: 151)

Passemos então às formas de integração propriamente ditas. Um grupo que organize as suas relações económicas numa base recíproca terá, para cumprir os seus propósitos, de se dividir em subgrupos cujos membros se possam identificar mutuamente como tal. Assim, membros do grupo A terão de ser capazes de estabelecer relações de reciprocidade com as suas contrapartes no grupo B e vice-versa. Mas a simetria não se restringe a esta dualidade. Três, quatro ou mais grupos podem ser simétricos relativamente a dois ou mais eixos; igualmente, os membros dos grupos não necessitam de “reciprocicar” uns com os outros, mas podem fazê-lo com os membros correspondentes de um terceiro grupo em relação ao qual possuem relacionamentos análogos (Polanyi

5 Danese e Mittone (2008), inspirados em Polanyi, efetuaram uma experiência de “laboratório” que consistia num jogo que procurava reproduzir, ainda que de forma imperfeita, o circuito Kula descrito por Malinowski. Os autores concluíram que Polanyi estava correto: na ausência de algum tipo de simetria induzido, o nível de eficiência do sistema é bastante modesto, ou seja, a reciprocidade requer a existência de arranjos institucionais específicos. Como é óbvio, deve-se analisar estes resultados com precaução, à luz das limitações inerentes ao campo da Economia Experimental.

1968a: 152; Polanyi 1977a: 38-39).

Quanto mais próximos se sentirem os membros de uma comunidade, mais generalizada será a tendência entre eles para se desenvolverem atitudes “reciprocativas” no que se refere a relações específicas limitadas no espaço, no tempo ou noutra sentido⁶. Os laços de parentesco, a vizinhança ou o totem pertencem a grupos mais permanentes e compreensivos; no seu âmbito, associações voluntárias ou semi-voluntárias de carácter militar, vocacional ou social criam situações nas quais, pelo menos transitivamente, se formam agrupamentos simétricos cujos membros praticam alguma forma de mutualidade. O sistema de reciprocidade mais bem autenticado foi descrito por Malinowski na sua análise do circuito Kula das Ilhas Trobriand, na Melanésia Ocidental. Neste circuito existe uma parceria na troca, mas os atos de troca estão separados, de modo que dádiva e contra-dádiva ocorrem em diferentes ocasiões, cerimonializadas, de modo a banir qualquer noção de equivalência. O objetivo da troca não é o ganho (“económico”) individual, mas sim de natureza social. Quem for mais generoso conseguirá um maior prestígio e reconhecimento social (Polanyi 1968a: 152; Polanyi 1977a: 39; Pearson 1977: xxxiii).

A redistribuição obtém-se dentro de um grupo na medida em que na afetação dos bens – incluindo a terra e os recursos naturais – estes são recolhidos por uma “mão” e distribuídos em virtude dos costumes, lei ou decisão central *ad hoc*. Por vezes prefigura-se na recolha física dos bens acompanhada por um armazenamento/redistribuição, enquanto noutras a “recolha” não é física, mas meramente apropriativa, ou seja, assume a forma de direitos de disposição sobre os bens no sítio onde estão localizados fisicamente (Polanyi 1968a: 153; Polanyi 1977a: 40).

Para alguns povos primitivos a vida pública é muito mais desenvolvida no que nas sociedades ocidentais contemporâneas. Festivais, distribuição cerimonial de comida, solenidades religiosas, funerais, colheitas, e outras celebrações oferecem inúmeras ocasiões para uma distribuição em larga escala de comida e, por vezes, mesmo de artigos manufaturados. Uma função importante do chefe é recolher e distribuir a riqueza em tais ocasiões cerimoniais. Não importa se a sanção para a recolha é o parentesco, laços feudais, laços políticos ou a taxação, o resultado é sempre o mesmo – armazenamento seguido de redistribuição (Polanyi 1977a: 40).

6 Junker (2001) examina o contexto socioeconómico de uma aldeia alemã onde existiu uma denominada economia local e “moral” até aos finais dos anos 60 – assente na reciprocidade – e que resistiu, portanto, durante bastante tempo, à integração num sistema de mercado autorregulado. Com efeito, concluiu que esta aldeia funcionava de acordo com os princípios de uma sociedade pré-mercantil enunciados por Polanyi. A reciprocidade constituía a base da vida económica e social, sendo que todos os princípios de afetação e de organização do trabalho estavam também subordinados a esse princípio. Assim, os sistemas institucionalizados de ajuda mútua desempenham não apenas um papel importante na organização social, como a própria estrutura de produção é definida pela interdependência dos agregados domésticos (households) através das transferências recíprocas. Em suma, a economia, conjuntamente com a sociedade, garante a segurança e a sobrevivência do indivíduo uma vez que a preocupação com os outros membros da comunidade está incrustada nas relações de produção e nas instituições sociais (cf. Junker 2001: 66-76).

A redistribuição⁷ ocorre por diversas razões, em todos os níveis civilizacionais, desde a primeira tribo caçadora até aos vastos sistemas de armazenamento do Antigo Egípto, Suméria, Babilónia ou Peru. Em países de grande dimensão, as diferenças no solo e no clima poderão tornar a redistribuição necessária; noutros casos é causada pela discrepância temporal entre a colheita e o consumo. A redistribuição de poder aquisitivo pode ser valorada em si mesma, i.e., de acordo com objetivos requeridos pelos ideais sociais, como sucede no moderno Estado do Bem-Estar. O princípio permanece o mesmo: recolher e distribuir a partir de um centro (Polanyi 1968a: 153; Polanyi 1977a: 40-41; Pearson 1977: xxxiv).

A troca (*exchange*) consiste num movimento bidirecionado de bens entre pessoas, orientado para o ganho que resulta para os participantes. Para que possa servir como uma forma de integração, a troca requer o apoio de um sistema de mercados formadores de preços. Podem-se distinguir três tipos de trocas: um movimento meramente locacional, uma “mudança de bens” entre duas partes (troca operacional); e os movimentos de troca apropriativos, quer a uma taxa definida (troca decisional), quer a uma taxa regateável (troca integradora). No que se refere à troca com uma taxa definida, a economia é integrada pelos fatores que fixam essa taxa, não pelo mecanismo do mercado. Até os mercados formadores de preços são integradores apenas se estiverem ligados num sistema que dissemine o efeito dos preços a outros mercados, para além daqueles diretamente afetados (Polanyi 1968a: 154-155; Polanyi 1977a: 42).

O discutir dos preços (*higgling-haggling*) foi reconhecido corretamente como constituindo a essência do comportamento de regateio (*bargaining*). Para que a troca seja integradora, o comportamento dos parceiros deve ser orientado para produzir um preço que é tão favorável para cada um deles quanto possível, mediante a “negociação”. Tal comportamento contrasta abertamente com o da troca a um preço definido (fixo). A troca com preços definidos envolve nada mais do que o ganho para cada uma das partes implícito na decisão de trocar; a troca com preços flutuantes almeja um ganho que apenas pode ser obtido através de uma atitude de antagonismo entre os parceiros. O elemento do antagonismo, embora diluído que seja, que acompanha esta variante de troca é inevitável. Nenhuma comunidade, que pretenda proteger a fonte da solidariedade entre os seus membros, pode permitir que uma hostilidade latente se desenvolva em torno de uma matéria tão vital para a existência (sobrevivência) física como no que se refere,

7 Smelser (1959) propôs dividir a categoria da redistribuição em duas: sistemas nos quais a recolha central é genuinamente seguida pela redistribuição, como na divisão da colheita entre as diferentes castas na aldeia Indiana, e aqueles em que a recolha serve para mobilizar os recursos para empreendimentos do grupo governante – construção de pirâmides, por exemplo. Mas, como nota Humphreys, “as duas funções são frequentemente conduzidas pela mesma organização, e justificadas da mesma maneira como servindo os interesses coletivos; a distinção entre distribuição material imediata e os benefícios diferidos ou menos mensuráveis das atividades dos governantes não parecem suficientes para introduzir a ‘mobilização’ como uma categoria separada” (1969: 205).

por exemplo, ao acesso à comida. Daí a exclusão universal das transações com carácter de ganho referentes aos produtos alimentares nas sociedades primitivas e arcaicas. Esta exclusão, largamente difundida, do regateio sobre as vitualhas remove automaticamente os mercados formadores de preços da esfera das instituições antigas (Polanyi 1968a: 155; Polanyi 1977a: 42; Pearson 1977: xxxiv-xxxv).

Poderemos ainda mencionar um quarto princípio de integração: a “domesticidade” (*householding*), que “consiste na produção para uso próprio” (Polanyi 2000: 73). A domesticidade é caracterizada pela autossuficiência no sentido substantivo, sendo a atividade económica motivada pela necessidade de provisão e a produção conduzida com vista ao seu uso direto pelos membros do grupo (Stanfield 1986: 72). Polanyi argumenta que a domesticidade envolve usualmente o padrão institucional da autarquia, definida como “a capacidade de subsistir sem qualquer dependência relativamente a recursos externos” (Polanyi 1957: 79. Note-se que apenas sob uma forma comparativamente avançada de sociedade agrícola, contudo, é este tipo de integração praticável – e nesse sentido, francamente generalizável – e que o ponto-chave não é o tamanho ou a localização social da unidade em questão, mas antes a sua orientação para a atividade económica:

No que diz respeito aos registos etnográficos, não devemos presumir que a produção para a própria pessoa, ou para um grupo, seja mais antiga que a reciprocidade ou a redistribuição. (...) O selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para a sua família, nunca existiu. Na verdade, a prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspeto da vida económica apenas num nível mais avançado da agricultura. Mesmo então, ela nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades autossuficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O princípio é tão amplo na sua aplicação como o da reciprocidade ou da redistribuição. A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser o sexo, como na família patriarcal; a localidade, como nas aldeias; ou o poder político, como no castelo senhorial. E também não importa a organização interna do grupo. Pode ser tão despótica como a família romana ou tão democrática como a zadruga sul-eslava; tão grande como os imensos domínios dos magnatas Carolíngios ou tão pequenas como a propriedade camponesa média da Europa Ocidental. (Polanyi 2000: 73)

Porém, não é claro nas discussões de Polanyi se a domesticidade deve ser considerada um quarto padrão de integração. Esta pode ser mesmo considerada uma categoria “anómala” no edifício conceptual do autor pois representa o aspeto económico da unidade social básica, enquanto as outras três categorias se referem à organização das relações económicas *entre* unidades (Humphreys 1969: 204). Se em *A Grande Transformação* ele parece atribuir-lhe uma importância similar às outras formas de

integração (cf. Polanyi 2000: 73-74), em outras ocasiões – nomeadamente no artigo seminal “The Economy as Instituted Process” - afirma que, formalmente, esta é uma redistribuição em menor escala, independentemente do modo como a economia enquanto um todo está integrada (cf. Polanyi 1968a: 153-154). Polanyi acaba por recuperar o conceito na sua obra *Dahomey and the Slave Trade*⁸, que analisaremos no ponto 4.1. Do ponto de vista de Stanfield, que partilhamos, a domesticidade não é um mecanismo integrador no mesmo sentido das outras três porque não implica nenhuma forma adicional de integração. A domesticidade deve ela própria estar integrada por um dos outros três mecanismos. Mesmo no âmbito da família nuclear em que a intimidade faz a integração parecer automática, a reciprocidade e a redistribuição operam sem qualquer dúvida (cf. Stanfield 1986: 72-73).

Os agrupamentos tradicionais das economias que, em traços largos, se aproximam de uma classificação de acordo com as formas dominantes de integração, são bastante ilustrativos. O domínio de uma forma de integração é identificado com o grau em que é capaz de compreender a terra e o trabalho na sociedade⁹. A chamada sociedade selvagem é caracterizada pela integração da terra e do trabalho na economia através dos laços de parentesco. Na sociedade feudal os laços de fidelidade determinam o destino da terra e do trabalho que a acompanha. Nos impérios antigos a terra era largamente distribuída e, por vezes, redistribuída pelo templo ou palácio, tal como o trabalho (Polanyi 1968a: 155-156; Polanyi 1977a: 42-43; Dalton 1968: xxxiv-xxxv). Neste sentido,

A ascensão do mercado até ao papel de força dominante pode ser concebida através do grau em que a terra e os alimentos passaram a ser mobilizados através da troca mercantil e em que o trabalho foi tornado numa mercadoria livre para ser adquirida (comprada) no mercado. (Polanyi 1968a: 156)

De qualquer modo, as formas de integração não representam “estágios” de desenvolvimento. Não está implicada nenhuma sequência temporal. Várias formas subordinadas podem estar presentes ao lado de uma dominante, podendo recorrer após um eclipse temporário. As sociedades tribais praticam a reciprocidade e a redistribuição,

8 Humphreys sugere que Polanyi provavelmente retomou o conceito nesta obra porque, pela primeira vez, estava a tentar efetuar uma descrição completa das instituições económicas de uma sociedade, em vez de selecionar diferentes padrões para o estudo de diferentes sociedades, tendo achado que a reciprocidade, a redistribuição e os mercados não abrangiam todos os aspetos da economia do reino Daomé (cf. 1969: 204). Schaniel e Neale referem que Polanyi ficou convencido que a domesticidade não era mais do que uma redistribuição em pequena escala, pelo que nos trabalhos posteriores à GT não mais utilizou este conceito (cf. 2000: 92 e 102). Esquecem-se no entanto da sua utilização na obra supra mencionada.

9 Note-se que isto contraria a visão de Smelser (cf. 1959) segundo a qual as formas de integração de Polanyi correspondem unicamente a uma tipologia de sistemas de troca (systems of exchange). Como refere mais uma vez Humphreys, esta tipologia “é certamente aplicável [também] à organização do trabalho, como Polanyi demonstrou claramente no seu último trabalho, *Dahomey and the Slave Trade*” (cf. 1969: 202). Já no que toca à terra, Humphreys considera que é mais difícil associá-la às categorias de Polanyi, na medida em que ele não dedicou uma grande atenção a este problema (cf. 1969: 202).

enquanto as sociedades arcaicas são predominantemente redistributivas, embora possa haver espaço para alguma troca. A redistribuição adquiriu grande importância no Império Romano e está atualmente a ganhar terreno em alguns estados industriais modernos. Todavia, apenas nas sociedades modernas é que o sistema de mercados autorregulados se assume como forma de integração dominante. (Polanyi 1968a: 156-157; Polanyi 1977a: 42-43).

A “TRÍADE CATALÁTICA”: COMÉRCIO, DINHEIRO E MERCADOS

A influência restritiva de uma abordagem mercantil sobre a interpretação das instituições comerciais e monetárias é incisiva: inevitavelmente, o mercado aparece como o *locus* da troca, constituindo o comércio a troca *de facto* e sendo o dinheiro um meio de troca. Uma vez que o comércio é direcionado pelos preços e os preços são uma função do mercado, todo o comércio reveste a forma de comércio mercantil, tal como todo o dinheiro é dinheiro de troca. Em suma, o mercado é encarado como a instituição fulcral da qual o comércio e o dinheiro são meras funções (Polanyi 1968a: 157).

Naturalmente, isto conduz à observação de mercados onde estes não existem e a ignorar o comércio e o dinheiro onde estes estão presentes porque os mercados parecem estar (e estão) ausentes. No entanto, estas noções não correspondem aos factos descobertos pela antropologia e pela história. O comércio, tal como alguns usos do dinheiro, são tão antigos como a própria humanidade, mas os mercados não ganharam uma importância assinalável até a um período histórico relativamente recente. Mesmo aonde os elementos de mercado estão presentes, não necessitam de envolver a existência do mecanismo oferta/procura/preço. Os preços – ou melhor dizendo, as equivalências – são originalmente definidos pela tradição ou autoridade e a sua mudança, se ocorrer de todo, é alcançada através desses meios institucionais e não mediante métodos de mercado. Não obstante, os longos períodos históricos nos quais a reciprocidade e a redistribuição integraram a economia, e as áreas consideráveis em que continuam a fazê-lo, têm sido relegados para fora da análise por uma terminologia restritiva. Assim, para clarificar estas questões, é necessária uma análise separada do comércio, do dinheiro e dos mercados (Polanyi 1968a: 157-158; Polanyi 1977b: 77-78).

FORMAS DE COMÉRCIO

Do ponto de vista mercantil, o comércio consiste no movimento dos bens no seu percurso pelo mercado. Todas as mercadorias – bens produzidos para venda – são

objetos potenciais de comércio: uma mercadoria movimenta-se numa direção, outra na direção oposta; o seu movimento é controlado pelos preços, pelo que o comércio e o mercado são co-extensivos. Todo o comércio é, por definição, um comércio mercantil (Polanyi 1968a: 159).

Definido operacionalmente, sob o ponto de vista substantivo, o comércio é um método de adquirir bens que não estão disponíveis num determinado local. O que distingue o comércio de outras atividades similares, como expedições para diversão (*game*), saque, obtenção de madeiras raras ou animais exóticos, é a dimensão bidirecional do movimento, que lhe assegura igualmente um carácter largamente pacífico e regular (Polanyi 1968a: 158; Polanyi 1977b: 81).

O comércio externo precedeu o comércio doméstico, pelo que, sob condições primitivas, o comércio centra-se no encontro de grupos pertencendo a diferentes comunidades. Esses encontros não produzem, tal como os mercados formadores de preços, “taxas de troca” (*rates of exchange*) – pelo contrário, pressupõem tais taxas. Nem a pessoa do comerciante individual nem os motivos de ganho individual estão envolvidos no processo. Quer um chefe ou um rei esteja a agir em nome da comunidade, após ter coletado dos seus membros os bens para “exportação”, quer um grupo se encontre fisicamente com a sua contraparte numa praia com o propósito de trocar – em qualquer dos casos os procedimentos são essencialmente coletivos. Então, as atividades individuais e coletivas estão intimamente relacionadas e entrelaçadas (Polanyi 1968a: 159; Polanyi 1977b: 78; 81-82).

Deve realçar-se o papel dominante desempenhado pelas importações na história primordial do comércio. Apenas no séc. XIX o interesse nas exportações se expandiu imenso – um fenómeno tipicamente de mercado. Sob condições não-mercantis, as importações e as exportações tendem a processar-se sob diferentes regimes. O processo mediante o qual os bens são coletados para a exportação está em grande parte separado, e é relativamente independente, do processo pelo qual os bens importados são repartidos. O primeiro pode consistir num tributo, taxação, dádivas feudais ou qualquer outra designação sob a qual os bens fluem para um centro, enquanto a repartição das importações pode desencadear-se em linhas bem diferentes (Polanyi 1968a: 159; 162-163; Polanyi 1977b: 82).

A organização do comércio na antiguidade diferia quanto aos bens transportados, à distância percorrida, aos obstáculos enfrentados pelos mercadores e às condições políticas inerentes à atividade. Por isso, todo o comércio é originalmente específico, i.e., consiste em expedições para a aquisição de itens específicos, pois os bens e o seu transporte implicam que assim seja. Não pode existir, sob estas condições, tal coisa como comércio “em geral”. As expedições comerciais são, por esta razão, empreendimentos descontínuos: elas estão restringidas a empreendimentos concretos que se vão liquidando um a um e que não tendem a desenvolver-se como um processo continuado. Antes da

época moderna as associações comerciais permanentes não eram conhecidas (Polanyi 1968a: 162; Polanyi 1977b: 90-92).

De acordo com o autor, podem-se destacar três tipos principais de comércio: comércio de dádivas (*gift trade*), comércio administrado (*administered trade*) e comércio mercantil (*market trade*).

O comércio de dádivas liga os parceiros em relações de reciprocidade, tal como acontece no circuito Kula descrito por Malinowski. Neste caso, a organização do comércio é habitualmente cerimonial, envolvendo apresentações mútuas, “embaixadas” (*embassies*), acordos políticos entre os chefes ou reis, etc. O comércio de dádivas encontra-se largamente difundido nas sociedades tribais mas, ao longo dos séculos, foi também a forma assumida pelo comércio entre diversos impérios, pois nenhuma outra racionalidade de carácter bidimensional seria capaz de corresponder tão bem às necessidades requeridas (Polanyi 1968a: 163-164; Polanyi 1977b: 94).

O comércio administrado pressupõe a existência de órgãos políticos ou semipolíticos organizados e relativamente estáveis, assentando firmemente em relações decorrentes de tratados mais ou menos formais. O acordo pode ser tácito, como sucede no caso de relações tradicionais ou costumeiras mas, entre corpos soberanos, o comércio em larga escala requer a existência de tratados explícitos. No comércio administrado, o interesse de importação é determinante em ambos os lados, sendo organizado através de canais governamentais ou controlados pelo governo. Isto estende-se à maneira como os negócios são efetuados, incluindo: as definições concernentes às “taxas” ou proporções das unidades trocadas; as instalações portuárias; a pesagem; o controlo de qualidade; a troca física dos bens; o armazenamento; o controlo do pessoal envolvido no comércio; a regulação dos “pagamentos”; os créditos; e os diferenciais dos preços. Em regra, essa organização envolve ainda a recolha dos bens destinados à exportação, assim como a distribuição dos bens importados – ambas caindo, como é fácil perceber, sob a alçada da esfera redistributiva da economia doméstica. Então, na sua totalidade, o comércio é conduzido mediante métodos administrativos. Os bens trocados são estandardizados quanto à qualidade, peso ou outros critérios facilmente verificáveis, sendo que apenas esses “bens comerciais” podem efetivamente ser trocados (Polanyi 1968a: 164; Polanyi 1977b: 94-95).

A instituição que se assume como o local por excelência de todo o comércio externo administrado é o “porto comercial”¹⁰, usualmente situado na costa. A sua função é oferecer: segurança militar ao anfitrião; proteção civil aos mercadores estrangeiros;

10 Embora esteja fora do âmbito deste ponto, que visa apresentar, de um modo muito breve, a tipologia das formas de comércio preconizadas por Polanyi, há que realçar a importância do conceito de “portos comerciais” (ports of trade) no edifício teórico construído pelo autor (cf. Polanyi 1963; 1964; 1966: 99-139). A principal característica associada aos mesmos, enquanto instituição-chave do comércio administrado, era permitirem a separação do comércio (externo) dos mercados (internos).

instalações de ancoragem, desembarque e armazenamento; autoridades jurídicas; um acordo quanto aos bens a serem trocados; um acordo concernente às “proporções” ou equivalências dos diferentes bens a serem trocados (Polanyi 1968a: 165; Polanyi 1977b: 95).

No comércio mercantil, a troca (*exchange*) é a forma de integração que relaciona os parceiros mutuamente. Esta variante de comércio comparativamente recente é a mais importante nos nossos dias. O alcance dos bens transacionáveis – as mercadorias – é virtualmente ilimitado e a organização do comércio mercantil segue as linhas traçadas pelo mecanismo oferta/procura/preço. O mecanismo do mercado revela ainda o seu imenso espectro de aplicação ao ser adaptável não apenas aos bens como igualmente a cada elemento do comércio – armazenamento, transporte, risco, crédito, pagamentos, etc. – através da formação de mercados especiais para o frete, seguros, crédito de curto prazo, capital, espaços em armazém, instituições bancárias, entre outros elementos. Em suma, o comércio mercantil pressupõe, claro está, tanto o comércio como a existência de mercados. Mas os mercados, por sua vez, não derivam necessariamente do comércio, sendo que os mercados locais possuem origens independentes do comércio (Polanyi 1968a: 165-166; Polanyi 1977b: 95-96).

USOS DO DINHEIRO

A ciência económica define o dinheiro como um meio de troca indireto. O dinheiro moderno é utilizado como meio de pagamento ou como “padrão” (*standard*) i.e., como unidade de conta, porque constitui um meio de troca. Então, o nosso dinheiro pode ser designado por dinheiro “para todos os fins”¹¹ (*all-purpose money*). Os outros usos possíveis são meramente variantes da sua utilização como meio de troca (*exchange use*), e todos os usos do dinheiro estão dependentes da existência de mercados (Polanyi 1968a: 166).

Por seu turno, a definição substantiva de dinheiro, tal como a de comércio, é independente dos mercados, derivando dos usos particulares em que vários objetos

¹¹ Contrariando Polanyi, Melitz (cf. 1970) defende que o dinheiro moderno, tal como o primitivo, também se assume como dinheiro “para fins específicos”. Parece-nos que Melitz confunde um pouco a questão: nas nossas sociedades, embora tratando-se de instrumentos/existências/formas diferentes, todas elas expressam o mesmo significado, o mesmo “dinheiro” ou moeda, se quisermos - dólares nos EUA, euros na zona Euro, etc. – que é utilizado para todas as funções. Por exemplo, quer recebamos um pagamento por cheque, em notas, etc., é irrelevante pois poderemos usar esse “montante” para comprar qualquer bem, depositá-lo com vista à obtenção de juros, usá-lo na aquisição de ativos financeiros... Em suma, trata-se sempre do “mesmo” dinheiro, não importa como esteja expresso. Ora, nas sociedades do passado tal não acontecia, estando os diferentes usos instituídos independentemente uns dos outros, pelo que não existia qualquer contradição em “pagar” (uma obrigação, contribuição, etc.) com um meio que não podia, por sua vez, ser utilizado para comprar bens, ou em empregar objetos como unidade de conta que não podiam servir como meio de troca (cf. Polanyi 1968:169).

quantificáveis são aplicados: pagamento, padrão (unidade de conta), reserva de valor e meio de troca. O dinheiro, portanto, é aqui definido como os objetos quantificáveis empregues em um ou em vários destes usos. As sociedades primitivas e arcaicas não conheciam o dinheiro “para todos os fins”, sendo que vários objetos poderiam ser empregues para diferentes usos do dinheiro. Enquanto na sociedade moderna a unificação dos vários usos do dinheiro aconteceu sob a égide do seu uso como meio de troca, nas comunidades antigas encontramos diferentes usos institucionalizados separadamente. Assim, o dinheiro antigo pode ser designado por dinheiro “para fins específicos”¹² (*special-purpose money*) [Polanyi 1968a: 166; Polanyi 1968b:178-179; Polanyi 1977c: 97-99].

O pagamento consiste na descarga (*discharge*) de obrigações mediante a qual objetos quantificáveis mudam de mãos, sendo um dos usos mais comuns do dinheiro na antiguidade. Aqui as obrigações não derivam normalmente das transações económicas. Com efeito, se a ligação do pagamento com o dinheiro, e das obrigações com as transações económicas, parece ser evidente na sociedade moderna, todavia, a quantificação, que associamos ao pagamento, já operava numa era em que as obrigações descarregadas ainda não estavam ligadas às transações económicas (Polanyi 1968a: 166-167; Polanyi 1968b: 181). O que se passa é que:

Uma vez estando estabelecido o uso do dinheiro como meio de troca na sociedade, a prática do pagamento alarga-se enormemente. Com a introdução dos mercados enquanto locus físico da troca (*exchange*), um novo tipo de obrigação adquire proeminência como o resíduo legal das transações. O pagamento aparece como a contraparte de alguma vantagem material conseguida com a transação. Anteriormente, o homem pagava impostos, rendas, contribuições ou compensações (*blood-money*). Agora ele paga pelos bens que compra. O dinheiro é agora um meio de pagamento porque é um meio de troca. Desvanece-se a noção de uma origem independente do pagamento, e os milénios em que este derivou não das transações económicas, mas diretamente de obrigações religiosas, sociais ou políticas são esquecidos. (Polanyi 1968b: 183)

Um uso subordinado do dinheiro – reserva de valor – consiste na acumulação de objetos quantificáveis que permitam uma utilização futura ou que funcionem simplesmente como “entesouramento”, possuindo a sua origem, em grande medida, na necessidade de efetuar pagamentos. Se o pagamento não é, primariamente, um fenómeno económico, a riqueza também não o é. Nas sociedades antigas assumia principalmente a

¹² Relativamente à África pré-colonial, Bohannon conclui que o dinheiro para fins específicos era comum, mas o dinheiro para todos os fins era extremamente raro, o que parece confirmar as asserções de Polanyi (cf. Bohannon 1955; 1959). Dalton possui uma opinião semelhante: “o dinheiro primitivo executa algumas das funções do nosso dinheiro (moderno), mas raramente todas, (...) [sendo também] utilizado de algumas maneiras em que o nosso não é; o nosso dinheiro é impessoal e comercial, enquanto o dinheiro primitivo possui frequentemente um estatuto e uma pessoalidade, usos sagrados ou conotações morais e emocionais” (Dalton 1965: 44).

forma de tesouro, que era igualmente uma categoria social. O “tesouro” é normalmente constituído por “bens de prestígio”, cuja posse investe o seu titular com status, poder e influência sociais. É então uma peculiaridade do tesouro, que tanto a dádiva como a receção deste tipo de bens aumenta o prestígio social (Polanyi 1968b: 183-185; Polanyi 1977c: 103, 107-108).

O uso do dinheiro como padrão consiste em atribuir uma identificação (*tag*) quantitativa a unidades de bens de diferentes tipos com vista a facilitar a sua manipulação, quer com o objetivo de trocar (*barter*), quer com o objetivo de criar um balanço dos diferentes bens armazenados, produzindo-se as denominadas finanças em género ou de bens essenciais (*staple finances*). Assim, no caso da troca direta, a soma dos objetos em cada lado pode eventualmente ser equiparada; no caso da gestão das mercadorias (*staples*), torna-se possível efetuar o planeamento, balanços, orçamentos e uma contabilidade geral (Polanyi 1968a: 167; Polanyi 1968b: 176, 184).

Com efeito, o uso do dinheiro como padrão – ou unidade de conta – é vital para as finanças em género e acompanha o desenvolvimento das economias de armazenamento em larga escala, sendo essencial para a flexibilidade de um sistema redistributivo. Nas sociedades arcaicas, não é possível qualquer recolha de impostos, o estabelecimento de orçamentos ou uma contabilidade rigorosa compreendendo uma variedade de bens sem a existência de um padrão. Uma vez que não é o número de coisas, mas o seu valor, que é submetido a operações aritméticas, estas requerem a definição de taxas relativas às relações entre as várias mercadorias. Quer seja em virtude dos costumes, de estatutos ou da proclamação, equivalências fixas designam a taxa a que os bens podem ser mutuamente substituídos. Apenas quando os preços se desenvolvem nos mercados (algo relativamente recente) é que o dinheiro enquanto padrão pode ser tomado como um dado adquirido, tal como acontece hoje (Polanyi 1977c: 102-103, 119).

O uso do dinheiro como meio de troca consiste em empregar objetos quantificáveis em situações de troca indireta. A operação envolve duas trocas consecutivas, servindo os objetos monetários de intermediário. Tal uso de objetos quantificáveis desenvolve-se não a partir de atos aleatórios de troca direta (*barter*) mas antes em conexão com o comércio organizado, especialmente o mercantil. Na ausência de mercados, a utilização do dinheiro como meio de troca não constitui mais do que um traço cultural subordinado (Polanyi 1968a: 167-168; Polanyi 1968b: 180, 192-193).

Em suma, podemos concluir que:

O dinheiro antigo é, como vimos, dinheiro para fins específicos (*special-purpose money*). Diferentes tipos de objetos eram empregues em diferentes utilizações do dinheiro; e esses usos estavam instituídos diferentemente uns dos outros. As implicações disto são de longo alcance. Não existia, por exemplo, qualquer contradição envolvida no facto de se “pagar” com um meio que não podia ser usado para comprar, nem em empregar objetos como “padrão”, que por sua vez não podem ser

usados como meios de troca. Na antiga Babilônia o trigo era o meio de pagamento; a prata era o padrão universal; na troca, bastante residual, ambos eram utilizados tal como o óleo, a lã e outras mercadorias. Torna-se aparente porque é que as utilizações do dinheiro – tal como as atividades comerciais – podem alcançar um nível quase ilimitado de desenvolvimento, não apenas fora das economias dominadas pelo mercado, mas até na própria ausência de mercados. (Polanyi 1968a: 169)

ELEMENTOS DE MERCADO

Do ponto de vista da ciência económica formal, o mercado constitui o *locus* da troca; o mercado e a troca são co-extensivos e a vida económica é redutível a atos de troca, todos eles corporizados nos mercados. A troca é assim descrita como a relação económica por excelência, sendo o mercado encarado como a instituição económica por excelência. A definição do mercado deriva logicamente da premissa subjacente de que toda a troca pode ser entendida como uma troca mercantil (Polanyi 1968a: 169).

Como nota Walter Neale,

A existência de um mercado é comumente tomada para estabelecer a existência de um sistema de mercado, no sentido moderno de um sistema de mercados formadores de preços. (...) No entanto, para o historiador e para o antropólogo, o mercado corresponde normalmente ao mercado físico (market place), [i.e.,] um local de encontro para a transferência de bens de uma parte para outra, sendo que, tal mercado, não constitui necessariamente a base da teoria económica construída pelos economistas. (1957: 357)

A existência de alguma forma de mercados(s) não implica a presença de um sistema de mercado autorregulado assente no mecanismo oferta/procura/preço. Aliás, os mercados formadores de preços são a exceção e não a regra, sendo que, ao longo da história, o homem conheceu quase exclusivamente mercados com preços fixos no seio de sistemas económicos e sociais integrados por instituições recíprocas e redistributivas (Neale 1957: 371).

Deste modo, sob o ponto de vista substantivo, o mercado e a troca possuem características empíricas independentes. A troca corresponde ao movimento apropriativo mútuo de bens “entre mãos”. Tal movimento, como já vimos, pode ocorrer tanto a taxas fixas como a taxas objeto de regateio. Portanto, onde quer que haja troca existe igualmente uma taxa, devendo ser realçado que a troca com preços regateados é idêntica à troca mercantil ou “troca enquanto forma de integração”. Este tipo de troca está tipicamente limitado a um determinado tipo de instituição mercantil, nomeadamente, aos mercados formadores de preços (Polanyi 1968a: 170).

A melhor maneira de abordar o universo das instituições de mercado parece ser fazê-lo em termos dos “elementos de mercado”. Dois elementos devem ser encarados como específicos, nomeadamente, as populações que procuram e que oferecem bens (se ambas estiverem presentes, podemos chamá-las de mercado, enquanto se existir apenas uma temos uma instituição do tipo mercantil). A seguir, na escala de importância, está o elemento de equivalência, i.e., a taxa da troca; de acordo com o carácter da equivalência, os mercados são mercados de preços fixos ou mercados formadores de preços. (Polanyi 1968a: 170-171; Polanyi 1977d: 123-124).

No que diz respeito ao elemento de mercado comumente chamado de “preço”, este estava no passado, regra geral, subsumido sob a categoria das equivalências. Como constata Polanyi,

O uso deste termo geral deve ajudar a evitar confusões. O preço sugere flutuações, enquanto a equivalência não possui esta associação. A própria expressão ‘preço definido ou fixado’ sugere que o preço, antes de ser fixado ou definido esteve sujeito a alterações. Assim, a própria linguagem dificulta a apreensão da verdadeira ordem das coisas, nomeadamente que o preço é originalmente uma quantidade rigidamente fixada, na ausência da qual o comércio não pode existir (começar). Os preços flutuantes com um carácter concorrencial são um desenvolvimento comparativamente recente e a sua emergência forma um dos principais interesses da história económica da antiguidade. Tradicionalmente, pensava-se que a sequência era a inversa: o preço era concebido como o resultado da troca e do comércio e não como uma pré-condição necessária para os mesmos. (1968a: 172)

O preço corresponde à designação das razões quantitativas entre os bens de diferentes géneros, efetuadas através da troca direta ou do regateio. É esta forma de equivalência que é característica das economias que estão integradas através da troca.

Mas, as equivalências não estão de maneira alguma restringidas às relações de troca. Sob uma forma de integração redistributiva as equivalências também são comuns. Elas designam a relação quantitativa entre bens de diferentes tipos que são aceitáveis no pagamento dos impostos, rendas, contribuições, multas ou que denotam qualificações para um estatuto cívico dependente de um censo de propriedade. A equivalência pode também definir o rácio em que os salários ou as rações em género podem ser reclamados. (...) A equivalência, nestas situações, denota não o que deve ser dado por outro produto mas, antes, o que pode ser reclamado em vez desse produto. Sob as formas de integração recíprocas também, as equivalências determinam a quantidade que é ‘adequada’ relativamente à parte simetricamente posicionada. (Polanyi 1968a: 173)

Podemos concluir que, no sentido institucional, o termo mercado não assume necessariamente a forma de um mecanismo oferta/procura/preço, postulando meramente uma situação de troca. Isto implica nada mais do que um simples movimento

“vice-versa” de bens entre “mãos” a taxas que podem ser determinadas pelo costume, lei, administração ou pela própria instituição de mercado. Quando os elementos de mercado se combinam para formar um mecanismo oferta/procura/preço, podemos falar de mercados formadores de preços. Caso contrário, o encontro de populações que oferecem com populações que procuram, no qual a troca é conduzida mediante equivalências fixas, constitui um mercado não formador de preços (*non-price-making market*) [Polanyi 1977d: 125; Neale 1957: 365-367].

ANÁLISE EMPÍRICA DAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO

POLANYI: *DAHOMÉY AND THE SLAVE TRADE*

Polanyi dedicou a obra *Dahomey and the Slave Trade* ao estudo “das realizações económicas (...) do reino africano do Daomé durante o século XVIII” (Polanyi 1966: xv), que correspondia, grosso modo, ao atual Benim e era o estado mais poderoso da seção da costa ocidental africana conhecida pelos europeus como “costa dos escravos”.¹³

No contexto económico, distinguiam-se neste Reino um domínio centralizado do estado e uma esfera não-estatal. Na esfera estatal, a redistribuição era o principal padrão de integração, sendo a monarquia a sua instituição central. O rei era a ligação entre o povo e os antepassados deificados, assim como o guardião da subsistência dos seus súbditos. Como tal, desempenhava um papel central na economia Daomeana. Era ele que anualmente revia as condições económicas, formulava planos para o futuro, distribuía um mínimo de conchas (*cowrie*) – o dinheiro local – para que a população pudesse comprar comida, estabelecia certas equivalências, recebia e efetuava dádivas, e recolhia os impostos e tributos (Polanyi 1966: 33). O principal acontecimento do ciclo económico do reino era a grande cerimónia redistributiva: as Festividades Anuais (*Annual Customs*). Nesta ocasião o rei aparecia perante uma assembleia para descarregar (*discharge*) os seus vários deveres enquanto soberano. Assim, durante um dia o rei recebia dádivas, pagamentos e tributos, distribuindo subsequentemente uma parte desta riqueza à multidão (Polanyi 1966: 33).

Na esfera não-estatal, i.e., na órbita familiar e local, a reciprocidade e a domesticidade eram os padrões dominantes, estando a subsistência incrustada

¹³ Embora, como o nome da obra indica, o comércio de escravos tenha sido alvo de uma análise detalhada por parte de Polanyi, essa problemática extravasa os objetivos (modestos) deste pequeno ponto em que nos propomos, acima de tudo, ilustrar empiricamente o funcionamento das formas de integração no Daomé descrito na Parte II da obra (cf. Polanyi 1966: 33-95).

(*embedded*) nas instituições da vizinhança, parentesco e veneração dos antepassados. Apenas um número reduzido de requisitos básicos para a subsistência estavam ligados ao mercado. Na construção das muralhas dos complexos, na reparação de telhados, no cumprimento das obrigações para com os parentes, no cultivo e na colheita dos campos, as instituições sociais recíprocas – o *dokpwe* (equipa de trabalho), o *so* (guilda), o *gbe* (grupo de ajuda mútua) e, acima de tudo, o *sib* (consanguinidade patrilinear) - entravam em ação. Estas instituições afetavam as utilizações do trabalho e da terra, canalizavam os movimentos do processo económico, organizavam a produção e estabeleciam os preços no mercado (Polanyi 1966: xxiv-xxv).

Em suma, embora os mercados locais, o dinheiro e o comércio externo estivessem largamente em evidência, a troca enquanto padrão integrador à escala da economia não desempenhava um papel relevante na sociedade Daomeana. (Polanyi 1966: xxiii-xxiv). No Daomé, os preços não eram formados no mercado, mas por agentes ou estruturas externos ao mesmo. A produção estava sob o controlo da monarquia, do *sib* e da guilda e não sob o controlo de uma concorrência anónima de indivíduos ou empresas orientada para o lucro derivado dos preços. Assim, a troca era impedida de se transformar num padrão integrador capaz de estruturar o processo económico, pelo que as instituições de troca permaneciam traços desligados, não importa quão vitais fossem dentro de bolsas limitadas da economia (Polanyi 1966: xxiv).

GEORGE DALTON: “TRADITIONAL PRODUCTION IN PRIMITIVE AFRICAN ECONOMIES”

Dalton é considerado quase consensualmente o autor “polanyiano” por excelência, sendo que aplica as formas de integração propostas por Polanyi no seu trabalho sobre a produção tradicional nas economias africanas primitivas (cf. Dalton 1962).

A produção indígena africana toma formas diferentes daquelas assumidas pelas economias Ocidentais. Estas formas envolvem invariavelmente um controlo social da produção pelo parentesco (*kinship*), religião ou organização política (Dalton 1962: 361). A produção assume um carácter essencialmente agrícola orientado para a subsistência e não para a venda no mercado. (Dalton 1962: 362-363).

Por outro lado, e ao contrário do trabalhador ocidental, o africano raramente se assume como um “especialista” a tempo inteiro numa única ocupação ou grupo de produção. Tipicamente produz para si próprio uma vasta gama de artigos – a sua própria casa, ferramentas e comida – e, durante o ano, toma ainda frequentemente parte em outras atividades produtivas: reparar estradas, extrair metais, etc. Em suma, trabalha

em vários grupos de produção, não sendo nenhum deles crucial para a sua sobrevivência. (Dalton 1962: 363-364).

A reciprocidade desempenha um papel muito mais importante nas economias africanas primitivas do que nas nossas: a frequência e a quantidade das dádivas são maiores; o número de diferentes pessoas com as quais um indivíduo se pode envolver na troca de dádivas é maior; as obrigações sociais (e sanções) para fazê-lo são mais fortes; e, acima de tudo, esta reciprocidade de dádivas pode desempenhar um papel importante na própria produção (especialmente na afetação do trabalho), o que raramente sucede na nossa economia fora das famílias camponesas (Dalton 1962: 370-371).

A grande variedade de itens e serviços transacionados reciprocamente ajuda a explicar porque a “produção” é invisível, por assim dizer, nas economias primitivas: do ponto de vista dos participantes, o movimento dos recursos e dos produtos não é encarado como uma atividade distinta das outras atividades sociais. É a relação social entre as pessoas que induz a dádiva de trabalho, gado ou canções. Quando a fonte da obrigatoriedade da dádiva é a mesma, não há razão para os participantes entenderem a dádiva de trabalho como uma parte da produção (Dalton 1962: 371). Deste modo,

Apenas quando as atividades produtivas se divorciam das atividades que expressam uma obrigação social é que a produção se torna marcadamente numa atividade económica peculiar, separada das restantes atividades (tal como acontece, é claro, numa economia de mercado). [Dalton 1962: 371]

No que respeita à redistribuição, esta

envolve pagamentos obrigatórios de itens materiais, objetos monetários ou serviços laborais a um determinado centro reconhecido socialmente, usualmente o rei, chefe ou sacerdote, que reafecta porções do que recebe para providenciar serviços à comunidade (tais como a defesa ou banquetes) e para recompensar pessoas específicas. (...) Estes direitos de afetação são-lhe atribuídos pela comunidade em virtude da sua autoridade política, jurídica, militar ou religiosa. (Dalton 1962: 371-372)

No entanto, as receitas materiais do chefe não podem ser entendidas separadamente das suas obrigações para com o seu povo. Ele utiliza os pagamentos e contribuições para a sua própria subsistência, mas também para providenciar à comunidade serviços e para recompensar serviços sociais dos seus súbditos:

(...) toda esta acumulação de riqueza pelo chefe era realmente feita para benefício da tribo. Uma qualidade sempre requerida para o chefe era que este fosse generoso. Ele tinha de ajudar os membros da sua tribo em tempos de necessidade. Se as colheitas de um homem falhassem ele pediria a assistência do chefe; o chefe dava o seu gado aos membros mais pobres da sua tribo e permitia-lhes usar o seu leite; ele recompensava os serviços dos seus guerreiros com ofertas de gado; os seus súbditos

visitavam-no frequentemente no seu kraal e durante a estadia ele alimentava-os e entretinha-os. (Schapera, cit. in Dalton 1962: 372)

A troca indígena em África poderia ser melhor designada por troca num mercado físico (*market-place exchange*), de modo a realçar a ausência de mercados para o trabalho e para a terra. Na África primitiva, a troca está usualmente confinada a uma gama limitada de itens produzidos, que são transacionados presencialmente pelos compradores e vendedores nos mercados. Acresce que as trocas mercantis são normalmente periféricas, no sentido em que a maioria dos vendedores não adquire o núcleo da sua subsistência, e os compradores o núcleo dos bens e serviços utilizados no quotidiano, através das compras e vendas no mercado (Dalton 1962: 373).

Ao contrário do mecanismo do preço numa economia integrada pelo mercado, os preços formados nos mercados (físicos) africanos não servem para afetar os fatores entre as linhas de produção, porque o trabalho e a terra não entram no mercado e a subsistência básica é garantida nas esferas não-mercantis. Assim, a troca mercantil em África assume-se como um padrão periférico em sociedades nas quais todos os fluxos importantes de outputs e de fatores são levados a cabo mediante a reciprocidade e a redistribuição (Dalton 1962: 373-374).

A ASCENSÃO DA ECONOMIA CAPITALISTA: AS MERCADORIAS FICTÍCIAS E O MOVIMENTO DUPLO

Em *A Grande Transformação*, a sua *magnum opus*, Polanyi estuda o nascimento e a ascensão histórica da economia capitalista moderna, isto é, o funcionamento da economia humana quando a troca mercantil se torna a forma de integração predominante. Procuraremos neste ponto sintetizar dois conceitos fundamentais presentes nessa obra: mercadorias fictícias e movimento duplo¹⁴.

Segundo Polanyi, a autorregulação inerente ao capitalismo liberal implica a existência de mercados para todos os componentes da indústria. Assim, a instituição do mecanismo de mercado só foi possível mediante a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias – portanto, tratando estes elementos como quaisquer outros produtos produzidos para venda. Foi fulcral, nomeadamente, a criação de um mercado de trabalho, onde o mesmo podia ser comprado e vendido “livremente”. Isto traduziu-se na destruição das condições tradicionais de subsistência no decurso do encerramento dos campos, da Revolução Industrial e da transformação dos indivíduos em “trabalhadores

¹⁴ A “incrustação”, outro conceito crucial presente em *A Grande Transformação*, será tratada no ponto seguinte.

assalariados”.

Ora, para o autor,

o trabalho, a terra e o dinheiro não são obviamente mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Por outras palavras, de acordo com a definição empírica de mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, em regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum destes elementos é produzido para venda. Podemos concluir que a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (Polanyi 2000: 94, itálico nosso)

Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados *reais* do trabalho, terra e dinheiro. Esses elementos são, na verdade, comprados e vendidos no mercado; a sua oferta e a sua procura são magnitudes reais. “A ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições, nas formas mais variadas” (Polanyi 2000: 94). De acordo com Polanyi,

permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural (...) resultaria no [simples] desmoronamento da sociedade. (...) Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida aos seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, ameaçada a segurança e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. (...) nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, (...) a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos do moinho satânico. (Polanyi 2000: 95)

Isto conduz-nos ao conceito de movimento duplo. O avanço do capitalismo foi tão nocivo, destrutivo e desagregador, que exigiu (inconscientemente) uma contrarresposta defensiva por parte da sociedade, particularmente no que toca às mercadorias fictícias (pense-se na *Speenhamland Law*): proteção do trabalho, regulação estatal, legislação laboral, sindicatos, movimento operário, etc. À medida que o capitalismo se desenvolvia, era acompanhado por um movimento paralelo de proteção para fazer face aos seus excessos e à distopia de um mercado autorregulado. Neste sentido,

a história social do século XIX foi o resultado de um movimento duplo; a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias. (...) surgiu um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado. A sociedade protegeu-se contra os perigos inerentes a um sistema de mercado autorregulável, e este foi o único aspeto abrangente na história desse período.” (Polanyi 2000: 98, *italico nosso*)

Se a legislação fabril e as leis sociais eram exigidas para proteger o homem industrial das implicações da ficção da mercadoria em relação à força de trabalho, se as leis para a terra e tarifas agrárias eram criadas pela necessidade de proteger os recursos naturais e a cultura do campo contra as implicações da ficção da mercadoria em relação a eles, era também verdade que se faziam necessários bancos centrais e a gestão do sistema monetário para manter as manufaturas e outras empresas produtivas a salvo do perigo que envolvia a ficção da mercadoria aplicada ao dinheiro. Por mais paradoxal que pareça, não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado autorregulável, mas também a própria organização da produção [e dos negócios] capitalista. (Polanyi 2000: 163)

O movimento duplo pode, portanto, ser entendido como compreendendo a ação de dois princípios distintos organizadores da sociedade, cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo económico, que procurava estabelecer um mercado autorregulável, dependendo do apoio das classes comerciais e usando principalmente o *laissez-faire* e o livre comércio como os seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação destrutiva do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como os seus métodos. É a partir destes dois ângulos, portanto, que Polanyi esboçará o movimento que modelou a história social do século XIX (Polanyi 2000: 163-164; Stanfield 1986: 120).

Os conceitos de “mercadorias fictícias” e “movimento duplo” foram apropriados nas últimas décadas por autores das mais diversas disciplinas, em particular no âmbito dos estudos sobre a “globalização” (cf. Altvater e Mahnkopf 1997; Evans 2008; Halperin 2004; Kirby 2002; Latham 1997; Mittelman 1998; Munck, 2002; Sliwa 2007; Zincone e Agnew 2000). No caso do “movimento duplo”, há basicamente uma transposição e uma adaptação da análise Polanyiana à realidade presente. A globalização – entendida como um projeto neoliberal que vai no sentido da desregulamentação da economia – toma o lugar do capitalismo liberal do século XIX, analisado por Polanyi, enquanto cerne da desincrustação da economia. Por sua vez, os diversos movimentos cívicos e sociais, assim

como a intervenção e regulamentação estatais, corporizam nesta ótica a contrarresposta defensiva da sociedade moderna face aos avanços dos ditames do “mercado livre”. A globalização capitalista traduz a desincrustação da economia e a desarticulação social, enquanto os movimentos sociais traduzem a tentativa de re-incrustar essa mesma economia¹⁵ (cf. Birchfield 1999; Harmes 2001; Maertens 2008; Munck 2004; O’Riain 2006; Silver e Arrighi 2003; Turner 2007).

Face à crescente mercantilização das diferentes áreas da vida, o conceito de mercadorias fictícias tem assumido também uma importância acrescida (cf. Champlin e Jennings 2001; Schaniel 2001; Schaniel e Neale 1999; Vieira 2004). “O mundo não é uma mercadoria” é um slogan que ilustra na perfeição o leitmotiv do pensamento Polanyiano. O carácter fictício da mercadoria é deste modo utilizado para defender os últimos redutos que resistem à ação do mercado, como o corpo humano (cf. Berthoud 1991), o conhecimento (cf. Jessop 2007) ou os chamados “bens públicos”.

Podemos concluir que os conceitos de mercadorias fictícias e movimento duplo, tal como as formas de integração, sustentam a desontologização da moderna economia de mercado e o carácter de absoluta excecionalidade do capitalismo na história da humanidade. Com a sua utilização Polanyi procura ilustrar mais detalhadamente o funcionamento da economia quando a forma de integração social predominante é a troca mercantil, i.e., um sistema de mercados formadores de preços.

O LEGADO DE KARL POLANYI: A NOVA SOCIOLOGIA ECONÓMICA E O CONCEITO DE INCRUSTAÇÃO

Como é sabido, a obra de Karl Polanyi influenciou diversos autores em várias áreas das ciências sociais, entre eles: Marshall Sahlins e o seu esquema das reciprocidades, no campo da antropologia; Moses Finley, no campo da história; James Stanfield e Justin Elardo, no campo da economia institucionalista; os estudos sobre a globalização já mencionados; ou a publicação interdisciplinar francesa *Revue du MAUSS*.

Nas duas últimas décadas, contudo, foi principalmente no campo da Nova Sociologia Económica (NSE) que a influência de Karl Polanyi se fez sentir de um modo

15 Escutemos Lacher: “a obra de Polanyi emergiu como o principal ponto de referência no âmbito das teorias críticas da globalização. É defendido que a globalização da economia mundial, e a ideologia neoliberal que norteia esse processo, marcam um retorno à ‘utopia do mercado’ cuja imposição original e colapso catastrófico foram alvo do estudo de Polanyi (...) Há nestas abordagens uma expectativa de reavivamento das forças de proteção social (...) que seja capaz de re-incrustar o mercado. (...) A globalização será assim meramente a fase inicial de um novo movimento duplo; a resposta social contra a pretensão ideológica de tornar os mercados regulados apenas por critérios económicos é altamente previsível. Com efeito, é necessária se a sociedade e o seu ambiente natural pretenderem sobreviver” (1999: 313).

mais vincado, nomeadamente através do conceito de incrustação (*embeddedness*). Neste sentido, apresentaremos brevemente neste ponto a noção de incrustação na ótica de Polanyi, assim como o papel fundamental que esta desempenha na NSE.¹⁶

Para Polanyi, a incrustação da economia implica que esta esteja submersa nas relações sociais, ou seja, que não constitua uma esfera desvinculada e autónoma em relação à sociedade. É a condição de incrustação/desincrustação que diferencia a economia capitalista – desincrustada da sociedade – das comunidades do passado, integradas pela reciprocidade e pela redistribuição, nas quais a economia estava incrustada na sociedade:

[O] controlo do sistema económico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico. A importância vital do fator económico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. (...) o sistema económico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. (Polanyi 2000: 77, itálico nosso)

Nos amplos sistemas antigos de redistribuição, os atos de permuta e os mercados locais eram uma constante, porém apenas em carácter subordinado. O mesmo se aplica onde a reciprocidade é a regra: aqui, os atos de permuta estão geralmente incrustados em relações de longo alcance que implicam aceitação e confiança, uma situação que tende a obliterar o carácter bilateral da transação. (Polanyi 2000: 81-82, itálico nosso)

Polanyi contrasta abertamente, ao longo de toda a sua obra, a sociedade capitalista com as comunidades do passado, onde a economia, revestindo outros padrões institucionais, não constituía uma esfera separada – na maior parte das vezes sequer identificável e diferenciável – da sociedade, estando plenamente enraizada nas relações sociais:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, em regra, está submersa nas suas relações sociais. Ele não age para salvaguardar o seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age para salvaguardar a sua situação social, as suas exigências sociais, o seu património social. Ele valoriza os bens materiais [apenas] na medida em que servem os seus propósitos [sociais]. (Polanyi 2000: 65)

16 Cf. Machado (2010) para uma análise muito mais detalhada do conceito de incrustação e da sua relação com a NSE.

É verdade que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, *isto não implica a existência de instituições económicas separadas. Normalmente, a ordem económica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida.* Como já demonstrámos, não havia um sistema económico separado na sociedade, seja sob condições tribais, feudais ou mercantis [mercantilistas]. *A sociedade do século XIX revelou-se, de facto, um ponto de partida singular, no qual a atividade económica foi isolada e imputada a uma motivação económica distinta.* (Polanyi 2000: 92-93, itálico nosso)

No capitalismo, portanto, a economia desincrustou-se (*i.e.*, desvinculou-se, autonomizou-se, se quisermos), ficando o destino da sociedade entregue a um mecanismo cego – o mercado autorregulado – que a controla e subjuga. Assim, na prática, a incrustação da economia traduz-se na ausência de um sistema de mercados formadores de preços.

A NSE, como veremos, não partilha esta interpretação Polanyiana do conceito de incrustação. Esta disciplina tem as suas raízes em alguns trabalhos do início da década de 1980, mas se tivermos de escolher um ano para assinalar o seu verdadeiro “nascimento”, esse será o de 1985, altura em que foi publicado aquele que se viria a tornar no artigo mais popular da sociologia económica contemporânea por parte de Mark Granovetter (cf. 1985). O conceito central da NSE é sem dúvida o de incrustação e, associado a ele, o de redes sociais (cf. Swedberg 2006: 3). Com efeito, “a noção de incrustação ocupa uma posição privilegiada – e largamente incontestada – como o princípio organizador da sociologia económica” (Krippner 2001: 775).

A posição clássica da NSE continua a ser aquela inaugurada por Granovetter (1985), que associa intimamente o conceito de (des)incrustação ao de redes sociais. Em suma, esta posição defende que “o comportamento [económico] está intimamente incrustado em redes de relações interpessoais” (Granovetter 1985: 504). E isto é válido, inclusive, para a moderna economia de mercado: a economia capitalista está tão incrustada como as economias pré-capitalistas no sentido em que ambas são sociais, estão incrustadas na estrutura social (Swedberg 2006: 4). Em síntese, todas as ações económicas estão incrustadas em redes de relações sociais. Assim, não existe tal coisa como uma incrustação da economia em geral; todas as ações económicas assumem uma expressão interpessoal; e graças à teoria das redes, esta expressão pode agora ser definida com precisão (*ibidem*).

Granovetter defende, portanto, que “o nível de incrustação do comportamento económico é menor nas sociedades não-mercantis do que aquilo que é preconizado pelos substantivistas (...) e que este mudou menos com a ‘modernização’ do que eles acreditam”, mas argumenta igualmente “que este nível foi sempre e continua a ser mais substancial do que aquele permitido pelos formalistas e economistas.” (Granovetter 1985: 482-483).

Mas o próprio autor acaba por reconhecer que

Tive pouco a dizer relativamente à influência das circunstâncias históricas ou macroestruturais mais abrangentes sobre as características socioestruturais que os sistemas apresentam, pelo que não preconizo esta análise para responder a questões em larga escala no que se refere a natureza da sociedade moderna ou as fontes da mudança económica e política. (Granovetter 1985: 506, itálico nosso)

Este parece-nos ser precisamente o *busilis* da questão. O conceito de incrustação foi alvo de uma apropriação selectiva por parte da disciplina, sendo negligenciada a sua relação com o restante edifício teórico construído por Polanyi. Pode, com efeito, falar-se de uma “grande transformação” (Beckert 2007) sofrida pelo conceito de incrustação: se em Polanyi ele se encontra associado a um nível macro(económico) e é utilizado para evidenciar o carácter excecional da economia capitalista de mercado – que se encontra desincrustada da sociedade –, na NSE, por seu turno, é normalmente associado a um nível meso (e até micro), sendo preconizado que todas as economias – incluindo a capitalista – estão incrustadas, ou seja, as ações económicas dos *indivíduos* estão sempre inseridas em *redes* de relações sociais.

Segundo a NSE “todas as economias estão incrustadas, uma vez que a vida económica é um processo instituído e organizado socialmente” (Gemici 2008: 9). Entretanto, e para evitar confusões, deve-se notar que para Polanyi os dois termos não são equivalentes, ou seja, *institucionalização* é diferente de *incrustação*. A troca mercantil, enquanto forma de integração, traduz-se num padrão institucional constituído por um sistema de mercados formadores de preços, mas é precisamente a ação (autónoma) desse mecanismo institucional que conduz à desincrustação da economia.

Polanyi define a economia como um *processo instituído* constituído por dois níveis: um refere-se a interação do homem com o ambiente natural e social que o rodeia; o outro refere-se à institucionalização desse processo. Todas as economias, independentemente da sua forma de integração dominante, partilham estas características. Assim, parece claro que Polanyi não nega, de modo algum, esta relação entre a economia humana e o sistema social. O que se passa é que no capitalismo todas as considerações, motivações e valores sociais são relegados para segundo plano em face da primazia adquirida *empiricamente* pela economia, que se autonomiza de todo e qualquer controlo social (consciente). De acordo com Polanyi, numa sociedade pós-capitalista, nomeadamente com a abolição do carácter mercantil fictício do trabalho, da terra e do dinheiro, a regulação social passará por uma administração democrática e participada do processo produtivo, mediante a intervenção de instituições como o Estado, os sindicatos, as cooperativas, as fabricas, os distritos, as escolas, as igrejas, etc. (cf. Polanyi 2000: 290-292).

Deste modo, diríamos que a economia não pode ser “social” se a sociedade – as pessoas que a compõem e as instituições que criam – não são capazes de a dirigir mas,

pelo contrário, é a economia que as controla e define o seu destino. É claro que existe sempre “uma conexão da economia [...] com algum tipo de elementos sociais estruturais e culturais [no seio] do sistema social no qual ela ocorre” (Barber 1995: 400), mas no capitalismo essa ligação dá-se não sob a forma de uma interdependência, mas sim de um primado da economia sobre a totalidade do sistema social. É por isso mesmo que Polanyi fala de uma desincrustação dessa economia.

Provocando Granovetter, diríamos que se a ação humana “está incrustada em sistemas de relações sociais contínuas e concretas” (1985: 487), esses sistemas sociais são por sua vez enquadrados, e largamente determinados, por uma economia desincrustada. Estão inseridos num quadro de referência mais vasto caracterizado por uma economia que escapa ao controlo dos homens, que lhes é estranha e que os subjuga. Não é a economia que está enquadrada no sistema social, mas o sistema social que é enquadrado pela economia.

Podemos concluir que se Polanyi pretende estudar o lugar ocupado pela economia nas diferentes sociedades, a NSE, por seu turno, afirma que o lugar e o papel desempenhado pela economia é, no essencial, sempre o mesmo. Tal como os formalistas no campo da antropologia económica, acaba por incorrer na denominada “falácia economicista”, isto é, na identificação automática e acrítica da economia com a sua forma de mercado (cf. Polanyi 1968a).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Segundo Polanyi,

É imperativa uma advertência relativamente ao método de investigação. A tentação, na nossa era, é a de encarar a economia de mercado como o resultado natural de cerca de três mil anos de desenvolvimento Ocidental. Relativamente a instituições como os mercados locais de comida ou o comércio mercantil, o pensamento moderno é quase incapaz de concebê-los de qualquer outra forma que não enquanto protótipos em pequena escala que, eventualmente, evoluíram para a forma assumida pela economia mundial da era moderna. Nada poderia estar mais errado. O comércio mercantil e, eventualmente, a moderna economia de mercado, foram resultado não de um processo de desenvolvimento a partir de ‘pequenos começos’ (small beginnings) mas, antes, da convergência de um conjunto de desenvolvimentos originalmente separados e independentes, que não podem ser compreendidos à margem de uma análise dos elementos institucionais que norteiam a sua origem. (Polanyi 1977d: 125)

Assim, é com a ajuda de conceitos não mercantis (ou substantivistas) para o

comércio, o dinheiro e os mercados que problemas fundamentais da história económica e social – tais como a origem dos preços flutuantes e o desenvolvimento do comércio mercantil – podem ser abordados e, eventualmente, resolvidos. Neste sentido,

um inquérito crítico das definições de comércio, dinheiro e mercado deve tornar disponível um conjunto de conceitos capazes de formar o material em bruto de que as ciências sociais necessitam para tratar os aspetos económicos. (...) Até no que se refere ao sistema de mercado em si mesmo, o mercado enquanto único quadro de referência está cada vez mais ultrapassado. Todavia, (...) o mercado não pode ser superado enquanto quadro geral de referência a não ser que as ciências sociais sejam bem sucedidas em desenvolver um quadro mais vasto de referência, ao qual seja o próprio mercado referenciável. Esta é, com efeito, a maior tarefa intelectual dos nossos dias no campo dos estudos económicos. Como tentámos mostrar, tal estrutura conceptual terá de ser alicerçada no significado substantivo da economia. (Polanyi 1968a: 174)

Atente-se no seguinte quadro síntese:

Quadro 1 – As três formas de integração

	Formas de Integração		
	Reciprocidade (Sociedades Primitivas)	Redistribuição (Sociedades Arcaicas)	Troca mercantil (Sociedades Modernas)
Princípio Institucional Subjacente	Simetria	Centralidade	Sistema de mercados formadores de preços
Tipos de Estrutura Social	Parentesco, vizinhança, comunidade (Ex.: Ilhas Trobriand)	Governo ou Estado (Ex.: Daomé do século XIX)	Mecanismo “automático” de mercado (Ex.: sociedades Ocidentais séculos XIX-XXI)
Relação Social Subjacente	Amizade, consanguinidade, status, hierarquia	Afiliação política ou religiosa	Não expressa nenhuma obrigação social (Dalton 1968: xiv-xv)
			Relações económicas desinercustadas do controlo social
Formas de Comércio	Comércio de dádivas (parceiros, amigos etc.)	Comércio administrado (preços fixos, equivalências)	Comércio mercantil (regateio, preços autorregulados)
Usos do Dinheiro	Meio de pagamento (descarga de obrigações)	Padrão/ unidade de conta (equivalências em mercadorias-padrão [staples])	Meio de troca
Elementos de Mercado	Troca com taxas fixas	Troca com taxas fixas	Troca com taxas regateadas, oferta/procura

Fonte: Adaptado de Smelser (1959: 178) e de Dalton (1968: xiv).

Relembremos que se trata sempre da forma de integração dominante, i.e., podem

coexistir simultaneamente outras formas (subordinadas). No entanto, podemos afirmar que, em traços largos, nas sociedades primitivas ou tribais, opera a reciprocidade e também, em parte, a redistribuição. Os laços comunitários de parentesco e de vizinhança refletem a simetria social inerente à reciprocidade. O comércio de dádivas é, obviamente, predominante, na linha do que é descrito por Malinowski, enquanto o dinheiro é essencialmente utilizado no âmbito de relações sociais estreitas como meio de “descarga” de obrigações.

As sociedades arcaicas são predominantemente redistributivas, associadas a um poder político e/ou religioso centralizado, embora possa haver espaço para alguma troca. O comércio é administrado pelos canais governamentais, mas a troca ocorre a “preços” fixos, previamente estabelecidos. É introduzido o uso do dinheiro como padrão/unidade de conta, no contexto das finanças em género.

Apenas nas sociedades capitalistas modernas é que o sistema de mercados autorregulados – um padrão institucional relativamente recente – se assume como forma de integração determinante e dominante. Note-se que não existe qualquer relação social necessária entre os agentes “livres” do mercado, obedecendo todo o comércio e trocas ao mecanismo da oferta e da procura.

Podemos concluir que:

(...) todos os sistemas económicos conhecidos por nós, até ao fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, inter alia, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema económico. (...) Até ao final da Idade Média os mercados não desempenharam [um] papel importante no sistema económico – prevaleciam outros padrões institucionais. (Polanyi 2000: 75)

Deste modo, a perspetiva substantivista tem bastante para oferecer - em termos conceptuais e metodológicos – às Ciências Sociais em geral. A visão substantivista da economia reveste ainda importância maior se for observado o crescente clima de descontentamento e contestação face à hegemonia do mercado, quer enquanto visão/paradigma (explicativo) dominante, quer enquanto realidade económica e social nas sociedades contemporâneas.

A conceção substantiva de economia e sua codificação na análise institucional constituem a pedra basilar de todo o edifício teórico construído por Polanyi, permitindo-

He sustentar a “desontologização” da economia capitalista de mercado e refutar as noções de um “homem económico”, da racionalidade económica, escassez, pretensa propensão para a troca e intercâmbio, de um individualismo e egoísmo inerentes à “natureza” humana, da procura inata do ganho etc. Em suma, todas as assunções da moderna teoria económica baseiam-se em características presentes única e exclusivamente na economia de mercado. Nas sociedades do passado, a economia não estava separada da sociedade, não sendo muitas das vezes sequer identificável. Os princípios de organização social e padrões institucionais que regiam essas comunidades assentes na reciprocidade e redistribuição eram quase uma antítese do que sucede atualmente. Daqui, decorre a inadequação da teoria formalista para o estudo dessas mesmas sociedades.

Então, uma das principais lições a retirar do estudo do pensamento Polanyiano é que não se deve projetar, automática e acriticamente, as características e especificidades da uma sociedade em outras. Não se deve assumir que a história foi uma espécie de odisseia em direção ao capitalismo, não sendo as comunidades do passado mais do que meros embriões – versões primitivas e subdesenvolvidas – da presente sociedade. A tentativa de formalizar uma ciência económica comparada, genericamente relevante, deriva dessa exata necessidade sentida pelo autor de salientar, com ênfase, as semelhanças e, talvez ainda mais importante, as diferenças entre os vários sistemas sociais e económicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, Elmar e MAHNKOPF, Birgit. 1997. "The world market unbound". Review of International Political Economy, v. 4, n. 3: 448-471.
- BARBER, Bernard. 1995. "All Economies Are 'Embedded': The Career of a Concept and Beyond". Social Research, v. 62, n. 2: 387-413.
- BECKERT, Jens. 2007. "The Great Transformation of Embeddedness – Karl Polanyi and the New Economic Sociology", MPIfG Discussion Paper No. 1/07. In: http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp07-1.pdf, consultado em 18/04/2009.
- BERTHOUD, Gérald. 1991. "The Human Body as a Commodity: Universal Values and Market Truths". In: MENDELL, Marguerite e SALÉE, Daniel (orgs.). The Legacy of Karl Polanyi. Londres: Macmillan: 109-118.
- BIRCHFIELD, Vicki. 1999. "Contesting the hegemony of market ideology: Gramsci's 'good sense' and Polanyi's 'double movement'". Review of International Political Economy, v. 6, n. 1: 27-54.
- BOHANNAN, Paul. 1955. "Some Principles of Exchange and Investment among the Tiv". American Anthropologist, v. 57, n. 1: 60-70.
- _____. 1959. "The Impact of Money on an African Subsistence Economy". The Journal of Economic History, v. 19, n. 4: 491-503.
- CHAMPLIN, Dell e JENNINGS, Ann. 2001. "Labour: A Fictitious Commodity Needs Instituted Power". In: CLARK, Charles e ROSICKA, Janina (orgs.). Economic Transition in Historical Perspective: Lessons From the History of Economics. Burlington: Ashgate: 85-99.
- DALTON, George. 1962. "Traditional Production in Primitive African Economies". The Quarterly Journal of Economics, v. 76, n. 3: 360-378.
- _____. 1965. "Primitive Money". American Anthropologist, v. 67, n. 1: 44-65.
- _____. 1968. "Introduction". In: _____. (org.). Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi. Boston: Beacon Press: ix-liv.
- DANESE, Giuseppe e MITTONE, Luigi. 2008. "Reciprocity, Redistribution and Exchange – An experimental investigation inspired by Karl Polanyi's *The Economy as Instituted Process*". CEEL Working Paper, n. 3/2008.
- EVANS, Peter. 2008. "Is an Alternative Globalization Possible?". Politics & Society, v. 36, n. 2: 271-305.
- GEMICI, Kurtulus. 2008. "Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness". Socio-Economic Review, v. 6: 5-33.
- GRANOVETTER, Mark. 1985. "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". The American Journal of Sociology, v. 91, n.3: 481-510.
- HALPERIN, Sandra. 2004. "Dynamics of Conflict and System Change: *The Great*

- Transformation Revisited*". *European Journal of International Relations*, v. 10, n. 2: 263-306.
- HARMES, Adam. 2001. "Institutional investors and Polanyi's double movement: a model of contemporary currency crises". *Review of International Political Economy*, v. 8, n. 3: 389-437.
- HUMPHREYS, S. C. 1969. "History, Economics, and Anthropology: The Work of Karl Polanyi". *History and Theory*, v. 8, n. 2: 165-212.
- JESSOP, Bob. 2007. "Knowledge as a Fictitious Commodity: Insights and Limits of a Polanyian Perspective". In: <http://www.dime-eu.org/files/active/1/Jessop2.pdf>, acessado em 18/Abril/2009.
- JUNKER, Berit. 2001. *A local economy before its transition to the market economy – A case study of a German village*. Montréal: Dissertação de Mestrado em Sociologia, McGill University.
- KIRBY, Peadar. 2002. "The World Bank or Polanyi: Markets, Poverty and Social Well-being in Latin America". *New Political Economy*, v. 7, n. 2: 199-219.
- KRIPPNER, Greta. 2001. "The Elusive Market. Embeddedness and the Paradigm of Economic Sociology". *Theory and Society*, v. 30: 775-810.
- LACHER, Hannes. 1999. "The politics of the market: Re-reading Karl Polanyi". *Global Society*, v. 13, n. 3: 313-326.
- LATHAM, Robert. 1997. "Globalisation and democratic provisionism: Re-reading Polanyi". *New Political Economy*, v. 2, n. 1: 53-63.
- MACHADO, Nuno. 2010. "Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de *(dis)embeddedness*". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90: 71-94.
- _____. 2012. "Karl Polanyi e o 'Grande Debate' entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica". *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 1(44): 165-195.
- MAERTENS, Eppo. 2008. "Polanyi's Double Movement: A Critical Reappraisal". *Social Thought and Research*, v. 29: 129-153.
- MELITZ, Jacques. 1970. "The Polanyi School of Anthropology on Money: An Economist's View". *American Anthropologist*, v. 72, n. 5: 1020-1040.
- MITTELMAN, James. 1998. "Globalisation and environmental resistance politics". *Third World Quarterly*, v. 19, n. 5: 847-872.
- MUNCK, Ronaldo. 2002. "Globalization and Democracy: A New «Great Transformation»?". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 581: 10-21.
- _____. 2004. "Globalization, Labour and the «Polanyi Problem»". *Labor History*, v. 45, n. 3: 251-269.
- NEALE, Walter C. 1957. "The Market in Theory and History". In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry (org.). *Trade and Market in the Early*

- Empires. Chicago: Henry Regnery: 357-372.
- O'RIAIN, Sean. 2006. "Time-space intensification: Karl Polanyi, the double movement, and global informational capitalism". *Theory and Society*, v. 35: 507-528.
- PEARSON, Harry. 1957. "Parsons and Smelser on the Economy". In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; _____. (org.). *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery: 307-319.
- _____. 1977. "Editor's Introduction". In: POLANYI, Karl; _____. (org.). *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press: xxv-xxxvi.
- POLANYI, Karl. 1957. "Aristotle Discovers the Economy". In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry (org.). *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery: 64-94.
- _____. 1963. "Ports of Trade in Early Societies". *The Journal of Economic History*, v. 23, n. 1: 30-45.
- _____. 1964. "Sortings and 'Ounce Trade' in the West African Slave Trade". *The Journal of African History*, v. 5, n. 3: 381-393.
- _____. 1966. *Dahomey and the Slave Trade – An Analysis of an Archaic Economy*. Seattle e Londres: University of Washington Press.
- _____. 1968a. "The Economy as Instituted Process". In: DALTON, George (org.). *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press: 139-174.
- _____. 1968b. "The Semantics of Money-Uses". In: DALTON, George (org.). *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press: 175-203.
- _____. 1977a. "Forms of Integration and Supporting Structures". In: _____.; Pearson, Harry (org.). *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press: 35-43.
- _____. 1977b. "Traders and Trade". In: _____.; Pearson, Harry (org.). *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press: 81-96.
- _____. 1977c. "Money Objects and Money Uses". In: _____.; Pearson, Harry (org.). *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press: 97-121.
- _____. 1977d. "Market Elements and Market Origins". In: _____.; Pearson, Harry (org.). *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press: 123-142.
- _____. 1977e. "The Growth of Market Trade". In: _____.; Pearson, Harry (org.). *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press: 225-251.
- _____. 2000. *A Grande Transformação – As Origens da Nossa Época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. 1957. "Introductory Note". In: _____. (org.). *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery: xvii-xviii.

- SAHLINS, Marshall. 2004. *Stone Age Economics*. Londres: Routledge.
- SCHANIEL, William C. 2001. "The Money Fiction and Central Banking". In: CLARK, Charles e ROSICKA, Janina (orgs.). *Economic Transition in Historical Perspective: Lessons From the History of Economics*. Burlington: Ashgate: 79-84.
- SCHANIEL, William C. e NEALE, Walter C. 1999. "Quasi Commodities in the First and Third Worlds". *Journal of Economic Issues*, v. 33, n. 1: 95-115.
- _____. 2000. "Karl Polanyi's Forms of Integration as Ways of Mapping". *Journal of Economic Issues*, v. 34, n. 1: 89-104.
- SILVER, Beverly e ARRIGHI, Giovanni. 2003. "Polanyi's «Double Movement»: The *Belle Époques* of British and U.S. Hegemony Compared". *Politics & Society*, v. 31, n. 2: 325-355.
- SLIWA, Martyna. 2007. "Globalization, inequalities and the «Polanyi problem»". *Critical Perspectives On International Business*, v. 3, n. 2: 111-135.
- SMELSER, Neil J. 1959. "A Comparative View of Exchange Systems". *Economic Development and Cultural Change*, v. 7, n. 2: 173-182.
- STANFIELD, James R. 1981. "The Social Economics of Karl Polanyi". *International Journal of Social Economics*, v. 8, n. 5: 3-20.
- _____. 1986. *The Economic Thought of Karl Polanyi*. Londres: Macmillan.
- SWEDBERG, Richard. 2006. "The Toolkit of Economic Sociology". *SOCIUS Working Papers*, n. 4/2006.
- TURNER, Mandy. 2007. "Society Must Be Protected: Polanyi's «Double Movement» and the Regulation of Conflict Goods". *The Journal of Corporate Citizenship*, v. 26: 85-99.
- VIEIRA, Pedro. 2004. "Os Duvidosos Fundamentos da Economia Política: O Caso da Mercadoria Força de Trabalho". In: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A008.pdf>, acessado em 18/Abril/2009.
- ZINCONI, Giovanna e AGNEW, John. 2000. "The Second Great Transformation: The Politics of Globalisation in the Global North". *Space and Polity*, v. 4, n. 1: 5-21.

ABSTRACT

The analysis of the economy as instituted process, suggested by Polanyi, consists in the study of the institutional patterns which the economy may assume empirically: reciprocity, redistribution and market exchange. The last one – embodied in a system of price-making markets – only comes to be a dominant form of integration in modern capitalist societies. The study of the forms of integra-

tion – as well as its logical extension to the analysis of the concepts of trade, money and market – will allow social sciences to avoid a framework characterized by a ‘market mentality’, or ‘economistic fallacy’. Trade and money have existed since the early stages of mankind but markets are a more recent institutional development.

KEYWORDS

Polanyi, reciprocity, redistribution, exchange, market.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2012

APROVADO EM

Novembro de 2012

NUNO MIGUEL CARDOSO MACHADO

Licenciado em Economia (ISEG-UTL) e Mestre em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG-UTL). Aluno do Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG-UL). Última publicação: “Da Metafísica do Capital: Revisitando Lucio Colletti”. *Sinal de Menos*, n. 10: 28-68.

Contato: nuno.cocas.machado@gmail.com.

MEDO DE CRIME, INTEGRAÇÃO SOCIAL E DESORDEM: UMA ANÁLISE DA SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA E DO RISCO PERCEBIDO NA CAPITAL DE MINAS GERAIS

CORINNE DAVIS RODRIGUES
VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

RESUMO

Este artigo procura identificar efeitos diretos e indiretos de variáveis de integração social sobre o risco percebido de vitimização e insegurança por meio de aspectos relacionados à percepção do ambiente. Em síntese, o objetivo é verificar em que medida elementos estruturais, sociodemográficos,

de integração social e percepção de desordem influenciam a avaliação do nível de insegurança e do risco de ser vítima de crimes em vizinhanças urbanas. Para tal, são utilizados dados da Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte/2002 e modelos multivariados de análise quantitativa.

PALAVRAS - CHAVE

Medo de crime, percepção de risco de vitimização, insegurança, integração social.

INTRODUÇÃO

Por ser um fenômeno social que sugere oposição ao sistema de normas e valores vigentes e que, por isso, provoca danos físicos e materiais, o crime é um daqueles temas que atrai a atenção de muitos atores sociais. Pesquisadores, operadores do sistema de justiça criminal, mídia e a própria população se preocupam com os efeitos da criminalidade, buscam conhecer suas causas e, assim, diminuir sua incidência. Dotado da capacidade de se disseminar de maneira independente da vitimização e da própria criminalidade, o medo de crime – e seu enfrentamento – ganhou há algum tempo o status de preocupação pública, fazendo com que seja frequentemente evocado como um problema social, objeto de intervenção e, por que não, manipulação política. Em parte, isso acontece porque, apesar da associação entre crime, medo e percepção de risco de se tornar vítima, não são raras as situações em que a insegurança e o temor são grandes apesar do pequeno risco objetivo de vitimização.

Por vezes classificado como uma reação emocional, um julgamento ou o resultado de um cálculo de risco, a afirmação mais consensual entre os dedicados ao tema é a de que o medo de crime engloba basicamente duas dimensões em interação, a saber, a emocional e a cognitiva. Em função disso, é simples observar que o medo depende de uma junção de fatores que oferecem ao indivíduo um instantâneo do cenário, criando a expectativa de que uma situação ou uma área ofereça risco aos seus bens ou à sua integridade física.

Evidentemente, elementos subjetivos possuem um papel primordial na definição do medo de crime, fazendo com que algumas pessoas sintam-se inseguras em situações em que grande parte da população não exibiria qualquer sinal de temor. Esses aspectos de natureza individual são absolutamente relevantes para compreender o medo de crime, porém, neste trabalho, optou-se pela construção de argumentos baseados em abordagens que analisam o crime e seus derivados como resultantes da interação dos homens no espaço, principalmente, em áreas urbanas. Assim, nas próximas páginas, os autores se dedicam a identificar os condicionantes estruturais da sensação de insegurança e do risco percebido, articulando as características sociodemográficas a fatores como a inserção comunitária do morador de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Lançando mão de análise quantitativa de dados da “Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte-2002”, promovida pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG), procurou-se verificar o modo como elementos estruturais, sociodemográficos, de integração social e percepção de desordem influenciam a avaliação individual do nível de insegurança e do risco de ser vítima de crimes. Em síntese, este trabalho busca responder a como se dá a relação entre elementos essencialmente coletivos e o medo de crime sob uma perspectiva da reportagem individual do fenômeno. Assim, o principal objetivo é investigar, segundo a percepção do morador da capital mineira,

os efeitos das variáveis de integração e desordem percebida sobre indicadores de medo de crime, observando a relevância do medo como resposta pessoal a estímulos sociais interpretados e internalizados.

MEDO... QUE MEDO? SOBRE CONCEITOS E OPERACIONALIZAÇÃO

Desde a década de 70, o medo de crime se fortaleceu como importante tópico no campo das pesquisas sobre o desvio e os seus correlatos. Tanto em estudos dedicados a compreender as diferenças quanto ao perfil sociodemográfico, explicando o medo por variáveis como sexo, idade e raça, quanto naqueles que se comprometeram com a análise da distribuição e dos condicionantes desse fenômeno no espaço, o medo e a insegurança ganharam espaço deixando de ser tratados como equivalentes do próprio crime (Liska, Sanchirico & Reed 1988). Os *surveys* contribuíram muito para a consolidação desse processo na medida em que tornaram possível a operacionalização de um conceito com nuances tão complexas. Contudo, por relacionar elementos objetivos ligados às características do espaço a respostas absolutamente subjetivas, que variam segundo características pessoais, o medo tangencia uma série de aspectos da experiência social que, por vezes, não são totalmente contemplados pelos instrumentos de coleta de informações quantitativas (Pain 2000). Porém, ainda assim, quando o objetivo é discutir a relação entre medo e espaço urbano, os *surveys* oferecem interessantes possibilidades, principalmente, quando suas medidas mais comuns são comparadas em termos de reações emocionais e outras ligadas a uma percepção mais objetiva de crime, resultado da realização de cálculos de risco.

As primeiras pesquisas quantitativas a mensurar o medo de crime inovaram ao utilizar perguntas sobre quão seguras as pessoas se sentiam ao circular em diferentes áreas da cidade (principalmente comparando a vizinhança a outras regiões) em diferentes horários do dia. Esses estudos foram importantes por demonstrar a associação entre medo de crime e características como sexo, idade e cor/raça, indicando que a percepção de risco não mantém associação direta com a chance de se tornar vítima. É possível identificar grupos que, em relação ao estilo de vida, não correspondem àqueles com maior probabilidade de vitimização por delitos normalmente cometidos em locais públicos, como crimes contra o patrimônio, e que ainda assim reportam mais medo (Stafford & Galle 1984). Isso explicaria a maior reportagem do medo de crime por idosos e mulheres, representando um dos mais conhecidos exemplos de que o medo e o risco objetivo não estariam associados de maneira linear, uma vez que os jovens e os homens são as principais vítimas dos crimes mais frequentes em pesquisas de vitimização, a saber, aqueles contra o patrimônio.

Autoras como Rachel Pain (2000) dedicaram-se a construir por meio de outras metodologias uma explicação para esse aparente paradoxo. Segundo a autora, esse medo reflete a maior vitimização das mulheres no ambiente doméstico, tendo o agressor como pessoa conhecida que menos frequentemente é denunciada e responsabilizada pelo delito. Isso interferiria na construção da percepção do risco de vitimização inclusive fora de casa, acarretando os resultados identificados pelos instrumentos quantitativos de coleta de dados. A observação é absolutamente relevante e evidentemente é um elemento a ser considerado com atenção ao discutir o medo de crime, todavia, isso não desqualifica os resultados apontados pelas pesquisas de vitimização, dado que isso confirma que o crime e a percepção de que pode se tornar vítima dele são elementos que apesar de relacionados, não podem ser vistos como se sinônimos fossem (Borges 2011).

A questão da demarcação territorial na composição das perguntas sobre o medo de crime é fundamental, dada a constatação de que o medo interage com a incidência de crime, porém, também sofre a influência de elementos como o pertencimento e a familiaridade com a área. Regiões consideradas 'desconhecidas' promovem mais insegurança, mesmo quando poucos crimes são praticados ali. Assim, indivíduos mais expostos a situações de risco podem desenvolver com o espaço uma relação de proximidade que reduz a percepção de risco por meio da crença de que aquele é um ambiente conhecido onde os riscos objetivos são pequenos (Liska et al. 1988).

Além das tradicionais medidas sobre sensação de insegurança, paulatinamente foram incorporados aos *surveys* de vitimização questões específicas sobre a percepção de diversos tipos de crime e risco, captando a avaliação do entrevistado acerca da existência dos delitos e da crença de que pode se tornar vítima deles (Rountree 1998; Kanan & Pruitt 2002). A discussão baseia-se na suposição de que as experiências de vitimização e a percepção acerca das chances de que ocorram consigo variam em função de uma série de condicionantes e que estes são distintos entre os diversos tipos de crimes. Parece razoável supor, por exemplo, que moradores de ruas onde os vizinhos sejam frequentemente vítimas de roubos e outros crimes contra o patrimônio sintam-se mais inseguros em relação a esses crimes que aqueles que moram em uma região onde os principais problemas sejam as agressões físicas.

Tais propostas apostam no argumento da multidimensionalidade de um conceito que representa o esforço analítico de lidar com realidades também plurais, constituídas pelas muitas possibilidades de reação diante de situações de perigo, bem como da própria representação do que seria uma ameaça. O medo não adquire o mesmo formato entre os diversos grupos sociais, nem mesmo é estimulado pelas mesmas condições, exigindo, dessa forma, redobrado esforço de revisão do conceito e operacionalização.

Afirmamos, assim, que há variação entre as sensações de temor, as quais poderiam ser classificadas em no mínimo duas dimensões: uma emocional e outra cognitiva, ligando-se de tal maneira a elementos mais psicológicos ou mais objetivos. A chamada

dimensão cognitiva estaria vinculada à organização social e comunitária, respondendo principalmente à percepção de desorganização social, e física e à vitimização anterior, enquanto a emocional apresenta-se como sendo motivada por elementos psicológicos e não necessariamente pela sensação de risco iminente. O medo produzido em tais situações seria um exemplo daquele que se explica muito mais por fatores emocionais que originados por risco real de ser vítima, demonstrando uma situação distinta daquela em que um indivíduo diariamente exposto ao risco em áreas violentas da cidade demonstra sentir-se inseguro. A sensação geral de insegurança é um exemplo de medida classificada nessa dimensão emocional, enquanto modelos específicos como aqueles que distinguem o tipo de evento criminoso informam sobre os tais componentes cognitivos (Rountree 1998; Kanan & Pruitt 2002).

O emprego do conceito geral de *medo de crime* guarda algumas limitações e a principal delas é a incapacidade de que, sob essa mesma denominação, sejam incluídas todas as dimensões envolvidas na conformação desse fenômeno que se configura como simultaneamente social e político. A utilização exclusiva de qualquer uma dessas dimensões como medida de medo de crime não corresponde ao real, pois não abarca a variabilidade do conceito, a qual pode ser ainda mais explorada ao considerar sua relação com os diferentes tipos de crime. Há diferenças entre o medo de ser vítima de agressão, assalto ou arrombamento já que os eventos possuem naturezas distintas e, pela mesma razão, não devem ser condicionados pelo mesmo elenco de fatores. Rountree (1998), por exemplo, encontrou diferentes fatores explicativos para o medo de delitos contra a propriedade e crimes violentos, além de confirmar a relevância da vitimização anterior como aspecto a ser considerado na definição do medo, contrariando trabalhos que desqualificariam a violência objetiva como fator significativamente associado à percepção de risco.

Aparentemente, como pano de fundo dessa discussão sobre aspectos objetivos e subjetivos do crime, está a noção de que a formação do medo é indissociável da composição de certos modos de significar sua própria condição, as situações em que se envolve e o ambiente por onde circula. Em recente trabalho, Dorian Borges sintetizou de maneira interessante essa perspectiva ao discutir o papel das crenças de poder na construção do medo de crime. Segundo o autor, o medo é resultado de crenças constituídas a partir das experiências sociais, fazendo por meio deste conceito a ligação entre a realidade (taxas de crime, vitimização etc.) e a imaginação (influência da cobertura jornalística de crimes que aconteceram muito longe das áreas por onde os indivíduos circulam) (Borges 2011).

A percepção de si como alvo atrativo, a avaliação de um ambiente como perigoso, a percepção da violência na sociedade, a sensação de vulnerabilidade (indivíduo desprotegido pela rede de relações ou pela atuação ineficaz da polícia) e as distintas visões de quem é o potencial ofensor são crenças que em interação podem fazer com que as pessoas se sintam mais ou menos seguras na cidade. Algumas representam uma

relação mais evidente com características pessoais como a crença na atratividade do alvo (a qual poderia justificar em alguma medida a preponderância do medo entre mulheres e idosos). Outras, como a crença em um determinado perfil de agressor informam sobre a constituição da imagem do potencial criminoso a partir da formação de identidades em oposição, como acontece em situações de conflitos étnicos, ou ainda por meio da construção de estereótipos relacionados ao elemento ou ao comportamento suspeito. Todos esses fatores alteram o medo do crime, fazendo com que a sensação de que está desprotegido varie de maneira paralela, mas não coincidente com o risco de vitimização (Borges 2011).

Considerando neste trabalho o foco sobre os condicionantes ambientais do medo de crime e a investigação dos efeitos indiretos do medo por meio da percepção da desordem física e social nas vizinhanças de Belo Horizonte, a seguir serão apresentadas as principais abordagens relacionadas aos fatores ambientais e sua interface com as dimensões do medo de crime.

FATORES AMBIENTAIS DE PERCEPÇÃO DE RISCO E INSEGURANÇA: TEORIAS ECOLÓGICAS

O campo dedicado ao estudo das interfaces entre aspectos relativos a segurança pública e características ambientais é vastíssimo, sendo responsável pela aproximação entre essa área e outras dedicadas, por exemplo, à análise do espaço urbano. Dessa forma, características estruturais, bem como aspectos da organização social do espaço, são elementos importantes para as análises de vitimização e medo de crime desde a chamada Escola Cartográfica, conhecida pela utilização de mapas para a identificação de áreas mais violentas (séc. XIX). Um marco para as análises ambientais do crime é *Juvenile Delinquency and Urban Areas* (1942), onde Shaw e McKay utilizaram o esquema das zonas concêntricas para demonstrar que a distribuição do local de moradia dos desviantes obedecia a certo padrão ao longo dos intervalos de tempo considerados, mantendo uma tendência de decréscimo com o afastamento do centro comercial da cidade, área socialmente desorganizada ou reconhecida por problemas estruturais - econômicos e sociais -, o que causaria conflitos entre códigos morais durante o processo de socialização. Assim, aspectos como a instabilidade residencial, a heterogeneidade do grupo e o baixo *status* socioeconômico contribuiriam para o enfraquecimento da organização comunitária aumentando os índices de delinquência (Shaw & McKay 1942). Apesar de criticados e reformulados, os resultados discutidos por Shaw e McKay mantêm sua importância por oferecer pistas para os que seguem interessados em discutir as teorias de desordem social adequando sua proposta principal a outros contextos: a

importância da distribuição geográfica da delinquência e das características de desordem é contribuição ímpar, que deve ser ponto de partida para qualquer estudo do tema.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A desorganização física figura como elemento que altera a percepção do espaço, estimulando no indivíduo a sensação de fraco controle da população local sobre as atividades ali desenvolvidas, vinculando o espaço a elevadas taxas de criminalidade e conseqüentemente à insegurança (Robinson, Lawton, Taylor & Perkins 2003). As teorias do *espaço defensivo* advogam em favor da grande influência exercida pelo estilo das construções e da organização das ruas do bairro, partindo, assim, para uma área mais relacionada a estudos urbanos e de arquitetura. Jacobs (1961) elaborou um dos primeiros trabalhos a apresentar a discussão sobre a importância de um espaço defensivo - com a construção de edifícios e residências voltadas para as ruas - no exercício de controle sobre a circulação e os acontecimentos ocorridos fora dos limites de sua residência no interior de pequenas áreas claramente definidas. Segundo tal proposta, a ocupação das ruas seria elemento dos mais importantes para o controle social informal diminuindo as taxas de crime e a percepção de risco/insegurança.

Parece evidente que tais afirmações poderiam ser classificadas como reducionistas, dos quais derivam resultados importantes como o decréscimo do crime e do medo somente à organização física do espaço, por isso uma *segunda geração* de teóricos do espaço defensivo insere nesse primeiro esquema outras variáveis indispensáveis à compreensão do impacto da estrutura sobre o risco de vitimização e a insegurança (Taylor & Hallel 1996). Condições culturais, de sociabilidade e territorialidade foram incluídas, condicionando o efeito das características físicas à existência de um elenco de variáveis afetadas positivamente pela estrutura defensiva, aumentando a ocupação das calçadas e as chances de que o medo na comunidade diminuísse (Taylor, Gottfredson & Brower 1984). Ou seja, admitimos que a organização física do espaço contribua para a redução do medo de crime nas áreas urbanas, todavia, como os autores dessa segunda vertente, reconhecemos que ações de revitalização do espaço público não são suficientes para o retorno da população às ruas, sendo indispensável a pesquisa sobre a participação dos laços sociais e do envolvimento do morador com as questões comunitárias para a alteração dos sentimentos e sensações de medo.

Conforme discutimos acima, as teorias de desorganização impulsionadas pelo estudo de Shaw e McKay (1942) apresentam a estrutura social como fator indispensável à elaboração de modelos teóricos e metodológicos relativos à criminalidade e à insegurança nas vizinhanças urbanas. Os trabalhos iniciais testavam os efeitos de variáveis essencialmente estruturais como nível socioeconômico, estabilidade residencial e homogeneidade étnica, sendo o risco percebido e a insegurança resultados do reconhecimento de áreas desorganizadas como potencialmente mais violentas, justificando-se não só por aspectos objetivos – vitimização prévia –, mas pela importância da percepção do ambiente na definição da insegurança e da intensidade do risco, (Silva 2004; Shoemaker 1996). Estudos posteriores como o de Sampson e Grooves (1989) atestam a relevância de outros fatores na caracterização de áreas violentas, destacando as chamadas dimensões intervenientes da desorganização social como a intensidade dos laços estabelecidos entre os atores no ambiente. Os autores afirmam que a prática da troca de favores na vizinhança, os laços de amizade e cordialidade e o contato frequente entre adultos contribui para o maior controle das atividades das crianças e jovens devido à intensa circulação de informações entre pais, os quais exercem controle social informal sobre todo o grupo e não exclusivamente sobre seu próprio filho (Sampson, Morenoff & Earls 1999). Contudo, defender a observação mais atenta das relações de solidariedade e confiança como complementares às condições estruturais do lugar oferece pistas para a reflexão acerca do papel das mesmas sobre a percepção de risco e a sensação de insegurança. Especificamente sobre tal relação entre indicadores de desordem, laços sociais, territorialidade e medo de crime, Taylor, Gottfredson e Brower (1984) destacavam ainda na década de 80 a maior influência das variáveis *proxy* de territorialidade, ou seja, relativas à responsabilidade sobre acontecimentos nos espaços próximos à residência ou à preocupação acerca dos indivíduos que circulam nesses espaços, em comparação àquelas relacionadas à participação em organizações comunitárias (das quais os vizinhos também participavam), como uma medida indicadora dos laços sociais.

A discussão sobre desordem, principalmente quando articulada a proposições referentes aos efeitos da sociabilidade sobre a insegurança e o risco percebido, associa-se ao tema do controle social. Segundo tal perspectiva, são considerados indispensáveis mecanismos de controle capazes de cercear ações consideradas desviantes, diminuindo a ocorrência de eventos violentos e criminosos em dada localidade. As teorias do controle pressupõem que o ato desviante é elemento normal da organização social, sendo necessárias forças coercitivas capazes de limitar tais impulsos. Logo, diante de um evento de violência ou crime, a pergunta mais importante a ser feita não seria “por que o ator exerceu tal ação”, mas “por que deixaria de fazê-lo”, ou ainda, “quais as instituições

capazes de limitar tais impulsos violentos e criminosos” (Shoemaker 1996).

Do mesmo modo que esse controle pode ser exercido formalmente por instituições como escolas, entidades religiosas ou a polícia, também é importante a participação de mecanismos informais atuando principalmente sobre o comportamento de crianças e jovens. Sob essa perspectiva, a existência de laços de solidariedade e confiança seria relevante para o efetivo exercício da supervisão sobre a delinquência e a criminalidade nas vizinhanças, mesmo quando praticada por não moradores. O controle informal liga-se então à capacidade de uma vizinhança, ou de seus moradores, estabelecer redes de comunicação e vigilância, interferindo em casos de ações violentas e delinquentes (de moradores ou não), aumentando a segurança dos mesmos ao transitar pela região. Geralmente, para mensurar essa tal capacidade de intervir, pesquisadores lançam mão de perguntas sobre a reação diante de eventos dessa natureza, identificando a disposição do indivíduo ou do coletivo buscar maneiras para solucionar a questão. Assim, chamar a polícia, pedir a ajuda da associação de moradores ou conversar com os pais de menores infratores representam exemplos desse tal controle social informal, que pode contribuir para que uma população mais envolvida com a comunidade sinta-se mais segura uma vez que se envolve com a resolução dos problemas. A coesão social, conforme a definição de Sampson, Raudenbush e Earls (1997), contribuiria para inibir a ação violenta na área se convertida em disposição para intervir atuando coletivamente contra o problema, fazendo a população se sentir mais segura ao ocupar os espaços disponíveis para lazer, circulação e vigilância natural.

Tal questão aciona as discussões relativas ao capital social e suas propriedades tanto no âmbito individual quanto no coletivo, posto que no trabalho supracitado os autores apresentam a definição de *eficácia coletiva*, a qual poderia ser considerada uma das dimensões daquela forma de capital (Bourdieu 1983). Trabalhos científicos procuram identificar a importância da sociabilidade, seja alterando a percepção do espaço ocupado pelo indivíduo ou sendo mobilizado por ele de modo a fazer com que se beneficie individualmente. Exemplo desta segunda categoria, Bourdieu (1983) se refere a determinadas redes de relações que disponibilizam uma série de recursos comuns passíveis de ser utilizados e convertidos em outras formas de capital. Outro representante desse grupo seria Granovetter (1973, 1995), que, apesar de não se ocupar diretamente do conceito de capital social, advoga em favor da importância da escala micro de relações ao ser convertida em fenômenos de grande abrangência como mobilidade econômica e até mesmo coesão social.

Outros autores como Coleman (1998) e Putnam (2000) apostam nas possibilidades de utilização do capital social como bem coletivo capaz de provocar alterações na comunidade a partir de seu uso comum. James Coleman (1998) classifica o capital em três tipos: obrigações e expectativas; canais de informação; e normas sociais, compartilhando com Putnam da visão estrutural do capital social. No artigo a que nos

referimos, o autor se propõe a analisar a evasão de estudantes, destacando a importância do contato entre os pais de alunos que frequentam uma mesma escola a fim de facilitar o compartilhamento de informações e o exercício do controle social informal. O texto é referência para Sampson, Earls e Morenoff (1999), ao discutirem a questão da eficácia coletiva como expansão do potencial recurso do capital social proposto por Coleman, sendo utilizado para investigar – e constatar – a participação de fatores da organização comunitária sobre os laços estabelecidos entre pais.

Neste trabalho, utilizamos o indivíduo como unidade de análise, o que poderia nos aproximar das proposições de Granovetter (1973, 1995) e Bourdieu (1983). Contudo, implícita em nosso problema de pesquisa, está a questão da importância de medidas que poderiam ser chamadas de *proxy* do capital social para a vida e a percepção da comunidade, aproximando-nos então da visão mais comunitária de Coleman (1988) e Putnam (2000). Apesar da ampla discussão, mantemos a proposição de que a ênfase neste ou naquele alcance das redes de relações varia conforme os indivíduos que as compõem (se influentes ou não, por exemplo) ou segundo o fim buscado pelo indivíduo ou pela comunidade. Estas variações podem fazer com que, em diferentes contextos, o capital social seja mais ou menos capaz de realizar algum objetivo coletivo.

Autores como Patrick Carr (2003) questionam se a existência de abundante estoque de capital social, pensado em termos da coesão social entre moradores, pode mesmo intervir na capacidade de atuação comunitária para a resolução de problemas ou o exercício de controle social, sugerindo que a manutenção de relações eficientes entre a comunidade e o poder público é mais importante do que a coesão social entre membros da comunidade. Para Carr (2003), é através dessas relações mantidas nos níveis público e paroquial (o qual inclui a participação comunitária) que as comunidades transporiam os limites do efeito das relações mantidas no nível privado, alcançando, assim, benefícios comuns. Essas formas de participação indireta poderiam representar uma saída para a população que, amedrontada, deixa de participar e se envolver com a resolução de problemas de violência na vizinhança por medo de represálias e excessiva exposição. Assim, o efetivo exercício de controle social se dá na ação articulada de pelo menos duas esferas da tipologia de Albert Hunter (1985): a esfera privada marcada pelas relações mais íntimas de amizade e solidariedade na vizinhança; o nível paroquial reconhecido pela participação comunitária, a qual representa uma ampliação quando comparada à esfera anterior, e finalmente o espaço público das instituições como a polícia e o estado.

Esta incapacidade da coesão social entre moradores reduzir a vitimização e o sentido de insegurança, apontada por Carr, também se vê no caso brasileiro (Rodrigues 2006; Villareal e Silva 2006), onde as áreas com maiores índices de coesão social entre vizinhos (as favelas) também são as áreas com maiores índices de criminalidade. Tal “paradoxo” ressalta a necessidade de incluir, como sugere Carr, a interação entre níveis de controle social, especificamente os níveis paroquiais e públicos descritos acima. Este

chamado “novo paroquialismo” de Carr então representa uma aproximação entre os dois últimos níveis no sentido de alcançar menores taxas de criminalidade e provavelmente menores índices de insegurança e risco percebido no caso brasileiro (Rodrigues 2006).

Outros como Villarreal e Silva (2006) também problematizam a questão da eficiência dos laços sociais na redução do risco percebido, apontando relação positiva entre coesão e percepção de risco em Belo Horizonte. Como explicação para esses resultados, sugeriram que o fenômeno da *vitimização vicária*, ou da influência do conhecimento da vitimização de pessoas próximas, contribui para a elevação do medo de crime. Assim, quanto mais extensas as redes de relações, maior o número de informações – inclusive sobre crimes – circulando no interior da comunidade. Tal proposta se confirma pela constatação de que as áreas onde são mais intensas as relações de solidariedade e confiança são aquelas com maiores taxas de crimes violentos (Villarreal e Silva 2006).

As noções de coesão e integração discutidas neste trabalho possuem matriz comum nessas propostas relativas à caracterização, aos efeitos e ao alcance do capital social, sendo, conforme nossa perspectiva, ramificações do conceito e adaptações aos temas específicos a que se propõem. Nossa opção pela definição geral de integração social se dá por uma dessas especificidades, posto que sempre foi interesse nosso empreender considerações sobre o medo de crime tendo o indivíduo como unidade de análise, mas sem perder de vista a sua relação e a sua percepção da comunidade. Receosos por optar pelo termo coesão social e nos afastarmos assim da cara questão da percepção do espaço como componente de sociabilidade, distinguimos medidas específicas para a coesão e para a satisfação com o bairro, abrigando sob a definição de *integração social* as duas definições. Kanan e Pruitt (2002) também advertiam sobre a existência de certa pluralidade da definição de integração na vizinhança, destacando as diferenças entre definições orientadas para a intensidade dos laços sociais entre moradores, o investimento pessoal na vizinhança e uma dimensão emocional da integração, conhecida também como sensação de pertencimento ao ambiente. Essas tantas dimensões são concebidas por nós como desdobramentos do estoque de capital social disponível para o indivíduo ou da comunidade que integra. Portanto, conclui-se que o termo coesão social inclui apenas as variáveis referentes aos laços de solidariedade e confiança, enquanto a integração social é elemento mais amplo, incluindo também a questão da satisfação e pertencimento à vizinhança.

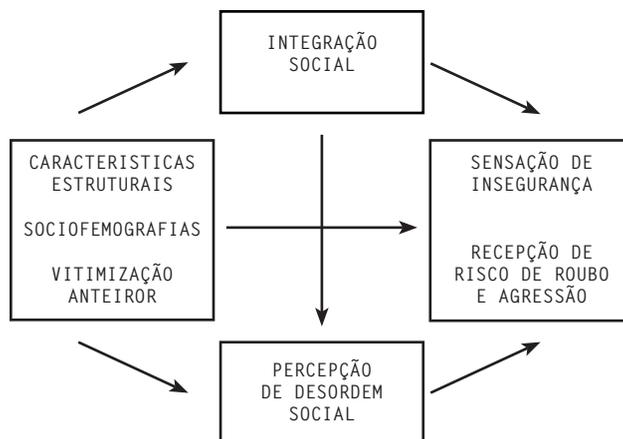
Ainda sobre a incapacidade da coesão social por si só aumentar o controle social informal e consequentemente reduzir o medo ou a violência, cabe introduzir um conceito que busca, de certo modo, abarcar as dimensões da coesão e da referida capacidade de controlar informalmente os atos de violência, bem como se reunir em torno de objetivos comuns. A eficácia coletiva seria, de tal modo, a junção bem sucedida entre a existência de fortes laços sociais com a capacidade de intervenção *eficaz* sobre questões que interessam ao coletivo (Sampson, Raudenbush e Earls 1997; Sampson,

Morenoff e Earls 1999). Concordamos, assim, que a interação entre esses fatores pode contribuir para a redução de crimes violentos, mediante as condições ambientais que também contribuem para atuar sobre as oportunidades de crime. Contudo, também não seria apropriado mencionar de forma tão simplificada tal questão, a qual adquire *status* de problema de pesquisa principalmente fora dos Estados Unidos, onde é produzida a maior parte dos trabalhos na área. A organização social dificilmente se enquadra nos padrões relatados na maior parte da literatura internacional, como no caso brasileiro, em que, nas áreas carentes de grandes cidades, geralmente, onde existe grande coesão, os índices de criminalidade também são elevados (Villarreal e Silva 2006). A eficácia coletiva caminha na direção de proposições mais plausíveis ao considerar a necessidade de organização popular, através do associativismo e de canais abertos de comunicação com o poder público para a eficaz intervenção comunitária.

Daí a importância de considerar tais elementos – de integração e desordem – na definição do risco percebido e da sensação de insegurança, sendo esta a principal pergunta a ser respondida: como variáveis de integração social e desordem atuam sobre a percepção de risco de vitimização e a sensação de insegurança na cidade de Belo Horizonte? Para responder a esse problema, elaboramos duas hipóteses principais que nortearão a etapa empírica do trabalho:

- As variáveis de integração social, ao contrário da percepção de desordem, não apresentarão impacto direto sobre os indicadores de medo de crime nos modelos gerais;
- A integração social melhora a percepção do ambiente (especificamente da desordem), mantendo, dessa forma, um efeito indireto sobre a sensação de insegurança e o risco percebido.

Diagrama 1 – Análise de Efeitos Indiretos



A fim de testar as hipóteses acima, utilizamos métodos de regressão múltipla “que permitem lidar com fenômenos nos quais a variável dependente (*variável-resposta*) é influenciada simultaneamente por muitos fatores” (Soares & Alves 2003 p.154), possibilitando verificar a intensidade da associação entre eles, estimando a contribuição de cada variável independente (*covariável*). As técnicas de regressão linear (para variáveis dependentes contínuas) e logística (para variáveis dependentes dicotômicas - binárias¹) possibilitam a predição de valores médios ou da média esperada para variáveis dependentes definidas a partir de um conjunto de covariáveis determinadas com base no conhecimento prévio da teoria especializada e esforços de operacionalização de conceitos (Gujarati 2000). Dessa forma, consideramos toda a amostra a fim de criar modelos gerais de regressão para estimar tanto a probabilidade de que um respondente se sinta *inseguro ao andar pelas ruas à noite*, quanto as chances de que *perceba risco de roubo* ou *risco de agressão*, sendo a vizinhança a referência espacial em ambos os casos. Após serem elaborados esses tais modelos gerais, a variável-resposta será substituída pelo índice de *desordem social percebida* com objetivo de identificar em que medida a integração contribui para a redução da percepção de desordem do espaço. A proposta consiste em realizar um estudo acerca dos efeitos indiretos das variáveis de integração social através das variáveis de percepção do ambiente utilizando dados transversais. Não ignoramos as limitações de tal método, uma vez que o ideal seria uma análise longitudinal², porém, os ordenamentos propostos foram estabelecidos com base em nossas convicções teóricas e no suporte das referências aqui empregadas, sendo os resultados utilizados como evidências ou mesmo pistas a serem investigadas com maior cuidado a partir de informações longitudinais.

Para a realização deste trabalho, utilizam-se dados da “Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte”, realizada na capital mineira no ano de 2002. A pesquisa organizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)³ foi construída a partir de amostra sistemática,

¹ Variáveis *binárias* são aquelas dicotômicas reconhecidas por designarem elementos de presença-ausência de determinada característica, sendo frequentemente categorizada em 0 e 1.

² Em um estudo longitudinal as mesmas comunidades seriam observadas em momentos distintos, possibilitando a constatação de que a existência de laços de sociabilidade contribui (ou não) para o desenvolvimento de uma avaliação mais positiva do espaço, condicionando, assim, a redução dos níveis de insegurança e risco percebido, conforme sugere Taylor (2002) por ser fenômeno processual e intrinsecamente ligado às transformações da referida vizinhança no tempo.

³ Agradecemos ao Prof. Cláudio Beato Filho, diretor do Centro de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), pela concessão de uso dos dados da Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte 2002.

estratificada em múltiplas etapas de domicílios, a qual resultou em um total de 3915 respondentes da capital mineira.

VARIÁVEIS DEPENDENTES

Para ajustar os modelos gerais de regressão, limitamos em três as variáveis dependentes, sendo necessário destacar que as mesmas foram definidas com base na mencionada discussão acerca das múltiplas dimensões do medo de crime, referindo-se a suas dimensões cognitiva e emocional, as quais correspondem à *percepção de risco de vitimização* e à *sensação de insegurança*, respectivamente. Porém, foram considerados dois indicadores de percepção de risco de vitimização, um para roubo e outro para agressão na vizinhança.

A variável indicadora de insegurança figura nesta análise como uma variável binária (1=Inseguro e 0=Seguro) formada a partir da recodificação de uma escala de quatro pontos apresentada como opção de resposta para pergunta sobre a sensação de segurança ao andar à noite nas ruas da vizinhança. As alternativas constantes no questionário eram (1) Muito Seguro, (2) Seguro, (3) Pouco seguro e (4) Inseguro, em que 1 e 2 foram chamados de “seguro” e 3 e 4 de “inseguro” na nova variável. O risco percebido também aparece como variável dicotômica criada a partir de questões sobre a intensidade do risco de ser vítima de roubo e agressão dentre outros crimes. Uma escala do tipo Likert foi recodificada agrupando na categoria *Não percebe* (0) aqueles que definiram o risco como Pequeno ou Muito pequeno, enquanto como *Percebe* (1) quem afirmou que o risco era Muito Grande, Grande ou Médio.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

As variáveis independentes se dividem em cinco blocos conceituais, a saber, aspectos *sociodemográficos*, *características estruturais*, *vitimização anterior na vizinhança*, *integração social* e *percepção de desordem*.

Como *ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS*, foram incluídas as variáveis *sexo*, *idade contínua*, *raça* categorizada em *brancos* e *não brancos* e o *status socioeconômico*,

ssa última construída a partir de análise fatorial⁴ de renda e escolaridade utilizada na elaboração de um índice com distribuição padronizada. Para indicar as *CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIAS*, foram selecionadas questões relativas a aspectos objetivos de localização ou situação do domicílio. De tal maneira, utilizamos a identificação de *favelas* (definidas segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e *favelas violentas* (identificadas a partir de análise espacial de dados policiais para o período), além da *propriedade do domicílio* (se *próprio* ou em *outra situação* – cedido, alugado ou invadido) e o *tempo de moradia na vizinhança* como indicadores da estabilidade residencial. Contamos ainda com a variável relativa à *instituição preocupada com a violência*, a qual visa minimizar os efeitos da ausência de questões específicas sobre a participação comunitária e a capacidade de intervenção coletiva em problemas sociais da vizinhança. A *VITIMIZAÇÃO ANTERIOR* foi organizada segundo os tipos de crimes, ou seja, *contra a pessoa* (agressão e agressão sexual) e *contra a propriedade* (furto e roubo), sendo incluídas as vitimizações na vizinhança⁵ ocorridas nos 12 meses que antecederam a entrevista.

A *INTEGRAÇÃO SOCIAL* é medida através de duas variáveis, a primeira é um índice de *coesão social* (criado a partir de análise fatorial incluindo as variáveis relacionadas à frequência de contato e troca de gentilezas com vizinhos) e a segunda um índice de *satisfação com a vizinhança* (também criado a partir de análise fatorial incluindo as variáveis relacionadas à satisfação com a vizinhança e a avaliação da mesma como mais ou menos calma). A Percepção de *DESORDEM* é caracterizada por índice de *desordem física* e outro de *desordem social* (incluindo respectivamente aspectos como a existência de prédios abandonados, lixo nas ruas, lotes vagos e a frequência com que presença ou tem notícias da existência de vizinhos discutindo, vândalos ou prostituição, música alta e consumo de drogas na região)⁶.

4 A análise fatorial tem o objetivo de reduzir os dados construindo uma única medida capaz de sintetizar as variáveis e consiste em uma eficiente técnica para identificar dimensões latentes entre variáveis distintas, substituindo as variáveis originais por scores padronizados para cada dimensão. A análise origina fatores para os quais algumas variáveis apresentam maior correlação, identificando aí uma dimensão latente. O software apresenta informações sobre a porção da variância total explicada pelo fator gerado, calculando tantos fatores quantos forem as dimensões presentes entre as variáveis daquele grupo, partindo daquele com maior variância explicada para o de menor (Hair 2005). Todos os índices incluídos nessa análise foram elaborados a partir da técnica de análise fatorial.

5 Considerou-se vizinhança a casa, a casa de vizinhos ou locais públicos no bairro.

6 Tabelas com a análise descritiva, a síntese do processo de recodificação das variáveis e os resultados dos fatores utilizados encontram-se em anexo.

RESULTADOS

INSEGURANÇA E PERCEPÇÃO DE RISCO - MODELOS GERAIS

Integração social e desordem.

Os resultados na Tabela 01A referem-se à análise de regressão da variável sensação de insegurança, na qual são estimadas as chances de que um indivíduo sinta-se inseguro ao andar pelas ruas de sua vizinhança à noite, considerando elementos condicionantes de tal sensação segundo as teorias nas quais se apoia o estudo.

Tabela 1 - Análise de Regressão das variáveis de sensação de insegurança e percepção de risco de vitimização

	A. Regressão Logística Coeficientes de Regressão da sensação de Insegurança	B. Regressão Logística Coeficientes de Regressão da percepção de risco de roubo	C. Regressão Logística Coeficientes de Regressão da percepção de risco de agressão
Constante	93,53**	9,82**	2,91**
ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS			
Mulher	0,973(164,6) **	0,274(31,5) **	0,359(43,2) **
Idade	0,010(1,0) **	0,00 (0,0)	0,002 (0,2)
SSE	0,015(1,5) *	0,004(0,4)	0,007(0,7)
Não Brancos	-0,356(-30,0) **	-0,243(-21,6) **	0,062(6,4)
CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS			
Favela	-0,130(-12,2)	-0,409(-33,6) **	0,046 (4,7)
Favela Violenta	0,409(50,5) *	-0,268(-23,5)	-0,312 (-16,6)
Instituição preocupada com a violência	-0,039(-3,9)	-0,67 (-6,5)	-0,172(-15,8)
Tempo de moradia na vizinhança	-0,004(-0,4)	-0,002 (-0,2)	-0,00 (-0,0)
Propriedade do domicílio	-0,249(-22,0) *	0,042 (4,3)	-0,052 (-5,1)
VITIMIZAÇÃO ANTERIOR			
Vitimização anterior (crimes contra a pessoa)	-0,030(-3,0)	-0,047 (-4,6)	0,256(38,2)
Vitimização anterior (crimes contra a propriedade)	0,162(17,6)	0,475 (60,8) **	0,171(18,7)

DESORDEM PERCEBIDA

Desordem Física	0,022(2,2) **	0,009(0,9)	0,008(0,8)
Desordem Social	0,022(1,1)	0,069 (7,1) **	0,070 (7,3) **

INTEGRAÇÃO SOCIAL

Coesão social (visitas, conversas e gentilezas)	-0,027(-2,6) *	-0,007(0,7)	-0,001(-0,1)
Satisfação com a vizinhança	-0,047(-4,6) **	-0,28(-2,8) **	-0,044(-4,3) **

N = 3245	N = 3228	N = 3228
-2Likelihood = 2571,69	-2Likelihood = 4248,45	-2Likelihood = 3433,998
Cox e Snell R ² = 0,053	Cox e Snell R ² = 0,063	Cox e Snell R ² = 0,052
Nagelkerke R ² = 0,093	Nagelkerke R ² = 0,084	Nagelkerke R ² = 0,077
()Razão de chance - %	()Razão de chance - %	()Razão de chance - %

*p<0,05 **p<0,01

Fonte: Pesquisa de Vitimização – 2002

Mesmo reconhecendo a existência de resultados contraditórios a respeito da importância de laços de solidariedade e confiança – coesão social – sobre a insegurança e o risco percebido (Rodrigues 2006; Silva 2004; Villarreal & Silva 2006; Kanan & Pruitt 2002), os dados permitem concluir que, para o primeiro modelo ajustado, a variável *coesão social* mantém efeito significativo sobre a *sensação de insegurança*, demonstrando que a elevação de um ponto naquele índice reduz em 2,6%⁷ as chances médias de que um indivíduo residente na capital mineira no ano de 2002 reportasse insegurança ao sair à noite nos arredores de seu domicílio. Contudo, o referido impacto da *coesão social* não se repete quando a medida emocional do medo de crime é substituída por indicadores da dimensão cognitiva de percepção de risco (Tabelas 01B e 01C). Tal resultado condiz com proposições de teóricos que argumentam em favor das diferenças entre os condicionantes em cada uma das dimensões do medo (Rountree 1988; Kanan & Pruitt 2002), pois nosso indicador geral de insegurança - dimensão emocional - foi mais afetado por elementos de percepção do que outros elementos objetivos como a vitimização anterior.

Conforme destacamos acima, o termo *integração social* é utilizado neste trabalho com o objetivo de indicar certa ampliação do conceito de coesão social (Sampson et. al. 1997) ao incluir questões sobre a satisfação do indivíduo com a vizinhança, funcionando,

⁷ O cálculo da razão de chance é feito a partir da seguinte fórmula: $(e^b - 1) \times 100$ onde b é o coeficiente de regressão.

assim, como uma *proxy* da sensação de pertencimento reconhecida como condição importante para a manutenção do interesse do morador pelas questões da vizinhança e para o exercício do controle social informal e organização do espaço diminuindo o medo de crime (Kanan & Pruitt 2002; Taylor Et. Al. 1984; Taylor & Hallel 1996). Dessa forma, a chamada satisfação com a vizinhança mantém efeito sobre as três medidas de medo de crime, reduzindo em 4,6%, 2,8% e 4,3% as chances do respondente se sentir inseguro ou perceber risco de roubo e agressão respectivamente.

Antes que sejam analisados os outros resultados, já é possível rejeitar parcialmente a primeira hipótese de pesquisa ao reconhecer que as variáveis de integração social impactaram a variação da insegurança, diminuindo as chances de um morador sentir-se inseguro ou em situação de risco. Mesmo sabendo que a variável de *coesão social* só apresentou efeito significativo sobre uma das dimensões regressadas, constata-se a participação da satisfação do morador com a vizinhança, reduzindo o medo sob as três perspectivas consideradas.

Sobre a desordem percebida, é possível verificar que o fato de um indivíduo reportar maiores níveis de degradação física aumenta em 2,2% as chances de o mesmo considerar inseguras as condições de circulação na vizinhança à noite (Tabela 01A). A percepção de desordem social exerceu impacto sobre a variação das chances de que o morador de Belo Horizonte no ano de 2002 percebesse risco de ser vítima de roubo ou agressão. Assim, o aumento de uma unidade no índice de desorganização social proporciona elevação média de 7,1% e 7,3% nas chances de um indivíduo perceber o risco de respectivamente ser roubado ou agredido em sua vizinhança (Tabelas 01B e 01C). Ao partirmos da afirmação de que ambientes desorganizados transmitem ao indivíduo a noção de espaço com baixo controle social e baixa propensão comunitária para a resolução de problemas comuns como de infraestrutura urbana e criminalidade, é possível afirmar que tais áreas seriam reconhecidas como mais arriscadas e menos seguras, o que os resultados das colunas A, B e C da tabela 01 confirmam. Porém, nota-se considerável diferença entre a participação de tais variáveis nessas análises gerais, posto que a percepção de desordem física só manteve efeito significativo sobre a sensação de insegurança ao circular à noite. Dessa forma, pode-se supor que para a dimensão cognitiva de medo de crime haveria maior influência de elementos como o conhecimento mais específico da região e da dinâmica das relações ali estabelecidas, uma vez que a desordem social está associada à variação nas chances de que se perceba risco.

Talvez, se as questões se referissem ao risco e à desordem percebidos em outras regiões da cidade, tais resultados fossem diferentes, demonstrando maior participação das características físicas na redução do medo de crime em todas as suas dimensões. Isso porque elementos como a integração social e o pertencimento, mais intensas nas vizinhanças, seriam mais fracas em outras áreas da cidade, aumentando o peso de variáveis de organização física do espaço.

As chamadas características estruturais ou alheias à avaliação/percepção do indivíduo incluem elementos diferentes, estando alguns mais associados a condições comunitárias (favela, favela violenta e instituição preocupada com a violência) e outros a aspectos específicos da situação da residência como a propriedade do domicílio e o tempo de moradia na vizinhança, remetendo-se à estabilidade residencial discutida desde o trabalho de Shaw e McKay como dimensões da organização social (Shaw & McKay 1942). Para esta prática, optou-se pela inclusão de variáveis de percepção de desordem enquanto essas outras estruturais foram mantidas em todos os modelos como elementos de controle. Dito isso, cabe apresentar o resultado dos efeitos dessas tais variáveis estruturais sobre as variáveis dependentes, sendo possível verificar que o tempo de moradia e a existência de instituições preocupadas em discutir e buscar soluções para os problemas de violência não apresentaram efeito significativo sobre a percepção do morador acerca de insegurança ou risco. Residir em casa própria, quitada ou não, altera a sensação de insegurança do morador de BH, reduzindo em 22,0% as chances de que o mesmo se sinta inseguro à noite nas ruas de sua vizinhança (Tabela 01A).

A inclusão das variáveis referentes a áreas de favelas e favelas violentas ofereceu interessantes resultados, pois, ao serem controladas por todas as outras variáveis nos modelos de regressão logística, diminuíram as chances de percepção de risco de roubo em 33,6% e 23,5%, respectivamente (Tabela 01B). Isso indica que moradores de favelas percebem menos risco de roubo que moradores de outras áreas da cidade, da mesma forma que residentes em favelas violentas também possuem menores chances de perceber risco de roubo que aqueles que moram em favelas não violentas ou em bairros. Tais resultados reforçam indícios da existência daquilo que Arias e Rodrigues (2006) definiram como *mito da segurança pessoal*, o qual se mantém sobre a crença na existência de determinadas normas entre os atores do crime organizado atuando nos aglomerados de grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro, capital considerada no estudo. Segundo eles, moradores dessas áreas aparentam perceber certa regularidade na tomada de decisões de traficantes, as quais seriam definidas a partir de normas de proteção da comunidade, diminuindo o risco de vitimização em crimes contra a propriedade, por exemplo. Porém, para os agentes do tráfico, tal ordem normativa atua conforme a posição social do morador e os custos trazidos pela prática do delito, desconstruindo o referido mito uma vez que o risco efetivo varia de acordo com elementos instáveis como o controle das atividades por este ou aquele grupo.

Não foram utilizadas taxas de vitimização nas vizinhanças e sim as informações sobre a vitimização sofrida nos últimos 12 meses na vizinhança. Os resultados parecem indicar que as experiências anteriores, quando controladas por fatores de percepção do

espaço e das relações, não contribuem significativamente para tornar os moradores mais ou menos seguros. Apenas o fato de o indivíduo ter sido vítima de crimes violentos contra a propriedade no último ano aumenta em 60,8% as chances de se perceber correndo risco de roubo (Tabela 01B).

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Todas as medidas sociodemográficas mantiveram efeito significativo sobre a sensação de insegurança, sendo que mulheres possuem 164,6% mais chances que homens de sentirem-se inseguras, um ano a mais de idade aumenta a probabilidade de insegurança em 1,0%, enquanto o status socioeconômico proporciona elevação da insegurança em 1,5%. Por sua vez, não brancos apresentam menores chances de sentirem-se inseguros em suas vizinhanças (30,0%), apontando mais uma especificidade do caso brasileiro, uma vez que brancos e pessoas com maior SSE se sentem menos seguras, talvez pensando nas possibilidades de crimes contra a propriedade, o que é menos intenso em grupos tradicionalmente reconhecidos como mais vulneráveis socialmente. Isso porque, no tocante aos padrões de risco percebido e insegurança, o histórico de desigualdade social poderia associar não brancos à residência em regiões social e fisicamente desorganizadas facilitadoras da insegurança. Todavia, observamos que a relação entre raça e insegurança, quando controlada por elementos de integração social, é diferente, demonstrando que brancos sentem-se menos seguros ao circular à noite nas proximidades de sua residência. Os não brancos também percebem menos risco de roubo na vizinhança que os brancos (Tabela 01B), porém a raça não mantém efeito significativo sobre o risco percebido de agressão (Tabela 01C). Finalmente, retomamos o caso feminino demonstrando que, conforme as tendências apresentadas em trabalhos anteriores, as mulheres reportam mais medo sob qualquer uma das dimensões consideradas neste modelo, demonstrando que elas possuem 31,5% mais chances que homens de se sentirem em risco de serem roubadas (Tabela 01B) e 43,2% (Tabela 01C) mais chances de perceberem risco de agressão nos arredores de seu domicílio.

DESORDEM SOCIAL - EFEITOS INDIRETOS

Lembramos que a inclusão da análise de regressão subsequente tem como principal intuito verificar a existência de efeitos indiretos das variáveis de integração

social através da percepção espacial (desordem)⁸, verificando indícios de que a integração ameniza a percepção de problemas na vizinhança, contribuindo indiretamente para a redução das percepções de risco e insegurança. A tabela 02 apresenta os resultados da análise de regressão do *índice de desordem social* para a qual se constata que mulheres percebem menos desorganização que homens ($\hat{\beta} = -0,436$); um ano a mais de vida contribui para a diminuição média de 0,041 unidades no referido índice, enquanto o aumento de um ponto no *status* socioeconômico representa elevação média de 0,046 unidades daquela variável resposta. Ser morador de favela (não violenta ou violenta) não apresenta diferença significativa quanto à percepção do ambiente como socialmente desorganizado. A existência de instituições voltadas para discutir a questão da violência no bairro aumenta a percepção de desordem em 0,609 unidades, sendo que o mesmo ocorre com o tempo de moradia que eleva em média 0,029 pontos nossa variável resposta. A vitimização anterior também condiciona a percepção do indivíduo acerca da organização social, provocando a elevação média de 1,497 unidades para crimes contra a pessoa e 1,438 unidades para crimes contra a propriedade. O efeito da integração social sobre a desordem apresenta resultados inicialmente contraditórios, pois a elevação da coesão social aumenta o índice em 0,109 unidades enquanto a satisfação com a vizinhança reduz em média 0,345 pontos na escala de desordem percebida.

TABELA 02

ANÁLISE DE REGRESSÃO DAS VARIÁVEIS DE PERCEPÇÃO DE DESORDEM

	B. Regressão Linear Coeficientes de Regressão de Desordem Social
Constante	48,159**
ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS	
Mulher	-0,436(-0,043)**
Idade	-0,041(-0,135)**
SSE	0,046(0,091)**
Não Brancos	-0,155(-0,015)
CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS	
Favela	0,076(0,005)
Favela Violenta	0,368(0,022)

8 Apesar do desejo de incluir a variável de desordem física como dependente no mesmo modelo proposto para a desordem social, a análise de resíduos indicou sérios problemas de normalidade da distribuição dos resíduos em torno da curva estimada de regressão, violando um dos pressupostos do método e impossibilitando seu uso para aquele modelo.

Instituição preocupada com a violência	0,609(0,048)**
Tempo de moradia na vizinhança	0,029(0,079)**
Propriedade do domicílio	0,110(0,010)

VITIMIZAÇÃO ANTERIOR

Vitimização anterior (crimes contra a pessoa)	1,497(0,046)**
Vitimização anterior (crimes contra a propriedade)	1,438(0,276)**

INTEGRAÇÃO SOCIAL

Coesão social (visitas, conversas e gentilezas)	0,109(0,016)**
Satisfação com a vizinhança	-0,345(-0,344)**

N = 3265

R² = 0,203

R² Ajustado = 0,200

()Coeficientes Padronizados

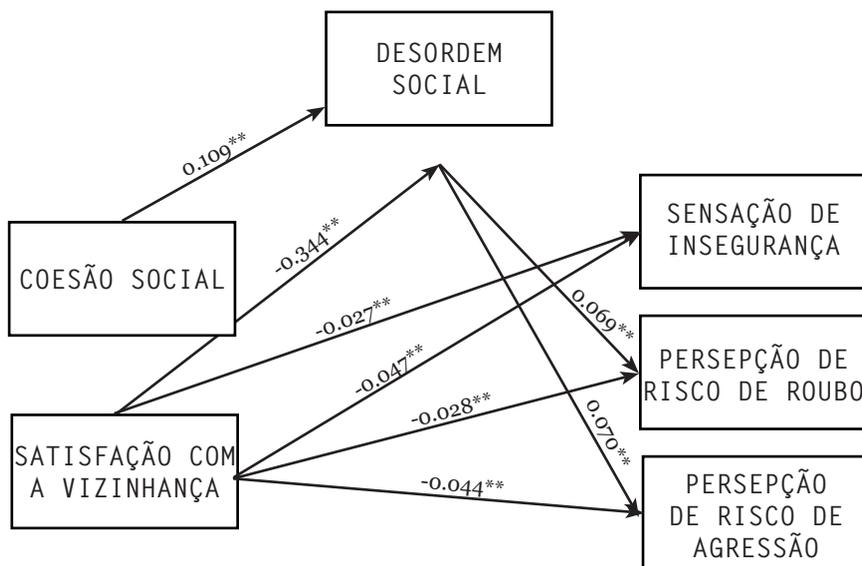
Fonte: Pesquisa de Vitimização – 2002

*p<0,05 **p<0,01

Obviamente, a relação inversa entre a satisfação com a vizinhança e a desordem já era esperada, todavia essa associação positiva entre coesão social e desordem percebida pode informar sobre a participação das redes de sociabilidade favorecendo a circulação de informações, inclusive de informações sobre aspectos de desorganização física, atuando aí de modo a apresentar um efeito indireto positivo da coesão social sobre as percepções de risco e insegurança. Villarreal e Silva (2006), trabalhando com os dados da mesma pesquisa, constataram a importância da coesão social aumentando o conhecimento de homicídios na região, verificando que essa maior circulação de informações sobre violência eleva a percepção de risco de ser gravemente ferido ou assassinado na vizinhança, comprovando que a participação em grupos mais coesos proporciona considerável elevação do risco percebido. Todavia, indicar que eventos de violência condicionam a percepção de risco e insegurança não representa descartar a influência de experiências pessoais, uma vez que a vitimização anterior (seja em crimes contra a pessoa ou contra a propriedade) também eleva a percepção de desordem, indiretamente aumentando a insegurança e a percepção de risco. Tais resultados implicam que a percepção do ambiente seja definida tanto por elementos objetivos quanto subjetivos, o que significa que, ao atuar reduzindo a percepção de risco de vitimização, ela é também influenciada por uma série de condições que não podem ser desconsideradas na elaboração de

construções teóricas que visam esclarecer tal relação. Por isso, a participação das redes de relações interpessoais como condicionantes da percepção de risco e insegurança não pode ser sobrevalorizada como elemento capaz de diminuir os níveis de medo nas vizinhanças urbanas. Não é eficiente a existência de laços de sociabilidade em regiões amplamente degradadas e sem a participação do poder público na definição de políticas e melhoramentos responsáveis pela alteração da percepção do espaço e consequentemente do medo de crime.

Diagrama 1 – Análise de Efeitos Indiretos



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O medo de crime é elemento multidimensional, sendo plurais o conceito e as formas de mensuração. A realidade é múltipla, bem como os formatos que adquire no trânsito estabelecido pela ciência entre o social e as considerações a seu respeito. Por isso, o medo, como outros conceitos, adquire tal conformação diversificada. A questão é que definições distintas podem gerar resultados diferentes daqueles esperados, partindo daí a importância de estabelecer com clareza a quais elementos nos referimos na operacionalização dos conceitos (Rountree 1998).

Os resultados deste trabalho indicam que as condicionantes das três medidas utilizadas como principais variáveis dependentes do estudo não são os mesmos, sendo a medida geral de insegurança mais afetada por aspectos que transformam a percepção

individual a partir de elementos como a integração social e a desordem física. Somente no modelo ajustado para a sensação de insegurança, três das quatro variáveis de percepção das condições sociais e de integração no espaço mantiveram efeito estatisticamente significativo, confirmando as proposições de teóricos que argumentavam em favor da admissão de medidas cada vez mais específicas de medo de crime, distinguindo em pelo menos uma dimensão cognitiva e outra emocional (Ferraro & La Grange 1987; Kanan & Pruitt 2002; Taylor et. Al. 2003). Como indicam outros trabalhos, haveria possibilidade de alcançar resultados mais refinados com a inclusão de referências temporais e espaciais mais específicas, impedindo que eventos ocorridos no passado ou em regiões distantes da residência do entrevistado interfiram na resposta e sobrevalorizem o medo na região (Farrall & Gadd 2004).

Sobre as variáveis sociodemográficas não foram observadas grandes alterações com relação ao que apresentaram trabalhos anteriores, uma vez que mulheres e idosos demonstraram maiores níveis de percepção de risco e insegurança. Os resultados relativos à declaração de cor/raça e SSE do entrevistado parecem estar intrinsecamente associados, pois informam sobre um decréscimo do medo de crime com o avanço dos problemas socioeconômicos caminhando em sentido oposto às teorias tradicionais de desordem e percepção de risco, uma vez que consideram áreas de mais elevado nível socioeconômico e renda média como aquelas em que seria maior o controle social informal e assim menor o crime e o medo. Atribuímos à vulnerabilidade ao risco a associação inversa entre nível socioeconômico e sensação de insegurança, uma vez que quanto maior o *status* do indivíduo maiores as chances de portar objetos de valor como celulares, relógios e mesmo dinheiro. Sentem-se mais inseguros por constituírem grupo mais suscetível a delitos contra a propriedade, ainda que o SSE não tenha mantido efeito significativo sobre as dimensões cognitivas do medo de crime (Rodrigues, 2006; Beato, Peixoto & Andrade 2004).

Sobre o efeito direto da integração social sobre o risco percebido e a insegurança, constata-se a importância das variáveis de coesão sobre a sensação de insegurança, contudo aquela que se mostrou mais eficiente foi a satisfação com a vizinhança em reduzir o medo sob as três dimensões consideradas neste trabalho, tornando possível a rejeição da hipótese de que a integração social não mantém efeito direto sobre a percepção de risco e insegurança. Porém, é necessário frisar que, apesar da inclusão de diferentes elementos sob a denominação de integração, o fato de estar satisfeito com a vizinhança não se reduz à coesão social, pois percebemos que aquela medida que inclui certa noção de pertencimento associa-se também à redução das chances de perceber risco de roubo e agressão na vizinhança. Isso indica que, para uma comunidade, mais importante que a manutenção de estreitas relações com vizinhos é a garantia da satisfação e o pertencimento do indivíduo àquele espaço.

Apesar disso, a partir de análises distintas, nos aproximamos de conclusões

semelhantes às que chegaram Sampson et. al. (1997), Carr (2003) e Villarreal e Silva (2006), os quais afirmaram que a apreensão exclusiva da coesão social não é suficiente para a explicação de elementos relacionados ao crime e à violência. O “novo paroquialismo” de Carr e a eficácia coletiva de Sampson (Sampson 2012) surgem como alternativas que visam a suprir as deficiências de abordagens que se prendam à investigação das redes de relações sociais em sua interação com o crime e a percepção de risco e insegurança.

Em síntese, o artigo evidencia a relevância da análise do medo de crime segundo uma perspectiva diferenciada em relação ao próprio crime. Ao verificar que dimensões relacionadas à percepção individual do espaço contribuem para reduzir a sensação de insegurança e a percepção de risco, ressalta-se a importância de articular a medidas de eficaz controle do crime outras que favoreçam a substantiva mudança de percepção do espaço.

Evidentemente tal conclusão não descarta o papel do enfrentamento ao crime e tampouco sugere que a população se sinta insegura com base em poucas evidências de risco. Porém, no campo das políticas públicas, as quais em última instância podem se valer de contribuições científicas como esta, a questão central diz respeito a superar um ciclo vicioso que faz com que, apesar de intervenções que reduzem o risco objetivo, um ambiente se mantenha percebido como arriscado em função das experiências anteriores de moradores e usuários e, por consequência, essa não se torne área atrativa para uso da população, ampliando as chances de que no médio prazo se torne novamente uma área de maior concentração de eventos criminais.

Ao constatar que a percepção dos indivíduos sobre o ambiente em que circulam e estabelecem suas relações sociais contribui para que se sintam mais ou menos inseguros ou em risco, afirma-se que o bem estar da população é resultado da interação de fatores objetivos e subjetivos que se cruzam na construção da qualidade de vida. A conquista de políticas públicas de segurança eficazes inexistem sem ações claras de enfrentamento e combate ao crime, contudo o ideal seria que essas se articulassem de maneira inequívoca a outras dedicadas à construção de um espaço que favoreça a convivência e, assim, o pertencimento e a coesão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIAS, Enrique Desmond e RODRIGUES, Corinne Davis. 2006 “The myth of personal security: criminal gangs, dispute resolution, and identity in Rio de Janeiro’s favelas”. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 4: 53-81.
- BEATO, Claudio Chaves Filho; PEIXOTO, Betânia Totino e ANDRADE, Mônica Viegas. 2004. “Crime, Oportunidade e Vitimização”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n.55:73-90.
- BORGES, Doriám. 2011. *O Medo do Crime na Cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo*. Rio de Janeiro: UERJ.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. *Las Formas de Capital*. Lima: Piedra Azul.
- CARR, Patrick J. 2003. “The new parochialism: the implications of the beltway case for arguments concerning informal social control”. *American Journal of Sociology*, v. 108, n. 6:1249-1293.
- COLEMAN, James S. 1998. “Social Capital in the Creation of the Human Capital”. *American Journal of Sociology*, v. 94, (supp.): S95 – S120.
- FARRAL, Stephen e GADD, David. 2004. “Evaluating crime fears: a research note on a pilot study to improve the measurement of the ‘fear of crime’ as a performance indicator”. *Evaluation*, v. 10, n.4:493-502.
- FERRARO, Kenneth F. e LAGRANGE, Randy. 1987. “The measurement of fear of crime”. *Sociological Inquiry*, n.57: 70-101.
- GRANOVETTER, Mark S. 1973. “The Strength of Weak Ties”. *American Journal of Sociology*, v. 78:1360-80.
- _____, Mark S. 1995. *Getting a Job: a Study of Contacts and Careers*. 2.ed, Chicago: The University of Chicago Press.
- GUJARATI, Damodar N. 2000. *Econometria Básica*. São Paulo: Makron Books.
- HAIR, Joseph F. 2005. *Análise multivariada de dados*. 5.ed. Porto Alegre: Bookman,
- HUNTER, Albert J. 1985. “Private, Parochial and Public School Orders: The problem of Crime and Incivility in Urban Communities” In *The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society* (org.) General D. Suttles and Mayer N. Zald. Norwood, NJ: Ablex Publishing: 230-242
- JACOBS, Jane. 1961. “Os usos das calçadas” e o “Os usos dos bairros” In: *Morte e vida de grandes cidades*. Carlos S. Mendes Rosa (Trad.). São Paulo: Martins Fontes (2000), p. 29-58 e p. 123-156.
- KANAK, James W. e PRUITT, Matthew V.. 2002. “Modeling Fear of Crime and Perceived Victimization Risk: The (In) Significance of Neighborhood Integration”. *Sociological Inquiry*, v. 72, n. 4: 527-548.
- LISKA, Allen E.; SANCHIRICO, Andrew e REED, Mark D.. 1988. “Fear of crime and

- constrained behavior specifying and estimating a reciprocal effects model”. *Social Forces*, v. 66, n. 3: 827-837.
- PUTNAM, Robert D. 2000. “Capital Social e Desempenho Institucional” In: *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- ROUNTREE, Pamela W. 1998. “A Reexamination of the Crime-Fear Linkage”. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 35, n. 3:341-372.
- RODRIGUES, Corinne Davis. 2006. “Civil Democracy, Perceived Risk, and Insecurity in Brazil: An Extension of the Systemic Social Control Model”. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 605, n. 1: 242-263.
- PAIN, Rachel. 2000. “Place, social relations and the fear of crime: a review”. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 3: 365-387.
- SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W., e EARLS, Felton. 1997. “Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy”. *Science* 277, August 15: 918-24.
- SAMPSON, Robert J. e GROVES, Byron. 1989. “Community Structure and Crime: Testing Social Disorganization Theory”. *American Journal of Sociology*, v. 95:774-802.
- SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D. e EARLS, Felton. 1999. “Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy for Children”. *American Sociological Review*, v. 64, 5: 633-60.
- SAMPSON, Robert J. 2012. *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. University of Chicago Press.
- SHAW, Clifford e MCKAY, Henry H.. 1942. *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.
- SHOEMAKER, Donald J. 1996. *Theories of delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior*. Ed. 3. New York: Oxford University Press.
- SILVA, Bráulio Figueiredo A. 2004. “Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil”. Artigo apresentado no IV Fórum de Desenvolvimento, Recife, PE
- SOARES, José Francisco e ALVES, Maria Teresa Gonzaga. 2003. “Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica”. *Educação e Pesquisa*, v.29, n. 1: 147 – 165.
- STAFFORD, Mark C e GALLE, Omar R. 1984. “Victimization rates, exposure to risk and fear of crime”. *Criminology*, v. 22: 173-1985.
- TAYLOR, Ralph B.; GOTTFREDSON, Stephen D. e BROWER, Sidney. 1984. “Block crime and fear: defensible space, local social ties, and territorial functioning.” *Journal of research in crime and delinquency*, v. 21, n. 4: 303-331.
- TAYLOR, Ralph B. e HALLEL, Adele V. .1996. “Physical Environment and crime” In: *National Institute of Justice: Research Report*.
- TAYLOR, Ralph B. 2002. “Fear of Crime, Social Ties and Collective Efficacy: Maybe Masquerading Measurement, Maybe Deja vu All Over Again.” *Justice Quarterly*, v.

19 n.4: 773-92.

ROBINSON, Jennifer B., LAWTON, Brian A., TAYLOR, Ralph B., e PERKINS, Douglas D.. 2003. "Multilevel Longitudinal Impacts of Incivilities: Fear of crime, expected safety and block satisfaction". *Journal of Quantitative Criminology*, v.19, n. 3:237-274.

VILLARREAL, Andreas e SILVA, Bráulio Figueiredo A.. 2006. "Social Cohesion, Criminal Victimization and Perceived Risk of Crime in Brazilian Neighborhoods" *Social Forces*, v.84, n.3:1725-1753.

ABSTRACT

In this article we try to identify direct and indirect effects of social integration variables over the perceived risk of victimization and insecurity through aspects linked to perception of environmental. Briefly we intend to verify how structural, socio-demographical, social integration and perception

of disorder elements influence one's evaluation of the level of insecurity and of the risk of being victim of crimes in urban neighborhoods. For that, we used data from Survey of Victimization in Belo Horizonte/ 2002 and multivariate models of quantitative analysis.

KEYWORDS

Fear of crime, perceived risk of victimization, level of insecurity, social integration.

SUBMETIDO EM

Março de 2012

APROVADO EM

Outubro de 2012

CORINNE DAVIS RODRIGUES

Doutora em Sociologia - Universidade do Texas

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Contato: cdavisrodrigues@gmail.com.

VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

Mestre em Sociologia – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Doutoranda em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Contato: valeria@crisp.ufmg.br.

MIGRAÇÕES E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NA ERA GLOBALIZADA¹

EDU MORAIS DE SOUZA
HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

RESUMO

Como parte constituinte do atual processo de globalização, os fluxos migratórios internacionais assumiram características originais resultantes das relações recíprocas com essa etapa, também conhecida como capitalismo tardio/multinacional. As implicações sociopolíticas, econômicas e culturais desse processo têm levado os Estados a reorientar seu papel no controle das fronteiras. Porém, a complexidade dos sistemas de regulação e obstáculos à mobilidade humana na atualidade têm gerado uma redefinição da relação de autonomia/subordinação dos Estados frente a outros atores influentes na elaboração das políticas mi-

gratórias, configurando-se um importante campo político. Nesse sentido, e privilegiando as especificidades dos Estados Unidos e da França, nosso objetivo central consiste em analisar as problemáticas em torno do papel dos Estados desenvolvidos na elaboração/execução de suas políticas de migração frente às demandas de diferentes atores locais e globais. Nossa análise é construída em torno da teoria social contemporânea, tendo por base os trabalhos de Saskia Sassen, Rossana Reis e Douglas Massey.

PALAVRAS - CHAVE

Globalização, migrações, Estado, políticas migratórias.

¹ Este artigo é resultado dos debates e contribuições em torno de nossa comunicação apresentada no 35º Encontro Anual da ANPOCS/Caxambu-MG, 2011.

INTRODUÇÃO

Com a intensificação do processo de globalização, notadamente nas duas últimas décadas, a temática sobre o poder dos Estados nacionais passou a ser bastante evidenciada. Não obstante, o debate tornou-se polarizado: de um lado, as ideias de que a globalização em nada alterou a centralidade do poder do Estado; de outro, predominantemente, as afirmações de crise e declínio do poder dos mesmos, que resultam de um entendimento da globalização exclusivamente sob a ótica da economia, tornando hegemônica a crença na incapacidade dos Estados em participarem da implementação também de outros processos do novo sistema econômico/globalizado.

Nesse sentido, contudo, ignora-se a complexidade das interações entre os Estados e outros agentes econômicos, e, conseqüentemente, também das negociações políticas que cercam essas interações. Com base em Saskia Sassen, podemos destacar a importância dos “novos intermediários” (Sassen 1999), fortalecidos com a globalização dos mercados financeiros, como as empresas transnacionais, com seu crescente peso nas decisões acerca das taxas de juros, câmbio e *commodities*, ou as organizações supranacionais como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional, que monitoram incessantemente os Estados. Mas também não podemos negar o papel ativo do próprio Estado em negociar a convergência das legislações nacionais com os interesses desses mesmos atores.

O que esta complexidade de interações evidencia é, então, a formação de um novo espaço institucionalizado que não prescinde da presença/poder do Estado. O que efetivamente muda com a globalização é que funções estratégicas relacionadas aos processos econômicos – comércio e finanças internacionais, por exemplo – antes desempenhadas exclusivamente pelos Estados, passam agora a ser divididas com as novas instituições globais, os chamados “novos intermediários”.

Seguindo as análises de Sassen (1999; 2006) com referência ao papel e competências do Estado no atual processo de globalização, destacamos que, mais precisamente, são componentes particulares do Estado que trabalharam no desenvolvimento de um novo alinhamento entre este e a economia, e assim intensificaram o desenvolvimento de um novo tipo de relação entre regulação estatal e poderosos atores econômicos. Portanto, no mundo do capitalismo financeiro/globalizado, o Estado continua presente, porém, não como única fonte de poder, sendo esta redistribuição de forças uma consequência de mudanças tanto na economia nacional como na política internacional, onde os organismos transnacionais e atores privados estão moldando uma nova forma de autoridade.

A configuração deste novo e amplo campo de ação política alterando a exclusividade e o âmbito de competências do Estado está diretamente relacionada com a questão das migrações, tendo um impacto significativo sobre o papel do Estado nas formulações e

execuções das políticas migratórias. Nesse contexto, torna-se um desafio para os países, inclusive os desenvolvidos, considerarem as políticas migratórias em conjunto com outros processos, elementos e domínios políticos que tornam a regulação dos fluxos de migrantes uma questão cada vez mais complexa, e rompem com o entendimento simplificado de que as migrações são apenas o resultado da pobreza e de decisões exclusivas dos indivíduos migrantes.

Portanto, ao usarmos a expressão novos/outros atores políticos influenciando as migrações e que devem ser considerados na formulação das políticas migratórias, estamos querendo destacar, embasados em Sassen (1996), em especial, as empresas multinacionais, as quais, através da internacionalização da produção, deslocam pequenos produtores locais e estabelecem vínculos entre os países através do fluxo de capitais; os governos, através de suas operações militares, com os fluxos de pessoas e os deslocamentos de refugiados e migrantes; o Fundo Monetário Internacional, que, através de suas medidas de austeridade, mobiliza os pobres na busca por estratégias de sobrevivência, que incluem as migrações; o papel dos acordos de livre comércio, que, fortalecendo os fluxos transfronteiriços de capitais, serviços e informações, incluem a circulação de trabalhadores especializados.

Dessa forma, e privilegiando as especificidades dos Estados Unidos e da França, este artigo tem como objetivo central analisar as problemáticas em torno do papel dos Estados desenvolvidos na elaboração/execução de suas políticas de migração frente às demandas de diferentes atores locais e globais. Guiaremos nossa análise pela categoria da complexidade, e, portanto, construiremos nossa argumentação tendo por base as interações que se estabelecem hoje entre o processo de globalização, os Estados, os novos atores de poder e as características atuais dos fluxos migratórios. Assim, o conceito de “nova zona fronteira”² – expressando um campo de interrelações recíprocas no qual ocorrem alterações e produções de formas institucionais – permeará nosso artigo como suporte teórico.

Nosso trabalho é construído em torno da teoria social contemporânea, com ênfase nos trabalhos de Saskia Sassen, Rossana Reis e Douglas Massey.

Buscamos contribuir no debate sobre esta temática salientando a necessidade de se compreender as políticas migratórias sob um novo contexto de reconfiguração do papel/poder do Estado. Além da carência de análises sob esta ótica, essas são questões que se têm tornado fonte de importantes conflitos sociais na contemporaneidade, e, portanto, assim justificamos a importância e atualidade deste debate.

² Este conceito foi usado inicialmente por Sassen (1999) para se referir a uma zona de relações político-econômicas entre as economias nacionais e a global, e as implicações destas relações sobre as formas institucionais estabelecidas. Apropriamo-nos do conceito porque, mesmo naquele domínio, ele estava associado a uma reflexão mais sofisticada sobre o papel/poder do Estado, superando-se a simples afirmação sobre o declínio/crise deste papel/poder, ou não. Nesse sentido entendemos a importância da ideia de “nova zona fronteira” em nosso trabalho.

A ideia de globalização, entendida aqui como vinculada de forma intrínseca ao capitalismo, trata-se de uma realidade recente, eminentemente ligada às últimas décadas de expansão do modo de produção capitalista (Ianni 1995)³. Nos últimos anos, esse fenômeno acentuou-se vertiginosamente, atingindo, com suas contradições, todas as áreas/regiões do mundo. Até mesmo as sociedades mais remotas em relação aos grandes centros do capitalismo, direta ou indiretamente, sentem seus impactos. Através do processo de internacionalização da economia, ininterrupto desde a Segunda Guerra, as bases internacionais do capitalismo foram ampliadas e cada vez mais áreas e nações foram incorporadas, “unindo progressivamente o conjunto do mundo num circuito único de reprodução das condições humanas de existência” (Vieira 2005: 77).

Concordamos com a ideia de Robertson (1994), para quem a globalização é um fenômeno que requer um olhar interdisciplinar, pois, ao implicar uma nova configuração espacial da economia mundial, influencia também na reestruturação dos domínios social, político e cultural, criando interdependências⁴ entre eles. Nesse, e desse contexto, emergem diferentes fluxos que causam ações e reações através de uma cadeia de interconexões que se tornam mundiais e expressam as contradições do chamado capitalismo pós-fordista.

A reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho, relacionadas a esta atual fase do capital, têm impactado profundamente nos fluxos migratórios, modificando-os e fazendo-os assumirem configurações originais no contexto contemporâneo, o que, por sua vez, implica na necessidade de novas respostas dadas pelos Estados na tentativa de geri-los em diálogo com outros atores interessados na temática.

O fato de os atuais movimentos migratórios internacionais⁵, devido a sua complexidade e heterogeneidade, serem responsáveis por várias influências nas sociedades

3 Nos seus próprios termos, mas de maneira análoga, Fredric Jameson (2000) entende a globalização como sinônimo de capitalismo “tardio”, ou seja, a terceira fase do capitalismo (os dois primeiros estágios são, respectivamente, capitalismo comercial e imperialista), configurada a partir dos anos 60 do século passado.

4 A ideia de interdependência também permeia o conceito de globalização sob a ótica de Anthony Giddens, que o entende como “a intensificação de relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (Giddens 1990: 73).

5 Autores como Mitchell (2003) adotam o termo “transnacional” em detrimento de “internacional” para se referir às migrações características da era globalizada, uma vez que consideram relativamente poucos os casos em que os migrantes renunciam inteiramente à cultura e sociedade de origem. No contexto de globalização, os migrantes cada vez mais desejam e são capazes de preservar vínculos com a sociedade onde nasceram. O transnacionalismo é, portanto, “[...] um processo pelo qual os migrantes, através de suas atividades diárias e relações sociais, econômicas e políticas, criam campos sociais que atravessam fronteiras nacionais” (Mitchell 2003: 37).

tanto de origem quanto de recepção tem como consequência quase que imediata o surgimento, na mesma proporção dessas influências, de distintas percepções sobre esses fluxos, uma vez que são muitos os grupos sociais afetados por essa nova realidade. Dadas as múltiplas formas que as migrações impactam as sociedades envolvidas, sobretudo as de acolhimento, emergem grupos beneficiados e prejudicados com os fluxos migratórios internacionais. Esses grupos, na busca por seus interesses, pressionarão outros grupos e o próprio Estado, sendo as políticas migratórias, em decorrência disso, uma arena onde se configuram debates políticos decisivos na atualidade.

Nas arenas políticas das sociedades de destino, os discursos relacionados à segurança nacional ganharam proeminência após os atentados terroristas de 2001 nos Estados Unidos e disseminaram-se no contexto europeu após os ataques em Madri (2004) e Londres (2005). Os discursos de “crise” das migrações – onde é enfatizada a incapacidade estatal de conter a entrada de imigrantes –, por sua vez, são acionados geralmente em tempos de recessão econômica, e tanto este discurso quanto o da segurança nacional têm na opinião pública seus principais defensores, além de partidos políticos de extrema-direita – como o Front National, de Le Pen, na França – que se valem dos sentimentos públicos de medo e insegurança para a ampliação do eleitorado.

Outros discursos, como o dos direitos humanos, e outros atores, como os grupos de migrantes, as organizações não-governamentais em prol do reconhecimento dos direitos destes bem como os representantes de setores econômicos beneficiados com a mão de obra estrangeira, porém, são favoráveis às políticas menos restritivas. Ainda há toda uma gama de atores envolvidos no que Castles (2005) chama de “indústria migratória”, onde podem participar agentes de viagem, advogados, recrutadores de mão de obra, corretores de imóveis e mesmo contrabandistas e atravessadores de imigrantes – também conhecidos na fronteira dos EUA com o México como “coyotes” –, todos encontrando nas migrações internacionais um negócio lucrativo.

Podem ser aí também incluídos oficiais de polícia ou burocratas que procuram lucrar de forma ilegal, seja mostrando às pessoas brechas na legislação, emitindo documentos falsos ou mesmo coagindo e extorquindo imigrantes. Nesse sentido, a problematização que Veena Das e Deborah Poole realizam em *Anthropology in the Margins of the State* (2009) permite pensar o Estado para além das concepções que o retratam como algo imparcial e neutro – assim como defendem Gary Freeman e Aristide Zolberg nos argumentos explorados a seguir sob a ótica das “políticas domésticas” –, imune ao exercício arbitrário de poder pelos seus funcionários ou representantes, sobretudo nas suas “margens”, onde podem ser incluídas as zonas fronteiriças.

Mas, apesar da diversidade de atores e discursos envolvidos nos debates sobre as políticas migratórias, a grande maioria dos migrantes pode ser caracterizada através da metáfora de “vagabundos” proposta por Bauman (1998). Esses são os “indesejados” da nova ordem, expulsos de onde estavam e rechaçados aonde vão. A antítese dessa

metáfora é a de “turistas”, e ambas são aqui ferramentas úteis para enfatizar a situação das migrações na era globalizada⁶.

Nem todos os migrantes são “vagabundos”, ainda que a grande maioria o seja – trabalhadores temporários pouco qualificados, ilegais, exilados, refugiados –, alguns se encaixam melhor na categoria de “turistas”. Estes últimos são geralmente executivos de grandes corporações ou especialistas em informática e outras tecnologias, aqueles com elevadas qualificações e em circulação bastante rápida. Respondendo às exigências da produtividade, competitividade e lucratividade do capitalismo flexível, são os “migrantes visíveis” (Sassen 2010), caracterizados por possuírem um alto valor agregado.

A divisão entre “turistas” e “vagabundos”, para Bauman (1998), é, sem dúvida, o maior dos fatores de estratificação da sociedade pós-moderna. Estamos todos localizados numa escala que tem como extremos o “turista perfeito” e o “vagabundo incurável”, e essa posição que ocupamos depende do grau de liberdade que temos para escolher os “itinerários da vida”. Porém, todos estão em movimento, alguns porque querem e outros porque não têm escolha, e a capacidade, ou não, de satisfazer os padrões de consumo que a sociedade exige definirá o gozo dos privilégios dos consumidores “adequados” ou os infortúnios da exclusão daqueles que se constituem consumidores “falhos”. Tanto o mercado como o Estado articulam suas ações no sentido de favorecer sempre mais os “adequados” e “controlar, vigiar e punir” os “falhos”. Cai-se aqui, inevitavelmente, na questão das desigualdades como um dos grandes motores dos fluxos migratórios na atualidade.

Mesmo reconhecendo a relevância dos fatores econômicos em moldar os fluxos internacionais de migrantes, entendemos que a explicação eminentemente econômica para tais fluxos – tal como defendida pela Escola Neoclássica – deixa de captar a complexidade das migrações na globalização. Tal escola, em uma perspectiva individualista e ahistórica, enfatiza a decisão do indivíduo em migrar através de um pleno conhecimento dos custos e benefícios de permanecer em seu país ou então migrar, onde tais decisões são fundamentalmente baseadas em aspectos econômicos.

As explicações subjetivas da partida centram-se em variáveis como o desemprego, o baixo nível de vida, expectativas de desenvolvimento pessoal, etc., que constituem geralmente as razões imediatas que os migrantes invocam para justificar a sua decisão. Ainda que não se considerem equivocadas as explicações baseadas no caráter voluntário das migrações, dadas suas especificidades, Mármora (2004) afirma que também não se pode negar que esse modelo explicativo se mostra incompleto quando se trata de perceber os aspectos que, em última instância, determinam as decisões individuais.

Dessa forma, ao explicar os fluxos migratórios essencialmente em termos dos diferenciais de salários, a teoria neoclássica fica aquém da complexidade das variáveis

⁶ “Turistas” e “vagabundos” são metáforas de Bauman para explicar as contradições da pós-modernidade.

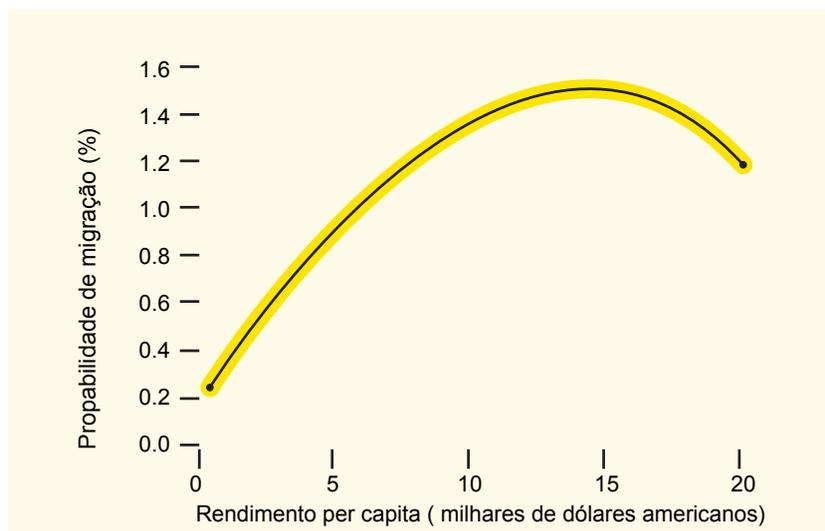
que atuam na origem dos movimentos migratórios internacionais na era globalizada.

Como destacam Massey *et al.*, são raramente as pessoas mais pobres dos países em desenvolvimento que migram para os países ricos, o que vai de encontro aos pressupostos da teoria neoclássica. “[...] com maior frequência, os migrantes são pessoas de nível social intermediário de áreas que estão passando por mudança econômica e social” (2009: 23). De forma semelhante, como sublinhado no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2009:

As pessoas de países pobres são as que menos se mudam: por exemplo, o número de africanos que se mudou para a Europa é inferior a 1%. Com efeito, a história e as evidências atuais sugerem que o desenvolvimento e a migração andam de mãos dadas: a taxa mediana de emigração num país com desenvolvimento humano baixo é inferior a 4%, ao passo que em países com níveis elevados de desenvolvimento humano é superior a 8% (2009: 13).

No mesmo relatório, com dados de Meza e Pederzini (2006), temos o seguinte gráfico, que ilustra a probabilidade de emigração por nível de rendimento nos agregados familiares mexicanos:

Figura I - Probabilidade de emigração por nível de rendimento nos agregados familiares mexicanos.



Fonte: Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2009: 25)

Assim, ao relacionarmos as taxas de emigração aos níveis de desenvolvimento dos países, observamos um gráfico em forma de parábola, onde o nível máximo de emigração corresponde a um nível intermediário de desenvolvimento; nos países muito pobres e nos muito ricos as taxas de emigração assemelham-se. É preciso considerar que “[...] a migração internacional é seletiva: apenas aqueles com o capital financeiro para cobrir os altos custos da mobilidade e o capital social para ligá-lo com oportunidades no exterior podem mover-se” (Castles; Miller 2009: 56, tradução nossa).

Muitas políticas migratórias são formuladas tendo por base essa ideia equivocada de que estamos observando uma invasão dos países desenvolvidos pelos “vagabundos” de diferentes países. Como destacado anteriormente, há várias razões para contestar essa percepção. Primeiramente, menos de 40% das migrações internacionais ocorrem no sentido Sul-Norte globais. Em segundo lugar, esse número é superestimado pelos políticos que se valem dos medos da opinião pública para a obtenção de votos e, ainda, também vimos a necessidade, para que a imigração possa se efetivar, de que haja não apenas o desejo de emigrar, mas, simultaneamente, também as condições materiais para tanto.

Portanto, os programas de desenvolvimento social e econômico empreendidos pelos países ricos na tentativa de refrear a saída de pessoas dos países pobres a curto prazo parece destinada ao fracasso. Mesmo que essa ajuda seja importante para melhorar as condições de vida em alguns países, ela é contraprodutiva a respeito de seus próprios objetivos. Conforme De Hass:

À primeira vista, estas proposições soam louváveis e parecem fazer mais sentido do que políticas que exclusivamente baseiam-se em repressão. Contudo, a crença de que a ajuda externa e o comércio irão reduzir a migração é mais problemática do que parece. Antes de mais nada, isso reflete a implícita mas contestável suposição de que a migração é indesejada e, portanto, um *problema* – a *antítese* de desenvolvimento – que consequentemente pode e deve ser ‘resolvido’ (2006: 5, tradução nossa).

Essa compreensão das migrações acaba por não considerar as formas altamente complexas nas quais os processos de desenvolvimento e migração são relacionados. De forma geral, as migrações não são um simples subproduto do desenvolvimento – ou da ausência dele –, mas estão relacionadas de forma profunda com mudanças econômicas e sociais mais amplas dentro da lógica capitalista global.

Stephen Castles, em *Why Migration Policies Fail*, ao analisar a ineficiência das políticas migratórias na atualidade, destaca alguns dos rumos equivocados que os governos têm assumido ao elaborá-las e executá-las, sendo decisivo para esse fracasso a incapacidade de perceber as dinâmicas migratórias como intrinsecamente vinculadas às características do capitalismo:

Uma das principais causas tanto da migração econômica quanto da migração forçada é o enorme fosso entre Norte e Sul em prosperidade econômica, condições sociais, segurança e direitos humanos. É bem possível, portanto, que as medidas mais importantes para a redução dos fluxos de trabalhadores indocumentados e requerentes de asilo não teriam conexão direta com a migração em si (Castles 2005: 34, tradução nossa)⁷.

Em *Las Políticas de Migraciones Internacionales*, Lelio Mármora também busca perceber essas forças que põem o migrante em movimento, queira ele ou não sair de onde está. Para o autor, o determinante primário desses movimentos são os desequilíbrios estruturais entre as economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

[...] o que faz com que as nações com mais recursos possam oferecer remunerações mais atraentes, facilidades de trabalho, melhor padrão social e condições de vida, enquanto que as nações menos favorecidas nesse desequilíbrio expulsam os recursos humanos por não ter essas condições (Mármora 2004: 180, tradução nossa).

São as condições de extrema desigualdade, tanto internacionais quanto internas, que criam o cenário mais amplo para que o indivíduo “decida” emigrar⁸. Nesse enfoque, não há independência entre os termos do binômio atração-expulsão – como se os processos migratórios fossem apenas uma questão de custos e benefícios internos de cada país –, mas esses termos estão interligados dentro da dinâmica unificada do sistema capitalista internacional através de uma relação de complementaridade.

As explicações subjetivas da partida centram-se em variáveis como o desemprego, o baixo nível de vida, poucas expectativas de desenvolvimento pessoal, etc., que constituem geralmente as razões imediatas que os migrantes invocam para justificar a sua decisão. Ainda que não se considerem equivocadas as explicações baseadas no caráter voluntário

7 Nessa mesma linha de pensamento está a vertente dos “teóricos dos sistemas mundiais”, para quem independentemente do quão restritivas as políticas migratórias sejam, os fluxos de imigrantes em direção aos países desenvolvidos não cessarão porque são consequência estrutural da expansão dos mercados, da penetração das economias subdesenvolvidas pelos países ricos dentro da hierarquia política global. Como pressuposto básico, esta escola entende que os fluxos de migrantes seguem os fluxos internacionais de capitais, mas na direção oposta, ou seja, são os investimentos estrangeiros diretos nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos – na busca por terras, matérias-primas, mão de obra barata – que criam aí uma população explorada, desenraizada, pronta a migrar (Massey et al 2009).

8 Um dos fenômenos decorrentes das disparidades econômicas e sociais existentes entre países de envio e chegada – e que simultaneamente contribui para o aumento desse hiato – é o chamado “brain drain” ou “fuga de cérebros”, entendido como a “transferência internacional de recursos sob a forma de capital humano, isto é, a migração de indivíduos com qualificações relativamente elevadas dos países em desenvolvimento para aqueles desenvolvidos” (Beine, Docquier e Rapoport 2002: 2). Essa questão, porém, deve ser problematizada à luz de outro aspecto dos fenômenos migratórios: as remessas enviadas pelos migrantes a seu país natal. Para alguns países pouco desenvolvidos, o montante de remessas recebido pode representar boa parcela de seu PIB, o que, a despeito da saída de mão de obra qualificada, compensaria esse déficit, contribuindo para o desenvolvimento nacional (Figueiredo 2005).

das migrações, dadas suas especificidades, também não se pode negar que esse modelo explicativo se mostra incompleto quando se trata de perceber os aspectos que, em última instância, determinam as decisões individuais (Mármora 2004).

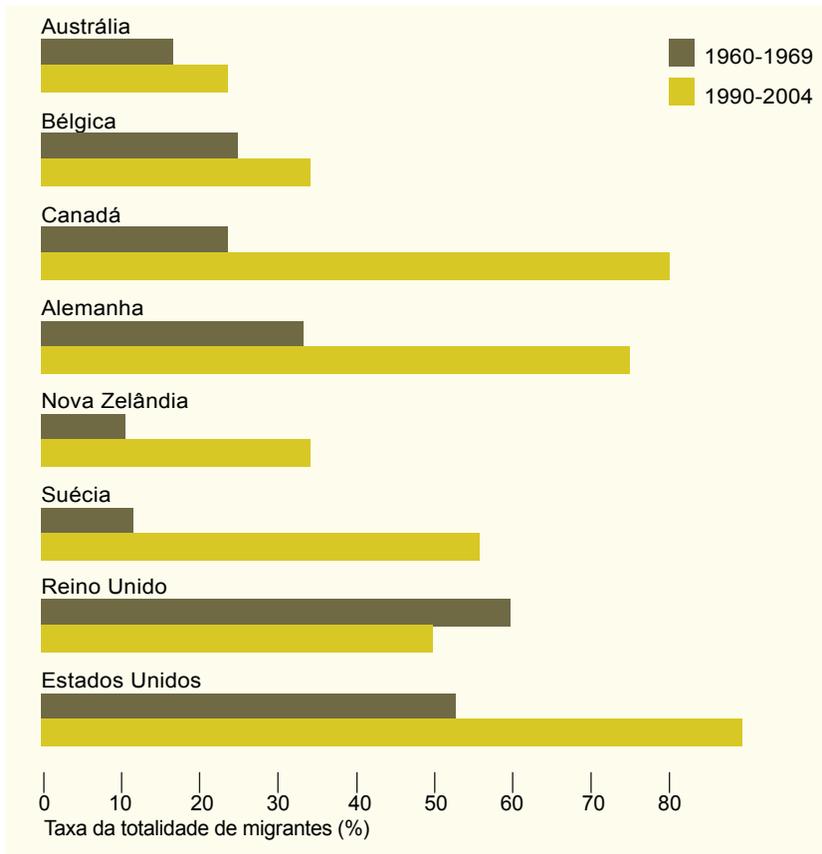
Assim, para Sayad (1998), falar a respeito dos processos migratórios é muito mais do que falar somente sobre os migrantes (imigrantes e emigrantes), é falar também das influências desses processos nas sociedades como um todo, tanto as de destino quanto as de origem, afinal, são “presenças” e “ausências” que nas últimas décadas têm adquirido outros significados e implicações que estão longe de se restringirem apenas àquelas pessoas que, de fato, participam dos fluxos migratórios, mas abrangem as sociedades participantes nos mais diversos aspectos:

‘Fato social total’, é verdade; falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica e também sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento [...] (Sayad 1998: 15).

Portanto, é preciso situar as migrações no conjunto mais amplo de condições históricas, políticas e sociais das quais emergem, sendo essa ótica de totalidade fundamental para a efetiva compreensão das problemáticas contemporâneas referentes às migrações.

Quanto à originalidade dos fluxos migratórios, o Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (GCIM 2005) destaca que ela não está no incremento quantitativo do número de migrantes; a mudança em relação às migrações de outros períodos deve ser vista como de caráter essencialmente qualitativo, afinal, o número de migrantes comparativamente à população mundial tem seguido relativamente constante no último século; o que de fato mudou foi a orientação desses fluxos, com o crescimento significativo das migrações dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos. A figura abaixo retrata esse redirecionamento dos fluxos migratórios nas últimas décadas:

Figura II - Redirecionamento dos fluxos migratórios nas últimas décadas



Fonte: Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2009:32)

Observa-se que nos anos de globalização acelerada – representados pelo período de 1990 a 2004 – houve um aumento expressivo do número de imigrantes dos países em desenvolvimento dentro da população total de imigrantes dos países desenvolvidos selecionados. Em alguns países como Canadá, Alemanha e Suécia, essas taxas de participação mais do que dobraram em relação ao intervalo de 1960 a 1969. Nos EUA, por exemplo, o percentual de imigrantes dos países em desenvolvimento passou de pouco mais de 50% entre os anos de 1960-69 para cerca de 90% entre 1990-2004; no Canadá, esse percentual passou de menos de 25% para 80%.

Assim, se observa os países desenvolvidos como os principais receptores de imigrantes no mundo. Como destaca o relatório da GCIM de 2005, cada vez mais estrangeiros estão fazendo parte da população dos países desenvolvidos. Esses países, agora, acolhem cerca de 60% de todos os migrantes internacionais (incluídos

aí os migrantes originários tanto dos países desenvolvidos quanto daqueles em desenvolvimento), estando os 40% restantes nas regiões em desenvolvimento⁹.

Esses números ganham relevância muito maior quando analisados à luz da população total dos países desenvolvidos, que contam com cerca de 1,2 bilhão de pessoas, ou seja, apenas esses 20% da população mundial¹⁰ contém 60% de todos os migrantes internacionais¹¹. O número desses migrantes nos países desenvolvidos passou de 48 milhões em 1980 para 110 milhões no ano 2000, enquanto no mesmo período o total de migrantes internacionais nos países em desenvolvimento cresceu de 52 milhões para 65 milhões (GCIM 2005). Além disso, com a emergência de novos Estados independentes após o desmantelamento da União Soviética, “nacionais” tornaram-se “estrangeiros” de uma hora para outra nesses países. Subtraindo-se essa parte da migração, os números caem pela metade.

Autores como Fix *et al.* (2009), e Papademetriou e Terrazas (2009) têm analisado se esse redirecionamento dos fluxos migratórios foi afetado pela recessão econômica de 2008-2009 – considerada a mais expressiva desde a crise de 1929 –, principalmente seus efeitos sobre possíveis migrações massivas de retorno para os países em desenvolvimento.

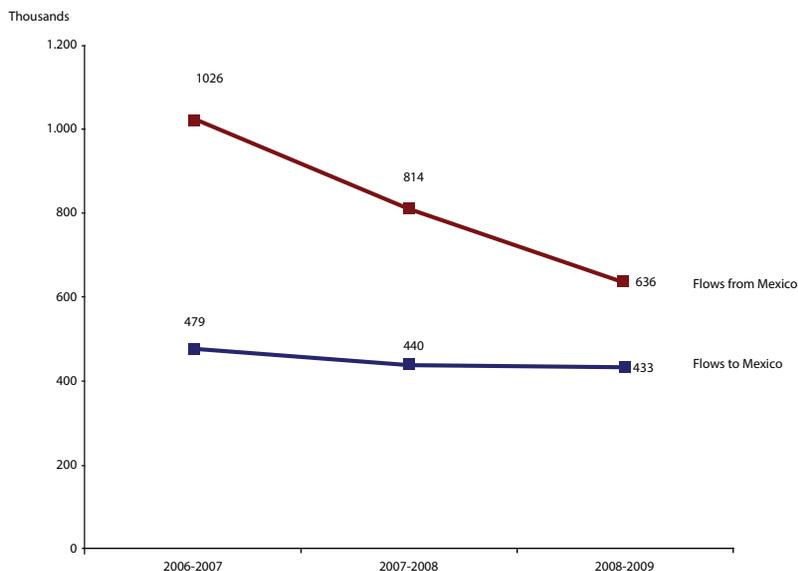
A esse respeito, Fix *et al.* (2009: 27) apresentam o seguinte gráfico:

9 Conforme o Relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM), de 2010 – com dados do ano 2000 –, em termos quantitativos, os maiores receptores de imigrantes são, respectivamente, Estados Unidos (receptor de aproximadamente 20% de todos os migrantes do mundo), Federação Russa, Alemanha, Arábia Saudita, França, Reino Unido e Espanha. Os maiores números de emigração são registrados na Rússia, México e Índia, com 12.1, 10.1 e 0.9 milhões de emigrantes, respectivamente.

10 Relatório do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) sobre a Situação da População Mundial em 2011.

11 É digno de nota que, embora os países com o maior percentual de estrangeiros na população sejam os países da região do Golfo Pérsico – Catar (86,5%), Emirados Árabes Unidos (70%) e Kuwait (68,8%) - o número total de migrantes é muito menor do que nas democracias liberais do Ocidente. O Oriente Médio, mesmo tendo 12% de sua população constituída por estrangeiros – enquanto a Europa tem 8,7% - possui apenas 26,8 milhões de imigrantes; a Europa, por sua vez, é o continente com o maior número, possuindo cerca de 77 milhões (GCIM 2005).

Figura III - Influência da recessão econômica de 2008-2009 nos fluxos migratórios em direção ao México e a partir dele



Fonte: Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, Pesquisa Nacional de Ocupação e emprego, México, 2009.

O que se observa, no caso das migrações a partir de e em direção ao México, é que nos anos em que os efeitos da crise econômica se mostraram mais intensos houve uma queda significativa nas emigrações mexicanas (de mais de um milhão entre 2006 e 2007 para 636 mil entre 2008 e 2009), contudo, ainda que mais mexicanos tenham permanecido em seu território, a emigração líquida continua positiva. Os fluxos de retorno, por sua vez, permaneceram praticamente constantes no mesmo período, observando-se mesmo uma redução de 46 mil migrações entre 2006 e 2009.

Assim, “a crise econômica mundial tem reduzido a emigração em muitas partes do mundo, mas não parece ter estimulado uma migração de retorno substancial” (OIM 2010: 3, tradução nossa) crise de fato reduziu as taxas de emigração a partir dos países em desenvolvimento, mas, na absoluta maioria dos casos, essas taxas continuam positivas, apresentando, contudo, desaceleração:

O contingente total de migrantes não tem diminuído em resposta à crise. Contudo, se tem registrado uma diminuição das correntes de novos migrantes em muitas partes do mundo, seja porque a informação sobre a redução das oportunidades se propaga através das redes de migrantes ou devido à aplicação de políticas mais restritivas em alguns países de destino (OIM 2010 :126, tradução nossa).

No caso específico das migrações do México em direção aos Estados Unidos – a corrente migratória de maior volume atualmente no mundo –, dados do Pew Hispanic Center, divulgados no relatório de 2009 do Migration Policy Institute (MPI), demonstram que de um fluxo anual de pouco mais de 1 milhão de mexicanos entre os anos de 2006-2007, observou-se números de ingresso significativamente menores entre os anos de 2008-2009, em torno de 650 mil migrantes. O que estes números ilustram é uma desaceleração dos fluxos, mas longe de implicarem em sua inversão, uma vez que os fluxos de retorno para o México foram até mesmo menores que os registrados entre 2006-2007 e 2007-2008¹².

Cabe ressaltar, também, que outro aspecto em que se baseia a originalidade das atuais migrações, diante de um panorama que tem se modificado notadamente nos últimos cinquenta anos, é o aumento do número de países que têm participado desses fluxos – sejam como países de envio ou de acolhimento –, resultando em um intenso contato intercultural e, conseqüentemente, pondo em evidência como nunca antes os conflitos trazidos por esse contato¹³.

Perante esse fenômeno, muitas sociedades, ao perceberem as possíveis “ameaças” a sua cultura ou tradição, passam por um importante processo de distanciamento em relação ao “outro”, em que as fronteiras (não só físicas como também simbólicas) entre “nós” e “eles” são cada vez mais solidificadas. Cardoso de Oliveira (1976), ao analisar o processo de constituição dos grupos étnicos, destaca, através do termo “interétnico”, o caráter eminentemente relacional da etnicidade – compreendida, aqui, como a interação estabelecida entre grupos culturais distintos em um mesmo contexto social. Assim, a manutenção das fronteiras entre esses grupos não resulta do isolamento, muito pelo contrário, quanto mais intensa a interação mais potentes e marcados tenderão a ser os limites étnicos, que operam através de uma série de contrastes entre o “próximo” e o

¹² Esses números não levam em consideração exclusivamente as migrações entre México e Estados Unidos, mas, como sublinha o relatório em questão, cerca de 97% de todos os emigrantes mexicanos vão para os Estados Unidos, enquanto 93%-96% daqueles que entram no México vem daquele país (MPI 2009).

¹³ Segundo o Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais -GCIM- (2005: 41), “As migrações internacionais são um fenômeno crescente, não só em magnitude, mas também em termos do número de países e do leque de pessoas envolvidas. Por todo o mundo, pessoas de diferentes nacionalidades, que falam línguas diferentes e que têm diferentes costumes, religiões e padrões de comportamento estão a entrar em contato umas com as outras como nunca antes tinha acontecido. Em consequência disso, a noção do Estado-Nação social ou etnicamente homogêneo, com uma única cultura, está cada vez mais ultrapassada. A maioria das sociedades caracteriza-se hoje por um grau (frequentemente elevado) de diversidade”.

“distante”¹⁴.

Sobre isso, Giddens (1995), em sua análise sobre a vida em uma sociedade pós-tradicional, propõe para a ordem global e todos os seus níveis o que chamou de “democracia dialógica”, ou seja, a possibilidade de resolução dos conflitos por meio do diálogo e não do poder arraigado. Porém, no que tange aos processos migratórios, essa proposta se constitui um horizonte distante, pois os contrastes de valores, opiniões, perspectivas e pautas de ação entre os indivíduos e/ou coletividades acentuam a hostilização ao “estranho” no lugar do reconhecimento de sua autenticidade. Assim, o resultado dessas interações não tem sido a constituição de espaços discursivos, mas sim de fundamentalismos, que também são limitadores da democracia na esfera global mais ampla.

De maneira geral, essa mesma lógica se aplica ao Estado. Diferentemente do que se observou em outros períodos da história, as migrações já não são vistas como um processo de complementaridade entre as nações, não mais uma redistribuição de recursos humanos, como o ocorrido no período de reconstrução dos países europeus após a Segunda Guerra. Durante o período da Guerra Fria, para os países desenvolvidos do Ocidente, receber imigrantes/refugiados era uma rentável propaganda, a “coroação” do capitalismo como modo de produção superior ao socialismo. Dava-se grande ênfase ao direito à mobilidade, mas agora um jogo de palavras mudou sorrateiramente a tônica da questão: fala-se muito mais no direito a permanecer no próprio país do que no direito de deixá-lo, o que pode resultar numa obrigação a ficar.

Se o atual processo de globalização também pode ser compreendido sob a ótica da intensificação dos fluxos, na verdade, o que hoje se observa é um mundo sempre mais livre para a circulação de capitais, mercadorias, imagens e informações, mas, simultaneamente, cada vez mais restritivo ao fluxo humano, pois, num contexto de iminente possibilidade de crises, o imigrante é percebido pelos países de acolhimento

14 The Detention of Asylum Seekers in the UK, de Malloch e Stanley (2005), representa outro prisma de problematização destes conflitos entre nacionais e estrangeiros. Analisando esse contexto pela ótica do risco, percebem os mecanismos de detenção de requerentes de asilo no Reino Unido como um método essencialmente punitivo que tem a intenção de amenizar o medo público a respeito dos riscos e ameaças potenciais que estes trazem para a sociedade de recepção. A situação dos candidatos a asilo é diretamente influenciada pelas preocupações da sociedade em relação à imigração, seja ela legal ou ilegal, e ao terrorismo. O grande medo está em acolher imigrantes e terroristas “disfarçados” de asilados. O procedimento é, então, colocar os requerentes de asilo em centros de detenção, cuja lógica é basicamente a mesma das penitenciárias, até que a investigação a respeito da legitimidade do pedido seja concluída pelos órgãos governamentais responsáveis. A preocupação fundamental está em diferenciar o asilado “legítimo” do “ilegítimo”, o “merecedor” do “indigno”. Sayad (1998), por sua vez, seguindo a matriz bourdiana, utiliza as implicações do conceito de habitus para problematizar a exclusão dos estrangeiros. O autor percebe as bases político-sociais sob as quais assenta o caráter construído da aversão ao imigrante, onde relações de poder estabelecidas historicamente entre as sociedades de destino e origem encontram-se introjetadas nos indivíduos – através dos processos cotidianos de socialização – sem que estes necessariamente se deem conta ao reproduzi-las.

como custo com o qual já não se pode mais arcar¹⁵.

Os imigrantes são considerados como geradores de despesas sociais como escola para os seus filhos, serviços de saúde e previdência, que acabam por cair nas contas do governo. Essa é, porém, uma crítica de fácil contestação, eles não só utilizam esses serviços, mas também, e principalmente, contribuem direta ou indiretamente para a sua manutenção, pagando muito mais em impostos do que recebendo em serviços do governo. No caso dos imigrantes ilegais, essa diferença seria ainda maior, já que estes têm grande receio de utilizar serviços públicos devido à possibilidade de serem identificados (Mármora 2004).

Para muitos países receptores, o imigrante parece que simplesmente se materializou em seu território, como se não possuísse passado (talvez muito menos futuro) – não importa de onde ou por que veio, o que importa é que trouxe problemas (será que eles já não existiam?) –, ou seja, é visto como uma doença a ser curada, mas os aspectos causais da enfermidade são simplesmente negligenciados, talvez porque muito mais problemáticos, sendo mais conveniente ignorá-los.

Mesmo com o fortalecimento do discurso dos direitos humanos nas últimas décadas, as velhas manifestações de racismo e intolerância ainda persistem, contudo, novas justificativas para a exclusão, mais complexas e dissimuladas, são desenvolvidas¹⁶. O discurso da segurança nacional está na ordem do dia, e o 11 de Setembro “caiu como uma luva” para aqueles que precisavam de “bons motivos” para legitimar a xenofobia:

Diante da inadequação do discurso dos direitos humanos para a tarefa de justificar a divisão do mundo em Estados e para a manutenção das fronteiras, e ao mesmo tempo considerando as dificuldades da legitimidade que esse tipo de discurso levanta para uma defesa da especificidade nacional baseada em critérios raciais, novas formas de justificar a exclusão estão se articulando, sobretudo em torno do conceito de segurança (Reis 2007: 58).

Portanto, tendo por base a questão das migrações, torna-se insustentável a ideia de que a globalização está dissolvendo todas as fronteiras. Mesmo com as facilidades possibilitadas pelos novos meios de transporte, que permitem rapidez a um custo relativamente baixo, e as novas tecnologias de informação e comunicação, que permitem ao migrante se informar plenamente sobre o lugar para o qual está indo, não está

15 Cabe destacar, como faz Mármora (2004), que a intensificação do controle sobre as fronteiras não significa o fechamento total da entrada para a imigração, na verdade, o que há é uma crescente triagem de quem preenche ou não os requisitos exigidos para a entrada naquele momento histórico específico.

16 A importância adquirida pelo tema dos direitos humanos na atualidade tem gerado o que Gary Freeman (1992) denomina de norma antipopulista, isto é, as elites dos Estados desenvolvidos não possuem mais a legitimidade suficiente para abordarem os fluxos migratórios pelo viés de concepções étnicas e raciais. A partir daí, novas justificativas para a exclusão são necessárias, uma vez que nenhum governo quer a sua imagem associada à violação dos direitos humanos.

garantido, pelos motivos acima analisados, um cenário de livre mobilidade.

RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Na era globalizada, a soberania do Estado-Nação tem sido cada vez mais contestada em diferentes campos e, de forma geral, os governos nacionais são percebidos como inoperantes diante das forças globalizantes, incapazes de conter a crescente autoridade dos atores não-estatais – no cenário econômico, destacam-se as empresas transnacionais e, no campo jurídico, as organizações em defesa dos direitos humanos. Moldadas a partir da relação dos Estados com o controle dos processos econômicos globais, essas percepções de “desregulamentação”, “descontrole” e “crise” também transbordam para outras esferas de atuação estatal, como as políticas migratórias aqui analisadas.

No âmbito econômico, seguindo-se a análise de Castells (2000), percebe-se as economias nacionais cada vez mais interdependentes e abertas ao capital, onde as diferentes moedas operam como “um todo em tempo real”. Daí decorre que, quando considerados de forma isolada, os Estados nacionais estão perdendo o controle de suas próprias políticas econômicas, mostrando-se crescentemente dependentes em relação aos mercados de capital globais. São as empresas transnacionais e organizações supranacionais, à sombra dos mercados financeiros, que definem os parâmetros aos quais as políticas governamentais devem se adequar¹⁷.

Castells, porém, relativiza a perda de soberania estatal defendendo que, na globalização, no lugar de extinguir-se, os Estados estão se relocando na teia de relações de poder mais ampla, ou seja, continuam a existir, mas “[...] são, e cada vez mais serão, nós de uma rede de poder mais abrangente. Os Estados-Nação frequentemente terão de confrontar-se com outros fluxos de poder na rede, que se contrapõem diretamente ao exercício de sua autoridade” (Castells 2000: 353). Saskia Sassen (2010) também problematiza o papel econômico do Estado na era globalizada, e o percurso por ela realizado parte da ideia do nacional e do global como domínios não necessariamente excludentes. A autora percebe a emergência de uma autoridade híbrida, que não é completamente privada nem completamente pública, não totalmente nacional nem totalmente global, e, assim, nega a proposição de que o nacional necessariamente declina com a emergência do global.

¹⁷ Para Castells (2000), no campo da mídia e das comunicações, que é outra esfera de poder fundamental para o Estado, o cenário não é diferente: as perspectivas de regulamentação e controle sobre informações e entretenimento são igualmente desfavoráveis. Embora os Estados tenham informatizado diversos mecanismos de vigilância e controle, as possibilidades que essas mesmas tecnologias empregadas trouxeram para os próprios cidadãos fiscalizarem o Estado têm assumido, segundo o autor, uma tendência mais significativa.

Então, concordando com Castells, Sassen defende que o Estado está tendo sua autonomia decisória questionada por outros atores, sobretudo pelas empresas transnacionais, mas não está perdendo sua influência, sendo ele próprio sujeito ativo ao negociar o seu recolhimento, ou mesmo retirada, em alguns campos de poder. Portanto, não estamos observando a derrocada dos Estados, mas estes perderam sua exclusividade e mesmo centralidade na nova ordem institucional. Os Estados, “[...] incluindo os dominantes, passaram por transformações profundas em alguns de seus componentes institucionais fundamentais” (2010: 36).

Baseando-nos, assim, na análise de Sassen, utilizamos o conceito de “desnacionalização” em detrimento de “desregulamentação” ou “liberalização” para entender esse processo de negociação estatal com os processos globais, já que estes últimos termos “[...] somente captam o retraimento do Estado na regulação da sua economia, mas não registram todas as maneiras em que o Estado participa, estabelecendo as novas estruturas que promovem a globalização [...]” (Sassen 2010: 31).

Desse modo, nos processos de “desnacionalização”, os próprios Estados podem ser vistos como protagonistas – e não apenas “vítimas” da globalização –, atuando de forma estratégica não só ao permitir como também ao criar os meios pelos quais o global pode estabelecer-se localmente. Essa visão, então, fornece interessantes argumentos a favor da relativização da fragilidade estatal na era globalizada. Conforme Sassen, o que muitas vezes é visto como deficiência política dos Estados é, na verdade, uma eficiente forma de ação política. Portanto, testemunhamos um momento em que o Estado se reposiciona entre os diferentes nós de poder na teia de relações globais, expondo uma realidade muito mais complexa do que as noções de um declínio total de sua significância podem indicar. Como enfatiza Sassen:

O enraizamento do global requer ao menos um levantamento parcial das defesas nacionais, e, por isso, sinaliza uma necessária participação do Estado, mesmo quando diz respeito à própria retirada estatal do controle da economia (2003: 242, tradução nossa).

A relevância e atualidade dos Estados no campo econômico podem ser observadas através das “cidades globais” (Sassen), que representam os eixos locais onde a economia global é materializada e, a partir daí, estruturada e gerenciada¹⁸. Representa apenas metade da história a compreensão da globalização como algo que cria uma economia

18 Massey et al. destacam os critérios teóricos desenvolvidos por Friedmann (1986) pelos quais as cidades globais podem ser identificadas empiricamente. Merecem destaque “a existência de um importante centro financeiro, a presença de matrizes corporativas transnacionais, a presença de uma organização internacional, o rápido crescimento dos negócios e serviços, a importância da cidade como um centro manufatureiro, sua importância como um nó de transporte e o tamanho de sua população. Quando aplicou esses critérios aos Estados Unidos, identificou três cidades globais primárias (Nova York, Chicago e Los Angeles) e três secundárias (Miami, Houston e São Francisco)” (2009: 93-94, tradução nossa).

espacial para além da capacidade regulatória dos Estados; “[...] a outra metade é que as funções centrais se concentram desproporcionalmente nos territórios nacionais dos países muito desenvolvidos” (Sassen 2010: 56).

Quanto mais se globalizam as atividades das empresas e mercados, maior a necessidade de uma administração central, que dê conta da complexidade das tarefas realizadas. Na exigência de recursos múltiplos para a satisfação dessas tarefas, como a prestação de serviços especializados e as redes de comunicação e informação extremamente densas, as transnacionais ainda têm nas grandes cidades o lugar mais propício para seu estabelecimento.

Assim, “[...] os mercados e suas ‘necessidades’ e ‘lógicas’ não existem em total autonomia em relação ao Estado, mas são enraizados na estrutura e estabilidade institucionais que ele proporciona” (Sassen 2010:63). Além disso, de forma decisiva, a salvaguarda da propriedade privada e a garantia da execução dos contratos e acordos entre os atores econômicos dependem necessariamente da autoridade pública legítima do Estado¹⁹.

Mas a “desnacionalização”, que é parcial e altamente específica, pode ser também observada em outros domínios além da globalização econômica, como na emergência do que Sassen chama de “classes globais” – ou seja, grupos que são simultaneamente nacionais e globais (profissionais transnacionais altamente móveis, oficiais de governo em assuntos transfronteiriços, ativistas da sociedade civil e mesmo segmentos específicos da população imigrante) – assim como nos recentes desenvolvimentos dos direitos humanos, que contestam a autoridade territorial exclusiva dos Estados.

Mas ainda que o estudo da evolução do regime internacional de direitos humanos nos mostre que há um reconhecimento crescente dos direitos individuais, independentemente da nacionalidade do indivíduo, também se percebe que o reconhecimento e a implementação desses direitos continuam dependentes dos Estados, no caso das migrações internacionais, dos Estados de destino.

Como destaca Zapata-Barrero (2010), o monopólio do controle das suas fronteiras pode ser visto como o último bastião da soberania estatal, existindo uma relação direta entre fronteira e Estado a ponto de ambos os conceitos necessitarem um do outro para sua própria definição. É essa grande capacidade, ainda efetiva, de o Estado exercer controle sobre seu território que reduz o poder explicativo dos modelos econômicos das migrações internacionais, como no caso da teoria neoclássica, que analisamos acima.

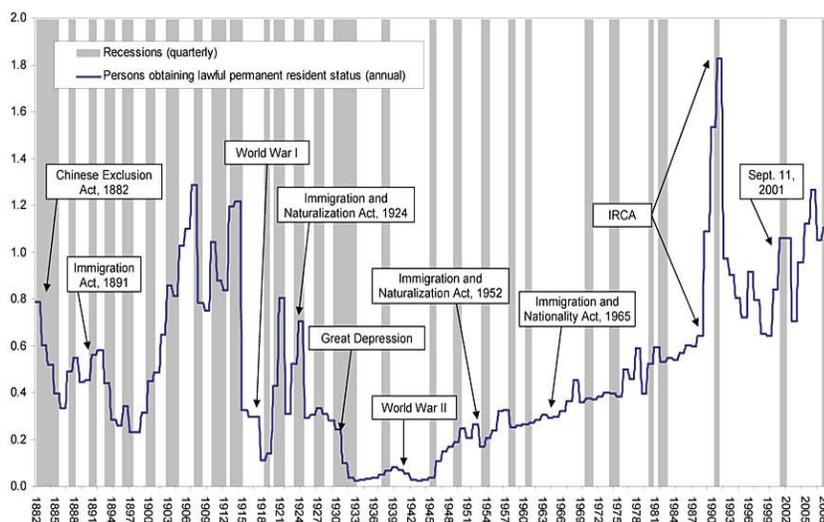
Nesse sentido, Papademetriou e Terrazas (2009) chamam a atenção para o fato de que nos EUA, mesmo durante as grandes recessões econômicas como a de 1929 e de

19 Oliveira, de forma semelhante, nos diz que o Estado “[...] ainda permanece no novo cenário mundial como Estado mínimo, com seus conflitos, interesses, barganhas e instituições, sob as estratégias do âmbito militar e diplomático” (2003: 527).

2008-2009, os fatores políticos sobressaíram aos econômicos em influenciar os fluxos migratórios internacionais legais – os imigrantes ilegais são especialmente sensíveis às condições econômicas das sociedades de destino²⁰.

No gráfico a seguir, que os autores apresentam em *Immigrants in the United States and the Current Economic Crisis* (2009), é possível ver a relação entre as políticas migratórias, os ciclos econômicos e a população estrangeira legal ingressando anualmente no país (em milhões):

Figura IV - Relação entre as políticas migratórias, os ciclos econômicos e a população estrangeira legal ingressando anualmente nos EUA



Fonte: Papademetriou e Terrazas (2009)

A diminuição na entrada de estrangeiros, afirmam os autores, se deve mais às ações estatais no sentido de controlar o volume e a composição dos fluxos migratórios em tempos de crise do que pelas dinâmicas econômicas propriamente ditas, embora estas, sem dúvida, também sejam variáveis importantes. No ano de 2001, por exemplo, o número de imigrantes aumentou mesmo durante a recessão – o que pode ser observado também de forma significativa nos anos de 1921, 1924 e 1991), estando a queda nos fluxos que seguiu a crise econômica diretamente relacionada ao clima de segurança após o 11 de Setembro. De forma semelhante, a expressiva redução da entrada de imigrantes durante a Grande Depressão (que oficialmente durou de Agosto de 1929 a Março de 1933), como

²⁰ Os únicos dois períodos desde 2000 em que a população estrangeira não autorizada nos Estados Unidos não cresceu foram na recessão mais recente e na atual recessão (2008-2009)” (Papademetriou e Terrazas, 2009, tradução nossa). Disponível em <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=723>.

mostra o gráfico acima, já era uma tendência iniciada em 1928, ano em que o Ato de Imigração aprovado em 1924 entrou em vigor, o qual impôs severas cotas, limitando a entrada anual de novos imigrantes de diferentes países.

Sobre a relevância estatal em influenciar os fluxos migratórios, Massey *et al.* (2009) enfatizam que:

As forças mais importantes que operam influenciando o volume e a composição das migrações internacionais hoje são aquelas que os Estados empregam para regular ou impedir a entrada: políticas de admissão, *de jure* ou *de facto*. [...] No mundo do final do século XX, as distâncias são pequenas mas as barreiras erigidas pelos governos são grandes, e estas últimas têm se tornado o principal fator determinando o tamanho e o caráter dos fluxos migratórios internacionais (2009: 14, tradução nossa).

Seguindo essa mesma linha, Meyers (2000) e Zolberg (1989) reconhecem o protagonismo das políticas migratórias em determinar os padrões migratórios hoje observados. Segundo eles, dado o grande número de pessoas que gostaria de migrar para os países desenvolvidos do ocidente, seja por razões econômicas ou políticas, se não fossem as políticas restritivas adotadas por esses países o panorama das migrações internacionais seria bastante diferente. Assim, Zolberg (1989, p.406, tradução nossa) enfatiza que “[...] em última análise, são as políticas dos países receptores que determinam se as migrações podem ocorrer e de que tipo serão”.

Em uma análise histórica, Massey *et al.* (2009) afirmam que, até a década de 1930, durante a era industrial, mesmo que os Estados há muito fossem soberanos no controle sobre quem entrava ou deixava seu território, eram atores relativamente pouco influentes em moldar as migrações internacionais, e isso porque ainda não havia uma preocupação significativa em definir limites para a entrada de imigrantes nem interesse maior em determinar as características dos fluxos migratórios. Esse cenário de livre movimento, porém, começou a mudar a partir da década de 1920, terminando efetivamente com a Grande Depressão, em 1929. Mas é apenas a partir da segunda metade do século XX que “[...] todos os países desenvolvidos impuseram políticas migratórias numericamente restritivas” (Massey, *et al.* 2009: 292), sendo ainda hoje o Estado quem dá a última palavra no contexto das políticas migratórias.

Mesmo que a elaboração das políticas referentes às migrações seja reflexo de negociações e acomodações de interesses distintos, não existe nenhuma instituição capaz de obrigar os Estados a aceitarem imigrantes em seu território²¹. Na ausência

21 Sobre as origens dessa configuração, Oliveira afirma que remetem ao contexto moderno europeu, mais especificamente, ao pacto de paz de Westfália, o qual vinculou a nação a um poder burocrático centralizado, “[...] estabelecendo fronteiras alicerçadas em condições de soberania e autonomia” (2010: 140).

de organização supranacional capaz de definir as políticas migratórias nacionais, a autonomia dos Estados permanece plenamente vigente:

[...] apesar de tanta divergência, a existência das fronteiras estatais é tratada pela legislação internacional como auto-evidente, e a autonomia dos Estados nas decisões sobre suas fronteiras é incontestada. Existe muito debate, é claro, sobre como e onde construir essa fronteira, mas praticamente ninguém que considere que elas não deveriam existir, ou que a decisão não deveria ser tomada pelo Estado. Mesmo as associações de defesa dos imigrantes, ou as ONGs de direitos humanos, não questionam a legitimidade do controle do Estado sobre as suas fronteiras, no máximo criticam os critérios adotados ou o tipo de política estabelecida (Reis 2007: 53).

As fronteiras, porém, mesmo sob vigilância e controle constantes dos Estados, ainda permanecem permeáveis, seja aos imigrantes indocumentados ou às exceções legais como nos casos de reunificação familiar e de asilo político. Na verdade, afirma De Haas (2006), um controle quase total do território só é possível em Estados totalitários, uma vez que níveis de controle fronteiriço maiores que os atuais só são possíveis às custas dos direitos civis e humanos, o que acaba por entrar em contradição com a própria natureza das economias capitalistas modernas. Assim, como nos dizem Massey *et al.*, mesmo que as políticas restritivas reduzam o fluxo de imigrantes em relação ao que seria em sua ausência, é preciso reconhecer que normalmente “[...] o tamanho real dos ingressos excede o especificado pela política ou imaginado pelos funcionários do governo ou pelo público como ideais” (2009: 14, tradução nossa).

Nesse sentido, para a compreensão da permeabilidade das fronteiras a despeito do controle territorial intensificado nas décadas recentes²², apresentam-se como aspectos fundamentais a capacidade de organização dos grupos pró-imigração, a dinâmica própria que os fluxos migratórios desenvolvem com o tempo (causação cumulativa), os interesses dos países de origem em se beneficiar das remessas dos emigrados e a crescente influência dos direitos humanos sobre as políticas migratórias.

Assumindo a perspectiva das “políticas domésticas” desenvolvida por Freeman (1995) e Meyers (2000), entendemos o Estado como uma arena neutra onde interagem diferentes atores com interesses distintos. São agentes administrativos de diferentes

22 Sassen, ao analisar a ineficiência das políticas migratórias norte-americanas no controle da fronteira com o México traz os seguintes dados: “após 15 anos de militarização intensificada da fronteira, nós temos a maior alta de todos os tempos na população imigrante não-autorizada estimada (cerca de 12 milhões). O orçamento anual do INS (Serviço de Imigração e Naturalização) passou de 200 milhões de dólares em 1996 para 1,6 bilhão em 2005. O número de oficiais da patrulha de fronteira passou 2.500 no início dos anos 1980 para cerca de 12.000 hoje. Backfire at the Border (Massey, 2005) encontra um forte aumento nos custos por detenção e taxas de detenção decrescentes. Antes de 1992, o custo de realizar uma prisão junto da fronteira dos EUA com o México era de \$ 300; em 2002, o custo tinha crescido 467%, para \$1.700 e a probabilidade de apreensão caiu para a menor em 40 anos apesar do aumento massivo nos gastos com o controle fronteiriço” (2006, tradução nossa) (disponível em <http://borderbattles.ssrc.org/Sassen/>).

níveis hierárquicos do governo, atores econômicos relacionados ao gerenciamento dos mercados de trabalho, organizações de empregadores, assim como atores sociais ligados tanto aos grupos de cidadãos quanto aos de imigrantes. Ainda, lembra Zapata-Barrero:

Nós devemos também incluir os atores ligados ao gerenciamento de crenças e às confissões religiosas (a Igreja Católica, já que faz parte da tradição das sociedades e é historicamente ligada ao Estado, mas também outros que desejam estar envolvidos com a formulação política). Por último, mas não menos influente, é o fator contextual da mídia (tanto escrita como audiovisual) e como ela categoriza a imigração como negativa ou positiva” (2010: 341, tradução nossa)

As políticas de migração, assim, são percebidas como o resultado de um jogo do qual esses vários atores participam, afinal, elas não são simplesmente o resultado da ação de uma entidade abstrata, o “Estado”, mas se originam de uma luta constante entre interesses divergentes na sociedade. Nessa concepção, “interesses organizados ou grupos de pressão tentam forçar os partidos, legisladores e administradores a adotarem políticas específicas” (Meyers 2000: 1258)²³. O Estado, então, é permeado pelos mais diversos grupos ideológicos, que se organizam em *lobbies* e tentam moldar tais políticas conforme suas necessidades, onde o poder de decisão encontra-se, portanto, diluído.

Portanto, partindo da visão das “políticas domésticas”, as migrações internacionais produzem benefícios concentrados e custos dispersos, ou seja, há significativa desproporção entre os grupos favorecidos e prejudicados com a chegada dos imigrantes, entre aqueles que Sassen (2006) chama de “winners” e “losers”. No primeiro desses grupos, destacam-se aqueles favoráveis às migrações, como os empregadores interessados em mão de obra desqualificada e politicamente frágil ou representantes de setores que se beneficiam do aumento populacional, como o de bens de consumo. Sassen inclui também, no contexto da intensificação do controle fronteiriço entre Estados Unidos e México, o lobby armamentista e os já mencionados “atravessadores”, que cobram taxas cada vez maiores por travessias mais difíceis e arriscadas.

No outro extremo aparecem os grupos desfavorecidos com a chegada dos imigrantes, sobretudo a população nativa com baixos níveis de qualificação profissional que, além de enfrentarem a concorrência direta por empregos com os imigrantes, arcam através dos impostos com os altos custos da militarização fronteiriça, como ocorre nos

23 Zolberg faz uma interessante crítica ao caráter exclusivamente empírico de alguns estudos que tem como foco as políticas domésticas dos Estados. Conforme o autor, muitos desses trabalhos carecem de uma teoria geral; “produzidos principalmente por historiadores ou cientistas políticos interessados em um segmento da realidade social, dentro de um limite de tempo específico e em países particulares, por especialistas em direito internacional e por estudantes de relações internacionais, a literatura sobre essas questões constitui um conjunto de dados desconexos” (1978: 242, tradução nossa). Relacionado à essa “deficiência”, está também o fato destes trabalhos se concentrarem em estudos de caso, o que pode dar peso excessivo, e indevido, às particularidades políticas de cada país em detrimento da análise de padrões mais gerais das políticas migratórias em diferentes contextos.

Estados Unidos. Participam também desse grupo, naturalmente, os próprios imigrantes, que se arriscam para cruzar as fronteiras e tem de lidar com as exigências não raro abusivas dos “coyotes”. Embora esse grupo dos “losers” seja mais numeroso, encontra, com base nessa mesma característica, dificuldades para sua organização.

Já a capacidade de articulação dos grupos pró-imigração pode ser observada em estudos como o que Carvalho (2009) realizou em Portugal entre os anos de 1991 e 2004, onde tais grupos atuam nos bastidores da política nacional. O autor observa nesse contexto que, refletindo o desinteresse da classe política em assumir publicamente os desejos desse grupo – representado nesse caso principalmente pelas empresas beneficiadas pelo trabalhadores estrangeiros – em detrimento dos demais, há significativa convergência entre as propostas dos principais partidos políticos acerca da temática migratória, “[...] sendo impossível estabelecer qualquer relação entre o posicionamento ideológico dos partidos e o carácter das políticas de controle dos fluxos migratórios executadas” (2009: 23).

Freeman (1995) observa também que, em países como Austrália, Canadá e Estados Unidos – onde as migrações são uma pauta bastante consolidada, já que remontam à construção dessas nações – os partidos políticos raramente utilizam questões migratórias em seus discursos, havendo, na verdade, uma nítida tendência em desenvolver um consenso interpartidário em torno das migrações – geralmente expansionário. Assim, os governos geralmente não favorecem de forma explícita os grupos organizados em torno das políticas migratórias; na verdade, tentam convencer certos grupos de que seus desejos estão sendo considerados.

Dada a força da opinião pública como eleitorado, assim como a relevância dos objetivos econômicos defendidos por certos grupos como os empregadores agrícolas ou da construção civil, setores esses abundantes em mão de obra estrangeira, os políticos se valem do que Castles chama de “*hidden agendas*”, ou seja, “[...] políticas que se propõem a seguir determinados objetivos, enquanto, na verdade, fazem o oposto” (2005: 29).

É nesse mesmo sentido que Czaika e De Hass (2011) referem-se ao “gap discursivo” existente entre os objetivos declarados das políticas migratórias e seus resultados efetivos, que se materializam em leis, medidas e normas. Conforme os autores, o fato de os Estados nem sempre seguirem as políticas expostas no plano discursivo não deve remeter unicamente à incapacidade estatal em gerir os fluxos migratórios, embora isso possa ser evidenciado em outras situações. O “gap discursivo”, então, é reflexo do conflito de interesses em torno da elaboração das políticas migratórias e diz respeito à tentativa dos governos em dialogar com os diferentes atores destacados anteriormente, sendo esse processo influenciado por três fatores principais:

Em primeiro lugar, as políticas migratórias são influenciadas pelas agendas relativamente ocultas de vários partidos e grupos de interesse como empresas, sin-

dicatos e grupos da sociedade civil, que muitas vezes precisam ser atendidas. Segundo, vários limitadores políticos, legais e econômicos limitam a gama de opções políticas possíveis. Por exemplo, as leis nacionais e internacionais sobre direitos humanos e refúgio colocam certos limites quando as democracias liberais tentam restringir a entrada e os direitos de famílias de migrantes e requerentes de asilo, respectivamente. Um terceiro ponto, e parcialmente relacionado, é que os discursos sobre as migrações são muitas vezes generalizantes, enquanto que a política de migração é por sua própria natureza específica para grupos e categorias particulares de migrantes. Por exemplo, se os políticos afirmam que querem reduzir a entrada de imigrantes, as políticas, na prática, geralmente focam apenas grupos específicos (Czaika e De Hass 2011: 21)

Porém, quando os Estados tentam medidas mais severas em relação aos imigrantes e precisam que tais medidas sejam explícitas – como quando buscam legitimidade perante a opinião pública no momento em que esta invoca os discursos de “crise de controle” e “invasão dos pobres”²⁴ –, deparam-se com a crescente importância adquirida pelo tema dos direitos humanos na atualidade, que tem gerado o que Gary Freeman (1992) denomina de “norma antipopulista”. Ou seja, as elites dos Estados desenvolvidos já não possuem mais a legitimidade suficiente para abordarem os fluxos migratórios pelo viés de concepções étnicas e raciais. A partir daí, novos discursos para a exclusão são necessárias, uma vez que nenhum governo quer a sua imagem associada à violação dos direitos humanos.

Nesse sentido, Freeman contribui para a compreensão da relevância da opinião pública em torno das políticas migratórias partindo da análise dos políticos como maximizadores de votos. Segundo ele, enquanto a opinião pública, que representa a grande fonte destes votos, for receosa e temerária dos riscos representados pela figura do imigrante, independentemente do quão equivocadas essas percepções possam ser, geralmente, *no campo do discurso*, é de acordo com elas que as decisões nesse âmbito serão tomadas. Contudo, na tentativa de dialogar com outros atores cujos interesses estão em contraste com os da população em geral quanto à entrada de imigrantes, como os setores manufatureiro e agrícola, os Estados deliberadamente permitem que certo contingente de imigrantes entre no país para preencher essas demandas, e isso sem assumir explicitamente que essa entrada foi permitida, do contrário haveria desaprovação por parte do eleitorado.

Portanto:

24 A esse respeito, é interessante o diálogo que Das e Poole (2009), estabelecem entre as práticas nas “margens” do Estado e a concepção weberiana deste. Segundo as autoras, o monopólio sobre a violência física é um processo contínua e cotidianamente salvaguardado, sendo que o próprio Estado pode acionar os discursos acima mencionados de “desordem” e “crise” de controle quando precisa legitimar seu poder sobre aqueles que ameaçam sua soberania, no contexto em questão, os imigrantes, principalmente os ilegais.

Para entender as forças por trás das políticas que eles [governos] adotam, nós precisamos investigar como os funcionários públicos interagem com grupos organizados entre as eleições, porque as políticas migratórias nas democracias liberais são dominadas pelo público organizado. A direção da política é principalmente uma função de quais fragmentos do público tem os incentivos e recursos para se organizar em torno das questões migratórias. Como se pode observar, aqueles que se beneficiam da imigração de forma direta e concreta estão melhor localizados para se organizar do que aqueles que carregam os custos da imigração. [...] É útil pensar o controle e regulação imigratório como um bem público que precisa de um eleitorado concreto e organizado para produzi-lo (Freeman 1995: 885).

Um importante exemplo de contraste de interesses nas políticas de migração se dá nos EUA, entre as grandes indústrias, principalmente as de caráter agrícola e manufatureiras e a opinião pública em geral. Esta última, amedrontada com o terrorismo ou com o suposto desemprego catalisado pela chegada de imigrantes, é fervorosa quanto à necessidade de se afastar os estrangeiros do território. As indústrias, porém, necessitando de trabalhadores que aceitem salários menores e tenham poucas possibilidades, ou nenhuma, de reivindicar melhores condições de trabalho, veem na imigração um bom negócio. Contudo, essas posições flutuam com o tempo, nesse caso, devido às modificações do cenário econômico da sociedade de recepção. Quando a economia já não se mostra em franca expansão, apresentando períodos de recessão, prevalece o interesse daqueles que não toleram o fluxo migratório.

Um segundo fator explicativo para as dificuldades que os países de recepção têm encontrado em gerir os fluxos de imigrantes diz respeito à independência que as migrações, conforme vão se desenvolvendo, apresentam em relação aos fatores que inicialmente as impulsionaram. Como nos dizem Castles e Miller (2009), “os movimentos migratórios, uma vez começados, tornam-se processos sociais auto-sustentados” (p.29). No caso dos programas de recrutamento de mão-de-obra estrangeira, como o *bracero program* – implantado pelos EUA para atrair trabalhadores mexicanos por curtos períodos de tempo –, por exemplo, mesmo após seu encerramento, o fluxo de imigrantes por eles gerado persiste devido ao estabelecimento de redes sociais, as quais contribuem para menores custos e riscos para aqueles que empreenderão a migração²⁵.

Segundo Massey *et al.* as redes de migrantes – entendidas como “[...] conjuntos de laços interpessoais que conectam migrantes, antigos migrantes e não migrantes em áreas de destino e origem através de relações de parentesco, amizade e origem comunitária comum” (2009: 42) – constituem uma forma de capital social que as pessoas podem recorrer para obter acesso a vários tipos de capital financeiro: emprego no exterior, altos

25 Massey (2005) acrescenta, além do estabelecimento de redes sociais, duas outras dinâmicas inerentes aos processos migratórios que contribuem para que estes se tornem auto-sustentados uma vez iniciados: a agência dos migrantes e a dependência estrutural entre países de emigração e imigração.

salários e a possibilidade de acumular poupanças e enviar remessas.

Reconhecendo a importância de se considerar as redes de migrantes quando da elaboração das políticas migratórias, Castles e Miller afirmam que:

A falha dos decisores políticos e analistas em ver a migração internacional como um processo social dinâmico está na raiz de muitos problemas políticos e sociais. A fonte dessa falha é muitas vezes um foco unilateral em modelos econômicos das migrações, os quais afirmam que a migração é uma resposta individual a fatores de mercado. Isso tem conduzido à crença de que a migração pode ser aberta e fechado como uma torneira, mudando as configurações políticas que influenciam os custos e benefícios da mobilidade para os imigrantes. Mas a migração pode continuar devido a fatores sociais, mesmo quando os fatores econômicos que iniciaram o movimento foram completamente transformados (2009: 33, tradução nossa).

Tornando ainda mais complexa a tarefa dos Estados receptores de controlar os fluxos migratórios, aparece a influência dos Estados de origem em iniciar e estimular a saída de seus cidadãos. Nesse contexto, a questão das remessas que os imigrantes enviam a seu país de origem surge como uma variável de destaque na compreensão do papel ativo que esses países desempenham ao promover a emigração de certos setores de sua população²⁶.

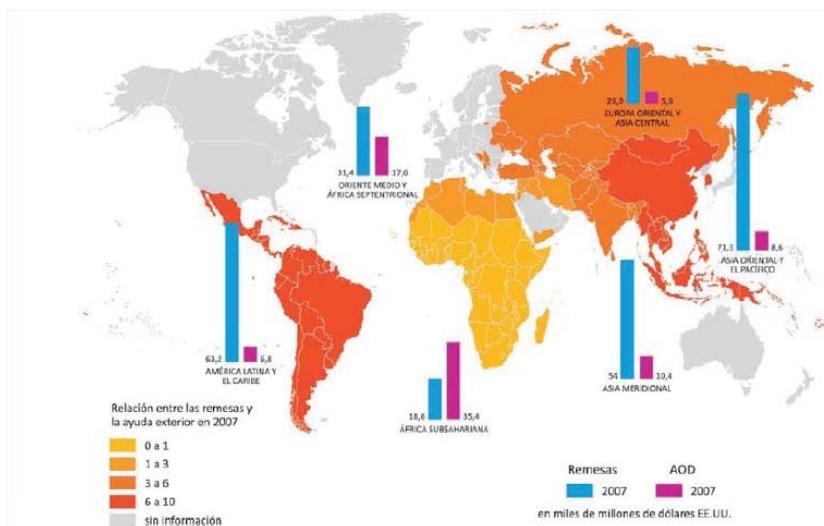
Para alguns países pouco desenvolvidos, destaca Figueiredo (2005), o montante de remessas recebido pode representar boa parcela do PIB, o que, mesmo no caso da saída de mão de obra qualificada, compensaria esse déficit, contribuindo para o desenvolvimento nacional²⁷.

Ilustrando a relevância das remessas em determinados contextos, o gráfico abaixo retrata a relação entre remessas e ajuda exterior – assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) e ajuda oficial – por regiões do mundo em 2007:

²⁶ Outros fatores destacados por Massey (2005) em torno dos quais alguns países em desenvolvimento se organizam para estimular as emigrações são a redução do desemprego, melhora na balança de pagamentos e garantia de capital para investimento.

²⁷ Contudo, como alertam Massey et al., “[...] um excesso de confiança na exportação de trabalho como uma estratégia para o desenvolvimento econômico geralmente produz resultados desapontadores. Em países onde o trabalho e/ou capital humano estão em relativo excesso, entretanto, políticas que facilitam a emigração e que capturam uma significativa porção das remessas resultantes para investimento podem fornecer um complemento valioso, mas não um substituto, para uma política de desenvolvimento nacional bem projetada e cuidadosamente executada” (2009: 222, tradução nossa).

Figura V - Relação entre remessas e ajuda exterior por regiões do mundo em 2007



Fonte: Relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2010)

Conforme observado acima, regiões com rendas médias como América Latina e Caribe e Ásia Oriental e Pacífico apresentam as diferenças mais significativas entre remessas e ajuda exterior, enquanto que esta última é mais expressiva apenas na África Subsariana. Relacionando essa questão com a ideia que salientamos anteriormente de que não são os mais pobres aqueles que mais migram – dada sobretudo a escassez de recursos para empreender a migração –, é possível assim contestar a capacidade distributiva das remessas e sua contribuição para o desenvolvimento nacional dos países mais pobres²⁸.

O outro fator que interfere na autonomia do Estado no campo das políticas migratórias é o discurso dos direitos humanos. Mesmo que não se possa obrigá-lo a aceitar imigrantes contra sua vontade pode-se pressioná-lo e constrangê-lo, como fazem diferentes atores atualmente, com destaque para as organizações humanitárias e defensoras dos migrantes, sendo notório que o poder dos dispositivos jurídicos e de convenções internacionais relacionados aos direitos humanos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. De forma paradoxal, enquanto os países

²⁸ Além disso, conforme destacam Massey et al. (2009) a partir de evidências do caso mexicano, as remessas como estratégia de desenvolvimento não cessarão os fluxos migratórios a partir dos países em desenvolvimento; ao contrário, no momento em que podem aumentar a privação relativa na sociedade de origem, concentrando sobretudo o acesso a terra, as remessas podem motivar mais migração.

desenvolvidos tentam controlar cada vez mais a entrada de imigrantes, sua capacidade para tanto se mostra crescentemente limitada pelos constrangimentos legais relacionados ao discurso dos direitos humanos. “A capacidade dos governos de afetar os níveis gerais de imigração e emigração parecem diminuir à medida que o nível de autoritarismo decresce” (Czaika, M e De Hass, 2011: 6, tradução nossa).

Conforme Sassen (1996), o conceito de nacionalidade tem sido parcialmente deslocado de um princípio que reforça a soberania estatal e a auto-determinação – através do direito/poder do Estado para definir seus nacionais – para um conceito que enfatiza o Estado como responsável por todos os seus residentes com base nas leis internacionais sobre os direitos humanos. O direito internacional ainda protege a soberania e tem no Estado seu principal objeto, mas este não é mais seu único sujeito. Junto com todas as suas outras funções, o Estado se torna um aparato institucional de uma ordem transnacional baseada nos direitos humanos.

Nesse processo, as relações entre entidades não-governamentais, o Estado e instituições internacionais é reconfigurada. Indivíduos e ONGs podem contestar o Estado – aquele em que residem ou outro – e podem participar de debates e ações a respeito da ordem legal internacional. Essas mudanças, assim, criam novas condições às quais a ordem institucional vigente deve se acomodar. Mesmo fortes nacionalismos ou resistências étnicas precisam confrontar-se com a inegável existência do regime internacional de direitos humanos.

Perante tais reconfigurações, onde cada vez mais atores podem contestar os Estados e assumir papéis de destaque na formulação política, sobretudo nas políticas migratórias, emerge uma incapacidade crescente de o Estado-Nação satisfazer simultaneamente a essa grande diversidade de demandas, o que o está levando a uma crise de legitimação. De acordo com Reis (2007: 20), “[...] é a falta de consenso e de vontade política, muito mais do que a incapacidade institucional, que se apresenta como responsável pela dificuldade dos Estados em controlar os fluxos migratórios”.

Nos casos francês e norte-americano, por exemplo, analisados por Reis (2007), a forma de se conceber a nação tem influenciado de forma decisiva na construção das políticas migratórias e de nacionalidade desses países. Na França há, no mínimo, três correntes de grande relevância nesse sentido: o republicanismo, que vem exercendo sua hegemonia pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, define a nação através do contrato social (critério eminentemente político) e percebe os homens como fundamentalmente iguais; o tradicionalismo, por sua vez, entende os homens como necessariamente diferentes, pois defende a existência de uma ligação estreita entre nacionalidade e cultura; já o multiculturalismo, que surgiu recentemente, ainda que afirme a diferença entre os homens, não acredita que a nacionalidade deva ser fundada nessas diferenças.

Já no caso dos EUA, a percepção do país como uma nação de brancos protestantes

ou como uma terra de imigração por excelência confere bases fundamentalmente antagônicas para a elaboração e estabelecimento das políticas migratórias. São, portanto, as concepções particulares de humanidade e da relação entre nacional e estrangeiro de cada uma dessas ideologias que, quando hegemônicas dentro da nação, orientam a conduta política no âmbito das políticas de migração.

Há, assim, em uma mesma sociedade, grupos que se consideram prejudicados ou beneficiados com as migrações e cada um deles usa os mecanismos e ferramentas de que dispõe para buscar seus interesses. Contudo, como é óbvio, nem todos podem sair satisfeitos, sendo as migrações um campo de fortes conflitos sociais e estes são tanto mais intensos quanto mais democrática for a sociedade em questão, uma vez que as restrições impostas à liberdade de expressão mostram-se menores nas democracias há muito consolidadas²⁹.

Dessa constatação, outra pode ser extraída: diz respeito ao caráter instável das políticas migratórias e manifestas contradições e incongruências no seu estabelecimento³⁰, que são reflexo da dificuldade crescente de se alcançar um consenso razoável entre os diferentes atores evidenciados anteriormente que participam do processo de construção do Estado e de suas políticas. Na globalização, portanto, “a crescente diversificação e fragmentação de interesses sociais resultam na agregação de tais interesses sob a forma de identidades (re)construídas, as quais submetem ao Estado-Nação as reivindicações, exigências e desafios da sociedade civil (Castells 2000: 317).

CONCLUSÃO

Os fluxos migratórios, na esteira dos processos de globalização, assumiram características originais na atualidade. A lógica que agora se estabelece não é de complementaridade entre as nações, mas de redistribuição dos “problemas” do mundo. Aceitar os imigrantes de “braços abertos”, como se observava durante a Guerra Fria, já não é mais possível, esse é um custo muito alto. Se aceitos, é porque, em um determinado

29 Conforme Reis (2007: 47), “[...] a publicidade e a pressão dos grupos internacionais são muito mais eficientes e importantes em países com constituições democráticas liberais, isso porque, nesses casos, a legislação doméstica reconhece grande parte dos direitos humanos presentes nos tratados internacionais”.

30 Reis, referindo-se às mudanças implementadas pelas Leis Pasqua na França, percebe que “Alguns estrangeiros que eram protegidos da expulsão por leis anteriores tornaram-se ilegalizáveis. As Leis Pasqua proíbem a regularização a posteriori. Entretanto, legislações anteriores impedem que um estrangeiro com laços familiares na França seja expulso. No caso, por exemplo, de um estrangeiro que entrou irregularmente, e teve um filho com um francês (a), ou de um imigrante legal que teve seu visto expirado e tem filhos franceses, eles não podem ser, segundo a nova lei, regularizados, e segundo a ordenança de 1945, serem expulsos” (Reis 2007: 141). Conforme a autora, tais mudanças arbitrárias nas legislações são um reflexo da dificuldade crescente de se alcançar um consenso razoável entre os diferentes atores políticos participantes do processo de construção do Estado e de suas políticas.

contexto, são “necessários”, “úteis” aos interesses de alguém. Assim, é preciso situar tais migrações como sendo reflexo dos desequilíbrios macroeconômicos cada vez mais agudizados por uma ordem que busca crescimento econômico sem desenvolvimento social equitativo.

Nesse contexto, as migrações sofreram muito mais alterações qualitativas do que quantitativas, afinal, nas últimas décadas, a relação entre o número total de migrantes e a população mundial tem ficado relativamente estável. Ainda que os números absolutos permaneçam constantes, cada vez mais países estão participando desses movimentos, seja como países de envio ou de recepção. A partir da intensificação dos contatos interculturais daí resultantes, o tema das migrações tem se tornado um campo repleto de conflitos sociais.

Os impactos trazidos por este tema são bastante difusos, afetando diversos grupos sociais que, interagindo com outras organizações e instituições transnacionais, colocam os Estados dentro de um novo e amplo campo de lutas políticas. Neste novo espaço político, os Estados são pressionados no sentido de satisfazerem uma pluralidade de demandas por direitos sociais e políticos de um número cada vez maior de migrantes “visíveis” e “invisíveis”, e assim abrirem o diálogo com novos atores sobre a questão da mobilidade humana na contemporaneidade.

Portanto, diante da complexidade de implicações decorrentes dos atuais movimentos migratórios, cada Estado vê-se diante da difícil tarefa de lidar com diferentes demandas internas sem entrar em conflito, de um lado, com a nova ordem global e outros processos transnacionais como os direitos humanos, de outro lado, com os amplos debates políticos relacionados à opinião pública, os quais têm tido fortes influências sobre as configurações das políticas migratórias.

Percebemos, assim, que o poder decisório estatal a respeito de suas fronteiras não é centralizado, mas encontra-se difuso, suas decisões são moldadas por diferentes atores dialogando e conflitando na esfera política, cada qual vendo na questão das migrações um importante instrumento na consecução de seus objetivos específicos, colocando assim, novos desafios sociopolíticos aos Estados.

Concluindo, reafirmamos que as transformações resultantes do capitalismo tardio/multinacional, dos acordos internacionais de direitos humanos e da ampliação dos atores políticos relacionados com os fluxos migratórios evidenciam não uma crise por parte do Estado no controle das migrações, mas sim a complexidade de novos processos transnacionais que precisam ser considerados nas formulações e execuções das políticas migratórias.

Neste contexto, entendemos a necessidade de se pensar sobre a participação dos Estados em negociações multilaterais que envolvem a participação de atores não-estatais, referentes aos fluxos e políticas migratórias, ou, aquilo que Sassen (1999) chama de “arquitetura do multilateralismo”, que faz emergir novas opções políticas para a

questão das migrações e novas condições de complexidade para as políticas migratórias considerando-se o atual processo de globalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. 1998. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BEINE, M., DOCQUIER, F. e RAPOPORT, H. 2002. “Brain Drain and LDC’s Growth: Winners and Losers”. Center for Research on Economic Development and Policy Reform, nº 129.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.
- CARVALHO, João. 2009. *A Política de Imigração do Estado Português entre 1991 e 2004*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CASTELLS, Manuel. 2000. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTLES, Stephen. 2005. “Why Migration Policies Fail” In: Report of Valladolid, Espanha, 2005, pp 21-40.
- CASTLES, S. e MILLER, M. 2009. *The Age of Migration*. New York: Palgrave.
- CZAIKA, M. e DE HASS, H. 2011 “The effectiveness of immigration policies”. In Working Papers. International Migration Institute, University of Oxford.
- DAS, Veena e POOLE, Deborah. 2009. *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research Press, Santa Fé.
- DE HASS, Hein. 2006. “Turning the tide? Why ‘development instead of migration’ policies are bound to fail”. In Working Papers International Migration Institute, University of Oxford.
- FIGUEIREDO, Joana M. 2005. *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento: Realidades Compatíveis no Contexto Europeu?* Lisboa: Textype.
- FIX et al. 2009. “Migration and the Global Recession”. In Migration Policy Institute, Washington.
- FREEMAN, Gary. 1992. “Migration Policy and Politics in the Receiving States”. In: *International Migration Review*, Vol. 26, Nº 4, Nova York, pp 1144-1167.
- _____. 1995. “Modes of Immigration Politics in Liberal Democratic States”. In *International Migration Review*, 29, pp. 881-903.
- FRIEDMANN, John. 1986. *The World City Hypothesis, Development and Change*. 17:69-83.
- GCIM. 2005. *Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. As Migrações num Mundo Interligado: Novas Linhas de Ação*.
- GIDDENS, Anthony 1995. *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP.
- _____. 1990. *The Consequences of Modernity*. California: Stanford University Press.

- IANNI, Octavio. 1995. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JAMESON, Fredric. 2000. Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática.
- MALLOCH, M. S., STANLEY, E. 2005. "The Detention of Asylum Seekers in the UK". In: Punishment & Society. Vol. 7, pp. 53-71.
- MÁRMORA, Lelio. 2004. Las Políticas de Migraciones Internacionales. Buenos Aires Alianza Editorial S.A.
- MASSEY, Douglas. 2005. "Backfire at the Border". In Center for Trade Policy Studies, n.29.
- MASSEY, Douglas et al. 2009. Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium. New York: Oxford University Press Inc.
- MEYERS, Eytan. 2000. "Theories os International Immigration Policies: A comparative Analysis". In International Migration Review, 34, pp. 1245-1283.
- MEZA, L. e PEDERZINI, C. 2006. Condiciones Laborales Familiares y la Decision de Migracion: El Caso de México. Documento de apoyo del Informe sobre Desarrollo Humano México 2006-2007. Mexico City: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.
- MITCHELL, Christopher. 2003. "Perspectiva Comparada sobre Transnacionalismo entre Imigrantes Brasileiros nos Estados Unidos". In: Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais/ Ana Cristina Braga Martes e Soraya Resende Fleischer (org.) São Paulo: Paz e Terra, pp.33-50.
- MPI. 2009. Pay to Go: Countries offer cash to immigrants willing to pack their bags. Disponível em <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=749>
- OIM. 2010. Informe sobre las Migraciones en el Mundo. El Futuro de la Migración: Creación de Capacidades para el Cambio. Genebra, Suíça.
- OLIVEIRA, Adriana. 2010. "As migrações internacionais e as políticas dos Estados: uma questão de segurança (desde quando?)" In Novos atores e relações internacionais. Lídia M. Vianna Possas, José Blanes Sala (orgs.). São Paulo : Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, pp.137-152.
- OLIVEIRA, Odete. 2003. "A Era da Globalização e a Emergente Cidadania Mundial" In: Cidadania e Nacionalidade: Efeitos e Perspectivas: Nacionais- Regionais- Globais. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, pp. 463-544.
- PAPADEMETRIOU, D. e TERRAZAS, Aaron. 2009. Immigrants in the United States and the Current Economic Crisis. Disponível em <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=723>.
- PNUD. 2009. Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos. Disponível em <http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2009-portuguese.pdf>
- REIS, Rossana. 2007. Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.

- ROBERTSON, Roland. 1994. "Mapeamento da Condição Global: Globalização como Conceito Central" In: Featherstone, Mike. *Cultura Global – Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis: Vozes, pp. 23-39.
- SASSEN, Saskia. 1996. *Losing Control? Sovereignty in an Age of Globalization*. New York, Columbia University Press.
- _____.1999. *Globalization and its Discontents*, New Press.
- _____. 2003. *The State and Globalization*. In *Interventions*, pp. 241-248.
- _____.2006. *Territory, Authority, Rights: from medieval to global assemblages*, Princeton University Press.
- _____.2010. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed.
- SAYAD, Abdelmalek. 1998. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- UNFPA. 2011. *Pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões*. Disponível em <http://www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>
- VIEIRA, Liszt. 2005. *Cidadania e Globalização*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- ZAPATA-BARRERO, Ricard. 2010. "Theorizing State Behavior in International Migrations: An Evaluative Ethical Framework" In *Social Research*, vol 77, pp. 325-352.
- ZOLBERG, Aristide. 1978. "International Migration Policies in a Changing World System". In *Human Migration, Patterns and Policies*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 241-286.
- _____. 1989. "The Next Waves: Migration Theory for a Changing World" In *International Migration Review*, pp. 403-430.

ABSTRACT

As a constituent part of the current process of globalization, international migration flows assumed original features resulting from reciprocal relations with this step, also known as late/multinational capitalism. The sociopolitical, economic and cultural implications of this process have led states to reorient their role in border control. However, the complexity of the systems of regulation and barriers to human mobility nowadays have generated a redefinition of the relationship of autonomy/subordination of states against other influential

actors in the elaboration of migration policies, setting up a major political field. In this sense, and focusing the specificities of the United States and France, our main objective is to examine the issues surrounding the role of the developed states in the development/implementation of migration policies in relation to the demands of different local and global actors. Our analysis is built around contemporary social theory, based on the studies of Saskia Sassen, Rossana Reis and Douglas Massey.

KEYWORDS

Globalization, migration, state, migration policies.

SUBMETIDO EM

Março de 2012

APROVADO EM

Agosto de 2012

HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

Professor Associado da UFMS-RS - Departamento de Ciências Sociais. Doutor e Mestre em Educação. Especialista em História da América Latina e em Filosofia Contemporânea. Graduado em História. É líder do Grupo de Pesquisa-CNPq: “Globalização e Cidadania em perspectiva interdisciplinar”.

Contato: holgonsi@yahoo.com.br.

EDU MORAIS DE SOUZA

Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria-RS.

Contato: edumstrf@yahoo.com.br.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO POLÍTICA DEMOCRÁTICA EM BELO HORIZONTE

CRISTINA MARGARIDA MARTINS SERRA GRANADO

RESUMO

Pretende-se analisar no presente artigo o Orçamento Participativo (OP) como uma política de participação da iniciativa do poder executivo municipal procurando averiguar quais são os fatores que levam o governo a incentivar a participação da sociedade civil na definição das prioridades de investimento municipal e em que medida a participação do cidadão neste contexto influencia o processo de tomada de decisão e contribui para o reforço da legitimidade do sistema democrático e eficácia da gestão pública local.

Tem por base uma pesquisa centrada na aplicação do OP em Belo Horizonte, considerando o discurso sobre a participação por parte de quem tem poder

no desenvolvimento do processo: eleitos, técnicos e lideranças comunitárias; como decorre o processo participativo e quais os resultados obtidos.

Discute-se ao longo do texto nove aspetos que acompanham a implementação e desenvolvimento do OP: 1) os motivos para a sua implementação; 2) os motivos que levam o cidadão a participar; 3) o processo participativo: assuntos colocados em discussão; 4) a relação da administração local com a comunidade; 5) a gestão dos conflitos e negociação no processo participativo; 6) resultados da participação; 7) obras antes e depois do OP e 8) os fatores do seu sucesso.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia, participação, política pública, orçamento participativo.

INTRODUÇÃO

A reflexão apresentada neste artigo é consequência de uma investigação para doutoramento em sociologia sobre o Orçamento Participativo. A motivação para estudar uma política de participação cuja iniciativa é do poder político eleito localmente, como é o caso do OP, prende-se com a curiosidade de perceber o que motiva o poder a acionar uma política que visa incluir o cidadão na escolha das prioridades de investimento, como é organizada e mantida ao longo do tempo a participação e quais os resultados obtidos. O estudo do OP torna-se mais pertinente quando a atual imagem da democracia representativa apresenta um poder eleito cada vez mais afastado dos representados de quem esperam apenas um carácter meramente formal de participação através do voto de quatro em quatro anos, sendo depois no geral, excluídos de qualquer processo de tomada de decisão sobre políticas públicas.

Pretende-se, ao discutir as políticas de participação municipal, contribuir com a análise do poder local como instrumento para problematizar o pensamento político, ensaiar novas experiências de desenvolvimento e novas responsabilidades de democratização.

Pretende-se, também, caracterizar e interpretar sociologicamente as novas formas de participação na sociedade democrática, tendo como objetivos: analisar qual tem sido o discurso dos eleitos e detentores do poder autárquico em relação à participação política dos cidadãos, tentando detetar as motivações para acionar políticas de participação; verificar qual o papel dos eleitos/políticos, técnicos e lideranças comunitárias nos processos de participação: discurso sobre a participação; processo participativo e análise dos resultados do OP; comparar as representações dos atores envolvidos sobre o papel do cidadão na democracia local: por que deve o cidadão participar e que formas e assuntos essa participação deve comportar; verificar se existe maior legitimação e eficácia do poder político e identificar quais fatores permitem ao Estado local abrir caminhos para mobilizar a população e que poder é conferido a cada ator no processo de participação.

A metodologia utilizada teve como principal técnica a entrevista semi-diretiva realizada com os diversos agentes intervenientes no OP de Belo Horizonte: poder político, técnicos e lideranças locais. A seleção dos entrevistados teve como critério o de serem os principais agentes políticos nos processos de decisão (poder político) e o protagonismo assumido na implementação do OP (técnicos e lideranças locais). Foram realizadas um total de vinte e nove entrevistas (seis ao poder executivo; sete ao poder legislativo; nove a técnicos autárquicos e sete a lideranças locais). Para a análise dos resultados recorreu-se a uma análise de conteúdo categorial de cada uma das dimensões, identificando as variáveis que definem os discursos dos entrevistados. Recorreu-se igualmente a extratos das entrevistas que contribuem para validar a análise efetuada.

A problemática teórica da investigação inscreve-se no domínio da democracia, privilegiando neste debate as formas de participação nos processos de produção de uma legitimidade pública do poder político.

No início do séc. XX, o sociólogo Michels (1989) referia como um dos aspetos positivos da democracia o princípio que nega o direito do nascimento (monarquia) para, através dessa via, o indivíduo adquirir poder sobre os outros, colocando deste modo todos os cidadãos em pé de igualdade perante à lei, concedendo assim a cada um a possibilidade de ascender aos degraus mais altos da escala social. O princípio básico é que, em democracia, a totalidade do povo é responsável pelos que exercem o poder e que estão na dependência desse mesmo povo. A era da democracia liquidou as formas mais antigas e mais rígidas da aristocracia, pelo menos em aspetos importantes da vida constitucional e mesmo o pensamento conservador e totalitário comporta-se democraticamente no Estado moderno, onde todos os agentes da vida pública falam e combatem em nome do povo, em nome da totalidade.

O problema da reflexão em torno da democracia não é tanto em termos de questioná-la como sistema político, já que é mais consensual, face aos regimes autocráticos e ditatoriais mas das interrogações cada vez mais frequentes sobre as insuficiências na aplicação prática dos seus ideais e princípios. De fato, a democracia política não tem conseguido ultrapassar a continuidade do domínio de uma minoria sobre a maioria, nem evitar a sub-representação de interesses mais frágeis e uma ausência de participação do cidadão na vida quotidiana.

As críticas dirigidas contra o sistema representativo são particularmente ilustrativas de um Estado que não satisfaz a todos os setores da população, muito particularmente aos mais desfavorecidos, acabando por ser bastante “absolutista”. Estamos numa situação em que a vida política a todo o momento ganha formas mais complexas, fazendo com que se torne cada vez mais irracional a ideia de querer “representar” uma massa de cidadãos socialmente complexa em toda a enorme multiplicidade de problemas políticos e económicos altamente diferenciados.

Retomando os teóricos clássicos como Rousseau e Mill, a democracia participativa surge como um modelo que se caracteriza por pressupostos teóricos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Baseia-se na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais.

Diferente da democracia representativa que confere ao sufrágio universal a legitimidade para a autoridade do exercício do poder, a democracia participativa propõe que as decisões sejam fruto de discussões coletivas e públicas que se expressam em institui-

ções desenhadas para o exercício efetivo dessa autoridade coletiva (Held 1996; Putnam 1996).

A deliberação é um estímulo à participação. A concepção da democracia deliberativa prevê formas participativas mais institucionalizadas, tendo em vista não apenas a discussão pública de um sujeito plural, como também o poder de decisão, à luz do estabelecimento — público e coletivo — de ideias ou princípios vinculados à promoção do bem comum (Cohen 1975). O que distingue a democracia participativa da democracia deliberativa é precisamente o poder de decisão conferido nos processos participativos. A democratização deliberativa implicaria uma maior transparência em muitas áreas do governo em particular na gestão dos recursos financeiros.

O Orçamento Participativo surge como uma proposta democracia participativa e pode definir-se como uma política pública que intervém na regulação da economia pelo social moldando a política social pública, pela ativa intervenção cidadã nas prioridades de investimento. A vontade do cidadão é considerada nas decisões que dizem respeito a obras em comunidades locais. Através da prática da deliberação o OP reforça grandemente a participação, além de restaurar a confiança na política como atividade popular e como autoconstrução cidadã (Oliveira 1993).

Sintomer e Gret (2003) referem que a justificação para avançar com o OP no Brasil, foi essencialmente política. Mais especificamente, defendia-se a necessidade de uma participação direta dos cidadãos na decisão política, justificada para dar resposta a um triplo contexto.

O primeiro contexto refere-se ao plano da separação estrutural entre representantes e representados que caracteriza o governo representativo. Pretendia-se contrariar esta relação diminuindo a delegação do poder aumentando a soberania do povo. A prática do OP visava, em articulação com as instituições desta, fazer emergir formas mais exigentes e sistemáticas de participação, não apenas na escolha dos decisores, mas de influência direta sobre o conteúdo das decisões. No segundo contexto, defende-se a política da “inversão de prioridades”. Esta política consiste em afirmar os interesses das classes populares, invertendo a tendência de apropriação de largas fatias de recursos públicos empreendida por círculos da sociedade civil mais influentes junto do poder. O terceiro contexto é o da relação com o Estado. O OP compreende igualmente uma crítica à burocracia estatal, marcada pelo clientelismo estrutural e pela opacidade das razões de Estado. Defende-se igualmente que a dinâmica da participação é um meio de afirmar o seu poder contra o “tecnocratismo” das camadas médias intelectuais, saídas das universidades, que pensam frequentemente, com toda a sua boa fé, que a gestão urbana é, antes de mais, um assunto de competências técnicas e que estas são social e politicamente neutras. O OP visa valorizar as capacidades de gestão dos cidadãos: a primeira contribuição destes será transformar o conteúdo social da gestão pública, e a sua “eficácia” é inseparável desta mudança (Sintomer & Gret 2003: 36).

O OP é um processo de construção de políticas que modifica as práticas anteriores de planejamento e de elaboração orçamentária. Como uma instituição de elaboração de políticas públicas, o OP tem o potencial de tornar mais eficiente o uso dos recursos escassos em função da criação das comissões que capacitam os cidadãos a monitorar a qualidade das obras e o gasto específico de cada projeto.

A vontade e compromisso político do governo para implementar o OP é considerada fundamental como fator de sucesso, já que esta política de participação é historicamente associada à iniciativa dos eleitos a implementarem, como comprovam diversos estudos empíricos realizados.

Os processos de ação coletiva orientados para a participação na gestão pública encontram-se condicionados pela vontade política governamental, na medida em que esta é central na determinação da estrutura de oportunidades para o surgimento daqueles processos. Depende dos governos a efetivação daquilo que deriva dos processos de gestão participativa, sejam políticas públicas, investimentos ou serviços. Pode-se concluir que a eficácia dos processos de participação é fortemente condicionada pelo grau de comprometimento dos governos com tais processos e resultados (Silva 2001).

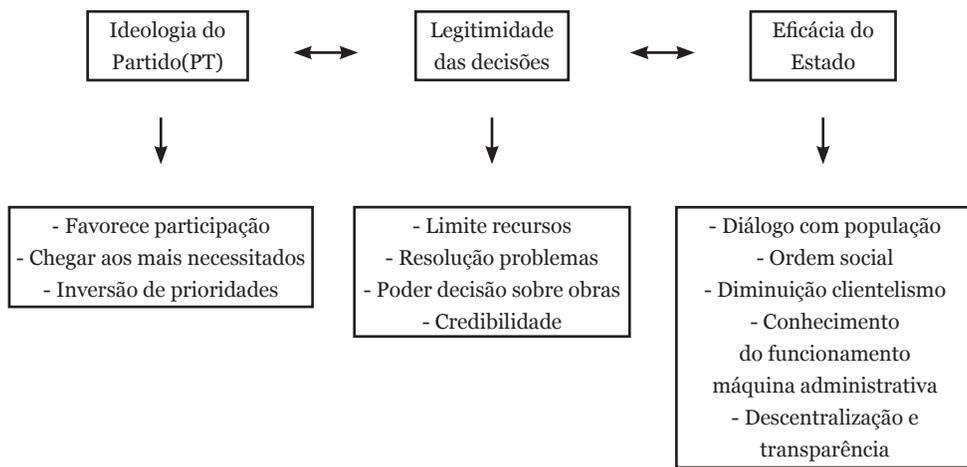
O apoio que a administração oferece para o OP é parte integral do seu sucesso. O compromisso político de um governo é condição necessária para um resultado bem sucedido. Isto porque a administração tem de iniciar e gerir uma nova experiência participativa que consome tempo e não necessariamente oferece benefícios públicos e eleitorais de curto prazo. A administração tem de estar disposta a gastar tempo, energia e recursos para reformar o processo através do qual os cidadãos fazem as suas reivindicações, o processo através do qual os burocratas tomam as decisões e o processo através do qual os representantes eleitos estão acostumados a apresentar as suas propostas ao sistema político. São apontados um conjunto de condições e variáveis para o sucesso do OP: a vontade e compromisso político do governo associada à presença de um partido; capacidade administrativa; a tradição associativa local; o formato institucional e a capacidade distributiva da autarquia (Avritzer 2000; Silva 2001; Luchmann 2002).

MOTIVOS TRANSMITIDOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Os motivos evidenciados para o poder executivo desenvolver o OP em Belo Horizonte transmitem uma preocupação central que é a do reforço da legitimidade das decisões. A verdadeira legitimidade democrática implica que os governados escolham livremente os governantes e participem em decisões das políticas públicas (Touraine 2004). A participação política constitui um valor associado à legitimação das transformações estruturais introduzidas pelos governantes, as quais, em função do

grau dessas transformações tendem a desejar e a requerer, de forma controlada ou não, elevados níveis de intervenção dos cidadãos. A exclusão de largos setores da população da arena política constitui um fator de significativa instabilidade das democracias, enquanto o envolvimento regular dos cidadãos em atividades que lhes transmitam um sentimento de participação nas decisões que os afetam contribui para o reforço da legitimidade do sistema político.

Figura 1 - Motivos OP



O que significa esta legitimidade? Para além do ato eleitoral, há a perspectiva que esta legitimidade se deve prolongar pelo período de gestão do governo o que implica representar os interesses dos vários grupos sociais. Sendo, necessário para isso, aproximar as pessoas da gestão pública:

O Partido dos Trabalhadores quando instala o OP era muito em função do compromisso filosófico partidário de realmente estar contando com a participação na gestão pública, se sentindo um representante do povo conferida pelas eleições mas querendo mais legitimidade na sua representação. Quando o OP começa aqui vem dentro dessa filosofia do partido de aumentar a participação não só na hora de eleger mas também durante o processo de gestão. (Técnico da Prefeitura)

Por outro lado, ela implica a definição dos objetivos da participação que, no caso do OP, são a inclusão das populações no processo de decisão das obras locais face à limitação dos recursos existentes e à necessidade de resolver inúmeros problemas. A credibilidade deste processo junto às comunidades constituiu um fator de credibilidade no governo reforçando a sua legitimidade:

Chegou-se à conclusão que a melhor maneira da participação popular efeti-

vamente era através das obras votadas pela população. Porquê? Porque a Prefeitura não tinha verba para fazer grandes obras, obras estruturantes, que talvez tivesse que fazer uma discussão com a cidade. Não havia grandes obras, a Prefeitura tinha poucos recursos de investimento e a maneira que se achou depois de muito debate foi o OP. O OP era a população votando nas obras que considerava prioritárias para a sua regional. (Poder executivo)

A legitimidade das decisões está associada à ideologia do partido que governa (PT) que defende a democracia participativa e o OP como uma das políticas de participação direta do cidadão, ou seja, há uma alteração na forma de governar.

A existência de canais diversificados de participação é entendida como um instrumento influente no incremento da predisposição para os cidadãos anuírem voluntariamente às regras e às determinações dos governantes. Isto porque se os cidadãos puderem intervir na seleção dos eleitos e expressar os seus pontos de vista sobre os assuntos públicos aceitarão com mais facilidade a legitimidade das decisões políticas, mesmo que não concordem com elas.

Daí que, no que se refere ao exercício do poder, o fator ideológico, muito associado aos valores de quem detém o poder, constitui um fator explicativo da implementação da participação direta do cidadão.

O reforço da legitimidade das decisões, para além da iniciativa do partido que detém o poder, relaciona-se com a eficácia do Estado através da participação. São evidenciadas questões como o diálogo e a importância da ordem social para governar (Alexander 1998). A ordem social, estabelece-se através de uma maior proximidade e cooperação entre o poder e o cidadão que contrarie a desconsideração e atitude crítica que este cada vez mais tem com o poder público e reforce valores como a dignidade e honestidade:

Foi para incentivar o diálogo entre o poder público e a população, e não só aproximar mas prestar um serviço de melhor qualidade atendendo à necessidade real. É mais fácil conversar com quem precisa e saber se eu posso fazer do que do meu gabinete eu tomar decisões que não sei qual será o impacto sobre a cidade” (Técnico da Prefeitura)

A diminuição do clientelismo, é outro aspeto evidenciado como tendo diminuído com o OP. Este clientelismo sustentava-se, em parte, pelo fato dos vereadores tentarem “conquistar” obras junto do prefeito. Essas obras seriam realizadas nas suas áreas de influência eleitoral e com isso visavam conquistar votos fazendo dessa conquista a “sua” obra. Com o OP esse papel intermediário deixa em muitos casos de fazer sentido o que originou uma perda de poder por parte dos vereadores:

Eu acho que foi para tirar aquela coisa de posse que aqueles vereadores tinham, que eram eles que alcançavam a obra que passava a ser de tal vereador. Com

o Orçamento acabou com aquele clientelismo: a comunidade precisa de uma rua arranjada, vai no político tal que ele vai resolver. Com o OP não precisa mais. Então esse político perdeu um pouco de poder, isto ao nível dos vereadores e deputados. Então, o cidadão não precisa mais de andar a “mendigar” aos políticos a obra, ele participa, ele mesmo dá o voto dele e não precisa de intercâmbio. (Liderança local).

Há fatores, já enunciados nos trabalhos de outros investigadores, que referem que a participação se reflete numa aprendizagem por parte de quem participa (Faria 1996; Silva 2001; Avritzer 2003).

Relacionam-se, com a interação e diálogo que permite à população ser ouvida sobre o destino dos recursos; a aprendizagem sobre a governação e o conhecimento do funcionamento da máquina administrativa.

A descentralização conduz a um maior crescimento económico e social (Portas 1998) e a transparência nos gastos públicos é fundamental para contrariar a desconfiança e alheamento do cidadão em relação à administração (Mozzicafreddo 2001). Estes dois aspetos, descentralização e transparência, na opinião dos entrevistados, influenciaram o governo a desenvolver o OP e a governar melhor:

Se há a centralização das atividades nas mãos de uma pessoa ela não tem condições operacionais de desenvolver um bom trabalho. Entretanto, se você capacita diversas instâncias com determinadas atribuições a promover o processo como o organismo público se propõe a desenvolver fica muito mais tranquilo, a parte orçamentária está descentralizada de acordo com as unidades de planeamento e cada um gere até um determinado nível. Porque se uma pessoa centraliza tudo como é que ela vai chegar na linha da frente e descobrir o “beco. (Técnico da Prefeitura)

Antes de passar para as motivações que levam as pessoas a participar no OP, pretende-se evidenciar um aspeto que foi referido pelo poder executivo e lideranças comunitárias e que é a pressão que o movimento associativo e comunitário teve junto do poder para desenvolver uma política de participação. Também (Villas-Boas 1994), salientava a pressão do movimento associativo para que direitos sociais fossem reconhecidos assim como a capacidade da sociedade civil interferir no Estado.

Apesar da iniciativa de implementar o OP ter sido do executivo, parece que a pressão do movimento associativo contribuiu para esta iniciativa e sobretudo facilitou o posterior desenvolvimento do OP:

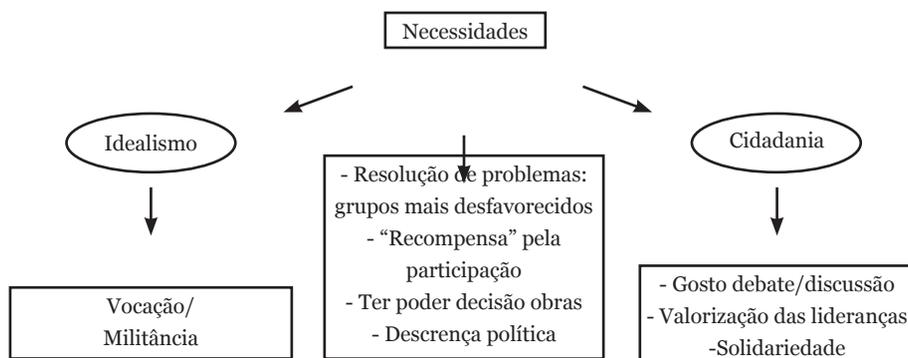
O OP tem um vínculo com a história política da cidade. Então, os espaços onde existiu uma luta popular, uma luta por conquistas, uma organização social, isso facilitou o surgimento do OP. No caso de Porto Alegre existia uma história política e associativa que se refletiu na organização do OP lá. Aqui em belo Horizonte também, não era só o PT que fazia essa discussão mas também a esquerda, os con-

selhos populares com essa ideia de democracia directa, ela confluía para isso. No momento em que surge um governo com essa orientação há uma unidade com os movimentos sociais que já tinham a sua própria organização. (Poder executivo)

MOTIVOS QUE LEVAM O CIDADÃO A PARTICIPAR NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Como motivos que levam o cidadão a participar no OP, os diversos agentes consideram como fator central as necessidades, o que, por consequência, faz com que as pessoas mais carentes que participem mais. São estas que mobilizam as pessoas a participar dado que são “recompensadas” pela sua participação: quanto mais pessoas participam mais possibilidade têm de conseguir a concretização da obra para aquela localidade, por terem mais delegados a votar.

Figura 2 - Participação no OP: motivações do cidadão



Como o OP define obras (Velásquez 1999), apresenta um forte carácter motivador para a participação. Devido às desigualdades sociais o OP terá a tendência de mobilizar os sectores mais desfavorecidos da população:

É a necessidade de obras. Geralmente quem se interessa mais é a comunidade carente mesmo, tanto que você não vê gente da zona sul, quem entra mais com obras são pessoas da periferia, gente ligada a vilas e favelas. A classe média participa pouco, quase nem aparece no OP.” (Liderança local)

A “recompensa” pela participação é outro fator apontado para a mobilização. O fato da mobilização pelo número de participantes nas assembleias ter como consequência benefícios que compensam, levam as pessoas a participar (Luchmann 2002).

O cidadão sabe que depende da sua participação a possibilidade da conquista de obras, pelo número de delegados que a região onde está inserido consegue eleger. As comunidades mais organizadas têm mais possibilidade de fazer passar as suas demandas. Ao mesmo tempo têm poder para decidir as obras, ou seja, aqueles empreendimentos votados pela comunidade são os que a prefeitura vai de fato executar. O resultado dessa conquista de obras é um fator preponderante para a mobilização:

A participação da comunidade passa a ser fundamental porque se eu levo quinhentas pessoas eu vou lá ter um número maior de delegados, aí eu passo a ter vinte ou vinte e cinco delegados. A comunidade que leva dez pessoas não vai ter direito a nenhum delegado. É isso que leva as pessoas a participar. Porque se você não levar a comunidade não tem ninguém para te representar como delegado da Com força para defender a sua obra, defender a sua demanda. (Poder legislativo)

A descrença política pode igualmente mobilizar para participar, quando dessa atitude se resolvem problemas que de outra forma as pessoas não acreditam que tenham solução por falta de confiança nos dirigentes políticos.

O fato das comunidades e, muito em particular, as suas lideranças, se sentirem valorizadas pelo fato do poder político as ouvir, reconhecer o seu papel na participação das políticas públicas, lhes conferir poder de decisão na escolha de obras, mobiliza para participar. As lideranças são importantes no processo de mobilização. As comunidades sentem-se estimuladas por serem mobilizadas como agentes de envolvimento das localidades onde residem, e ao mesmo tempo criarem relações de vizinhança, conhecendo e apoiando os problemas dos outros. Cria-se com o tempo, pela interação dos vários grupos e conhecimento dos problemas uns dos outros, um espírito de solidariedade a favor dos que têm problemas mais graves. Existe um sentimento de pertença comunitária e vontade de contribuir:

As pessoas participam pensando em melhorias para elas próprias. Mas com o passar do tempo as pessoas que já tiveram obras começaram a participar para aquelas que ainda não tiveram pudessem ter, criou-se uma solidariedade para ajudar os outros. Esse é o grande espírito de solidariedade que se cria com o orçamento. (Liderança local)

Há quem faça uma distinção dos diversos tipos de participação, salientando aquelas pessoas que se mantêm ao longo do tempo no processo e que acabam por se tornar lideranças e os participantes ocasionais. Weber (2005), já distinguia os “participantes ativos” na política, que têm tendência a lutar pelo poder, e os “participantes ocasionais” que procuram influenciar a distribuição do poder. Este autor salientava que grande parte das pessoas em relação à atividade política limitam-se a intervir de forma irregular. Em

regra, as pessoas só são politicamente ativas em caso de necessidade.

Os participantes ocasionais no caso do OP aparecem para as plenárias, onde existe a necessidade de eleger delegados para a conquista da obra, e depois “desaparecem”:

Tem diversos tipos de participantes. Tem aquelas pessoas que ao longo do tempo a gente vive reencontrando que soa aqueles que têm no sangue, no coração, na alma esse desejo de fazer alguma coisa pela comunidade que são as lideranças e alguns agregados. E temos os participantes ocasionais. É necessário fazer uma determinada rua, as lideranças comunitárias mobilizam as pessoas, então eles aparecem às plenárias em grupos e depois desaparecem. (Poder executivo)

Sendo a motivação para participar no OP mais assente nas necessidades, encontra-se também uma motivação política sobretudo no que se refere às lideranças que visam conquistar algum protagonismo e poder junto da comunidade.

O executivo considera que o Estado tem a função de formar o cidadão, em particular as lideranças mais ativas neste processo para que estas possam estar mais preparadas para intervir. A prefeitura tende a investir nestas pessoas, capacitando-as com formação. Promove para o efeito diversos cursos:

Muitas vezes os bairros que são atendidos param de participar mas também muita gente que já foi atendida continua a participar porque já abriu um espaço de interação política nelas. Aí o processo de capacitação política é essencial, porque cria uma perspectiva de intervenção mais no âmbito da cidadania. O curso que promovemos agora para as lideranças comunitárias vimos a vontade de crescer que aquelas pessoas têm. Acho que o Estado também tem essa função de formação das pessoas, lideranças e comunidade em geral. (Poder executivo)

PROCESSO PARTICIPATIVO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ASSUNTOS COLOCADOS EM DISCUSSÃO

Os assuntos colocados à discussão no âmbito do OP, prendem-se às obras de localidade; as obras estruturais não entram na discussão do OP regional. Na perspectiva do Partido dos Trabalhadores, o que interessa aos setores populares decidir é para onde vai o dinheiro público. Por isso estes setores devem decidir os investimentos em cada vila, bairro e cidade em geral (Silva 2001).

No OP, numa primeira fase discutem-se as obras a efetuar nas diversas regionais de acordo com as várias temáticas que fazem parte do planeamento e diretrizes da Prefeitura. Numa segunda, discutem-se os projetos de obra aprovadas para concretização. Os agentes envolvidos na discussão dos projetos são sobretudo os técnicos da prefeitura e as lideranças

da Comforça. Wampler (2007), chama a atenção para o fato de existir um formulário para organizar e limitar a manifestação das frequências escolhidas pelas comunidades e a escolha final é feita por representantes e não pelo conjunto da população.

Devido ao âmbito das obras e metodologia do OP, quem se mobiliza mais para participar são os grupos sociais mais desfavorecidos. Há que considerar que as classes média e alta utilizam muitos equipamentos privados, sobretudo na área da saúde e da educação. Pode-se sintetizar de acordo com o discurso dos entrevistados, no quadro seguinte, a implicação dos atores na mobilização de acordo com a temática das obras:

Quadro 1 - Implicação dos atores de acordo com a temática das obras

Mobilização Temática obras	Classe baixos recursos	Classe média	Classe alta
Infraestrutura e urbanização de favelas	Muita	Não mobiliza	Não mobiliza
Saúde	Muita	Média	Não mobiliza
Educação	Muita	Baixa	Não mobiliza
Desporto	Baixa	Baixa	Não mobiliza
Meio ambiente	Baixa	Baixa	Média fora OP
Cultura	Baixa	Baixa	Mobiliza fora OP
Rede viária	Não mobiliza	Mobiliza fora OP	Mobiliza fora OP
Comércio e segurança	Não mobiliza	Mobiliza fora OP	Mobiliza fora OP

A experiência do OP suscita um outro tema importante quando se aborda a participação, que é a distinção entre o que é “técnico-administrativo”, e o que deve estar sujeito à decisão comunitária. Fedozzi (2001) refere a este propósito que, em certa medida, a distinção entre o “técnico” e o “não-técnico” é, ela mesma uma distinção política, já que tal implica uma decisão de abrir ou não certas questões (e recursos) para a deliberação coletiva. O outro aspeto desta questão é que existem coisas efetivamente complexas no processo orçamentário que não podem ser traduzidas com simplicidade para o público em assembleias de participação. Não é sem sentido que (Weber, 2005) insistia tanto na burocracia e na profissionalização como elementos centrais dos regimes políticos democráticos.

No âmbito do trabalho relacionado com o OP o governo limita as questões a discutir em torno do planeamento das obras de localidade já elaborado pela Prefeitura. O processo é dividido pelas secretarias temáticas que para cada ciclo de OP criam diretrizes e os técnicos verificam se as propostas do OP estão depois de acordo com essas diretrizes. A população pode rejeitar propostas técnicas desde que argumentem e esse debate é realizado com frequência:

A Secretaria de Planejamento e as outras secretarias temáticas, de saúde, educação, cultura, etc. Cada secretaria, a cada OP, ele ocorre de dois em dois anos, ela apresenta no início do processo as diretrizes daquele órgão para o OP. Então é aprovado no OP aquilo que está em concordância com o plano de governo. Que é o plano plurianual de ações de governo. [...] O governo limita as questões a discutir, porquê? Você tem um plano de ação. Por exemplo, na educação você não vai aprovar uma escola ao lado de outra porque esvazia a outra, é dinheiro público jogado fora. (Técnico da Prefeitura)

Do ponto de vista administrativo é referida a importância de ter um plano porque ele serve de base às populações para discutirem as obras para as suas localidades. Com o decorrer do tempo a comunidade já conhece o processo e fica muito mais fácil implementar qualquer intervenção porque a população já está consciente e conhece os mecanismos de funcionamento da prefeitura e possibilita que as duas partes articulem.

RELAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL COM A COMUNIDADE

A implementação de estruturas de inserção de cidadãos na administração pública podem introduzir melhorias no funcionamento da organização e uma motivação acrescida nos agentes envolvidos. Igualmente se pode limitar a desconfiança e alheamento do cidadão em relação à administração (Mozzicafreddo 2001).

Na relação entre a Prefeitura e a comunidade, o OP permitiu ao longo do tempo a abertura a um maior diálogo, sobretudo entre técnicos e comunidade, no que se refere às obras a executar e à construção conjunta de uma política pública. Sendo, no entanto, de considerar que a equipa do governo no OP se afirma como elemento central na disputa e conquista de adesão aos seus interesses e projetos.

No início deste processo é referida a existência de um preconceito de que seria difícil às comunidades entender as questões técnicas e que esse fator seria um entrave para o processo. No entanto, a prática demonstrou que com diálogo existe um entendimento e aprendizagem de ambas as partes:

Eu sou engenheiro e quando cheguei às comunidades vinha com um preconceito de me perguntar como seria possível convencer as pessoas de questões técnicas. Mas posso expor a seguinte condição, é uma questão de diálogo, é uma questão de saber como abordar as pessoas. Então, é possível sim obter a adesão a uma proposta, depende muito das estratégias de abordagem junto daquela comunidade e da vontade política de se promover. Só que na prática fui observando de que a coisa é possível, as pessoas no início chegavam junto de mim e reclamavam um monte de coisas que eu não tinha uma solução para oferecer. Mas à medida que as coisas

foram sendo discutidas e eu aprendi a me situar dentro do processo, então a coisa evoluiu. (Técnico da Prefeitura)

O fato de existir uma política de abertura da administração à população, trouxe melhoria na articulação dos equipamentos, porque são definidos aqueles que realmente são importantes para a comunidade. Há uma maior aproximação entre os munícipes e a Prefeitura pelo contato constante com os técnicos e nesse sentido é necessário planificar de acordo com essa realidade. Estabelecer diretrizes políticas e técnicas tendo em conta um processo participativo. É fundamental saber depois como monitorar o plano de ação estabelecido. Por último, fazer uma avaliação que permita ir corrigindo os aspetos menos conseguidos.

Na relação da Prefeitura com a comunidade, há dois aspetos que se pode incluir numa dinâmica social que são: a apropriação do processo de obras e os conflitos positivos. Estes conflitos manifestam-se precisamente porque a mobilização da população durante as obras permite acompanhar a evolução do processo o que por vezes encontra posições diferentes mas que ao serem manifestadas e discutidas acabam sendo resolvidos durante o processo e evita conflitos posteriores.

A apropriação também é importante, eles se sentem realmente como participantes do processo. Nós precisamos de ter uma mobilização constante da comunidade durante a obra sobretudo nas vilas e favelas. E também o OP criou esses canais de controlo social, tem o Comforça, tem esse canal que nós reforçamos aqui na Urbel com reuniões periódicas com a comunidade. Criamos o grupo de referência para fazer o acompanhamento da obra desde o começo até à entrega. (Técnico da Prefeitura)

GESTÃO DOS CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO NO PROCESSO PARTICIPATIVO DO OP

Um dos primeiros aspetos do conflito relacionado com o OP em Porto Alegre, foi o existente entre o poder executivo e o poder legislativo (Santos 2002). Na observação do caso do OP de Belo Horizonte verificou-se a existência do mesmo tipo de conflito. A participação do cidadão por vezes é questionada pelo poder legislativo, com o argumento que pode enfraquecer este nível do poder e diminuir a representatividade dos eleitos. Os principais argumentos para limitar a participação vão no sentido de que esta enfraquece o poder eleito no processo eleitoral representativo e não por via da democracia direta. Efetivamente, as lideranças locais tendem a reivindicar poder de decisão, dado terem sido eleitas nas assembleias do OP das comunidades que representam. Este processo traz alguma tensão à disputa pelo poder nas discussões do OP nas assembleias locais:

Essas lideranças trazem o trabalho do que ouviram das comunidades junto com os vereadores, então começa a haver uma disputa e um desgaste. Quem tem realmente esse poder legítimo de representar o povo? A liderança, o próprio conselho do Comforça ou os vereadores? Eu acho que hoje está acontecendo essa turbulência da democracia porque todo o mundo se quer eleger ou se intitular representante do povo (Poder legislativo)

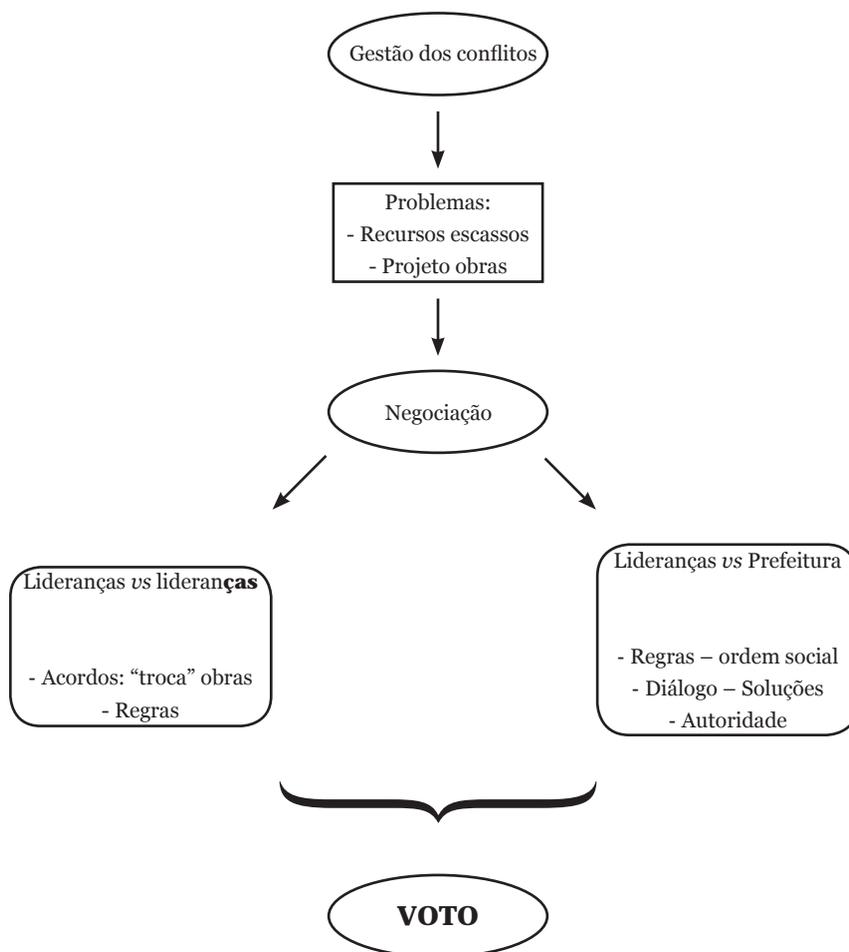
Com o tempo, os vereadores foram resolvendo a questão da sobreposição de poderes junto das comunidades em relação à escolha de obras, aliando-se às lideranças do OP e recuperaram com isso o seu espaço eleitoral junto das comunidades.

Como a proposta do executivo é sancionada pelas instituições do OP torna-se para a câmara legislativa um fato consumado, tendo em conta os riscos políticos que os vereadores correriam se votassem contra a vontade das comunidades (Santos 2002).

Na experiência do OP de Belo Horizonte, para além dos conflitos apontados entre o poder executivo e legislativo, existem conflitos nas próprias lideranças e entre as lideranças e a Prefeitura.

O conflito de interesses no processo do OP advém sobretudo de dois problemas: os escassos recursos face às muitas necessidades e o desacordo na execução de alguns projetos de obra. O conflito é resolvido através da negociação. No caso dos conflitos entre as lideranças devido à necessidade de selecionar só algumas obras tendo de rejeitar outras, resolve-se através de acordos entre eles. Normalmente, estes acordos têm por base a “troca” de obras: “eu voto na obra da “tua” comunidade e “tu” votas na minha”. Quando não são possíveis acordos nesse ano, há um compromisso de apoiar as obras nos anos seguintes do OP. A Prefeitura intervém na gestão dos conflitos sobretudo para clarificar regras.

Figura 3 - Gestão dos conflitos e negociação



Na análise do conflito e consenso, associado ao processo de negociação, partimos da teoria do sistema de regras, ou seja, a ação social é condicionado por regras (Burns 2000). O processo de definição de regras vai permitir, no caso do OP, condicionar a ação social e ao mesmo tempo contribuir para manter a ordem social. De fato, os conflitos entre lideranças e Prefeitura são resolvidos em grande parte através das regras do OP. O diálogo entre os vários atores contribui para encontrar soluções para as divergências. Por vezes, os técnicos da Prefeitura chegam a reformular projetos, pelo debate que têm com as lideranças. A negociação revela-se uma forma mais eficaz de resolver os conflitos do que a imposição nas suas múltiplas modalidades. A negociação é uma forma de colocar os meios de resolução de um problema de forma dialogante, eficaz e civilizada (Serrano

1996, apud Cunha 2001).

No entanto, caso não exista acordo a autoridade é da Prefeitura: poder executivo ou técnicos. Estes atores intervêm na resolução dos conflitos pelo reconhecimento legítimo dessa autoridade por parte das comunidades e lideranças. Há conflitos que não podem negociar-se (Cunha op. cit.).

A utilização do voto é uma das regras fundamentais para solucionar conflitos e escolher obras e as soluções propostas pela maioria.

A abordagem do conflito pelo diálogo passa pela procura de acordos e exploração de objetivos comuns, ou seja, solucionar construtivamente os conflitos o que implica um grau de confiança entre os vários atores envolvidos. Encontram-se no OP processos de negociação mais informais, onde os indivíduos negociam intuitivamente e processos mais formalizados que envolvem a mediação:

O OP ao longo destes anos já criou uma certa forma de lidar com os conflitos entre a própria comunidade. A decisão de obras é precedida por uma discussão entre lideranças em que os acordos já foram feitos dentro do próprio OP, então isso é um processo, uma forma de lidar com o conflito que cria novas formas de poder entre a população, as lideranças são detentoras de poder político que antes estava muito concentrado no vereador, que antes estava no próprio executivo. (Poder executivo)

Um dos motivos que origina o conflito é o fato de existirem poucos recursos para muitas necessidades. Quando são as comunidades a decidir e sabem que não há recursos para todas as obras necessárias, cria-se um embate de interesses e muita discussão até se chegar a uma solução.

A Prefeitura só interfere em aspetos mais conflituosos. A estratégia de negociação passa por reunir com um grupo restrito, normalmente as principais lideranças, e negociar para depois chegar ao resto da comunidade. E o conflito que existe sendo mediado de maneira inteligente acaba por contribuir para o crescimento das interações entre os diversos atores. Neste processo, o poder executivo tem uma maior autoridade. Os processos de negociação por vezes são complicados e cansativos, contudo, mais interessantes pelo envolvimento da população.

Existe uma perspectiva de que a Prefeitura devia acompanhar mais as negociações que as lideranças fazem nos bairros no sentido de “controlar” se estão a representar as comunidades e não só a falar por si mesmas, dado que elas entendem ter um poder político, mas efetivamente ele é limitado se comparado com o poder executivo e legislativo eleito em sufrágio.

No caso deste poder que as lideranças do OP afirmam por vezes ter, acaba por ser um problema que se coloca à representatividade, os representantes com o poder que adquiram pela eleição “esquecem” as pessoas que representam:

Quando são aspetos mais conflituosos é que reunimos com um grupo mais

restrito porque chegando nas principais lideranças consegue-se com mais facilidade negociar e chegar no resto da comunidade. Primeiro, vou eu mais os técnicos, se a coisa ainda está muito complicada, vai o secretário, eu e mais os técnicos porque aí vamos dando mais corpo no processo decisório. Nós avaliamos caso a caso, não existe modelo. (Poder executivo)

RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Evidencia-se três dimensões, como aquelas onde a participação da população no OP, incidiu com mais relevância: democracia; gestão pública e a eficácia.

Figura 4 - Resultados da participação no OP



Na dimensão democrática vê-se a existência de uma partilha do poder dos eleitos com o cidadão, o OP é considerado uma política pública em que os que têm o poder o cedem aos grupos mais desfavorecidos.

Esta partilha do poder pode ser evidenciada pelo fato de se elegerem delegados do OP que têm poder para decidir obras e acompanhá-las ao longo da sua execução.

Como existem um conjunto de etapas onde as pessoas participam, o OP tem ten-

dência para ser referenciado como uma escola de democracia direta. Para além da aprendizagem democrática, a cidadania mede-se pela participação nas políticas públicas e no poder de decisão que é dado ao cidadão:

O OP tem sido uma escola de democracia direta. Porque as pessoas reúnem, elegem os delegados. A participação popular trás de positivo o facto de ser uma outra voz que soma ao poder público um novo olhar sobre o que é necessário em termos de políticas públicas. (Poder executivo)

No que se refere à gestão pública, a diminuição da corrupção é apontada como uma das consequências da participação pelo fato de existir um acompanhamento das obras por parte da população, que “vigia” de perto o trabalho das empreiteiras e têm um contacto mais direto com o poder.

Outra das consequências da participação é o diálogo entre a comunidade e a Prefeitura. Este diálogo é mediado na maioria dos casos pela intervenção e orientação técnica, sobretudo no caso das obras. Consegue-se resolver mais problemas com mais consenso e mais pontos em comum entre os atores envolvidos, conforme se referiu em ponto anterior.

A participação do cidadão no OP trouxe ainda a obrigação de fazer planeamento, a realização de obras escolhidas pela comunidade que têm a ver com os problemas que enfrentam no dia-a-dia e esse conhecimento pode ser utilizado como informação para melhorar a qualidade do serviço público. Com a participação há maior eficácia pelo fato de responder a necessidades prioritárias.

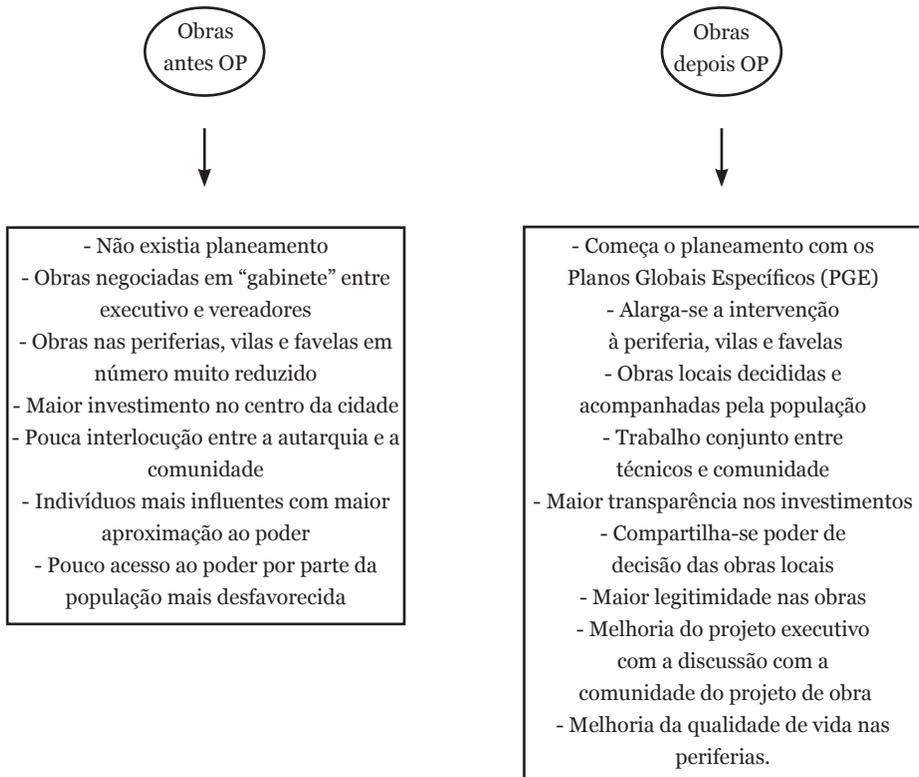
A participação traz eficácia. Todas as vezes que eu observei a tendência para centralizar a coisa travou. Para ter eficácia é preciso distribuir mais o envolvimento e hierarquizar o grau de responsabilidade que cada um assume dentro do processo. (Técnico Prefeitura)

Pode-se salientar ainda alguns resultados da participação direta do cidadão no OP, que são evidenciados pelos entrevistados: disponibilidade de verba para votar em obras; o acompanhamento das obras; a utilização efetiva do equipamento; a inversão de prioridades; a melhoria da qualidade de vida; a organização da comunidade em torno da conquista de obras; a prática de discussão e crítica e o controlo social.

A disponibilidade de uma verba afeta ao OP é considerada essencial para o sucesso do processo dado que a população sabe que tem um valor quantitativo para discutir o que permite articular a obra com o valor. O fato de as pessoas acompanharem todo o processo contribui para se envolverem mais.

A figura seguinte “retrata” a situação da realização e execução das obras antes e depois da existência do OP

Figura 5 - Obras antes e depois do OP



Antes do OP não existia planejamento em Belo Horizonte, foi a partir da implementação desta política que se começou a contratar os Planos Globais Específicos (PGE). As obras eram em grande parte negociadas em “gabinete” entre o executivo e os vereadores, o poder legislativo decidia com o perfeito obras para a comunidade.

Sobretudo nas favelas era pintada propaganda com indicação do candidato a vereador e obras que ia “conquistar” para aquela comunidade. Muitas dessas obras eram contra o esgoto, provocador de doenças, e um dos grandes problemas de BH.

Apesar de ainda continuar esta prática de solicitação das obras junto aos

vereadores, ela diminuiu muito com o OP. Pode-se concluir, que existiu uma mudança social que permite uma distribuição mais justa dos recursos escassos, uma nova forma de relacionamento entre o poder público local, as organizações populares e o resto da sociedade a fim de atender as solicitações dos segmentos mais pobres (Santos 1998):

O OP acaba com uma prática antiga que tinha que era a população pedir aos vereadores determinada obra. Na verdade ela não acabou, mas diminuiu muito essa prática. As obras eram feitas não para beneficiar um grande volume de pessoas mas determinadas pessoas que tinham acesso aos políticos. Ela democratizou isso aí. Você quer uma obra no OP, então vá lá votar. Isto substitui um certo clientelismo e favoritismo. O OP é poderoso, é. Porque dentro da prefeitura ele é prioritário sobre todas as coisas. Foi aprovado no OP tem que fazer; até tinha um carimbo dizendo: OP é prioritário. (Técnico da Prefeitura)

Por outro lado, é referido que antes do OP existia pouca interlocução entre a Prefeitura e a comunidade. As obras na periferia da cidade eram em número muito reduzido. Investia-se mais no centro da cidade e nas zonas onde o poder aquisitivo da população era maior. O OP surge precisamente com o objetivo de favorecer as zonas mais carentes onde a população mais precisa de obras.

Há opiniões que reforçam claramente o papel social do OP dado a anterior concentração das obras nas regiões da cidade onde o poder aquisitivo era maior. O investimento de obras em vilas e favelas era praticamente inexistente. É referenciado que a população residente nestes locais pouco acesso tinha ao poder que “vive” muito em gabinetes e eram sobretudo os indivíduos mais influentes que se conseguiam aproximar do poder e conseguir assim maiores benefícios:

“Não, não faziam obras antes do OP. Vilas e favelas eram exclusão social. Não davam qualquer justificação. Nós tínhamos uma associação mas não nos ligavam. Eram muito fechados nos gabinetes.” (Liderança local)

Com a implementação do OP inicia-se de uma forma mais constante o planejamento da cidade. Alarga-se a intervenção à periferia, às vilas e favelas, às populações com mais necessidades. São obras locais, mas que modificam muito a situação em diversas regiões da cidade. Uma grande parte dessas obras são decididas através da participação popular existindo assim uma maior transparência, compartilha-se o poder a esse nível de decisão da obra local e confere-se por isso maior legitimidade às obras:

Em termos de obras algumas são passíveis de serem realizadas dentro do OP, outras não, por conta do volume. Uma vila hoje dentro do OP, ela pode conquistar na melhor das hipóteses entre 750 a 1 milhão de reais, desde que ela se justifique bem consiga articular com os demais delegados para que seja votada a obra

dela, essa negociação dentro das diferentes intervenções eles consigam convencer os demais delegados que aquela intervenção é importante. Mas muitas vezes o Plano Global apresenta obras na ordem dos 3,4, 10 milhões. Então não é possível para o governo municipal abrir espaço para um investimento dessa magnitude. Daí a necessidade de captação de recursos junto de outras entidades, organismos nacionais ou internacionais. (Técnico da Prefeitura)

Na Prefeitura há um trabalho conjunto entre técnicos e comunidade. É unânime a afirmação de que sem o OP as obras seriam outras. Há uma melhoria do projeto executivo através da discussão do projeto de obra. A qualidade de vida, transparência e compartilhar o poder são três aspectos referenciados como os mais positivos do OP.

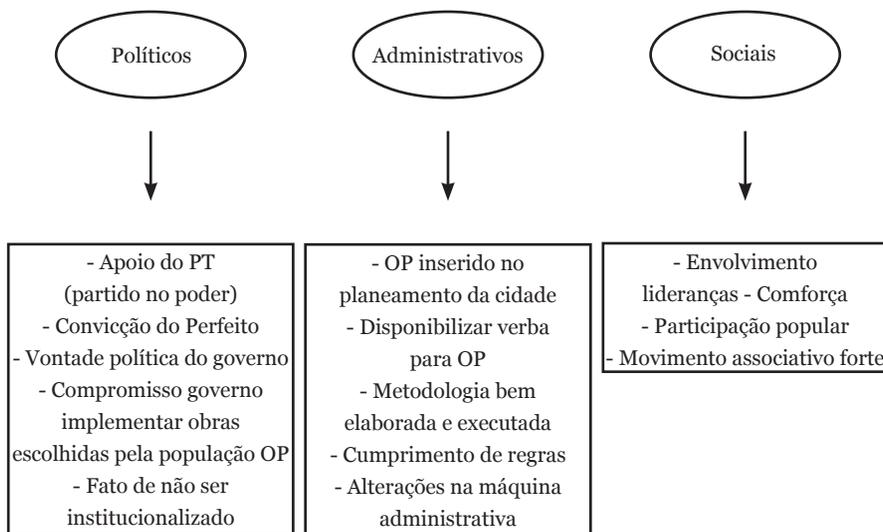
Do ponto de vista social, é referido por diversos entrevistados a melhoria da qualidade de vida nas periferias. É crescente o aumento das obras nas periferias, vilas e favelas onde vive uma parte significativa da população. A eleição de delegados nas comunidades que acompanham as obras também é considerada um fator importante que garante uma participação constante das comunidades, pelo menos através dos seus representantes. As comunidades que participam sentem-se “mais donas” das obras realizadas através do OP:

Se não existisse o OP muitas obras não se fariam porque o Prefeito gosta de fazer coisa barata e que aparece muito e às vezes tem uma obra cara e que aparece pouco. Mas ela é aprovada no OP e acaba sendo realizada. Melhorou para muita gente, não proporcional à carência da cidade, a cidade tem muito mais carência.” (Poder legislativo)

FATORES DE SUCESSO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Os fatores que contribuíram para o sucesso do OP em Belo Horizonte foram do ponto de vista político: o apoio do partido que está no poder; a vontade política do governo e a convicção do prefeito; compromisso do governo em implementar as obras escolhidas pela população no OP e o fato de não ser institucionalizado. No âmbito administrativo: o OP deve estar inserido no planejamento da cidade, a disponibilidade de uma verba para o OP, uma metodologia bem elaborada; o cumprimento das regras e alterações da máquina administrativa de forma a dar resposta a este novo método de trabalho. Em termos sociais: o envolvimento das lideranças e a constituição da Comforça, a participação social e a existência de um movimento associativo forte.

Figura 6 - Principais fatores sucesso OP



O apoio do partido político que está no governo com a sua ideologia que favorece a participação e o OP, é importante porque permite fazer as várias alterações necessárias e dar sustentabilidade ao processo. É necessária uma direção forte com normas e diretrizes. O Prefeito tem muito peso dentro do governo e a sua convicção em relação ao apoio a um projeto com as características do OP é fundamental:

É importante o apoio do partido político que esta no poder para ter força para fazer as alterações necessárias, senão seria muito difícil implementar um modelo destes. Porque o Prefeito tem uma força política e essa força tem de combinar com essa opinião, senão quem é que vai dar sustentabilidade? É a força e os aliados para dar sustentabilidade num programa dessa natureza para governar a cidade e deixar as coisas sem descambar, sem virar bagunça. É participar dentro de uma normativa, dentro de uma direção, dentro de uma diretriz. (Poder executivo)

A importância da vontade política sente-se internamente nas alterações a fazer na máquina administrativa e na motivação dos trabalhadores para trabalhar segundo a metodologia do OP. O desenho institucional do OP, ou seja, o modo de funcionamento concreto que organiza a participação é fundamental (Luchmann 2002).

É necessária uma secretaria de planeamento que promova o trabalho, uma secretaria urbana que trabalhe com a cidade formal e informal e as várias gerências do OP por regional. Por outro lado, é fundamental o compromisso de executar as obras escolhidas pela população.

A articulação interna insere o OP no planejamento da Prefeitura, o que se tem tornado um fator de sucesso. Existe uma estrutura, orientada para o OP, baseada em diretrizes políticas e todos os setores da Prefeitura envolvidos no OP se reúnem todos os meses. Fazem um balanço do trabalho dos diversos órgãos da Prefeitura e através do debate interno procuram encontrar soluções para os problemas que vão surgindo.

As alterações na máquina administrativa e as regras existentes são outros dois dos fatores apontados para o sucesso do OP, assim como o conjunto de instituições capazes de agregar as reivindicações da população (Avritzer 2002).

Criar um departamento na Prefeitura só para cuidar do OP foi importante porque os outros departamentos já participam, pensando tecnicamente nos projetos e debate com a população, mas não possuem a responsabilidade de organizar o processo. A existência, e ao mesmo tempo flexibilidade, da metodologia que permita melhorar e adaptar de acordo com os avanços e participação das pessoas.

A existência, também, do apoio administrativo que conduza o processo é fundamental para o sucesso do OP; no fundo é o seu braço operante. É preciso ter um conjunto de funcionários suficiente para que a comunidade possa ser acompanhada, ver a sua solicitação atendida. Caso contrário, há uma desqualificação do processo e desmobilização das pessoas. E sem participação o OP extingue-se.

No âmbito social, de fato, sem participação o OP deixa de fazer sentido. Um dos fatores considerados como motivador da participação é o fato de o OP ser deliberativo. As pessoas sabem que, da sua participação, vão ter benefícios que satisfarão algumas necessidades. Então, a participação da comunidade é um fator essencial. Os movimentos sociais e associações são organizações que têm um papel fundamental na mobilização das pessoas.

Para que exista participação é necessário mobilizar as pessoas, as lideranças e o movimento associativo, pois têm um papel fundamental. Sem eles, pode-se afirmar que o OP não ostentaria o sucesso que ora disfruta. Além disso, a existência da Comforça, que acompanha e fiscaliza a qualidade das obras, vem dar um incentivo maior:

O OP para mim só deu certo porque tem esse envolvimento social de lideranças locais, de população, e também envolvimento do movimento associativo. Você faz com que o cidadão converse um com o outro sobre os problemas da comunidade, você faz com que uma instituição converse com a outra, dialogue uma com a outra. Então, é essa junção que deu ao OP o sucesso que tem. (Técnico da Prefeitura)

CONCLUSÃO

O que reforça da legitimidade através da participação está presente no discurso do poder de Belo Horizonte assente numa posição ideológica de dar prioridade a uma política que permita incluir as populações mais carentes no processo de tomada de decisão. Pode confirmar-se que este discurso acompanha a prática de desenvolvimento do OP. O desenho institucional assenta-se num processo deliberativo das obras de localidade e por meio de uma metodologia com rodadas de discussão, debates e uma caravana de prioridades que permitem o conhecimento dos vários problemas da região conferindo uma dinâmica coletiva ao processo. Aumenta a aprendizagem pedagógica adquirida na experiência dos vários processos e a solidariedade criada pela percepção da prioridade dos problemas dos “outros”.

Existiram alterações das obras realizadas antes e depois do OP: mais investimento nas periferias, vilas e favelas, traduzindo-se em maior investimento nas comunidades mais necessitadas. A constante interação entre a administração e os representantes das comunidades permite o diálogo, sobretudo com os técnicos, e a inclusão do conhecimento empírico de quem vive nas localidades dos projetos de intervenção.

Verificou-se que tendo acesso ao poder de decisão o cidadão responsabiliza-se pelos processos e construção coletiva das regras: elaboração, implementação e controle das ações. De fato, pode-se concluir que quando os representados conseguem influenciar a agenda política a ideia de participação deixa de ser mero instrumento de pressão dos governados para transformar-se em mecanismo de poder.

Concluiu-se, igualmente, que para que a participação seja efetiva ao longo do tempo é necessária a adoção de metodologias que motivem a população. Para além do carácter deliberativo constatou-se que o fato de a participação ser “premiada” funciona como uma motivação importante. Quanto maior a participação, mais possibilidade tem de conseguir fazer passar as obras reivindicadas.

As normas e regras são importantes para manter a ordem social e não desestabilizar uma participação vasta e com interesses divergentes dado que todas as comunidades querem ver aprovadas as “suas obras”. Ao mesmo tempo, são as normas e regras que contribuem para assegurar a transparência necessária e gerar confiança em todo o processo. As pessoas adquirem conhecimento através das diretrizes de quais obras são possíveis de propor na sua localidade, de acordo com o planeamento da autarquia. Igualmente, conhecem como está organizada a participação: as várias etapas de reuniões; a eleição dos delegados do OP; a caravana das prioridades, o número de obras a ser votado em cada localidade, a autoridade que tem cada um dos agentes envolvidos no processo, No final, o que é necessário para viabilizar a concretização dos investimentos.

Verificou-se que são as lideranças que mobilizam as comunidades a participar.

São elas que através de um trabalho de convencimento de que participar é importante; de que a participação é um meio eficaz de conseguir atingir interesses; de que o que se reivindica tem a legitimidade de um direito; de que a participação é um meio de transformação da realidade social. Muitas destas lideranças já vêm da rede associativa, tendo a confiança construída ao longo dos anos, na defesa dos interesses da “comunidade”, atuando no sentido da legitimação e da construção de credibilidade dos processos participativos.

As aprendizagens que se observaram nos processos participativos criados através do OP permitem em termos de comunicação, a elaboração de propostas, diálogo, negociação dos vários interesses que se apresentam, possibilita a emergência de atores com protagonismo na defesa de interesses coletivos.

O que motiva as pessoas a participar é essencialmente a possibilidade de conseguirem conquistar obras que vão permitir melhorar as suas condições de vida. São os grupos sociais mais carenciados que mais se mobilizam, pois são os mais necessitados sobretudo os das infraestruturas urbanas, habitação, saúde e educação.

Em particular demonstrou-se que o OP é uma prática de democracia participativa que possibilita:

- maior legitimidade nas decisões sobre investimento público desde que os processos participativos sejam deliberativos: “democracia implica ação e poder”;
- delegar poder a novos atores em particular setores mais desfavorecidos normalmente excluídos de poder e que possibilita o compromisso e a responsabilidade para resolver problemas coletivos: “todos ganham poder”;
- elaboração de normas e regras que organizem, sustentem e confirmam transparência aos processos participativos ao longo do tempo: “necessidade de ordem na ação social”;
- emergência de novas lideranças com protagonismo de mobilização das comunidades locais: “ação constrói o ator”;
- a mobilização dos grupos sociais mais desfavorecidos, permitindo através dos investimentos realizados a melhoria da sua qualidade de vida: “premiar a participação mobiliza”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, pp. 5-31, 1998.
- AVRITZER, Leonardo. Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre: comparando instituições e práticas. In: INFORMAR ORGANIZADOR. Orçamento Participativo construindo a democracia. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. A moralidade da democracia. Ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática, São Paulo: Perspectivas. Belo Horizonte: UFMG,
- BURNS, Tom; FLAM, Helena. Sistemas de regras sociais. Oeiras: Celta, 2000.
- CABRAL, Villaverde. Cidadania política e equidade social em Portugal. Oeiras: Celta,
- COHEN, Carl. Democracia. Lisboa: Futura,
- CUNHA, Pedro. Conflito e negociação. Lisboa: Edições Asa,
- FARIA, Cláudia. Democratizando a relação entre o poder político municipal e a sociedade civil: o orçamento participativo em Belo Horizonte. INFORMAR ANO DE DEFESA. NÚMERO DE FOLHAS. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) FAFICH-UFMG Belo Horizonte:, 1996.
- FEDOZZI, Luciana. Orçamento Participativo, reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo,
- GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. Oeiras: Celta, GUERRA, Isabel. Participação e ação coletiva interesses, conflitos e consensos. Cascais: Principia, 2006.
- HERD, David. Models of democracy. Cambridge: Polity Press,
- LEMOS, Maurício. Orçamento Participativo de Belo Horizonte e o planejamento da cidade. In: INFORMAR ORGANIZADOR. Orçamento Participativo construindo a democracia. Rio de Janeiro; Revan 2005.
- LUCHMANN, Lígia. Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. INFORMAR ANO DE DEFESA. INFORMAR NÚMERO DE FOLHAS. Campinas: Tese. (Doutorado em Sociologia) INFORMAR FACULDADE OU SETOR Universidade Estadual de Campinas.
- MARTINS, Manuel. Participação política e democracia: o caso português 1976-2000. Lisboa: ISCSP, .
- MELLUCI, Alberto. Challenging codes collective action in the information age. Cambridge: University Press, .
- MICHELS, Robert. Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna. Lisboa: Antígona.
- MOZZICAFREDDO, Juan; GOMES, João Salis. Administração e Política. In: _____.

- INFORMAR TÍTULO DA COLETÂNEA. Oeiras: Celta, 2001.
- PUTNAM, R.D. Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- PORTAS, Nuno. Sobre alguns problemas da descentralização. Revista Crítica das Ciências Sociais, Coimbra, INFORMAR ANO, VOLUME, n 25-26, pp 61-78,1988.
- OLIVEIRA, Francisco. Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: Fase, 1993.
- SANTOS, Boaventura. O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988). Porto: Afrontamento, 1998.
- SANTOS, Boaventura. Democratizar a democracia os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2002.
- SILVA, Marcelo. Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre, RS. Rio INFORMAR ANO DE DEFESA. INFORMAR NÚMERO DE FOLHAS. Grande do Sul: Tese. (Doutorado em Sociologia) INFORMAR FACULDADE. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2001.
- SOMARRIBA, Mercês. Orçamento Participativo e comportamento eleitoral da população de Belo Horizonte. In: INFORMAR ORGANIZADORES. Orçamento Participativo construindo a democracia. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- SINTOMER, Yves; MARION, Gret. Porto Alegre a esperança de uma outra democracia. Porto: Campo das Letras, 2002.
- SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do Orçamento Participativo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, INFORMAR ANO, v. 15 n. 4, pp. 84-97, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. O que é a democracia. Lisboa: Piaget, 1996.
- VELÁSQUEZ, Fabio. A Observadoria cidadã na Colômbia — em busca de novas relações entre o Estado e a sociedade civil. In: PEREIRA, B; CUNILL, N. (Orgs.). O público não-estatal na reforma do estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- VILLAS-BOAS, Renata. Participação popular nos governos locais. In: _____. (Org.). INFORMAR TÍTULO DA COLETÂNEA. São Paulo: Pólis, 1994.
- WAMPLER, Brian. Participatory Budgeting in Brazil. Contestation, cooperation and accountability. INFORMAR CIDADE: Press State university, 2007.
- WEBER, Max. Três Tipos de Poder e outros escritos. Lisboa: Tribuna, 2005.

ABSTRACT

The present article is intended to analyse the Participative Budgeting (PB) as a democratic politics of the initiative of the municipal executive. It is looked to inquire which are the factors that take the government to stimulate the participation of the civil society in the definition of the priorities of the municipal investment and in what measure the participation of the citizens in this context influences the process of decision taking and contributes for the reinforcement of the legitimacy of the democratic system and effectiveness of the local public administration.

It is based in a research focused in the application of the PB in Belo Horizonte considering the saying on the participation of those that are empowered

in the development of the process: the elected, the technicians and the community leaders; as the participative process elapses and which are the results they get.

It is argued throughout the text nine aspects that follow the implementation and the development of the PB: the reasons transmitted for its implementation; the reasons that take the citizens to participate; the participative process; matters placed in discussion; the relationship between the local administration and the community; the management of conflicts and the negotiation in the participative process; the results of the participation; workmanships before and after the PB and the factors of its success.

KEYWORDS

Democracy, participation, public policy, participative budgeting.

SUBMETIDO EM

Outubro de 2011

APROVADO EM

Março de 2012

CRISTINA MARGARIDA MARTINS SERRA GRANADO

Professora Assistente no Instituto Piaget de Almada – Portugal e doutorada em Sociologia - ISCTE.

Contato: cristina_margarida_granado@hotmail.com.

VARIANTES DA CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DA CLASSE MÉDIA

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS

RESUMO

O trabalho mapeia a evolução do processo de elaboração conceitual na sociologia contemporânea das noções de classe média e de posições intermediárias na estrutura social. As principais vertentes interpretativas são diferenciadas em abordagens focadas nas relações de emprego e em abordagens baseadas no controle de ativos ou recursos valiosos, em um entendimento mais estrito de recursos

produtores de valor, ou em formulações mais ampliadas. Demarcam-se as suas orientações teóricas e são apontadas certas contradições. O trabalho argumenta que a caracterização da classe média deve estar centrada na especificação dos mecanismos geradores da desigualdade econômica entre grupos.

PALAVRAS - CHAVE

Classe social, classe média, estratos intermediários, sociologia contemporânea.

INTRODUÇÃO

As noções de classe média e de posições intermediárias na estrutura social demandam um esforço especial de distinção conceitual e de clarificação analítica. Definir a classe média tem sido um empreendimento contencioso na sociologia¹. Embora a classe média diferencie-se entre os assalariados pela obtenção de vantagens baseadas no recurso em maior ou menor grau de mecanismos de “fechamento social”, persistem dúvidas se ela se constitui em uma entidade econômica, social e política distinta, quando são considerados os padrões de diferenciação intraclasse e entre classes (Devine 1997: 134-161). Nos estudos de classe e de estratificação social, particularmente no período mais recente, tem predominado a visão de que a classe média, de constituição um tanto heterogênea, possui um papel e uma posição diferenciada na sociedade contemporânea. Nos anos 80, configuraram-se as duas principais vertentes interpretativas que ainda hoje influenciam a reflexão sociológica (Butler 1995: 26-36). Essas alternativas podem ser agrupadas, de modo sintético, em abordagens de relações de emprego e de controle de ativos ou recursos valiosos. O enfoque baseado em ativos engloba desde o entendimento mais estrito de recursos produtores de valor até formulações mais estendidas, heterogêneas, sob a influência (ou não) das noções de capital e campo de Bourdieu. A apresentação das ideias representativas das abordagens se faz acompanhar ao final de certas ponderações críticas em pontos que foram considerados pertinentes à finalidade do artigo. Ao mapear o processo de elaboração do conceito de classe média na sociologia contemporânea, este trabalho objetiva de modo especial enfatizar a importância do elo com uma teorização dos mecanismos da desigualdade econômica entre grupos. Tendo em vista essa preocupação, destacam-se os nexos dos empregos de classe média com os processos de geração de vantagens e desvantagens entre categorias baseados na aquisição de atributos relevantes de classe, reserva de oportunidades, controle de atividade e apropriação de resultados do trabalho social.

¹ Na economia tradicional, essa questão quase não existe, pois se adota uma solução puramente estatística, majoritariamente baseada na localização do “meio” de um ordenamento das pessoas no critério de renda, consumo ou alguma outra medida econômica quase contínua. Ver uma comparação entre a visão econômica e a sociológica em Tortche e Lopez-Calva (2012). De modo um tanto indiferente às questões teóricas, na atualidade, economistas e técnicos do próprio governo andam “fixando” a faixa de renda que delimita a “classe média” no Brasil, o que naturalmente dá lugar a “critérios” que servem para manipular a representação da sociedade brasileira.

Os conceitos de situação de mercado e situação de trabalho, formulados originalmente por David Lockwood no estudo *The Blackcoated Worker* (1958), foram utilizados na sociologia contemporânea para estabelecer distinções entre a classe média, os segmentos intermediários e a classe trabalhadora. A situação de mercado corresponde à “posição econômica restritamente concebida, consistindo da fonte e dimensão da renda, grau de segurança de emprego, e oportunidade de mobilidade ascendente” (Lockwood 1989: 15). Já a situação de trabalho representa o conjunto de relações sociais no trabalho em que o indivíduo está envolvido com outros empregados, supervisores, gerentes ou consumidores, em virtude da sua posição na divisão do trabalho (Lockwood 1989: 15 e 205). O esquema de classe de John Goldthorpe e parceiros, aplicado em estudos de mobilidade social, até o final dos anos 80 delimitava as posições de classe com base na “combinação” de categorias ocupacionais comparáveis em termos de situações de mercado e trabalho (Goldthorpe 1980: 39). A partir do grande estudo comparativo de mobilidade social nos países desenvolvidos (Casmin), concluído no início dos anos 90, uma formulação revista passou a justificar as demarcações entre as categorias de classe social. As relações entre as posições de classe dentro dos mercados de trabalhos (situação de mercado) e das unidades de produção (situação de trabalho) foram diferenciadas “em termos das relações de emprego que elas supõem” (Erickson e Goldthorpe 1992: 37). As relações de emprego são caracterizadas conforme o status do emprego e a forma de regulação da relação de emprego. Em termos de status de emprego, distinguem-se basicamente as posições de empregador, autoempregado e empregado. A classificação do Reino Unido e a proposta para a União Europeia distingue adicionalmente a posição de classe de “excluído”, formada por aqueles que involuntariamente nunca trabalharam ou que estão em desemprego de longa duração (Rose e Harrison 2010: 10). A natureza da relação de emprego entre os assalariados envolve o modo de troca de trabalho por recompensas. As diferenças entre os modos de regulação da relação de emprego decorreriam das respostas das organizações empregadoras aos problemas básicos de monitoramento do trabalho e de especificidade de ativos humanos. Existem riscos contratuais quando o montante e a qualidade do trabalho não podem ser monitorados diretamente ou facilmente. A especificidade de ativos se manifesta na presença de elevado montante de qualificações ou conhecimento específico do emprego ou da organização. Essa particularidade pode estar associada ou não ao alto investimento do empregador nas competências de trabalho dos empregados. Os contratos de trabalho e as distinções de classe entre os empregados variariam conforme a presença e a força desses dois componentes (Goldthorpe 2000a; Rose e Harrison 2010). As relações de emprego não são definidas intrinsecamente pelas tarefas de trabalho (manual ou não manual) nem pelos papéis de trabalho. A noção de

relação de emprego enfatiza a natureza das recompensas obtidas do trabalho, tanto em termos vigentes quanto prospectivos na trajetória de emprego, e não primariamente a natureza do trabalho desenvolvido (Goldthorpe 1995: 315-6). Os tipos de trabalho importam basicamente devido às suas implicações em termos de monitoramento e especificidade de ativos. A atividade de trabalho afeta a relação social de contratação de trabalho, por exemplo, na medida em que possa ou não ser submetida a controle externo através de mensuração e supervisão (Goldthorpe 2000a: 215-6).

Entre os empregados, estabelece-se uma distinção chave entre os empregos regulados por uma relação de serviço e aqueles baseados em contrato de trabalho. Esses conceitos seriam de natureza tipo-ideais. A relação de contrato de trabalho se caracteriza por promover uma troca específica e de relativamente curto prazo de dinheiro por trabalho. Neste modelo de relação, os “empregados ofertam quantidades mais ou menos descontínuas de trabalho, sob a supervisão do empregador ou do agente do empregador, em troca de salários que são calculados sob a base de ‘unidade’ ou ‘tempo’” (Erickson e Goldthorpe 1992: 41). Na relação de serviço, estabelecem-se termos de troca mais duráveis, difusos, baseados em autonomia e compensações, em decorrência da necessidade de delegar autoridade (caso das funções gerenciais) e da necessidade de se valer de conhecimento especializado e perícia (caso das funções profissionais) que as organizações empregadoras desenvolvem (Goldthorpe 1982: 170). A relação incorpora importantes elementos prospectivos, tais como incrementos salariais em uma escala estabelecida, garantias de segurança e oportunidades bem definidas de carreira (Erickson e Goldthorpe 1992: 41-42). A relação de serviço serviria melhor à eficiência produtiva. A contribuição para a efetividade organizacional incrementa o valor total do contrato oferecendo vantagens igualmente para empregador e empregados (Goldthorpe 2000b: 1579). A diferenciação interna na classe de serviço entre gerentes e profissionais envolveria mais aspectos da situação (*situs*) de trabalho ou ocupacional. O esquema de classe, por não ser conceitualmente ocupacional, tem justamente o propósito de agregar ocupações que são heterogêneas em vários dos seus atributos, inclusive tarefas e papéis de trabalho, mas compartilhariam da mesma relação de emprego que define o modo de troca de trabalho por recompensas (Goldthorpe 1995: 319).

As duas formas básicas de regulação do emprego podem sofrer “modificações”, ou seja, cada uma pode ser efetivada em diferentes graus. Uma forma “modificada” (mais favorável) de contrato de trabalho existira em ocupações técnicas (qualificadas) de menor grau e nas ocupações não manuais de rotina (ocupações administrativas, serviços e vendas). Já uma forma “modificada” (menos favorável) da relação de serviço ocorreria entre as ocupações gerenciais e profissionais de menor grau e os técnicos de maior grau (Rose e Harrison 2010: 11-13). Além disso, o esquema de classes de Goldthorpe concebe a existência, entre os empregados, de duas posições de classe “intermediárias” no sentido da relação de emprego combinar de forma mista regras da relação de serviço

e de contrato de trabalho. De um lado, estariam as posições não manuais de rotina, envolvendo usualmente tarefas de escritório, vendas e serviços pessoais que existem nas franjas das burocracias profissionais, administrativas e gerenciais. De outro, encontram-se as posições técnicas de menor grau e as posições de primeira linha de supervisão cujos titulares trabalham próximos dos simples empregados, ainda que em certos aspectos deles se diferenciem (Erickson e Goldthorpe 1992: 43-44). Tendo em vista a prioridade dada à noção de relação de emprego, o critério de formas de regulação mistas entre a relação de serviço e de contrato de trabalho pode ser aplicado a diferentes tipos de ocupações manuais e não manuais.

A pequena burguesia forma uma distinta classe intermediária. Este agrupamento envolve os pequenos proprietários, artesãos etc., não profissionais, que são subdivididos entre aqueles com empregados e os sem empregados. Entretanto, os pequenos proprietários e os autônomos profissionais são agrupados juntos com os empregados profissionais, o que significa priorizar o status profissional na definição de classe deste grupo. Os autoempregados na produção primária formam um bloco com os pequenos proprietários agrícolas, devido, em particular, à questão dos padrões de mobilidade típicos dos estratos rurais.

O crescimento do emprego não manual em décadas recentes ocorreu em maior grau nas ocupações profissionais, administrativas e gerenciais, em comparação às ocupações de escritório, de vendas e serviços de menor nível. Além da dimensão de mudanças social para uma economia de serviços, essas tendências refletem alterações tecnológicas e organizacionais que afetam a composição ocupacional ao nível das unidades de produção, assim como o conteúdo técnico e social dos empregos gerados (Goldthorpe 1992: 127-30). As mudanças na estrutura ocupacional resultaram em um aumento de ocupações que são categorizadas como de “classe média”. A diversidade e a heterogeneidade dessas ocupações têm sido lembradas como argumentos de que classe média não seria uma entidade singular. Em que pesem a fragmentação e a instabilidade existente entre esses diferentes grupos, por serem relativamente privilegiados, estão em melhor posição de defender e transmitir as suas vantagens (Crompton 2008: 104). Ken Roberts considera que não é difícil demonstrar que as ocupações de classe média possuem distintas situações de trabalho e mercado. Na maioria das organizações, mantém-se uma divisão entre graus intermediários (administrativos e laboratoriais) e níveis gerenciais e profissionais. Os empregos são diferentes não apenas nos títulos, mas igualmente nas escalas salariais, compensações oferecidas, e perspectivas de promoção. A dificuldade maior seria caracterizar a existência de traços sociais, culturais e políticos comuns (Roberts 2011: 133-4). Um julgamento mais abrangente do predomínio na estrutura social de uma formação unitária ou fragmentada da classe média, ou classe de serviço, na visão de David Lockwood, deve considerar as dimensões econômica, relacional e normativa. A dimensão econômica envolve as características do emprego e as perspectivas de carreira.

O aspecto relacional se refere à existência ou não de padrões exclusivos de interação social através do casamento e da associação informal. A dimensão normativa diz respeito ao grau de compartilhamento de valores e crenças que se manifestam no comportamento. As disputas existentes giram em torno do critério pelo qual a classe pode ser considerada “bem formada”. A solução do problema envolve a definição de “quais montantes de diferenciação interna, com respeito a que níveis e medidas de formação de classe, valem como uma diferença de tipo em vez de uma diferença de grau” (Lockwood 1995: 9). Na avaliação de Ken Roberts, quatro tipos principais de divisões segmentariam os empregos de classe média. Existem diferenças de níveis hierárquicos, de poder profissional e de recompensas entre os empregos. Distinções se formam entre os setores público e privado. Profissionais e gerentes representam diferentes tipos de ocupações. As vantagens relativas dos profissionais estariam aumentando nas últimas décadas. Estabelecem-se divergências de estilos de vida, embora os grupos converjam na habilidade de discutir e compartilhar os vários gostos uns com os outros. Discute-se então a questão de se as ocupações e carreiras têm características suficientemente comuns para constituir uma única classe ou se na verdade existiriam duas ou mais classes médias. Essas distinções na classe média, no entanto, ficam menores quando são confrontadas com o divisor que distancia esses grupos da classe trabalhadora (Roberts 2011: 138-55).

Importantes mudanças nas situações de trabalho e mercado de trabalho dos profissionais e gerentes estariam comprometendo o modelo de relação de serviço proposto por John Goldthorpe. O modelo tradicional de carreiras gerenciais vem sendo abalado pela crescente maleabilidade da estrutura organizacional das firmas diante de ambientes mais complexos e imprevisíveis, da interiorização de regras de mercado nas relações entre as unidades integrantes das organizações, da diluição das distinções entre os gerentes e os outros profissionais nas estruturas do trabalho, do uso interno de funções gerenciais “exteriorizadas”, do aumento do movimento de gerentes entre as firmas e das novas ideologias de carreira que enfatizam o “marketing pessoal” em vez da lealdade organizacional. O modelo tradicional de profissionalismo vem também enfrentando um conjunto de desafios e limitações, ainda que em menor grau, em decorrência da burocratização das profissões nas grandes organizações, do ceticismo público na capacidade resolutiva dos profissionais, da crescente competição no interior de muitas profissões, da ênfase no valor mercantil de uma perícia puramente técnica e da problematização da divisão de trabalho de gênero que sustentava as carreiras profissionais masculinas (Martin 1998). Entretanto, na caracterização das posições de classe média, a noção de relações de emprego atribui mais importância à compensação usufruída em termos de salário e aumentos incrementais, segurança de emprego e direitos de pensão e oportunidades bem definidas de carreira. Estes aspectos permanecem importantes quando os membros da classe de serviço desfrutam de continuidade de empregabilidade ainda que não de continuidade de emprego (Goldthorpe 1995: 325). Estudo abrangente

e atual de MacGovern et al. mostra que as relações de emprego na Inglaterra, em termos de formas contratuais, estabilidade de emprego e carreiras, não estão se tornando contingentes às condições e às oportunidades de curto prazo do mercado. Já os sistemas de incentivo e controle estão sendo crescentemente aplicados aos gerentes e profissionais com a finalidade de sinalizar e focalizar as prioridades organizacionais. Em vez de substituição ou enfraquecimento, constata-se na verdade um movimento de expansão, porém com considerável adaptação, das formas internalizadas de emprego, baseadas em complexos sistemas de controle e incentivo, face às pressões competitivas externas do mercado (MacGovern et al. 2008: 283-91). As carreiras de classe média estão sendo submetidas a alterações. Os empregos estão submetidos a maior avaliação e responsabilização, as promoções são menos automáticas e as trajetórias envolvem mais reposicionamentos. Mudaram as “regras do jogo” para obter e garantir as recompensas mais privilegiadas (Roberts 2011: 137).

John Scott propõe um agrupamento tripartite das classes que compõem a nova classificação socioeconômica do Reino Unido. As classes privilegiadas seriam constituídas pelos grandes empregadores e a alta gerência mais os profissionais de grau elevado. As classes intermediárias combinariam o amplo agrupamento de profissionais e gerentes de menor grau, as ocupações intermediárias, os autoempregados e pequenos empregadores e, por fim, os técnicos e supervisores. Neste desenho, os dois blocos da “classe de serviço” perdem a sua unidade e vão compor configurações diferenciadas. Na base da estrutura social, formando as classes subordinadas, encontram-se as ocupações de semirrotina, as ocupações de rotina e, por último, os nunca empregados ou desempregados de longa duração. As grandes diferenças nas situações de mercado dos segmentos intermediários fazem com que não tenham o grau de homogeneidade econômica alcançado pelas classes subordinadas. Estão aproximados mais pelo seu distanciamento da classe trabalhadora subordinada. Os fatores constituintes das situações de classe intermediárias seriam as grandes burocracias com as suas hierarquias gerenciais e profissionais, cujo funcionamento se baseia na qualificação educacional, na competência técnica, na avaliação de desempenho e na promoção competitiva (Scott 2006: 38 e 56-9). A situação da Inglaterra serve para discutir a realidade das duas principais configurações de classes intermediárias assalariadas e não assalariadas. Estes grupos se caracterizariam por não estar nem bem perto do topo (classe média), com vantagens claras a defender, nem perto da base (classe trabalhadora) com tudo a ganhar. No primeiro grupo, estariam os trabalhadores não manuais de menor grau. A principal característica de classe do primeiro grupo seria o fato de não ter sido absorvido nem na classe trabalhadora nem na classe média. Representa um estrato que é definido mais pelo que não é. O segundo grupo consiste da pequena burguesia, composta de contas-próprias e proprietários de pequenos negócios. Eles são agrupados na mesma classe, pois possuem uma situação distinta e comum de trabalho; eles conduzem a sua atividade, são os donos do negócio.

Os negócios variam em tamanho, lucro e solidez, mas possuem muita coisa em comum (Roberts 2011: 121-5).

Uma ampla investigação comparativa internacional do “retorno” do auto-emprego nos países de economia avançada revelou as novas facetas dessa atividade. Constatou-se o declínio da pequena-burguesia tradicional e também do auto-emprego baseado em “ofício”, e a crescente heterogeneidade dominante nesse segmento. O auto-emprego mostra-se frequentemente como uma atividade individual, crescentemente com a presença feminina e envolve tanto as profissões liberais quanto os domínios historicamente associados com atividades marginais. Em uma avaliação esclarecedora sobre a natureza de classe da atividade, sugere-se que este novo auto-emprego não conduz necessariamente à criação de pequenas empresas e não pode ser equiparado a uma atividade empresarial (Arum e Muller 2004). As diferenças entre as sociedades em termos de recursos, oportunidades e constrangimentos para o auto-emprego geram variações na estrutura e nos determinantes desta atividade. Ela emerge de um jogo complexo que envolve ação individual, família, Estado e mercado. A sua ressurgência vem acompanhada de uma transformação da natureza da atividade, em que se destaca a heterogeneidade das suas formas. Nos Estados Unidos, o auto-emprego masculino tem se tornado mais polarizado com o crescimento simultâneo das suas formas mais vantajosas e desvantajosas. O auto-emprego feminino tem crescido a uma taxa maior que o masculino, particularmente em ocupações não qualificadas (Arum 2007).

Dois outros estratos passíveis de ser agregados às classes intermediárias são esquadrihados na literatura sociológica: os supervisores de trabalho manual e os técnicos e tecnólogos. Supervisores são antigos trabalhadores manuais, não têm o status de carreira, e seu trabalho mantém-se no chão da fábrica. Na nova classificação oficial da Inglaterra, parte dos técnicos e tecnólogos é agrupada no estrato não manual inferior (técnicos de laboratório), parte na classe trabalhadora (controladores e técnicos de processos produtivos) e outras ocupações mesmo na classe média. A prática corrente na sociologia inglesa não trata nenhum dos dois grupos como intermediários (Roberts 2011).

A classe de serviço é concebida por Goldthorpe como uma categoria unitária, pois o princípio da relação de serviço se aplicaria a todas as ocupações que a constituem. Recorrendo a contribuições diversas, Daniel Oesch (2006) defende a existência de divisões de *lógica do trabalho* dentro da classe de serviço. Goldthorpe pecaria por considerar apenas a racionalidade da organização empregadora ao enfrentar problemas de agência e escolher entre formas diferenciadas de regulação da relação de emprego. Ao incorporar a perspectiva do empregado, existem diferenças relevantes entre os grupos assalariados gerencial-administrativo e profissional-perito. Os gerentes dependem do exercício de autoridade dentro de hierarquias administrativas. Como o seu sucesso depende do sucesso da organização, tendem a mostrar um nível elevado de lealdade à

organização. Os profissionais dependem mais diretamente do exercício de conhecimento especializado e perícia. Eles são capazes de usar o seu conhecimento em uma variedade de contextos e teriam uma menor identificação com a organização empregadora. Existiriam dentro do grupo profissional, além disso, diferenças de orientação e lealdade prioritária entre os especialistas técnicos e os especialistas nos serviços sociais e culturais. Especialistas técnicos exerceriam um conhecimento altamente instrumental para a operação das organizações. Já os especialistas sociais e culturais estariam engajados em contato regular com clientes e trabalhariam em uma lógica interpessoal cujas normas e lealdades enfraquecem a orientação organizacional. “Dependendo se a ocupação envolve a administração do poder organizacional, o manuseio de perícia técnica ou lidar com as demandas sociais de pessoas”, justifica Daniel Oesch, “a lógica de trabalho e consequentemente a orientação primária diferem de maneiras fundamentais” (Oesch 2006: 61). Walter Muller (1999) argumenta que o exercício de autoridade delegada ou conhecimento perito conduz a condições de relação de serviço bem diferentes na sua natureza. Ao ser considerada a perspectiva do empregado, estas diferenças têm relação, de um lado, com a participação no poder organizacional e, de outro lado, com a defesa da autonomia profissional contra a autoridade organizacional. Entre os profissionais, cabe distinguir entre os especialistas técnicos e aqueles profissionais dos serviços culturais e sociais que interagem com clientes e que precisam responder às preocupações deles. Defende a necessidade, neste ponto, de uma conceituação de classe mais adequada. Embora mantenha em aberto a questão final de se tratarem de diferentes classes ou de segmentos da classe de serviço, mostra que na Alemanha as orientações políticas desses setores são claramente diferentes (Muller 1999).

Os fundamentos teóricos do modelo de “relações de emprego” de Goldthorpe foram avaliados empiricamente com base em um conjunto de dados suíços especialmente apropriados para esta finalidade. A noção teórica de relação de serviço expressaria um modo mais duradouro de transação econômica em que predominaria a dependência recíproca entre empregados e empregadores. A noção típico-ideal oposta de relação de contrato de trabalho, na interpretação de Tahlin (2007), parece refletir uma visão contingente de mercado de trabalho em que trabalhadores e empregadores são relativamente independentes uns dos outros. Neste enfoque de relação de emprego, não são teorizadas nem se atribui importância às situações de dependência assimétrica (isto é, dominação) entre os atores. Entretanto, as relações assimétricas podem ser mais comuns e ter maiores implicações para a realização de recompensas, do que os casos de dependência (ou independência) entre as partes. Ao serem usados dados que permitem mensurar diretamente esses pressupostos, os resultados obtidos na investigação conflitam com os principais elos da cadeia explicativa associada à abordagem de relações de emprego, ou seja, os fatores determinantes (riscos contratuais), os fatores correlatos (relações de dependência) e os resultados esperados (recompensas econômicas) da presença de

especificidade de ativos (Tahlin 2007). Ao responder à crítica de Tahlin, Goldthorpe alega atribuir um sentido bem limitado e preciso à questão do grau de “dependência recíproca” entre empregados e empregadores. Na presença de especificidade de ativos, a relação de serviço permitiria dividir os custos e benefícios entre as partes e reduzir a probabilidade de perda geral de valor produtivo. Já os problemas de monitoramento emergem das assimetrias de informação entre o agente e o empregador, mas não implicam risco de perda de valor associado ao término do contrato. A abordagem que propõe focalizaria os aspectos “intrínsecos” da relação de emprego, derivados dos problemas de monitoramento e especificidade de ativos, que podem estar, ou não, extrinsecamente associados com relações de dependência (ou dominância) entre as partes. As relações de poder de barganha entre empregador e empregados dependem das condições variáveis do mercado de trabalho, e constituem, na sua visão, um componente extrínseco à relação de emprego. Com a finalidade de evitar uma confusão entre o é intrínseco e extrínseco à relação de emprego, Goldthorpe optou por suprimir da sua formulação a ideia de “situação de mercado” dos empregados (Goldthorpe 2005: 57-8). Em termos de evidências empíricas, estudo baseado em dados ingleses avaliou positivamente a tese de Goldthorpe de que os empregados são tratados diferenciadamente pelos empregadores, ao definir os contratos de trabalho, pois as ocupações que possuem diferem em termos de dificuldade de monitoramento e especificidade de ativos. Regra geral, as categorias de classe se posicionam conforme o que seria teoricamente esperado, dentro do espaço bidimensional formado pelos indicadores de dificuldade de monitoramento e especificidade de ativos humanos. As ocupações intermediárias de trabalhadores de escritório, secretárias e outras posições administrativas de menor grau, não se ajustam facilmente ao esquema, revelando a ambiguidade desses grupos. Na classe de serviço, os gerentes e profissionais de grau elevado formam um conjunto bem similar nas duas dimensões. Os níveis e os tipos de recompensas recebidos pelos empregados, tendo em vista o seu trabalho e as suas qualificações, são aqueles que tendem a maximizar o seu desempenho organizacional, ajustando-se ao critério de eficiência econômica subjacente às diferenciações de Goldthorpe entre as classes de empregados (MacGovern et al. 2008: 69-95).

Podem ser delimitados dois momentos marcantes na trajetória da abordagem de relação de emprego quando se focaliza o seu suporte teórico. Em um primeiro momento, as noções de situação de mercado e situação de trabalho contribuíram para focalizar e situar distinções empíricas relevantes nas condições de emprego. Entretanto, não existia propriamente uma teorização causal concatenada que integrasse estes critérios e fosse além do papel heurístico das formulações realizadas. Os fundamentos das distinções não se mostraram claros nem bem articulados entre si. Não foram elaboradas exatamente quais eram as distinções que mais importavam, por que essas situações importavam e qual era a sua contribuição relativa na caracterização de classe. A noção de “classe de serviço”,

elaborada de modo mais articulado no início dos anos 80, representou uma primeira incursão na busca de fundamentos teóricos para a heterogeneidade de classe emergente no interior do trabalho assalariado (Goldthorpe 82). Ainda assim, Goldthorpe continuou a ser criticado por usar um conceito de classe desconectado de uma teoria explicitamente formulada da desigualdade (Sorensen 1991). Na passagem para os anos 90, a noção de relação de emprego emergiu como o grande eixo conceitual usado para interpretar as diferenciações de classe associadas às distintas condições de trabalho e de mercado. A forma de regulação da relação de emprego, ou a natureza do contrato de trabalho, adquiriu uma primazia conceitual, embora a justificativa apresentada ainda carecesse de melhor desenvolvimento. O trabalho teórico empreendido a partir daí parece ter promovido certo distanciamento paulatino da visão clássica weberiana de que a situação de classe se baseia na “capacidade de mercado” mobilizável pelo seu possuidor. A manifestação patente disso pode ser constatada na supressão final de qualquer justificativa conceitual baseada na ideia de “situação de mercado” dos assalariados (Goldthorpe 2005: 57-8). Goldthorpe foi buscar na literatura da economia organizacional ideias que fundamentassem as diferenças entre os contratos de trabalho. Esta abordagem tem sido criticada por dar mais peso aos argumentos de eficiência e minimizar as questões relativas ao poder de barganha entre empregadores e empregados (Breen 2005: 39). Além disso, a noção de relação de emprego como um princípio de classificação dos contratos de trabalhos ou da forma de regulação da troca de trabalho por recompensas supõe que a lógica da “racionalidade capitalista” se impõe plenamente às relações de trabalho através da dominância em larga escala do trabalho assalariado na população ativa, da concentração significativa da atividade corporativa e da desregulamentação avançada do mercado de trabalho (Maloutas 2007: 450). As categorias empíricas do esquema de classe, como atualmente operacionalizadas, estão sistematicamente relacionadas a importantes dimensões da desigualdade em diferentes países e levantamentos de dados. Entretanto, em termos de fundamentos teóricos, as marcantes discrepâncias entre os resultados suíços e ingleses, focalizados na mensuração e na validação dos conceitos subjacentes, sugerem limitações no modelo de escolha racional dos contratos de trabalho proposto por Goldthorpe. Não é certo que este modelo seja adequadamente aplicável à diversidade de estruturas socioeconômicas e configurações institucionais das sociedades capitalistas desenvolvidas, emergentes e periféricas. Os mecanismos de reserva de oportunidades, poder de barganha e apropriação econômica, relevantes para entender a constituição de vantagens e desvantagens entre grupos, são no máximo admitidos como elementos extrínsecos às relações de emprego. Os critérios de “racionalidade capitalista” plenamente imposta às relações de trabalho, riscos contratuais enfrentados pelos empregadores e maximização da eficiência produtiva, parecem constituir pressupostos restritivos para uma adequada fundamentação da natureza dos empregos de classe média.

A clarificação conceitual da localização estrutural da classe média foi considerada como essencial para o entendimento da complexidade dos interesses de classe e dos processos de formação de classe e das suas coalizões no capitalismo contemporâneo (Wright 1989: 270). No âmbito da tradição marxista, caberia tomar como ponto de partida as quatro estratégias analíticas gerais desenvolvidas até o final da década de 70 enfocando a problemática das situações de “classe média” na estrutura de classe. O balanço crítico dessa literatura, realizado por Erik Wright, situa a diversidade de soluções preconizadas e suas contradições (Wright 1980).

Dentro de uma visão de polarização simples da estrutura de classe, enfatizou-se o papel das transformações da divisão técnica do trabalho na geração de novas divisões ou estratos dentro das classes mais do que propriamente entre as classes. Chegou-se ao extremo de conceber que as funções gerenciais representariam um estrato de elite da classe trabalhadora. Wright fez três críticas básicas a tais concepções: 1) elas reduzem as relações sociais de produção a uma relação unidimensional de posse ou propriedade econômica; 2) identificam como meras funções técnicas atividades que devem ser pensadas como aspectos das relações sociais de produção; 3) incluem na classe trabalhadora posições com interesses de classe radicalmente opostos (Wright 1980).

Uma segunda estratégia colocou muitas das categorias de assalariados dentro de uma denominada nova pequena burguesia. Interpretaram-se as habilidades intelectuais como representando uma forma de “propriedade” que permite obter privilégios especiais. Entretanto, o que define a posição de classe, ponderou Wright, não é a habilidade em si mesma, mas a relação de produção a que está associada. A existência de uma nova pequena burguesia foi caracterizada com a mobilização da noção de trabalho improdutivo. Nicos Poulantzas agregou ao critério principal de trabalho improdutivo o papel coadjuvante das relações ideológicas e políticas de dominação (Poulantzas 1978). Wright observou criticamente que a linha de demarcação entre trabalho produtivo e improdutivo em muitos casos não implica divergência fundamental de interesses econômicos. Realçou, além disso, que as localizações objetivas de trabalho assalariado improdutivo são qualitativamente diferentes da pequena burguesia tradicional. Além do argumento da “ideologia comum” ser inconsistente com o postulado marxista de caracterizar as classes pelas relações sociais de produção, a “nova” e a “velha” pequena burguesia diferem muito em termos ideológicos. A nova pequena burguesia foi, por fim, definida como posições não capitalistas que recebem renda superior ao valor da sua força de trabalho. Wright questionou o estabelecimento de posições de classe simplesmente em virtude de suas rendas elevadas e superiores ao custo da própria força de trabalho qualificada (Wright 1980).

Uma terceira estratégia alternativa colocou os segmentos de assalariados situados fora da classe trabalhadora em uma nova classe denominada “Classe Profissional e Gerencial”. Esta nova classe envolveria os trabalhadores assalariados intelectuais. Suas funções principais na divisão social do trabalho caracterizam-se como de reprodução da cultura capitalista e das relações de classe capitalistas. Wright apontou problemas na unidade de classe dessas posições e lembrou que raramente os efeitos funcionais são coincidentes de modo completo com as posições estruturais (Wright 1980).

A quarta estratégia interpretou estas posições não polares como representativas de “localizações contraditórias dentro das relações de classe”. Guglielmo Carchedi (1977) apresentou uma versão funcional e o próprio Wright defendeu uma versão estrutural desta estratégia. O coração da análise Carchedi gira em torno da função cumprida por posições específicas dentro das relações sociais de produção. No capitalismo monopolista, existe a função do capitalista global que é o controle e a vigilância do processo de trabalho. Já a função do trabalhador coletivo envolve a participação na produção de valores de uso e trabalho não pago apropriado. As localizações de classe contraditórias representam posições que estão excluídas da propriedade econômica dos meios de produção, mas participam tanto da função global do capital como da função do trabalhador coletivo (Carchedi 1977). Wright destacou que a análise de Carchedi considera erroneamente todas as atividades que são tecnicamente necessárias para a produção como parte da função do trabalhador coletivo. Em meados dos anos 70, Wright procedeu a uma análise da subordinação dentro da produção envolvendo o capital monetário, o capital físico e o trabalho. Constituem-se na estrutura social “localizações contraditórias dentro das relações de classe” quando em uma dessas dimensões são compartilhadas simultaneamente as características relacionais do trabalho assalariado e do capital. Gerentes e supervisores ocupam localização contraditória entre classe trabalhadora e classe capitalista. Pequenos empregadores ocupam localização contraditória entre pequena burguesia e a classe capitalista propriamente dita. Empregados semiautônomos ocupam localização contraditória entre pequena burguesia e classe trabalhadora. (Wright 1980).

Em uma reorientação autocrítica, sob a inspiração da obra de John Roemer , Erik Wright em seu livro *Classes* (1985) vinculou a noção de classe à ideia de exploração determinada pelas desigualdades nas distribuições dos ativos produtivos. Roemer analisou as transferências de excedente baseadas nas desigualdades de ativos físicos (alienáveis) e de ativos de qualificação (inalienáveis) (Roemer 1989). Wright considerou adicionalmente os ativos de força de trabalho e os ativos organizacionais. No capitalismo, regra geral, cada um possui uma unidade do ativo de força de trabalho. O ativo organizacional decorre do fato da organização ser um recurso produtivo específico frequentemente controlado através de uma hierarquia de autoridade. Situou então a existência de dois tipos distintos de situações de classe contraditórias, não polarizadas, dentro das relações de exploração.

Existem situações de classe que não são nem exploradoras nem exploradas, cobrindo a realidade da classe média “tradicional” (pequena-burguesia etc.). Já a “nova classe média” corresponde a situações que são ao mesmo tempo exploradoras e exploradas devido aos diferentes nexos de ativo-exploração (Wright 1985). Entretanto, na obra *The Debate on Classes*, ao reavaliar essa abordagem, Wright voltou a tratar explicitamente a autoridade como uma dimensão das relações de classe entre os empregados e reformulou a sua interpretação do papel dos ativos de qualificação (Wright 1989). Gerentes e supervisores exercem um poder delegado da classe capitalista na medida em que se engajam em práticas de dominação dentro da produção. Essa posição estratégica, particularmente dos gerentes, na organização da produção enseja a exigência de uma porção do excedente social sob a forma de rendimentos relativamente elevados. Perícia e qualificação designam um ativo incorporado na força de trabalho que aumenta o seu poder nos mercados e processos de trabalho. Essa força de trabalho “incrementada” é muitas vezes atestada sob a forma de credenciais. A ênfase em credenciais deve-se ao seu status relativamente claro de “direito de propriedade”. Entretanto, uma credencial formal se torna a base para vantagens apenas quando está combinada com um emprego que a requer (Wright 1985: 152). Os mecanismos de reserva de oportunidades sobre qualificações e conhecimento podem garantir ao empregado autonomia face à dominação no trabalho e redução ou mesmo neutralização da exploração (Wright 2009: 8). As localizações de “classe média” são pensadas como localizações contraditórias e localizações privilegiadas de apropriação (*privileged appropriation location*) entre os empregados, e abrangem todos os tipos de gerentes e especialistas mais os supervisores qualificados. Privilégios baseados em perícia e qualificação constituiriam mais uma diferenciação de estrato dentro das classes, embora a capitalização do excedente apropriado possa gerar um novo tipo de localização contraditória. A classe média demarca-se da classe trabalhadora “pura” formada pelos empregados que, tendo posição subordinada nas dimensões de autoridade e de qualificação, são cumulativamente não gerentes e não qualificados. A classe trabalhadora “ampliada”, além disso, abarcaria os supervisores não qualificados (Wright 1997: 23-4 e 447).

A “primeira geração” de estudos comparativos da estrutura de classe abordou as diferenças nacionais na dimensão do crescimento das classes médias, utilizando dados secundários de distribuições ocupacionais ajustadas. Países como Inglaterra, Estados Unidos e Suécia, por diferentes razões, mostraram contar com estratos gerenciais ou profissionais de maiores dimensões. A “segunda geração” de estudos, iniciada por Erik Wright no início dos anos 80, lançou mão de um conjunto complexo de medidas diretas para determinar o que as pessoas fazem nos seus empregos. Essas informações mais precisas permitiram oferecer interpretações mais adequadas das variações na expansão das classes médias. Constatou-se que na Suécia os empregadores de todos os setores empregavam mais “trabalhadores do conhecimento”, retificando a visão anterior de

que essa característica decorreria da existência no país de um amplo setor de saúde, educação e serviços de bem estar. Já a proeminência das funções gerenciais nos Estados Unidos estaria ligada ao tipo distinto de sistema de “relações industriais” da economia americana (Myles e Teregun 1994). Entretanto, quando são consideradas as posições executivas mais elevadas, os dados trabalhados por Clement e Myles (1994) mostram que as diferenças entre os países avançados virtualmente desaparecem.

Wallace Clement e John Myles sugeriram, em um contraponto à abordagem estritamente “baseada em exploração” de Wright, que a demarcação de classe deve considerar fundamentalmente as relações de comando sobre os meios de produção e sobre a capacidade de trabalho dos outros. Esses critérios demarcam a existência de um bloco de classe de capitalistas e executivos que possuem a propriedade econômica real e comandam a força de trabalho dos outros. A nova classe média abarcaria aqueles que exercem “controle e monitoramento” sobre outros empregados ou jogam um papel de gerenciamento de menor nível sobre pessoas e orçamentos. Seriam então empregados não executivos que podem impor sanções sobre outros empregados ou que possuem alguma autoridade de desenvolvimento de política (*policy-setting authority*). Já a velha classe média constitui-se de autoempregados sem assalariados ou com poucos assalariados (Clement e Myles 1994).

John Westergaard (1995) enfatizou que a condição de classe não pode ser vista somente em termos de posições dentro de um conjunto complexo de funções econômicas interdependentes como comando estratégico, controle diário e fornecimento subordinado de trabalho. Todo modo de produção é também um modo de distribuição. A análise de classe deve considerar igualmente quem fica com que parte na distribuição do produto social. A situação da classe média não pode ser entendida somente em termos dos papéis dos empregos dentro do sistema de produção. Devem ser consideradas as formas de recrutamento para as funções, as experiências no curso da vida de sucesso ou adversidade, segurança ou insegurança, autonomia ou não no trabalho. A distinção entre empregos e carreiras permite entender muito das desigualdades de circunstâncias de classe relacionadas ao emprego. Dentro da classe média, inclusive, profissionais e gerentes constituem duas esferas parcialmente separadas de carreiras (Westergaard 1995: 18-9 e 155-60).

O conceito de reserva de oportunidades de Charles Tilly (1998), como bem notou Wright, pode ser pensado como o mecanismo central que diferencia os empregos de classe média da classe trabalhadora (Wright 2009: 9). No sentido geral, o mecanismo consiste em limitar a disposição de um recurso produtor de valor aos membros de um grupo. A noção enfatiza a exclusão (completa ou parcial) dos benefícios gerados pelo controle dos recursos. Os recursos mais relevantes para efeito de geração de desigualdades são aqueles de suprimento restrito, fáceis de circunscrever, sujeitos a apropriação, valorizados amplamente e capazes de produzir valor adicional em combinação com

outros recursos e/ou esforço coordenado (Tilly 1998 e 2005). Organizações e categorias sociais são fundamentais para criar e fazer com que as desigualdades se tornem duráveis. O poder relativo e o status das posições dentro das organizações regulam a distribuição dos recursos e das recompensas entre as posições. Distinções categóricas são usadas para mobilizar e legitimar a reivindicação de recursos no interior das organizações (Tomaskovic Devey et al. 2009). Os empregos de classe média seriam criados por processos de reserva de oportunidades, baseados particularmente em credenciais educacionais, envolvendo diferenciações categóricas e procedimentos organizacionais, que restringem a oferta ou controlam o acesso das pessoas aos empregos mais privilegiados. Os grupos profissionais caracterizam-se justamente pela capacidade de exercer “controle coletivo não apenas sobre o emprego, mas também sobre a distribuição e consumo de toda uma classe de bens e serviços” (Tilly e Tilly 1998: 29).

Na visão de Aage Sørensen (2000), o problema das classes médias poderia ser solucionado com a noção de localizações estruturais baseadas em direitos de propriedade, num sentido mais lato, sobre ativos produtores de rendas. Rendas são retornos de ativos cuja oferta é controlada pelo possuidor e que cria vantagens para este a expensas do não possuidor do mesmo ativo. As rendas de composição são criadas pela especificidade de ativos. As rendas de monopólio são criadas por ação coletiva de associações profissionais ou por rendas de qualificação, ligadas à qualidade do trabalho demandado, em que as oportunidades de treinamento são limitadas. Os empregos de classe média incorporariam relações mais fechadas e protegidas da competição dos de fora (Sørensen 2000). Pensadas como um lucro puro do possuidor, as rendas são capturadas pelo controle de ativos produtivos para os quais a demanda excede a oferta fixada. Ações instrumentais que constroem a oferta de ativos produtivos podem criar renda em qualquer mercado. Pode-se analisar nessa ótica como a taxa de salários varia em função do poder dos assalariados, ou de segmentos dos empregados, em negociar com os empregadores parte do quinhão da renda da empresa no mercado onde opera (Morgan e Tang 2007). As abordagens neomarxistas ou não marxistas, como a de Sørensen, compartilham a visão de que as variações de classe de recompensas são explicadas pela operação de diferentes tipos de rendas econômicas. As posições de classe média na estrutura de classe podem ser caracterizadas pelos recursos e poderes especiais que permitem extrair ou obter retornos de ativos “desproporcionais”, ou excedentes, aos custos de produção ou emprego do ativo (Western 2011).

Robert Perrucci e Earl Wysong (2002) propõem um modelo distribucional de classe baseado na posse de recursos comparáveis no curso do tempo. A distribuição e a combinação de quatro formas de capitais organizacionalmente controladas definiriam as localizações de classe. O capital de consumo é pensado usualmente como renda. O capital de investimento é aplicado pelas pessoas para criar mais capital. O capital de qualificação é formado pelo conhecimento especializado que as pessoas acumulam através da

experiência de trabalho, treinamento e educação. O capital social é representado pela rede de vínculos sociais no círculo familiar, de amigos e conhecidos. Esses quatro recursos básicos são considerados generativos de capitais, ou seja, podem produzir mais dos mesmos recursos ou podem contribuir para a produção de outro recurso. O topo da estrutura social nos Estados Unidos seria formado de uma “superclasse” de proprietários e empregadores maiores (1-2%) e uma classe privilegiada de gerentes e profissionais (13-15%). Compõe o grupo equivalente à “classe média” (termo evitado no livro) os altos e médios gerentes das corporações e das organizações públicas, além dos profissionais com qualificações credenciadas na forma de graus acadêmicos e profissionais. Diagnostica-se a existência de uma “classe confortável”, de menor densidade (10%), composta de ocupações semiprofissionais, como enfermeiras, professores, assim como proprietários de pequenos negócios, trabalhadores ou técnicos qualificados. Esses estratos mais “confortáveis” são aproximados da classe trabalhadora (Perrucci e Wysong 2002: 8-30).

As divisões de classe, na visão de Alejandro Portes (2010) são baseadas no controle de recursos de poder e na posse diferenciada de riqueza ou de recursos que conferem riqueza. Os sucedâneos nos Estados Unidos dos estratos de classe média, denominados como “trabalhadores de elite”, possuiriam qualificações excepcionais demandadas pelas principais organizações econômicas. São capazes de realizar uma acumulação de riqueza com base no trabalho pago. Eles são diferenciados das “classes dominantes”, de capitalistas e rentistas. Na América Latina, durante a era neoliberal, distingue-se a existência uma classe de executivos (1,6%), composta de gerentes e administradores de empresas grandes, médias e instituições públicas, cujos salários e bônus vinculam-se aos lucros das organizações. Situam-se os trabalhadores de elite (2,8%), formados de profissionais assalariados com treinamento universitário, e cujos salários derivam da posse de conhecimento cuja oferta mantém-se escassa no mercado. Especifica-se a pequena burguesia (8,5%) composta tanto de profissionais e técnicos por conta própria quanto de microempreendedores cujos quadros são pessoalmente supervisionados. Os executivos mais elevados e os profissionais, em conjunto com empregadores médios e grandes, integrariam as classes dominantes nos países da América Latina (Portes 2010).

O tratamento da questão da classe média, que reflete mais de perto a abordagem de Bourdieu contrapõe-se à tendência das tradições marxista e weberiana de tratar a classe média como uma entidade dada e pré-constituída na estrutura social. O espaço social é visto como um sistema de relações objetivas entre os mais importantes poderes e recursos em operação em uma sociedade. Os poderes sociais fundamentais dentro do espaço social são “sobretudo, o capital econômico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico (...) que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (Bourdieu 1989: 134-5). Ainda que se saliente a importância do capital econômico, como está dito, este representa também um *quantum* de força social e, no fundo, a sociedade é

apreendida como estratificação de poder (Ortiz 1983: 26). Os três eixos constitutivos do espaço social de poderes e recursos (volume, composição e trajetória) são concebidos como dimensões contínuas. Isso significa que o modelo de análise de classe de Bourdieu não postula a existência de linhas inerentes de demarcações estruturais. A especificação de classes (ou frações) discretas de classe neste “universo de continuidade” representa mais uma conveniência heurística (Weininger 2005: 86-90). As classes são formadas por constelações de condições de existência compartilhadas e os correspondentes conjuntos de disposições, mas as suas fronteiras são delimitadas apenas através do trabalho simbólico e político que gera identidade e ação de grupo social (Swartz 1997: 144-58). A noção de classe predominante na obra de Bourdieu não remete a um tipo particular de segmentação social, mas representa essencialmente um nome genérico para demarcar a existência de condições de existência diferenciadas. Trata-se de um princípio explanatório universal e funciona mais como “uma metáfora do conjunto total de determinantes sociais” (Brubaker 1985: 769). As classes se ancorariam na interrelação de estrutura e agência humana e existiriam como uma realidade produzida, reproduzida e transformada na história. As posições que se definem no espaço social envolvem a distribuição multidimensional das formas socialmente efetivas de poder ou capital econômico, cultural e social. A natureza, a composição e as disposições das classes médias nascem das lutas de distinção, formação de grupo e reprodução dos agentes situados no espaço social (Wacquant 1991). Os princípios de diferenciação mais poderosos, tais como o capital econômico e cultural, geram diferenças bem demarcadas apenas entre os agentes situados nos polos opostos das distribuições de poder ou capital. Esses fatores são menos efetivos justamente nas “posições intermediárias ou médias do espaço social”, assim como as relações entre práticas e posições são mais indeterminadas e embaralhadas, de maneira que existe neste âmbito mais espaço aberto para as estratégias simbólicas de definição das fronteiras entre os grupos (Bourdieu 1987: 12-3). As fronteiras da classe média são historicamente mutáveis e disputadas através de lutas econômicas, políticas e simbólicas entre as classes e sobre a própria formação da classe. Os agentes situados em vários pontos das zonas “médias” do espaço social podem ser ou não reunidos, em um processo de trabalho político de delegação e nomeação, em configurações coletivas que tomam a forma de uma ou mais “classes médias”. A classe média é necessariamente uma categoria mal definida. As investigações históricas e comparativas desses processos, por isso, devem estar no centro da agenda sociológica de estudo das classes médias (Wacquant 1991). Nesta abordagem não existem linhas inerentes de demarcações das classes médias no universo de continuidade do espaço social; neste sentido, “grupos reais” podem apenas ser heurísticamente identificados como agrupamentos de lugares (pontos) estreitamente conectados no campo social.

Savage et al. (1995) desenvolveram uma vertente de caracterização das classes médias baseada nos poderes causais potenciais e no emprego de distintos ativos. A

abordagem baseada em ativos coloca a questão de como os ativos são teoricamente reconhecidos como ativos. A solução desse problema envolve o diagnóstico dos processos causais que operam nas circunstâncias concretas (Savage e Butler 1995). A pequena burguesia tradicional tem o seu status econômico e social derivado do controle de ativos de propriedade. O controle de ativos organizacionais, que depende da situação dentro da organização, marca a posição do segmento gerencial da classe média. Os profissionais, por sua vez, traduzem o controle de ativos culturais, no controle de empregos privilegiados e de recompensas materiais. Nessa perspectiva, foram analisados os processos contemporâneos de reestruturação das classes médias. O desenvolvimento no capitalismo contemporâneo de uma série de inovações sociais e técnicas tem feito com que as firmas usem menos a mão visível das hierarquias gerenciais, em particular as formas de gerência média, e recorram mais aos mecanismos de mercado. Os padrões de carreira dos empregados de classe média, baseados em mercados de trabalho internos, têm sido solapados. O poder isolado dos ativos organizacionais de gerar benefícios é questionado. Neste contexto, os gerentes buscam crescentemente formas de conversão da sua posição gerencial em ativos mais valiosos. As estratégias de conversão de ativos envolvem o deslocamento para o auto-emprego ou a carreira de empreendedor. O movimento de gerentes no sentido do “profissionalismo”, entendido como a posse de ativos de habilidades com uma base cognitiva independente, parece ser menos viável que as tentativas de conversão de ativos organizacionais em ativos de propriedade. Os pequenos negócios assumem uma nova importância através da infusão dos gerentes e como provedores de serviços especializados para as grandes companhias. No tocante ao “profissionalismo”, a questão crucial diz respeito à análise de como os ativos culturais são aplicados em contextos particulares visando propiciar recompensas privilegiadas. A perícia profissional dos assalariados sempre tem que ser aplicada a contextos específicos através de “projetos organizacionais”. O poder profissional não vem sendo propriamente minado, mas talvez esteja inserindo-se em um novo tipo de “projeto organizacional”. No geral, o uso dos ativos culturais vem expandindo-se (Savage et al. 1995: 58-79). As situações de trabalho e mercado dos profissionais e gerentes, que formam o centro da classe média, estariam sofrendo mudanças importantes. Savage sugere que as “carreiras” de classe média estariam se “individualizando”. As carreiras de classe média, por uma confluência de fatores, estariam se dissociando da sua ancoragem tradicional nas hierarquias burocráticas. O enfraquecimento das marcas visíveis na hierarquia organizacional reforça o papel das disposições incorporadas de classe (confiança, autoridade pessoal, qualificação) na trajetória dos indivíduos entre as organizações empregadoras e dentro delas (Savage 2000: 121-46). Aponta-se a emergência de um novo modelo, “bricoleur”, de classe média, distinto dos modelos tradicionais de profissionalismo e gerencial. Este grupo reivindica a posse e a capacidade de usar um feixe idiossincrático de qualificações e habilidades personalizadas. As relações de emprego se alternariam entre emprego

direito, contratos de curto prazo e contratos de consultoria. A teorização de classe desses segmentos deve considerar o papel de novas formas de “ativos”, socialmente valorizados, de conhecimento e qualificação (Martin 1998).

Em trabalhos mais recentes, Savage (2005) sugere uma interpretação fortemente aproximada de Bourdieu do papel dos conceitos de ativos, capitais e recursos na explicação de como as desigualdades de classe são produzidas. Enfatizam o potencial das contribuições de Bourdieu para a constituição de uma abordagem “unitária” da reprodução de classe que incorpora as dimensões econômicas e culturais. A principal inovação de Bourdieu estaria na relação da sua teoria dos capitais com uma teoria do campo. Os campos seriam os ambientes em que os capitais podem se tornar efetivos. Pode-se então focalizar a acumulação e a conversibilidade potencial de capitais (ou ativos) em diferentes tipos de campos. Determinados ativos podem ser acumulados através de vários tipos de dispositivos e práticas, ou podem ser convertidos em outras fontes de vantagens. A dimensão relacional do campo facilita a expansão teórica e empírica da noção de capital, porém sem abandonar a visão de que o processo de estratificação social é de natureza relacional (Savage et al. 2005; Savage 2005). Essa abordagem, no entanto, assume a visão problemática de que a dimensão econômica não pode ser isolada nem mesmo analiticamente de outros determinantes. Além de gerar problemas consideráveis para a investigação empírica, esse posicionamento fragiliza o propósito de descortinar as causas específicas dos resultados observados (Crompton 2008: 114).

CONCLUSÃO

Dada a natureza multidimensional da desigualdade, dentro da qual se situa o ordenamento de classe, o seu entendimento envolve, como uma tarefa de primeira ordem, a especificação dos tipos de ativos que são desigualmente distribuídos em uma sociedade. Podem ser distinguidas pelo menos oito grandes modalidades de bens valiosos (econômico, poder, cultural, social, honorífico, civil, humano e físico) que importam para a constituição de vantagens e desvantagens entre os grupos sociais (Grusky 2007: 4810-1). As abordagens baseadas no controle de ativos especificam de diferentes maneiras os tipos de recursos e as relações sociais correspondentes que constituiriam as divisões de classe. A noção de classe tem sido pensada especialmente como um substantivo, mas pode ser concebida como um adjetivo, ou seja, um termo que adjetiva outros termos². Classe como um substantivo ou nome identifica uma categoria de divisão social ou um

² Distinção feita por Erik Wright, que prefere utilizar a noção de classe como um adjetivo, na Conferência “Comprehending Class”, na Universidade de Johannesburg, África do Sul, 2009.

princípio de estruturação da desigualdade social. Classe como um adjetivo estipula um mecanismo, ou fator gerador de efeitos, que qualifica, altera, orienta ou organiza diversos processos sociais que se dão em vários níveis da vida social. A noção de classe social mostra mais consistência, sem perda de maleabilidade, ao focalizar como “substantivo e adjetivo” os mecanismos vinculados à organização ou à estruturação dos sistemas de desigualdade econômica. Classe social representa um tipo específico de divisão social, baseado em relações de propriedade e na divisão social do trabalho. Delimita a institucionalização na sociedade de um modo estruturado, durável, relacional, de combinação de determinados recursos (i.e., ativos produtores de valor) e resultados (i.e. renda). Os processos materiais e culturais de reprodução de classe estão interconectados na realidade concreta. Entretanto, analiticamente, devem ser tratados como separados na análise de classe (Crompton 2008: 112-3). A criação de uma espécie de “conceito ampliado ou total” de classe social, com a fusão das dimensões culturais, simbólicas, de redes sociais, misturaria mecanismos sociais que operam de diferentes maneiras e com diferentes implicações, gerando um híbrido conceitual que poderia estimular a descrição densa, integral, das novas complexidades, porém em prejuízo da explicação das “múltiplas determinações” que operam nas sociedades contemporâneas.

As classes sociais existem como ordenamentos estruturantes que combinam de um modo característico recursos, condições da atividade e recompensas obtidas. Essas divisões sociais constituídas pelas desigualdades de direitos e poderes sobre recursos produtores de valor geram vantagens e desvantagens entre categorias baseadas na aquisição de atributos relevantes de classe, exclusão e fechamento social, controle de atividade e apropriação de excedente social gerado. A demarcação da classe média não pode ser vista como algo à parte da abordagem e do entendimento da estruturação da desigualdade econômica. A caracterização da classe média deve estar centrada na especificação dos mecanismos determinantes da desigualdade entre grupos. Pensar a questão da classe média implica refletir sobre os tipos de ativos, desigualmente distribuídos, que importam para o estabelecimento e a manutenção de vantagens e desvantagens relativas entre este grupo e os demais grupos. Os mecanismos de reserva de oportunidades e constituição de formas de fechamento social, enfatizados pela tradição weberiana, se conectam com o modo como grupos exercem o controle da atividade de trabalho dos atores (dominação) e se beneficiam dos resultados do trabalho coordenado (exploração), destacados pela tradição marxista (Wright 2009). As diferenças de tratamento teórico e as contradições apontadas em determinados enfoques não invalidam o reconhecimento abrangente da importância dos recursos de capital, do exercício de autoridade e da posse de conhecimento perito na demarcação dos empregos de classe média. As circunstâncias de classe média podem não ser tão bem delimitáveis, por mostrarem-se mais heterogêneas, mutáveis e contraditórias, assim como sujeitas a maior especificidade nacional e variação histórica. O núcleo gerencial-profissional dos

empregos de classe média, mesmo tendo importantes diferenciações internas, seria caracterizável de uma maneira menos problemática. Além disso, mantém-se relativamente claro o status econômico do segmento formado por empreendimentos autônomos, sem empregados ou com poucos empregados, baseados na posse de ativos de capital e/ou de qualificações escassas, embora tendências recentes estejam distanciando este grupo do padrão tradicional da pequena burguesia e da atividade autônoma baseada em “ofício”. Entretanto, pode ser observada uma ponderável “área cinza” de situações contraditórias, fronteiriças e ambíguas entre os assalariados. Emergem dúvidas conceituais e empíricas acerca da proximidade ou do distanciamento desses segmentos em relação ao núcleo gerencial-profissional de classe média. As especificidades de cada sociedade se tornam ainda mais importantes para definir a existência de estratos intermediários entre as formações nucleares da classe média e da classe trabalhadora ou, então, para considerar uma “ordem de dominância” que aproxima estes empregos intermediários de uma dessas configurações sociais. A análise concreta de uma sociedade concreta é a regra principal para elucidar o caráter de classe dos estratos intermediários que gravitam em torno das formações nucleares da classe média e da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARUM, Richard, MUELLER, Walter(ed.). 2004. *The Reemergence of self-employment: a comparative study of self-employment dynamics and social inequality*. Princeton: Princeton University Press.
- ARUM, Richard. *Self-employment and Social Stratification*. 2007. In: Stefani Scherer et al. *From Origin to Destination*. Frankfurt: Campus Verlag.
- BOURDIEU, Pierre. *What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups*. 1987. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 32: 1-17.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BREEN, Richard. *Foundations of a neo-Weberian Class Analysis*. 2005. In: Erik Olin Wright (ed.). *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRUBAKER, Rogers. 1985. *Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu*. *Theory and Society*, 14: 745-75.
- BUTLER, Tim. *The Debate over the Middle Classes*. 1995. In: Mike Savage e Tim Butler (ed.). *Social Change and the Middle Classes*. London: UCL Press.
- CARCHEDI, Guglielmo. 1977. *On the Economic Identification of Social Classes*. London: Routledge.
- CROMPTON, Rosemary. 2008. *Class and Stratification*. 3. ed. Cambridge: Polity.
- CLEMENT, Wallace; MYLES, John. 1994. *Relations of Ruling: Class and Gender in Postindustrial Societies*. Montreal: McGill-Queen's University.
- DEVINE, Fiona. 1997. *Social Class in America and Britain*. Edinburgh University Press: Edinburgh.
- ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE John. 1992. *The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon.
- GOLDTHORPE, John. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford, Oxford University Press, 1980.
- GOLDTHORPE, John. *On the Service Class*. 1982. In: A. Giddens e G. Mackenzie. (eds.). *Social Class and the Division of Labour*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOLDTHORPE, John. *Employment, Class, and Mobility: a critique of liberal and Marxist theories of long-term change*. 1992. In: H. Haferkamp e N. Smelser. (eds.), *Social change and modernity*. Berkeley: University of California Press.
- GOLDTHORPE, John. *The Service Class Revisited*. 1995. In: Mike Savage e Tim Butler (eds.). *Social Change and the Middle Classes*. London: UCL Press.
- GOLDTHORPE, John. 2000a *On sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. New York: Oxford University Press.

- GOLDTHORPE, John. 2000b. *Rent, Class Conflict, and Class Structure: A Commentary on Sørensen*. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6: 1572–82
- GOLDTHORPE, John. Some comments on Robert Erikson's note and on Michael Tahlin's paper. In: David Rose e E. Harrison (eds.). *Consortium Comments on Interim Validations* (Full version). 2005. Disponível em: <http://www.iser.essex.ac.uk/archives/esec/validation-process>
- GRUSKY, David B. 2007. Theories of Stratification and Inequality. In: George Ritzer (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Oxford: Basil Blackwell: 4809-4818.
- LOCKWOOD, David. 1989 [1958]. *The Blackcoated Worker*. Second edition. Oxford: Clarendon Press.
- LOCKWOOD, David. 1995. Making out the Middle Class(es). In: Mike Savage e Tim Butler (ed.). *Social Change and the Middle Classes*. London: UCL Press.
- MACGOVERNMENT, Patrick et al. 2008. *Market, Class, and Employment*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MALOUTAS, Thomas. 2007. *Socio-Economic Classification Models and Contextual Difference: The 'European Socio-economic Classes' (ESeC) from a South European Angle*. *South European Society & Politics*, v. 12, n. 4: 443-60.
- MARTIN, Bill. 1998. Knowledge, *identity and the middle class*: from collective to individualized class formation? *The Sociological Review*, v. 46, n.4: 653-86.
- MORGAN, Stephen L.; TANG, Zun. 2007. *Social Class and Workers' rent, 1983-2001*. *Research in Social Stratification and Mobility*, 25: 273-93.
- MULLER, Walter. 1999. *Class Cleavages in Party Preferences in Germany – Old and New*. In: Geoffrey Evans (ed.). *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*. Oxford: Oxford University Press.
- MYLES, John; TEREGUN, Adnan. 1994. *Comparative Studies in Class Structure*. *Annual Review of Sociology*, 20: 103-24.
- OESCH, Daniel. 2006. *Redrawing the Class Map: stratification and institutions in Britain, Germany, Sweden and Switzerland*. New York: Palgrave Macmillan.
- ORTIZ, Renato. 1983. A Procura de uma Sociologia da Prática. In: Renato Ortiz (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática.
- PERRUCCI, Robert; WYSONG, Earl. 2002. *The New Class Society: Goodbye American Dream? Second Edition*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- PORTES, Alejandro. 2010. *Economic Sociology: a systematic inquiry*. Princeton: Princeton University Press.
- POULANTZAS, Nicos. 1978. *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Zahar
- ROBERTS, Ken. 2011. *Class in Contemporary Britain*. Second edition. New York: Palgrave Macmillan.
- ROEMER, John. 1989. Nuevas direcciones en la teoría marxista de la explotación y de

- lãs classes sociais. In: John Roemer (compilador). *El marxismo: una perspectiva analítica*. México: Fondo de Cultura Económica.
- ROSE, David; HARRISON, Erik. 2010. *Social Class in Europe: an introduction to the European Socio-economic Classification*. London: Routledge.
- SAVAGE, Mike et al. 1995. *Property, Bureaucracy and Culture: middle-class formation in contemporary Britain*. Reprinted. London: Routledge.
- SAVAGE, Mike; BUTLER, Tim. 1995. Assets and middle classes in contemporary Britain. In: Mike Savage e Tim Butler (ed.). *Social Change and the Middle Classes*. UCL Press: London, 1995.
- SAVAGE, Mike. 2000. *Class Analysis and Social Transformation*. Buckingham: Open University Press, 2000.
- SAVAGE, Mike. 2005. Class and Stratification: current problems and revival prospects. In: Graig Calhoun, Chris Rojek e Bryan Turner (ed.). *The Sage Handbook of Sociology*. London: Sage.
- SAVAGE, Mike et al. 2005. *Capitals, assets, and resources: some critical issues*. The British Journal of Sociology, v. 1, n. 1: 31-47.
- SCOTT, John. 2006. *Class and Stratification*. In: Geoff Payne. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan.
- SØRENSEN, Aage. 1991. *On the Usefulness of Class Analysis in Research on Mobility and Socioeconomic Inequality*. Acta Sociologica, v. 34, n. 2: 71-87.
- SØRENSEN, Aage. 2000. Employment Relations and Class Structure. In: Rosemary Crompton et al. (ed.). *Renewing Class Analysis*. Oxford: Blackwell.
- SWARTZ, David. 1997. *Culture and Power: the sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: The University of Chicago Press.
- TAHLIN, Michael. 2007. *Class Clues*. European Sociological Review, v. 23, n.5: 557-72.
- TILLY, Charles. 1998. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press.
- TILLY, Charles. 2005. Historical Perspectives on Inequality. In: Mary Romero e Eric Margolis (orgs.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*. Oxford: Blackwell.
- TILLY, Cris; TILLY, Charles. 1998. *Work under capitalism*. Boulder: Westview Press.
- TOMASKOVIC-DEVEY, Donald et. al. 2009. *The categorical generation of organizational inequality: a comparative test of Tilly's durable inequality*. Research in Social Stratification and Mobility, v. 27, n. 3: 128-142.
- TORCHE, Florencia; LOPES-CALVA, Luis Felipe. 2012. *Stability and Vulnerability of the Latin American Middle Class*. Forthcoming in Katherine Newman, ed. *Dilemmas of the Middle Class around the World*.
- WACQUANT, Loic. 1991. Making Class: the Middle Class(es) in Social Theory and Social Structure. In: Rhonda Levine et al. *Bringing Class Back in: contemporary and historical perspectives*. Boulder: Westview Press.
- WESTERN, Mark. 2011. *Class and Earnings Inequality in the Australian Labor Market*.

Paper prepared for 2011 RC28 Conference, Essex, April 13-16, 2011. Disponível em:
<http://www.iser.essex.ac.uk/1940/04/28/rc28-conference-2011>

- WEININGER, Elliot B.. 2005. Foundations of Pierre Bourdieu's Class Analysis. In: Erik Olin Wright (ed.). *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- WESTERGAARD, John. 1995. *Who Gets What? The Hardening of Class Inequality in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Polity.
- WRIGHT, Erik. 1980. Varieties of *Marxist conceptions of class structure*. *Politics & Society*, v. 9, n. 3: 323-70.
- WRIGHT, Erik. 1985. *Classes*. London: Verso.
- WRIGHT, Erik. 1989. Rethinking, once again, the Concept of Class Structure. In: Erik Wright et al. *The debate on classes*. London: Verso.
- WRIGHT, Erik. 1997. *Class Counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WRIGHT, Erik. 2009. *Understanding Class: towards an integrated analytical approach*. *New Left Review*, n. 60: 1-16.

ABSTRACT

The article outlines the conceptual elaborations in the contemporary sociology of middle-class notions and intermediate positions in the social structure. The major interpretive strands are differentiated into approaches focused on employment relations and approaches based on the control of assets or valuable resources in a more strict un-

derstanding of value-producing resources, or in extended formulations. Their theoretical orientations are distinguished and certain contradictions are pointed out. The article argues that the characterization of the middle class must be centered in the specification of the generative mechanisms of economic inequality between groups.

KEYWORDS

Social class, middle class, intermediate strata, contemporary sociology.

SUBMETIDO EM

Setembro de 2012

APROVADO EM

Novembro de 2012

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO DOS SANTOS

Professor associado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É autor do livro *Estrutura de Posições de Classe no Brasil* (Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. da UFMG/IUPERJ, 2002). Desenvolve um programa de investigação sobre desigualdades sociais no Brasil usando uma tipologia de classes baseada numa abordagem neomarxista. Os resultados deste programa de investigação, que tratam de classe social, raça, gênero, desigualdades de renda e saúde, tem sido continuamente publicados nos principais jornais de ciências sociais do país.

Contato: josealcidesf@yahoo.com.br

Teoria & Sociedade 20.2 JULHO/DEZEMBRO DE 2012

ACONTECIMENTO, MÍDIA E EXPERIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA PARA A ANÁLISE DAS CELEBRIDADES

Event, media and experience: an approach to the analysis of celebrities

PAULA GUIMARÃES SIMÕES

AGRICULTURA FAMILIAR, ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA COMUNIDADE RURAL DE RODA D'ÁGUA
Family farming, productive strategies and development programs in the upper-middle São Francisco: the case of the rural community of Roda d'Água

LEANDRO LUCIANO DA SILVA

FLAVIA MARIA GALIZONI

AUREO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO

CELEBRAÇÕES REBELDES: FESTA E RESISTÊNCIA EM CONTEXTO QUILOMBOLA

Rebel celebrations: feast and insubordination in the context of brazilian black communities

CARLA LADEIRA PIMENTEL ÁGUAS

ETNOGRAFIA COMO PESQUISA E ASSESSORIA: CONSTRUINDO POLÍTICAS DE ARTICULAÇÃO
Ethnography as research and advisory: building politics of articulation

RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA

FORMAS DE INTEGRAÇÃO E 'TRÍADE MERCANTIL': O CARÁCTER NÃO ONTOLÓGICO DO MERCADO NA ANÁLISE INSTITUCIONAL DE KARL POLANYI

Forms of integration and 'catallactic triad': the non-ontological character of market in the institutional analysis of Karl Polany

NUNO MIGUEL CARDOSO MACHADO

MEDO DE CRIME, INTEGRAÇÃO SOCIAL E DESORDEM: UMA ANÁLISE DA SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA E DO RISCO PERCEBIDO NA CAPITAL DE MINAS GERAIS

Fear of crime, disorder and social integration: an analysis of the sense of insecurity and perceived risk in the capital of Minas Gerais

CORINNE DAVIS RODRIGUES

VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

MIGRAÇÕES E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NA ERA GLOBALIZADA

Migration and migration policies in the global era

EDU MORAIS DE SOUZA

HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO POLÍTICA DEMOCRÁTICA EM BELO HORIZONTE

Participative budgeting as democratic policy

in Belo Horizonte

CRISTINA MARGARIDA MARTINS SERRA GRANADO

VARIANTES DA CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DA CLASSE MÉDIA

Variants of sociological conceptions of middle class

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS